Extensão e Desenvolvimento Regional

Da teoria à prática

Cidonea Machado Deponti
(Organizadora)

Cidonea Machado Deponti
(Organizadora)

Extensão e Desenvolvimento Regional
Da teoria à prática

Campina Grande-PB
2021

Prefácio

A extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, é um dos três pilares que sustentam a universidade como instituição universal comprometida com a formação acadêmica e profissional e com a produção de conhecimento científico, de modo a cumprir com a sua função social comprometida com as ações educativas em prol da construção da cidadania, da transformação social, e do desenvolvimento sustentável e inclusivo dos países e regiões onde a universidade está inserida e atua.

A extensão, dentre as dimensões indissociáveis do fazer universitário, é, sem dúvida, aquela que ocupa papel de destaque na inserção social da universidade, ao oportunizar o diálogo, a interação e a troca de saberes e aprendizados entre a comunidade acadêmica e a sociedade. O saber científico produzido através da pesquisa sobre os fenômenos e processos existentes na realidade e no território, necessita dialogar e se retroalimentar do saber popular, do conhecimento produzido histórica e socialmente pelos atores sociais, pelas instituições, pelas comunidades.

Entendemos que o fazer científico que se propõe ser de qualidade e comprometido com a sociedade, com a melhoria da sua qualidade de vida, com a construção da sua cidadania, com a promoção de alternativas de desenvolvimento socialmente includentes, ambientalmente sustentáveis, e economicamente responsáveis, não pode ser realizado apenas no campus da universidade, mas também precisa ser construído no campo, na cidade, na região, no território concreto onde a vida cotidianamente pulsa, e, não sem contradições, embates e avanços, acontece.

Na Pós-Graduação Stricto Sensu, onde as exigências institucionais e da CAPES quanto à avaliação dos Programas têm historicamente

priorizado e valorizado sobre tudo a formação dos alunos e o a produção científica e as publicações de docentes e discentes, muitas vezes verificamos que as atividades de extensão têm ficado em segundo plano no conjunto das atividades dos Programas.

No Brasil, notadamente a partir da década de noventa do século passado, com a criação de universidades públicas e comunitárias em diversas regiões e estados, e com o retorno à agenda nacional dos processos e políticas de desenvolvimento territorial e regional, forjaram as condições para criação de novos cursos de mestrado e doutorado em desenvolvimento regional, sobretudo no interior do território brasileiro.

A natureza institucional, a proximidade espacial, o compromisso com o desenvolvimento territorial e histórica articulação dessas universidades com as sociedades regionais e com as regiões onde estão instaladas e/ou atuam, permitiu desde o início da criação desses Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional a realização de um conjunto de programas, projetos e atividades de extensão em parceria e em colaboração com instituições públicas federais, estaduais e municipais, conselhos regionais e municipais, movimentos sociais, organizações empresariais, sindicatos de trabalhadores, associações de produtores rurais familiares, e associação de moradores, entre outros atores locais e regionais. Atividades essas que de modo geral apresentam amplo espectro quanto à sua abrangência espacial e temporalidade. Nesse sentido, abarcam desde a formação continuada e especializada através da realização de cursos e oficinas de extensão, abordando temas variados de interesse regional que contribuem para a formação e capacitação dos atores e instituições regionais, que envolvem também a realização de assessoria para a construção participativa de planos locais e regionais e também de projetos de desenvolvimento territorial, alcançando ainda a realização conjunta de projetos que contribuem para a construção e/ou avaliação da implementação de políticas públicas setoriais e territoriais que incidem nos processos de desenvolvimento regional.

Cabe igualmente destacar a participação, juntamente com os docentes, de alunos e de egressos dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, em grande parte desses projetos e ações de extensão, promovidas pelos Programas. O que se apresenta como muito importante no processo de formação acadêmica dos alunos, de formação continuada dos egressos, fortalecendo assim as ações de inserção social dos Programas e ao mesmo tempo qualificando e renovando as ações de ensino e pesquisa por eles realizadas.

A extensão realizada pelos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, assentada na produção de novos conhecimentos, através da pesquisa realizada pelos seus docentes e discentes, mas também renovada pelos saberes populares, práticas sociais e experiências locais e regionais de desenvolvimento, apreendidas através dos projetos e ações extensionistas, adquire importância fundamental para a consolidação dos Programas e para ampliação e qualificação de sua inserção social nas regiões onde atuam. A extensão também se torna relevante por possibilitar o protagonismo dos Programas no processo de desenvolvimento socioeconômico dos territórios, proporcionando condições para a redução das assimetrias regionais.

O presente livro intitulado "Extensão e Desenvolvimento Regional: da teoria à prática", organizado pela colega Drª Cidonea Machado Deponti ao reunir um conjunto de importantes reflexões e resultados advindos de projetos e ações de extensão desenvolvidas por colegas que atuam em diferentes programas de pós-graduação do País, notadamente do campo do desenvolvimento regional, tem o mérito justamente de valorizar e de divulgar as ações e iniciativas extensionistas realizadas em distintas regiões do Brasil.

O livro também adquire importância por dar centralidade à extensão universitária realizada pelos Programas de Pós-Graduação, compartilhando diferentes abordagens teórico-metodológicas e experiências de intervenção, mediação e coparticipação na realidade social das regiões em seus processos de desenvolvimento.

Por fim, diante do atual contexto atual brasileiro de profunda crise institucional, de uma narrativa negacionista e de constantes ataques à ciência e à Universidade, essa publicação igualmente adquire relevância ao demonstrar claramente através de cada um dos capítulos aqui reunidos, a comprovação prática do compromisso institucional e da inserção social das nossas instituições de ensino e pesquisa nas diferentes regiões onde estão presentes e atuam. Boa Leitura a todos e todas!

Santa Cruz do Sul, agosto de 2021.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Algunos comentarios críticos

Este libro nos trae desde sus diversos artículos una revisión global y también muchas veces contradictoria, de las principales categorías y conceptos utilizados en el marco de las temáticas de la extensión y el desarrollo. Estas dos amplias temáticas, íntimamente relacionadas, son las que dan los "telones de fondo" a todas las intervenciones de equipos técnico-profesionales de universidades ONG y políticas publicas.

Para el caso del desarrollo, en cuanto propuesta y concepto teórico-practico, aparecen a los largo de la lectura de los artículos varias concepciones. Por un lado, toda la linea vinculada al desarrollo territorial, que ha emanado fundamentalmente del pensamiento y propuestas de los organismos internacionales y que ha tenido sustento en algunos planteos específicos de algunas-os autores. La posición aquí queda comprendida en el marco de las dinámicas capitalistas de la sociedad y de alguna manera tienden a pensar e impulsar procesos que democratizan vínculos y mitigan iniquidades, siempre dentro de los limites de los procesos de competencia. Aquí el mercado es uno de los elementos a priorizar y mejorar. En estas propuestas no aparece de una manera contundente la problemática vinculada a los procesos de poder y dominación y mucho menos los procesos de antagonismo, resistencia y lucha relacionado a movimientos y organizaciones sociales.

Conceptos como poder y territorio son en varios artículos utilizados con abordajes diferentes. En el caso particular del poder como concepto explicativo de relaciones sociales, se utiliza en uno de los casos para explicar la vinculación entre los territorios rurales y urbanos. Esta concepción utiliza conceptos como "plusvalías territoriales" para explicar una situación asimétrica entre el campo y la ciudad.

En general el concepto poder no es utilizado para explicar, por ejemplo, a nivel del campo los procesos de diferenciación social que operan sobre las economías campesinas y los procesos de descampesinización que ocurren cada vez con mayor fuerza en el agro latinoamericano. En estos abordajes, los procesos de poder no se vinculan con las luchas y reivindicaciones de los movimientos sociales, pueblos originarios, afrodescendientes, y otros grupos subalternizados del medio rural.

Por el contrario, en otro trabajo que describe relaciones de genero, el concepto es ampliamente utilizado para describir los procesos de patriarcado que se establecen a nivel de las familias agricultoras. Claramente, esta concepción se inscribe dentro de la propuesta de “extensión critica” que hemos caracterizado como un proceso educativo donde todos pueden aprender y enseñar, que vincula críticamente el saber académico científico con el saber popular y que tiende a evidenciar y transformar relaciones de poder y dominación generados por la competencia de la dinámica capitalista; a poner en evidencia y combatir situaciones de tipo patriarcal y disputar todas aquellas posiciones ancladas en la colonialidad a la hora de vincularnos con otres.

En correlato a estos conceptos aparecen las ideas-concepto de territorio y participación que adquieren un significado particular. La participación es pensada en algunos de estos casos desde una visión que en general es funcional al “status quo” y se orienta a mantener las relaciones de poder mas imbricadas en los espacios sociales, a diferencia de otros trabajos que nos presentan la idea de participación en cuanto “practica de clase”.

Destacamos visiones que articulan los procesos de extensión y desarrollo a la soberanía alimentaria, las alternativas cooperativas, de economía social y solidaria y la agro-ecología. En estos casos la posición es claramente contrahegemonica al metabolismo capitalista.

En el caso especifico de aquellos trabajos que vinculan la agroecología a la soberanía alimentaria, detectamos una vinculación fuerte con la propuesta de extensión critica que esta siendo desarrollada con

relativo vigor en varias universidad latinoamericanas. Las visiones criticas de la agroecologia que la posicionan como una actividad político-tecnológica son un aporte esencial para pensar la extensión y la asistencia técnica criticas junto al campesinado latinoamericano. En varios ejemplos de proyectos que componen este texto la agroecología y sus propuestas de modelo político-técnico se relacionan a alternativas a las formas de comercialización campesina, como por ejemplo los circuitos cortos y las "células de consumidores responsables" que tienden a aumentar la sustentabilidad de las economías campesinas.

Siguiendo con el concepto de extensión, varios artículos revisan este concepto ya sea a nivel de los territorios rurales como urbanos. Varios se posicionan desde una critica a los modelos "bancarios" y "manipuladores" que pueden criticarse desde las ideas de Paulo Freire. Se sostiene por ejemplo que hay propuestas donde *"sigue privando una relación de sujeto a objeto entre los extensionistas y los beneficiarios; ciertamente hay una relación que formalmente es más horizontal; sin embargo, no se constituye una relación sujeto –sujeto." (Ramírez Miranda & Torres Rivera)* Como vimos aparecen posturas vinculadas a la visión Freiriana de "sustantividad democrática" o educación problematizadora que son base para la extensión critica como propuesta de extensión universitaria, rural y urbana.

Como forma de cierre a este breve texto introductorio de este fermental trabajo, extrajimos un pequeño trozo de uno de los artículos que creemos expresa la potencia de la Extensión en su versión critica y que nos marca rumbos ético políticos para seguir trabajando junto a los sectores populares de nuestra América latina y Caribe

> *"O relato dessas experiências nos traz a convicção de que a extensão universitária é o eixo mais essencial do tripé do fazer universitário (ensino, pesquisa e extensão), se pretendemos socializar o conhecimento produzido na universidade e, ainda, sensibilizar nossos alunos para uma realidade que não é vista nem mostrada nos cursos de Direito." "...os transforma não*

apenas como estudantes de Direito, mas como seres humanos, mais atentos ao mundo real e às dificuldades que a própria legislação e a atuação do poder Judiciário colocam no cotidiano da população pobre. Dos assessorados, consideramos a maior vitória o reconhecimento de que somos professores de uma universidade pública, e não advogados, e que trazemos alunos e nossa assessoria para construir uma sociedade um pouco mais justa, viabilizando um serviço de extensão comprometido com a melhoria da vida deles." (Gonçalves Pereira & Pinto Mend

Humberto Tommasino
Co-Coordinador Grupo CLACSO-ULEU
Extensión Critica: Teorías y Practicas en AL y C

Sumário

EIXO 2
Experiências de extensão universitária com públicos vulneráveis

EIXO 3
Experiências de extensão rural universitária diferenciadas

Apresentação

Este livro objetiva apresentar experiências de extensão, de intervenção, de mediação e de inserção social em contextos de desenvolvimento regional. As experiências selecionadas apresentam instrumentos, técnicas e/ou abordagens diferenciadas que contribuem para qualificação de ações relativas ao desenvolvimento.

Dessa forma, procurou-se estabelecer um diálogo entre autores que discutem este tema na área das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Agrárias e da subárea do Planejamento Urbano e Regional. Os processos de extensão realizados pelas Universidades tem permitido maior integração e inter-relação com as comunidades locais e regionais. Nesta interface entre ensino e extensão, a Universidade aproxima-se dos problemas reais e concretos da sociedade, possibilitando refletir por meio da experiência e criticar processos desde suas próprias realidades.

Tal iniciativa surge da carência de publicação e de publicização dos resultados dentro da área de Planejamento Urbano e Regional das ações de extensão. Isso significa afirmar que nos eventos científicos da área pouco ou nenhum espaço tem sido reversado para esta temática. Contudo, no último Enanpur, em 2019, foi concedido um espaço específico para esta discussão, situação que se pode considerar um avanço e uma ação positiva no sentido de permitir a construção da troca de informações entre os pesquisadores que atuam com este tema. Além disso, há uma série de pesquisadores e de experiências de extensão sendo realizadas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Observa-se uma multiplicidade de experiências de extensão, tanto no Brasil, como na América Latina que se caracterizam como inovadoras e/ou iniciativas que mobilizam públicos vulneráveis ou prioritários para ações de desenvolvimento regional.

A Capes tem exigido da área PLUR a comprovação de resultados relativos à inserção social dos Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, as experiências aqui apresentadas consideram todo o tipo de extensão, ou seja, universitária e/ou rural desenvolvida em diálogo entre pesquisadores/extensionistas/docentes/discentes/gestores públicos ou privados dentre outros. Além disso, estão lado a lado experiências desenvolvidas por universidades estatais, privadas, comunitárias e ONGs. Nesse sentido, a evolução e a ampliação dos conceitos trabalhados neste e-book conduzem a um debate relevante, que extrapola a área de Planejamento Urbano e Regional.

Antes de se apresentarem os artigos e os relatos de experiências que compõem esta obra, cabe destacar o que se compreende pelos termos extensão, intervenção, mediação e inserção social em contextos de desenvolvimento regional.

Para discutir o conceito de extensão toma-se por base Paulo Freire (1983, p. 16) para quem:

> conhecer [...] não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção [...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquêle que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquêle que é capaz de aplicar o aprendido apreendido a situações existenciais concretas. [...].

A citação acima de Freire é de seu livro "Extensão ou comunicação?" Em que o autor desvela o conceito de extensão, fazendo uma reflexão em torno da compreensão efetiva do que seja ou deva ser um processo de extensão a partir de uma prática libertadora.

A extensão clássica é caracterizada pela intervenção profissional realizada através da comunicação e desenvolvida por uma instituição para induzir mudanças no comportamento do público-meta. Esta visão da extensão como algo que se estende ou transfere a alguém, perde poder explicativo frente aos novos desafios que o desenvolvimento de regiões e de territórios impõem. As grandes transformações na sociedade contemporânea exigem adequação, flexibilidade, resiliência, cooperação, capacidade de agência.

A extensão vista como uma intervenção concebe de maneira diferente a ação extensionista. Essa intervenção tem concepções diferentes para seus atores (agentes de desenvolvimento) e para seu destino (população que recebe os efeitos da ação).

A relação entre intervenção e desenvolvimento é, na maioria das vezes, enfocada como necessária. As práticas de intervenção são afirmadas e legitimadas tendo como fim o desenvolvimento. A intervenção também se refere a uma troca ou doação da parte externa (interventora) à parte interna que não pode ser produzida dentro da situação local. A ideia de intervenção considera o acesso por parte do agente que sofre a intervenção a um conjunto de recursos em que o interventor define seu fluxo, como por exemplo, projetos de crédito. E, ainda, esse vínculo poderia ser interpretado como uma relação de troca em que se permutam bens materiais e simbólicos (LONG, 2007a; ROS, 2003).

A palavra intervenção em sua origem latina é formada pelos vocábulos inter (entre, em meio de) e venio (ocorrer, chegar, voltar). Intervir, de acordo com Cimadevilla (2008), significa situar-se no meio de pelo menos duas situações ou ocorrências possíveis com o objetivo de facilitar alguma delas. A intervenção busca modificar a realidade dos outros, sob iniciativas públicas ou privadas, implicando certas concepções e interesses relacionados ao modo como se configura a ordem social.

Na prática, para Rossi e Hegedüs (2006), o processo de intervenção não pode ser "engessado" dentro de um paradigma, um estilo ou um enfoque único. Pelo contrário, a intervenção possibilitaria a combinação de ferramentas advindas de diferentes paradigmas e

enfoques teóricos. "No es el cómo - el tipo de instrumentos - lo que termina caracterizando en definitiva una intervención, sino el porqué, el para qué, y sobre todos el para quién; los propósitos, las metas y los fines que orientan la intervención" (ROSSI; HEGEDÜS, 2006, p. 16).

O termo intervenção tornou-se carregado de juízo de valor, sendo considerado algo pejorativo, porque, independentemente da forma com que é utilizado, implica na realidade dos outros. O problema da intervenção, de acordo com Quintana (2006), seria sua reiterada pretensão de induzir, forçar, empurrar os atores sociais ao desenvolvimento, visto como sinônimo de progresso. Os agentes de desenvolvimento e suas instituições procurariam modificar o mundo de vida dos outros sem refletir sobre o próprio. O autor ressalta que a história do desenvolvimentismo institucionalizado tem desenhado um caleidoscópio de estratégias de intervenção que vão desde verticais e dirigidas, a horizontais e participativas; de assistencialistas a produtivistas; de simples e monotemáticas a complexas e interdisciplinares. E, os agentes de desenvolvimento tratariam de impulsionar atividades que conduzem a população local a um "estado superior na escala de desenvolvimento evolutiva e etapista".

Ainda, para Quintana (2006), o cenário de instrumentalização do desenvolvimento é por demais complexo, apresentando uma variedade de paradigmas que tiveram sua moda e decaíram e, em alguns países, ainda não desapareceram. A dificuldade para incidir na realidade dos outros seria maior, quando se trata de modificar seus modos de vida. Os agentes de desenvolvimento poderiam não estar conscientes dessa situação, achando que estão atuando para melhorar e desenvolver os "beneficiários", mas o público-meta, salienta o autor, não atua em um cenário de intervenção como objeto inanimado, eles respondem, produzem, propõem, participam com seus discursos e propostas.

Já a mediação implica uma reciprocidade entre os envolvidos, não é uma mera transferência de saber, mas uma interface, uma inter-relação. Portanto, a mediação faz-se mister em todas as partes do processo de intervenção, considerando os conflitos, as interfaces, as negociações, os acordos, os compromissos, as apropriações

e evidenciando os agentes envolvidos, suas identidades, interesses e estratégias.

No tocante aos processos de extensão, intervenção, mediação e inserção social há carência de discussões que analisem suas práticas, suas dificuldades e sua "real" inserção no meio em que atuam. Assim, é legítimo conhecer, inquirir e avaliar suas estratégias pessoais, seus malogros e as contradições às quais a sua posição se expõe. Também é relevante compreender as estratégias que priorizam os mecanismos de autogestão das populações locais e dependem da geração de processos de desenvolvimento que se mantenham de forma independente uma vez finalizada a intervenção, baseadas no protagonismo dos atores, na eficaz coordenação interinstitucional e na articulação com outros atores presentes no território (ROSSI e HEGEDÜS (2006).

Os artigos e relatos de experiências selecionados nesta obra brindam aos seus leitores ações de Extensão que fazem parte do tripé universitário junto ao ensino e à Pesquisa. Extensão que representa a relação com a "sociedade extra-muros da Universidade", a Extensão que se "apresenta como uma ferramenta importante para a democratização da Universidade e dos saberes que nela são produzidos" (PIRES DA SILVA, 2020, p. 1). Essa extensão entendida como extensão universitária, é um espaço que oferece o potencial para combinar a teoria do Planejanto urbano e regional com a sociedade regional, democratizando o conhecimento universitário. Ações de extensão produzidas não somente pela Universidade, mas atividades de extensão que construam ferramentas para responder as demandas da comunidade, inseridas na realidade social e política da nação e na promoção do desenvolvimento regional.

O livro está dividido em três eixos. O primeiro trata sobre abordagens teóricas e metodológicas para compreensão de processos de intervenção/extensão em contextos de desenvolvimento regional/territorial. O segundo apresenta experiências de extensão universitária com públicos vulneráveis. E, o terceiro relata experiências de extensão rural universitária.

Os quatro primeiros artigos compõem o Eixo 1. As discussões apresentadas, embora analisem casos empíricos, embasam-se densamente em argumentos teóricos e contribuem para pensar o desenvolvimento regional e territorial. O primeiro artigo busca tratar do processo de intervenção por meio de marco metodológico, conceitual e instrumental para análise de políticas públicas e o segundo trata das interfaces possíveis entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Os outros dois artigos discutem o processo de extensão, seus desafios e perspectivas, um, por meio da experiência no México e o outro, na Colômbia.

Para a abertura desse eixo obra contou-se com a contribuição de Javier Delgadillo Macías com o artigo que se refere aos processos de intervenção e de mediação para o desenvolvimento, intitulado "Desarrollo territorial y agenciamiento de desarrollo, enfoques convergentes para impulsar políticas regionales en un contexto de interacciones rural-urbanas". Neste artigo o autor apresenta um marco metodológico, conceitual e instrumental para interpretar relações em territórios rurais e urbanos. Por meio de enfoques voltados à aplicação de políticas públicas objetiva avançar na construção de novos marcos operativos e de gestão pública dirigidos a formas emergentes de planificação e ordenamento territorial, exemplificados por um estudo do estado de Morelos, no México.

No artigo Desenvolvimento regional e cooperativismo: intersecções possíveis, os autores Cinara Neumann Alves e Deivid Ilecki Forgiarini objetivam analisar as intersecções possíveis entre o desenvolvimento regional e o cooperativismo como paradigma teórico para a organização, pesquisa e extensão universitária em cooperativas. A partir de uma análise bibliográfica tendo como objeto as cooperativas agropecuárias, observaram que as cooperativas possuem um papel importante na dinâmica de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul que foi evidenciada por meio dos indicadores econômicos analisados. Entretanto, observaram uma lacuna na escolarização e na educação cooperativa neste processo, destacando que esta lacuna pode ser a possibilidade de uma nova agenda de pesquisa, ensino e extensão em desenvolvimento regional.

César Adrián Ramírez-Miranda e Delta Argelia Torres-Rivera, no artigo "¿Nuevo extensionismo o cambio de paradigma en el campo latinoamericano?", argumentam a necessidade de se avançar a um novo processo de intervenção no campo lationoamericano, especialmente em função da desigualdade, da degradação ambiental e da dependência alimentaria. O objetivo é destacar os eixos de um novo modo de intervenção que se inscreve no paradigma de desenvolvimento alternativo, com referência empírica no extensionismo mexicano, que formulou quatorze protótipos para a segurança alimentar.

No artigo "La Extensión Agropecuaria en el Acuerdo de Paz Colombiano: Una apuesta con enfoque territorial", Juan Patricio Molina Ochoa e Ángela Marcela Guevara Medina analisam a Lei de extensão agropecuária inscrita com base no Acordo de Paz da Colombia, como instrumento de transformação do campo. Examinam os avanços e limitações, a coerência com o enfoque territorial e destacam as aprendizagens úteis para uma perspectiva de desenvolvimento territorial na América Latina.

O eixo 2 é formado por cinco artigos. Nele, os autores relatam suas experiências de extensão universitária por meio de projetos de extensão, grupo de trabalho, coletivos, núcleos, redes de diálogo para públicos vulneráveis.

Claudia Alejandra Kenbel e Gustavo Ramón Cimadevilla, em "Ver, escuchar, actuar: Reflexiones situadas sobre investigaciones con grupos vulnerables de Argentina" provocam uma reflexão sobre as atividades de investigação-ação com grupos sociais vulneráveis, por meio de aprendizagens realizadas há décadas, sem interrupção na universidade pública. As experiências permitiram concluir que o valor mais estimado que surge dessas investigações e intervenções é a interação sustentada através do trabalho e das trajetórias que resultam dessa ação em conjunto.

O artigo "Intervenções Cartográficas: A Arte de Desfazer Fronteiras" é resultado do trabalho do Coletivo Bordas formado por Alcilene Maria Dorini, Angelica Neumaier, Eduarda Renaux, Janyce Soares de Oliveira, Luciana Butzke, Maria Adelina Costa, Regina

Marcis, Rosane Soares e Sérgio Ricardo Soares de Freitas, que surgiu das ações de extensão quando tomaram caminhos imprevistos, ou seja, da realização de oficinas de bordado em fotografia e aquarela formou-se o Coletivo. Das fronteiras delimitadas, das diferentes regiões que conheceram no mapa, seguiram questionando os sentidos e práticas do bordado, as fronteiras entre nação-região, arte-artesanato, criação-reprodução, universidade-sociedade, descobrindo o fio que nos une como coletivo e como parte de um todo que precisa ser questionado e recriado continuamente. Nesse sentido, destacam que **é preciso olhar o território, suas formas de ser e de viver, como espaços e formas educativas.** Para além da criação artística, o grupo se colocava em discussões importantes sobre o reflexo do cenário político em cada um e em cada região de origem de cada participante.

Mariana Dalalana Corbellini, Grazielle Betina Brandt, Simone Andrea Schwinn e Gabriella Azeredo de Azevedo, no artigo "A Prática em Extensão Universitária do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS – Brasil" apresentam o GTARI, grupo que surgiu em 2016 a partir da intenção de uma equipe multidisciplinar, composta por professores, egressos e alunos da Universidade de Santa Cruz do Sul, em melhorar a compreensão sobre o fenômeno migratório. O artigo busca compartilhar, por meio de um relato de experiência, as atividades em extensão universitária realizadas pela equipe do grupo.

No artigo "A coprodução de conhecimentos entre mulheres rurais por meio de ações de extensão", as autoras Alessandra Matte, Gabriela Litre, Márcia de Fátima de Moraes, Verônica Bogado Camporezi e Talia Callegaro de Jesus exploram o potencial das redes de diálogo como ferramentas de valorização das mulheres rurais e de superação da tradicional marginalização das mulheres no campo. Os resultados confirmam que, quando dadas as oportunidades de coproduzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis. Dessa forma, as autoras recomendam que ocorra o

fomento de ações e políticas que propiciem ambientes em que mulheres possam ressignificar seu papel na sociedade e no núcleo familiar.

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira e Alexandre Pinto Mendes em "Caminhos da Assessoria Jurídica Popular em hiperperiferias da Baixada Fluminense: refletindo sobre a luta por direitos territoriais" analisam os resultados de projetos de extensão universitária em territórios hiperperiféricos da Baixada Fluminense, através da atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem, vinculado ao curso de Direito da UFRRJ. O artigo buscou refletir sobre o sentido de consciência dos grupos assessorados quanto aos seus próprios direitos territoriais, assim como o confronto das "certezas" do saber técnico dos profissionais e estudantes com a realidade concreta.

O eixo 3, composto por sete artigos, apresenta experiências de extensão por meio de ações inovadoras, tais como: venda direta em circuitos curtos de comercialização por meio de células de consumidores responsáveis; ferramenta digital de comercialização; acompanhamento de pequenas empresas rurais, união entre universidade, ensino fundamental, camponeses migrantes e agricultura urbana; geração de tecnologias apropriadas pelas pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas; e incubadora social online e marketing digital. .

No artigo "Agricultores e consumidores em torno do acesso a alimentos agroecológicos: estudo de caso sobre as Células de Consumidores Responsáveis, SC, Brasil", Julia Coelho de Souza; Oscar José Rover; Eunice Sueli Nodari, a partir da experiência de venda direta em circuitos curtos de comercialização das Células de Consumidores Responsáveis, em Florianópolis (SC), analisaram novas dinâmicas de ação social para acesso a mercados e consumo de alimentos bons, limpos e justos. Essa inovação social tem aberto espaços relevantes para a promoção de estratégias de governança e democracia alimentar.

María de los Ángeles León Chávez e José Manuel Acosta Cázares no artigo "Modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina: una estrategia de desarrollo rural territorial" tratam como,

por meio de um modelo de acompanhamento participativo para empresas campesinas, contribuir para a melhora de seu nível de vida social, econômico e ambiental. A inovação proposta pelos autores é que incorporam como eixo transversal ao processo educativo formal de jovens e adultos no meio rural, as fortalezas das comunidades na realização de festas e atividades comunitárias.

O artigo "Direto da roça: plataforma digital para comercialização de frutas e hortaliças", escrito por Letícia Graziella Teixeira Nunes, Willian Krause e Robson Gomes de Melo, é o relato da experiência do desenvolvimento de uma ferramenta digital para comercialização de frutas e hortaliças. A intenção foi proporcionar ao produtor uma loja virtual e aos consumidores uma oportunidade de efetuar suas compras de alimentação saudável, direto do produtor valorizando a produção local com comodidade e agilidade, integrando desta forma, os conhecimentos teóricos e práticos da universidade com resultados efetivos para a sociedade.

Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni, Alexandro Moura Araujo e Giliarde de Souza Brito em "Cidade e campo, idosos e crianças: pensando a extensão no Sítio de Saluzinho", Montes Claros, norte de Minas, no Sítio de Saluzinho descrevem uma experiência original de junção da agricultura urbana, universidade e ensino fundamental. O Sítio converteu camponeses migrantes em docentes que, junto com equipes acadêmicas, transformam a universidade num espaço de aprendizado de saberes tradicionais para crianças urbanas.

No artigo "Reflexões sobre geração e uso de tecnologias para a Amazônia: os desafios para a apropriação e uso por comunidades rurais", Lindomar de Jesus de Sousa Silva, Gilmar Antonio Meneghetti, José Olenilson da Costa Pinheiro e Alessandro Carvalho dos Santos, todos vinculados à Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, Brasil, analisam a geração de tecnologias e uso das mesmas pelas comunidades de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas na Amazônia. Os autores procuram destacar os fatores que interferem na adoção e que limitam à apropriação das tecnologias pelas

comunidades, apontando elementos concretos externos que dificultam o acesso às tecnologias para a inovação nos sistemas de produção pelas comunidades e as condições que contribuem para isso.

Rejane Margarete Schaefer Kalsing e Sinthia Cristina Batista no artigo "O projeto de extensão Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia" apresentam esta experiência de extensão que acontece desde 2016. Tal atividade realiza tertúlias, tertuliandos, cursos, entre outras ações aproximando a produção do conhecimento com sua socialização. Antes do advento da pandemia do novo Corona vírus Covid-19, a atividade era realizada em diferentes municípios da região. Atualmente, ocorre de forma virtual, consolidando como um profícuo espaço de reflexão e de debate aproximando-se da vida cotidiana e do trabalho no Litoral Norte do RS e se materializando como um elo entre a Universidade e a Sociedade.

Por fim, não menos importante, as autoras Chaiane Leal Agne e Estéfani Sandmann de Deus, no artigo "Incubadora social on line: aplicação do marketing digital em um projeto de extensão da Uergs em Cachoeira do Sul – RS" descrevem o projeto de extensão que utilizando ferramentas e técnicas do marketing digital auxiliou que pequenos e médios negócios se mantivessem no mercado apesar das restrições impostas pela Covid-19.

Espera-se que esta publicação estimule a reflexão sobre a importância da extensão universitária, a efetividade das ações praticadas e a participação dos verdadeiros protagonistas desse processo. Deseja-se uma ótima leitura!!

Santa Cruz do Sul, agosto de 2021.

Dra. Cidonea Machado Deponti
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Referências

CIMADEVILLA, G. Trayectos y grises de las teorías y de las prácticas en comunicación y desarrollo. In: THORNTON, R D.; CIMADEVILLA, G. (Ed.). **Grises de la extensión y el desarrollo**. Santa Rosa, AR: Base 1; Buenos Aires: INTA, 2008. p. 101-110.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p.

LONG, N. **Sociología del desarrollo:** una persepctiva centrada en el ator. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007a. 504 p. (Colección Investigaciones).

PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 10 nov. 2020.

QUINTANA, R. D. Intervención en el desarrollo: es, o no es la cuestión. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. Anais... Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

ROS, C. J. C. **Capital social e luta simbólica**: o caso da Red Puna: uma experiência territorial de articulação social na província de Jujuy, Argentina. 2003. 278 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ROSSI, V.; HEGEDÜS, P. El programa integral de extensión universitaria en la zona Guinchón (Paysandú, Uruguai): reflexiones sobre un proceso de intervención. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anales**... Quito, Ecuador: ALASRU, 2006.

EIXO 1

Abordagens teóricos-metodológicas para compreensão de processos de intervenção/extensão em contextos de desenvolvimento regional/territorial

Desarrollo territorial y agenciamiento de desarrollo, enfoques convergentes para impulsar políticas regionales en un contexto de interacciones rural-urbanas

Javier Delgadillo Macías[1]

Resumen

En el presente capítulo se expone un marco metodológico, conceptual e instrumental para interpretar relaciones e interacciones formales que se dan entre territorios rurales y urbanos, a partir de la yuxtaposición de tres enfoques de aplicación en políticas públicas, el desarrollo territorial, la proximidad y el agenciamiento de desarrollo, con el objetivo de avanzar en la construcción de nuevos marcos operativos y de gestión pública, dirigidos a formas emergentes de planificación y ordenamiento territorial en unidades espaciales preestablecidas, a las que denominamos sistemas territoriales. Se ejemplifica con un estudio de caso referido al estado de Morelos, México.

1 Doctor en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Investigador titular adscrito al Programa de Estudios Regionales del Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (CRIM) de la UNAM, Cuernavaca, Morelos, México. Socio fundador de la Red de Gestión Territorial del Desarrollo Rural (México). Correo electrónico: javierdelma@gmail.com

Introducción

El contexto de los estudios sobre "el desarrollo" y "el territorio" se caracteriza por una gran diversidad de enfoques que los abordan. De manera particular, sobre el desarrollo territorial, hay una amplia gama de factores explicativos, desde aquellos tradicionales que ponen el énfasis en la infraestructura física, pasando por las formas de organización empresarial y las estructuras productivas, o los que incorporan nuevos elementos relacionales como la confianza, la creatividad, la cultura e identidad y la resiliencia (ILPES, 2013, pág. 37). En nuestro punto de vista, el campo que más se ha interesado sobre su aplicación tiene que ver con los ámbitos de "lo rural".

En este estudio nos interesa resaltar dos aspectos predominantes que tienen que ver con las aplicaciones más frecuentes de los enfoques territoriales del desarrollo y presentar, bajo esta discusión, variantes que pudieran ser replicables a las realidades de "los territorios" en países como México.

El primero de estos aspectos se refiere a las distintas formas en que los postulados del desarrollo territorial incorporan, de manera ineludible, a las instituciones públicas y a las políticas estatales, y de cómo éstas asumen su papel y responsabilidades en las mediaciones con los actores locales. Muchos de estos enfoques, incluso, admiten la importancia del enfoque territorial como modalidad gerencial[2] y de

2 El modelo aún predominante de la **gerencia pública** (o nueva gerencia pública) incorpora principios empresariales del sector privado dentro del sector público, busca un Estado más eficiente y cercano a las necesidades de los usuarios, los cuales son vistos como ciudadanos-clientes en la búsqueda de mejor atención. Sin embargo, la evidencia de la insuficiencia directiva de los gobiernos para enfrentar los problemas sociales desde la perspectiva gubernamental, en el escenario de nuevas realidades que conducen a replantar la forma de interactuar el Estado con diversos actores públicos y privados en la gestión de lo público, conduce al **modelo de gobernanza**, un modelo que surge para establecer relaciones más horizontales, coordinadas y articuladas entre el Estado y los diversos actores a diferentes escalas territoriales (Muñoz, Patricia, 2020: 103, 105 y 106).

responsabilidad preponderante del Estado, en este caso, convertido, el Estado, en acción pública (y más recientemente, también colectiva), para la promoción del desarrollo, dejándole, de manera involuntaria, un papel pasivo a las sociedades locales productivas y a la ciudadanía en general.

El otro aspecto tiene que ver con la dimensión particular con que se identifica "lo territorial" dentro de la diversidad de enfoques. De la misma manera que se le ve a la institucionalidad pública, hay una recurrencia en asignar el calificativo a procesos técnicos enfocados a la organización, administración, ordenamiento o planificación, entre muchos otros, donde "lo territorial" es un atributo de referencia locacional o de toponimia geográfica (o denominación oficial administrativa de lugar). En esta forma de observar lo territorial, el territorio es el artificio para promover el desarrollo, es la caja que contiene todo aquello que nos interesa estudiar o analizar, también, se le considera, al territorio, como la expresión resultante del contenido (sistema territorial), en aras del desarrollo al que se aspira llegar. En estas modalidades de asumir al territorio, se analizan los estilos de vida, los conflictos, las historias regionales, las relaciones de producción y de culturización, las relaciones políticas, los conflictos ambientales, el control y el poder territorial, etcétera, en su dimensión de ubicación: ciudades, barrios, municipios, comunidades, pueblos, rancherías, considerando al territorio como variable de localización geográfica o nomenclatura administrativa de "lugar"[3], o, en un sentido más amplio, en su concepción como instrumento tácito para alcanzar el desarrollo social.

3 Hay otra forma de concebir al territorio, no sólo como el cajón que recibe y contiene infinidad de elementos en su constitución, también como unidad, como hecho, como instrumento analítico y recurso metodológico. Al respecto, Rogerio Haesbaert (2021) esboza este camino alternativo para identificar una perspectiva que presenta al territorio (región) más allá de verle sólo como hecho concreto (evidencia real), o como artificio teórico (constructo crítico), sino como instrumento para propuestas concretas de transformación. Esta es la idea que guía nuestra investigación.

Ambos aspectos tienen relevancia predominante, sobre todo en el ámbito de los organismos internacionales quienes, desde finales del siglo XX, pero, sobre todo, lo que va del XXI, han asumido un interés en el espacio como dimensión de "lo territorial" y han posicionado enfoques de gestión ligados a su actuar institucional[4]. Lo que en sus inicios fue una respuesta de reacción corporativa frente al posicionamiento y multiplicidad de estudios que de manera genérica se englobaban en el concepto de "nueva ruralidad", el enfoque territorial de desarrollo pregonado por estos organismos internacionales (mayoritariamente ligados a la problematización del mundo rural, aunque no sólo a ello), poco a poco se fue convirtiendo en un espacio de actuación múltiple y diverso, no sólo en términos conceptuales y como campo de estudio pluridimensional para el ámbito académico y multidisciplinario.

Sin duda que al día de hoy son muchos más los aspectos que sobre el papel del desarrollo territorial deberían destacarse, que sólo los antes expuestos, incluso aquellos que critican del enfoque territorial actuante la reproducción de las mismas prácticas de siempre (Echeverri, 2015), o, quienes consideran que la adopción del enfoque territorial es una respuesta desde lo local:

> es producto de la emergencia de gobiernos populares que al iniciar este siglo rompieron con el

4 Algunos ejemplos: La Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO) se acerca al enfoque territorial en la década de los años 80 con acciones dirigidas principalmente a países africanos y de América Latina; la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) en el año 2001 incorpora la dimensión territorial, en sus inicios aún con un sesgo al crecimiento endógeno, y lo incorpora a sus enfoques de políticas regionales; al mismo tiempo y específicamente en América Latina, lo hace el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) ganando importancia regional en aquellos países donde este instituto tiene mayor incidencia; por su parte la CEPAL, organismo de las Naciones Unidas y con mucha mayor tradición en enfoques de índole espacial y regional (a través de su Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social --ILPES--), pone pautas importantes sobre la importancia del territorio en las políticas públicas latinoamericanas e incorpora este enfoque en el diseño de estrategias de planificación gubernamental y ordenación del territorio en dimensiones de multiescala.

> formulario neoliberal para crear o fortalecer arreglos institucionales de participación social en la gestión pública, disminuyendo la distancia entre el Estado y la socieda" (Silva, 2009, citado por Piraux y Caniello, 2016).

También se destacan las dimensiones de la gestión rural en el ámbito de la producción alimentaria como práctica del desarrollo territorial, de la que Ramírez (2016) señala que hay diferencias en torno a sus alcances deseados y a su misma genealogía. El mismo autor, en otro texto (Ramírez, 2014), precisa que:

> Existe un importante debate sobre la pertinencia conceptual de lo rural, justo cuando la coyuntura política pone en el centro la reflexión sobre este ámbito… El debate tiene que ver básicamente con una concepción que asume la unicidad del territorio y la continuidad de lo urbano y lo rural en el espacio físico y otra que entiende a la relación urbano-rural como una relación de dominación inherente a las relaciones sociales capitalistas. Cuestiones que resultan polémicas cuando a la noción ya convencional de la nueva ruralidad se le cuestiona bajo el argumento de la ruralidad neoliberal.

En síntesis, el abordaje de la institucionalidad pública y su relación con el enfoque de desarrollo territorial que aquí nos interesa, se plantea desde la perspectiva de la funcionalidad relacional, asimilada del enfoque de proximidad de la escuela francesa de economía y geografía de las dinámicas de proximidad[5], y del enfoque de agencia-

---

5 El enfoque de dinámicas de proximidad refiere a un marco analítico para comprender fenómenos subyacentes a la interacción de actores. Se fundamenta en la multiplicidad de escalas espaciales donde las personas sitúan sus acciones (Torre y Rallet, 2005, pág. 49). La idea central de la propuesta de proximidad sostiene que las dinámicas de interacción, coordinación y organización entre individuos estarán condicionadas por

miento de desarrollo de elaboración propia, como campos de acción de los actores locales y la esfera pública, resultante de las relaciones interactivas campo-ciudad. Específicamente, nos proponemos resaltar la relevancia que tienen los ámbitos rurales, periurbanos, perimetropolitanos y regionales en la esfera de la gestión territorial, ponderando las interacciones funcionales mediadas por unidades territoriales conceptualmente definidas como **ciudades intermedias**. Es decir, nuestra atención se coloca en el campo de la planificación regional y del ordenamiento territorial.

¿Qué del territorio?

Hay consenso en considerar que en los enfoques territoriales la multidimensionalidad es clave para entender "lo territorial", y, a ello, nosotros agregamos que la multiescalaridad representa el método para acceder al entendimiento de la complejidad de procesos y relaciones que se establecen entre actores y factores, en un territorio. ¿Por qué multiescalar? Al referirnos a las escalas nos situamos más allá de la dimensión físico-geográfica o espacial de un lugar, o sólo del tamaño asignado por tal o cual indicador (por ejemplo, ciudades grandes en extensión, pero pequeñas en población), más bien, hablamos de procesos territoriales que se expresan en multiplicidad de dimensiones y de lugares al mismo tiempo, lo que en su expresión relacional representa su **territorialidad**.

En este sentido, Doreen Massey (2005) señala:

> el espacio (territorio) es producto de relaciones (y de la falta de relaciones). Es una complejidad de redes, una malla, de vínculos, de prácticas, de

---

el grado en que se comparten conocimientos (proximidad cognitiva), instituciones (proximidad institucional), lazos familiares y/o de amistad (proximidad social), la pertenencia a una misma organización (proximidad organizacional) y a un territorio (proximidad territorial), así como en la dimensión espacial, basada en la separación física entre actores (proximidad geográfica) (López-Santos, J., Castañeda-Martínez, T. y González-Díaz, J. 2017, pág. 3).

> intercambios, tanto a nivel muy íntimo (como él del hogar) como a los niveles de la ciudad, el país, lo global.

De acuerdo a ello, producimos el espacio en el manejo de nuestras vidas. La dimensión relacional del territorio son las expresiones vivas de dichas interacciones, de redes que se multiplican de lugar a lugar y a distintas escalas físicas, funcionales y organizacionales. Rivera Carbó (2010) lo expresa de la siguiente manera:

> al concepto de espacialidad se le atribuye la dimensión espacial (física) de los objetos, independientemente de los proyectos de la sociedad, y al de territorialidad la dimensión espacial de los objetos, pasando por los proyectos de la sociedad.

Por tanto, lo que permite definir ¿qué tan territorial es el enfoque territorial que pregonamos? tiene que ver con la forma en que accedemos el concepto de territorialidad. En un contexto más amplio, la territorialidad es la dimensión organizada del territorio, de la cual Edward Soja considera que:

> Hay una territorialidad específicamente humana que tiene tres elementos: el sentido de la identidad espacial, el sentido de la exclusividad y la compartimentación de la interacción humana en el espacio… Proporciona un sentimiento de pertenencia a una porción particular de tierra sobre el que se tienen derechos exclusivos, e implica un modo de comportamiento en el interior de esa entidad (SOJA, 1971).

Además, la territorialidad no se refiere únicamente a un espacio geográfico con historia e identidad, sino que es también el resultado de una compleja construcción social, dinámica y multifuncional (Montenegro, 2021). Entonces, el territorio es el sistema relacional y las relaciones sistémicas su territorialidad. Es un sistema socialmente identificado por los actores presentes en él, regulado por vías institucionales

formales y mediado por diversidad de instituciones no formales que le dan al territorio su valor de identidad[6]. En este sentido, al territorio se puede uno aproximar a través de una serie de principios que le dan, cada uno de ellos, un carácter funcional distintivo (Figura 1).

Figura 1. Principios básicos de la organización territorial

Fuente: elaboración propia.

En resumen, el territorio es la expresión material resultante de las interacciones del conjunto de actores, factores y dimensiones

6 Concebimos a una institución como una forma de organización social (privada o pública, individual o colectiva), que cumple una función específica en la sociedad, y que obedece a normas y a una estructura que funciona mediante roles (impuestos o consensuados) que sus miembros asumen. Las instituciones formales, como un gobierno, una universidad, una cooperativa, operan a través de documentos, leyes o decretos, mientras que las instituciones no formales son asociaciones que se expresan a partir de su propia dinámica, que se rigen por normas derivadas de la costumbre, de hábitos, y de la propia naturaleza de las relaciones humanas.

organizativas, por lo tanto, es el ámbito de la planeación y de la gestión pública y ciudadana, es "objeto" del ordenamiento territorial. Su proyección como sistema relacional se posibilita mediante el aprovechamiento de sus recursos y potenciales, a partir de condicionantes locales y ambientales tales como: las interacciones urbano-rurales que sostienen una estructura territorial, los sistemas productivos locales que especializan o complejizan la sostenibilidad económica, las redes colaborativas y cooperativas que modelan las funciones redistributivas como competencia de los actores sociales, las acciones de gobernanza territorial como mediación horizontal entre el Estado y la población, los actores sociales y gubernamentales en sus representaciones institucionales que determinan las cualidades organizativas de los territorios.

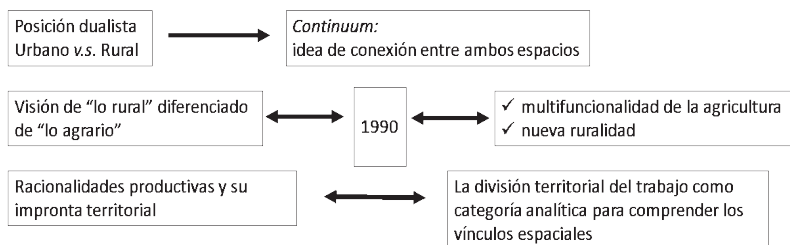
El campo y la ciudad, la ciudad y el campo, o, "el territorio"

El territorio tiene adjetivos: la ciudad es territorio y el campo también lo es, pero cuando logramos reconocer las interrelaciones entre ambas figuras simbólicas, entonces ni urbano ni rural, sino "territorial". Esta dimensión o territorialización se expresa como entendimiento de las interacciones entre factores, actores y lugares, y es resultado de las relaciones múltiples que llevan a cabo las personas en los lugares mediante procesos y arreglos societales formales. Referido al ámbito de las políticas territoriales, significa, como propósito, construir figuras institucionales que dejen atrás el suponer a lo rural como opuesto a lo urbano, que ignoran la multiplicidad de interacciones entre ambos.

En esta comprensión relacional, **el territorio** es un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósito compartidos (Schejtman y Berdegué, 2004, pág. 5). Y la esencia relacional del territorio (relaciones entre actores, entre poblados y localidades, entre instituciones y estructuras, y otros), amplía la perspectiva hacia una comprensión del espacio rural a partir de sus interacciones (Fernández J., Fernández, M., Soloaga, I., 2019, pág. 14).

En los territorios, las relaciones sociales son entendimientos compartidos que denotan subordinaciones formales o impuestas y conflictos recurrentes. Entran en juego estrategias e intereses de distintos actores en los que interactúa lo económico, lo político, la cultura, el desarrollo y el medioambiente (Bebbington, 2016). Específicamente, las políticas que se dirigen a la comprensión de las relaciones campo-ciudad reconocen de manera creciente estas articulaciones e intercambios cada vez más estrechos y complejos, pero en los que lo rural, sin embargo, se mantiene subordinado a lo urbano. Baste observar que, a pesar de su evolución, las relaciones urbano-rurales son hoy expresiones de dominación espacial, de poder territorial[7] entre territorios, en un "modelo urbanita" que impone sus estilos de vida, acumulación física de factores y personas, y concentración de plusvalías territoriales (y excedentes de todo tipo), sobre otros modos y prácticas de vida propios del mundo rural (y de las periferias urbanas), sin reconocer las transferencias históricas que el campo le ha aportado a las ciudades para su existencia formal.

7 El concepto de poder expresa la energía capaz de hacer que la conducta de los demás se adapte a la propia voluntad. Para J.E. Sánchez (1992), las relaciones de poder asumen una forma espacial-territorial, dado que es el espacio el lugar en el que se materializan aquellas. Los factores que ligan las relaciones de poder al espacio geográfico son: 1) la necesidad de que exista una coherencia entre relaciones de poder y articulación del espacio (el espacio, bien articulado y ordenado, es un medio material para el funcionamiento del poder y de la sociedad); 2) la consideración del dominio del espacio por los grupos sociales (puesto que cada grupo necesita dominar, controlar, el espacio, tanto desde un punto de vista material –apropiación del territorio–, como desde un punto de vista de influencia –intervención sobre el territorio desde una relación de poder, sin necesidad de apropiárselo–); 3) la consideración de la localización de las fuerzas de decisión en su relación con la organización del espacio (es interesante conocer dónde se ubican los centros de decisión de los que partirán los procesos de organización territorial).

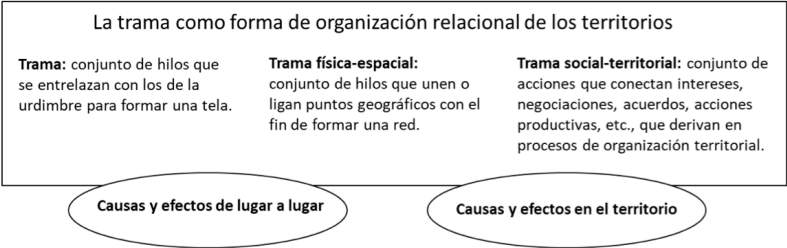
Figura 2. Lo rural y lo urbano en su evolución

Fuente: elaboración propia a partir de Ana Laura Picciani, "Discusiones teóricas sobre la dinámica funcional en el vínculo espacial urbano y rural", **PAMPA** núm.14, 2do. Semestre, 2016.

Aún y con estas relaciones asimétricas, reconocer a "lo rural" como ámbito primordial de "lo territorial" permite suponer que, en sus interacciones con ámbitos urbanos y metropolitanos, los estilos de vida que sobreviven en los territorios rurales se desenvuelven a partir de sus fortalezas histórico culturales y representan potenciales territoriales que, en algún momento, recibirán el reconocimiento que merecen dentro de un sistema territorial organizado, tarea primordial de la planificación del espacio en sus interacciones.

Ciudades intermedias en las interacciones territoriales

Una ciudad intermedia es aquella que ocupa "un lugar relacional y funcional" en la red territorial de un país, o del sistema regional (urbano/rural), pero no sólo eso, hace referencia a un contexto territorial específico bien definido. El término denota una relación con las jerarquías y redes, teniendo en cuenta las redes territoriales, los espacios rurales vinculados, así como los sistemas ambientales naturales que condicionan el funcionamiento de los espacios urbanos.

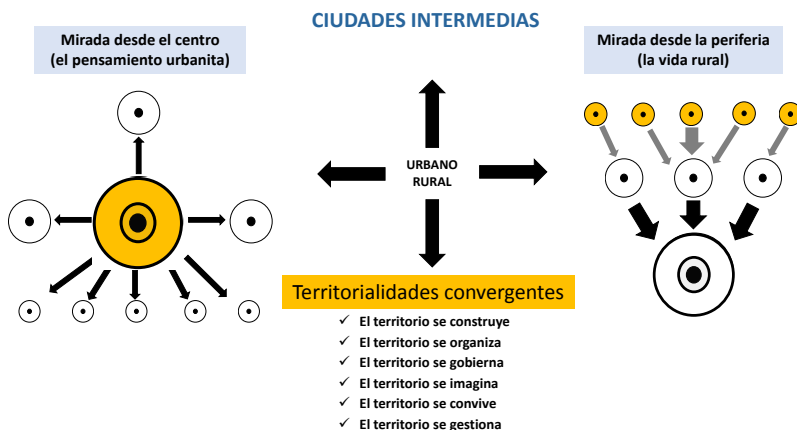
Las ciudades intermedias son urbes que crean nexos entre zonas rurales y urbanas mayores. Juegan un rol de **nodos de desarrollo**, de dotación de servicios básicos, producción de bienes y servicios que añaden valor e identidad a la producción del campo y atraen insumos de las grandes urbes para generar intercambios, empleo y movimiento dinámico de las economías locales (IICA, 2021). Al incorporarlas como instrumentos de la política pública, nos planteamos su inclusión dentro de una red territorial amplia, como figuras de intermediación en las formas de interacción con los ámbitos rurales. Es una manera de revalorizar el valor que tienen los espacios rurales en la funcionalidad territorial, si bien, con dinámicas distintas pero complementarias. También, es una forma de proponer al territorio como una figura formal, como una construcción de tramas sociales-territoriales, y como instrumento del desarrollo sostenible al que aspiramos.

Figura 3. Expresiones relacionales y tramas.

Fuente: elaboración propia.

Lo importante es la manera en que colocamos la mirada de estas ciudades en su papel de artífices de la organización de una región/territorio (que incluye lo rural-urbano como un todo). La mirada que predomina es ver a la ciudad como el centro de las relaciones funcionales con los otros espacios, desde donde se promueve la subsidiariedad territorial, pero, también, podemos cambiar la óptica y colocar la mirada en las ciudades como un sistema territorial relacional, donde el tamaño y la influencia jerárquica que pudiera representar el centro

urbano tiene igual importancia que otros factores relacionales, donde, incluso el tamaño de lo urbano puede quedar subordinado a la importancia de los atributos y funciones de lo rural (Figura 4).

Figura 4. Dos maneras de mirar a las ciudades y el territorio

CIUDADES INTERMEDIAS
Mirada desde el centro
(el pensamiento urbanita)
Mirada desde la periferia
(la vida rural)
URBANO
RURAL
Territorialidades convergentes
✓ El territorio se construye
✓ El territorio se organiza
✓ El territorio se gobierna
✓ El territorio se imagina
✓ El territorio se convive
✓ El territorio se gestiona

Fuente: elaboración propia.

Por ello, estas ciudades no se definen sólo en términos de tamaño demográfico y dimensiones específicas de talla (que es coherente con el contexto demográfico), sino sobre la base de las funciones que desempeñan, tales como: su papel en la mediación de los flujos (de bienes, información, innovaciones y administración, etc.) entre las zonas rurales y los territorios urbanos, dentro de sus respectivas áreas de influencia y con respecto a otros centros o áreas urbanas, que pueden estar más o menos distantes de ellas (Bellet y. Llop, 2003).

También, se reconoce en las ciudades intermedias su dinamismo y las posibilidades de recuperar la capacidad de gestión del espacio urbano para prevenir problemas que se presentan en las grandes urbes: hacinamiento, movilidad, inseguridad, abastecimiento, entre otros. Representan un eslabón importante en la conformación de redes territoriales que se vinculan con los territorios rurales en una dimensión regional a diferentes escalas ya que tienen la capacidad de intermediar y

vincularse con otros territorios urbanos y rurales para compartir conocimientos, diversificar sus economías y promover emprendimientos conjuntos (Montenegro, 2021).

Por lo tanto, desde la perspectiva de la gestión territorial y regional, en el ámbito de las interacciones que se dan entre comunidades, localidades y centros urbanos que se relacionan a través de dinámicas interterritoriales, las ciudades intermedias representan la oportunidad de recuperar la unicidad del territorio urbano y rural, y, a través de su función "bisagra" reconocer la importancia de aspectos centrales como:

la producción de alimentos sanos con identidad territorial,

- la consolidación de circuitos cortos y economías de proximidad,
- el establecimiento de sistemas regionales de movilidad con alta eficiencia energética,
- la gestión sustentable del agua y bienes naturales,
- la conformación de redes educativas (formales y no formales) y científicas que sustenten sistemas regionales de innovación,
- oportunidades de empleo y mejor calidad de vida para las poblaciones migrantes.

El potencial relacional que las ciudades intermedias tienen con la vida rural sugiere observar una serie de cuidados y recomendaciones tendientes a alcanzar procesos de cohesión territorial y disminuir las asimetrías persistentes. Algunas referencias a ello son las siguientes:

- liberar el potencial de las ciudades intermedias como interfase urbano-rural, para que puedan asumir sus responsabilidades en el desarrollo territorial,
- las ciudades intermedias y los territorios rurales deben aumentar su visibilidad en la jerarquía de las políticas regionales y nacionales,
- la proximidad y la escala humana son bienes esenciales de las ciudades intermedias, por tanto, se hace necesario preservar

y reforzar sus capacidades en la planificación y en procesos de gestión,

- el crecimiento económico y el desarrollo comienzan por lo local, lo que sugiere promover oportunidades aprovechando ventajas territoriales multiescalares y las potencialidades crecientes,
- y, exigir como criterio obligatorio, reducir la huella ambiental urbana para luchar contra la degradación del medioambiente y el cambio climático; esta es, sin duda, una ventaja incuestionable que tiene el medio rural.

Lo local es regional, lo regional es territorial, lo territorial es campo de la gestión pública

> "El territorio **no** es el medio para alcanzar el desarrollo… **el territorio es el acto**". JDM

En la forma de mirar el desarrollo que aquí presentamos, la gestión territorial debe entenderse como un principio democrático para sustentar de mejor manera los objetivos colectivos presentes en cada unidad territorial. Es una acción compartida entre actores públicos, sociales e institucionales, bajo principios de gobernabilidad democrática y gobernanza participativa, que se propongan atenuar o eliminar la desigualdad persistente.

La interpretación reciente de las dinámicas territoriales reconoce la presencia de las desigualdades como una constante e incorpora las interrelaciones escalares en un contexto de globalización, lo que implica considerar de manera conjunta tanto los factores endógenos a los territorios como aquellos factores emanados de las escalas nacionales y globales, lo que añade mayores desafíos para las políticas públicas territoriales (ILPES, 2013). La multiescalaridad se propone como el método para comprender las relaciones formales entre lugares y entre instituciones. Constituye dimensiones del análisis territorial y

representa también dimensiones distintivas del ejercicio de la administración pública y de la gestión.

La instrumentación de políticas regionales/territoriales pasa por comprender de manera ineludible las diferentes escenografías del territorio. Estas escenografías son expresiones materiales e inmateriales resultantes de las demandas, deseos, procesos, relaciones y cualidades múltiples que se presentan a su interior.

En la gestión territorial la intervención pública opera a través de mecanismos de planeación y ordenamiento territorial construidos en la lógica de gobernabilidad predominante (modelo top- down), aunque debiera transitar con mayor velocidad hacia el reconocimiento formal de los actores locales, aprovechar el "conocimiento local" y la inteligencia que los actores poseen y practican como principios, reconocer identidades y recuperar dimensiones formales de la territorialidad construida.

Las políticas de ascendencia territorial deben comprometerse a:

- conectar entre sí las zonas urbanas, periurbanas y rurales,
- promover la equidad territorial,
- impulsar la cohesión social,
- condicionar sus acciones al logro de la sustentabilidad medioambiental,
- aprovechar los potenciales territoriales y generar ventajas locacionales,
- favorecer el desarrollo endógeno y la cooperatividad local,
- lograr procesos de agenciamiento de desarrollo, distintivos de lugar a lugar.

El concepto de "dimensión" es una de las expresiones fundamentales que explican la importancia de las relaciones campo-ciudad y del papel de las ciudades intermediarias en la conformación de sistemas territoriales/regionales y sus especificidades escalares. Las "interacciones" y "redes" son otras expresiones que, en su utilidad operativa, deben explicarse antes de proponer estrategias de gestión posibles. Representan elementos metodológicos para reconocer las nuevas dinámicas rurales-urbanas

en un sistema territorial planeado. Por ello, en un enfoque de alianzas regionales y territoriales, entre sistemas de ciudades intermedias, pequeñas y rurales, es necesario precisar de qué dimensiones estamos hablando, no sólo tamaño de la población, extensión geográfica, sino, también, intensidades de intercambios, infraestructuras, dinámicas, interacciones, similitudes, asociatividades, complementariedades, entre muchas otras expresiones organizacionales.

Algunas expresiones de estas dimensiones en los ámbitos regionales/territoriales son las siguiente:

- los asentamientos urbanos y rurales no son unidades aisladas: están integrados en un determinado espacio físico, pero forman parte de sistemas territoriales más amplios,
- nuevas políticas para entornos propicios: actores regionales y locales que se organizan para innovar y capitalizar sus recursos,
- los ámbitos de gobierno se relacionan con los territorios mediante formatos de gobernanza multinivel,
- las políticas y las acciones regionales y locales necesitan una participación e implicación intensa de las redes territoriales y de los actores locales,
- el enfoque territorial del desarrollo contribuye a la capitalización de las potencialidades locales y regionales,
- la dimensión regional puede ser la escala pertinente para mejorar la conectividad y fortalecer la integración y el equilibrio territorial.

La proximidad territorial es también una ventana metodológica y de análisis interpretativo sobre las relaciones multifuncionales que se dan en los sistemas territoriales y entre actores y procesos. De acuerdo con Torre y Beuret:

> la proximidad territorial es el lugar de la intersección de dos categorías distintas pero interdependientes: la "proximidad geográfica" y

> la “proximidad organizada”; la primera se refiere a la distancia física entre dos actores, y en muchos casos promueve la aparición de la segunda categoría, que se refiere a la distancia relacional entre dichos actores (TORRE y BEURET, 2012, p. 15).

En esta expresión, el concepto de distancia es algo más que la línea que une dos puntos, tiene que ver también con las cualidades cognitivas, culturales y sociales de los actores en sus interacciones, en un territorio en el que el sistema relacional lo hace común.

En el recuadro 1 se presentan los elementos básicos que aporta la proximidad territorial a las acciones de gestión e instrumentación de políticas de índole territorial.

Recuadro 1. Elementos de la proximidad territorial

Situación. Ubicación geográfica de un elemento, de un proceso o de elementos componentes de un sistema relacional, en función de sus relaciones con el entorno próximo con el que interactúa (la situación geográfica se evalúa en términos de **accesibilidad** relativa a otros lugares).

Distancia. Significado de separación (o de acercamiento), su recorrido necesita un esfuerzo, un gasto de energía. En los estudios de movilidad la proximidad se mide menos en términos de distancia física que por las posibilidades de contacto, de información o de familiaridad entre los lugares. La distancia es en esos casos revelada por los comportamientos antes que establecida *a priori* según una escala idéntica para todos los individuos (distancia percibida).

Dimensión geográfica. Se refiere al tamaño o extensión de un lugar, de un proceso o del grupo de actores que participan en el proceso. Se expresa en una o varias magnitudes, por las cuales ocupa mayor o menor espacio.

Agregación. Expresa procesos de agrupamiento de personas o de actividades en un mismo lugar o en un área de dimensión funcional. Estos procesos suponen la existencia de similitudes o de comunidades de interés entre las personas o los objetos aproximados, que se refuerzan por las interacciones que permite la proximidad.

Accesibilidad. Se define en general como la mayor o menor facilidad con la cual un lugar puede ser alcanzado a partir de uno o varios otros lugares. La accesibilidad no se limita solamente al desplazamiento de individuos de un lugar a otro.

Interacción. Acción recíproca entre dos o más actores, agentes o lugares que generan interdependencias, complementariedades y cambios en los comportamientos en un sistema.

Redes. Representan una parte significativa del capital social presente en el territorio (también se le denomina capital relacional). A través de ellas se puede aumentar el sentido de confianza y responsabilidad entre los actores con presencia activa en los distintos ámbitos, constituyendo una base importante para la acción colectiva que puede influir decisivamente en los procesos de desarrollo (Caravaca, 2009).

Fuente: Delgadillo, J. (2019), “Producción y consumo agroalimentario en áreas perimetropolitanas. Una aproximación tipológica desde el enfoque de proximidad”. *Estudios Sociales, Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional*, Volumen 29, Número 53. Enero–Junio.

Un ejemplo: Estado de Morelos (México) como sistema territorial relacional[8]

Morelos es uno de los 32 estados que conforman la República Mexicana. Se ubica en la región central del país y no obstante su pequeña extensión geográfica, representa un territorio clave de interrelaciones e intermediación funcional con el sur de México. Además de contar con dos áreas metropolitanas importantes se distingue por su historia regional de relevancia nacional (cuna de la revolución mexicana con Emiliano Zapata como figura central) y una tradición cultural y de prácticas socio-territoriales que por siglos mantienen una esencia rural y respeto por la vida en el campo.

Usar a este estado como unidad de análisis nos permite situar algunas de las explicaciones expuestas en párrafos anteriores (dimensiones multiescalares, relaciones funcionales, interacciones espaciales, articulaciones institucionales, mediaciones entre actores territoriales, asociatividad cultural, etc) como propuesta de política territorial de alcance regional y vinculación urbano-rural.

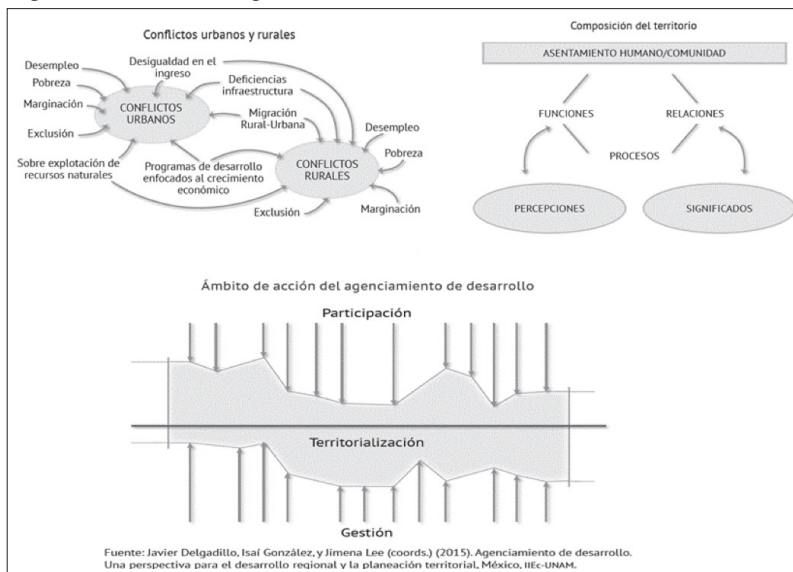
El punto de acercamiento inicial que utilizamos para comprender las dinámicas territoriales, urbano-rurales, se construyó a partir del enfoque de agenciamiento de desarrollo[9]. Un enfoque que hemos

---

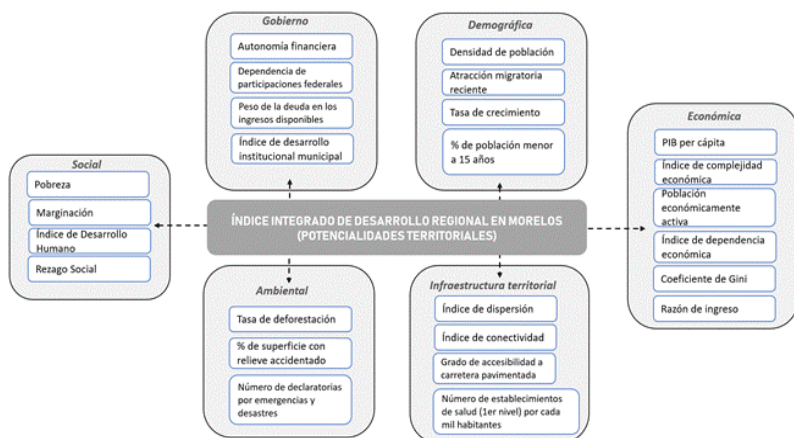
8 Un primer avance de este estudio de caso puede revisarse en: Javier Delgadillo Macías (coordinador) (2018), **Estado de Morelos: dimensiones de desarrollo territorial y la planeación regional y metropolitana**, CRIM-UNAM, México. Actualmente se encuentra en proceso de publicación un segundo estudio titulado “Políticas públicas para el desarrollo territorial de Morelos. Atención a las desigualdades sociales en regiones y municipios”, que representa el avance actual.

9 Sobre este enfoque y la manera de ver su aplicación al ámbito territorial pueden consultarse las siguientes publicaciones: Delgadillo, J. et. al. (2016), **El concepto de agenciamiento de desarrollo. Una propuesta para pensar el desarrollo en el contexto actual**; Delgadillo, J. et. al. (2016), **Agenciamiento de desarrollo. Una perspectiva para el desarrollo regional y la planeación territorial**; Delgadillo, J. et. al. (2018), **Perspectivas del agenciamiento de desarrollo: de la política a la planeación territorial**; Delgadillo, J. et. al. (2018), **Agenciamiento de desarrollo e incidencia territorial: teorías y experiencias en el sureste mexicano.**

venido trabajando en los últimos años como modelo de intervención territorial y que se esquematiza en la figura 5, en la que se representan figuras de las dinámicas de agenciamiento en su dimensión urbano-rural y su expresión territorial (territorialización).

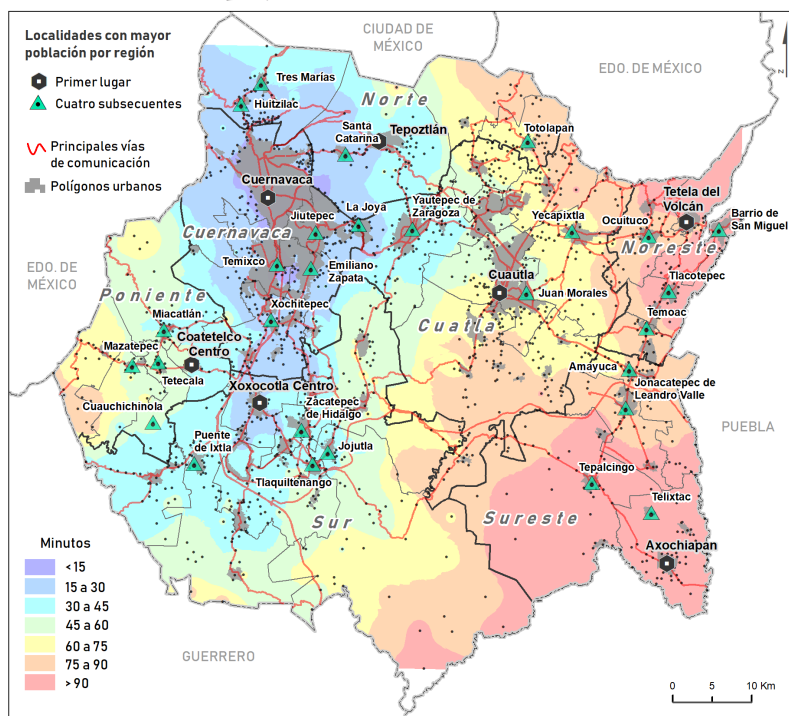
Figura 5. Procesos de agenciamiento de desarrollo en el estado de Morelos.

Fuente: elaboración propia.

Este enfoque de agenciamiento y la estrategia metodológica empleada se acompaña de un índice de medición relacional en un sentido prospectivo, al cual denominamos índice de potencialidades territoriales, cuya construcción hace uso de información documentada a partir de variables (dimensiones) que se exponen en la figura 6.

Figura 6. Dimensiones e indicadores para medir el potencial territorial del estado de Morelos.

Fuente: elaboración propia.

Desde una óptica multidimensional, el índice construido nos permite reconocer cómo el estado de Morelos cuenta con una amplia diversidad de atributos que representan su fortaleza territorial, si bien diferenciados en ámbitos microrregionales que se observan en los mapas subsecuentes. Sin embargo, se contrasta esta fortaleza (o potencialidades territoriales) con indicadores que describen de manera crítica la presencia de una desigualdad persistente que se refleja también como desequilibrios territoriales entre municipios urbanos y rurales y entre la población.

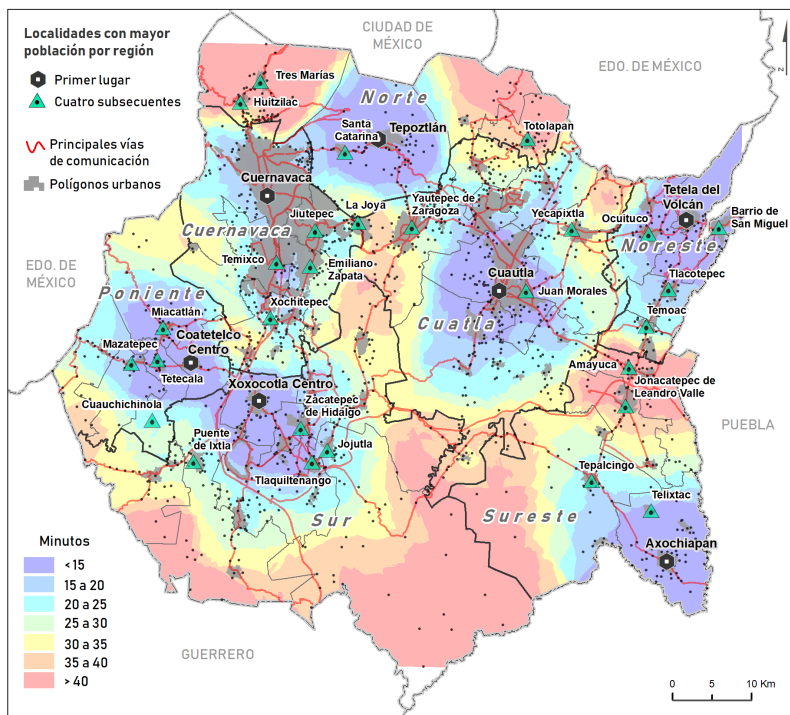
El criterio de interacción (en el sentido que se expuso en páginas anteriores) representó un elemento importante para el análisis de accesibilidad territorial, al medir las interacciones de las ciudades principales respecto del conjunto de localidades de la entidad, lo que permitió dimensionar a diversas escalas el concepto de relaciones urbano-rurales (véase el mapa 1).

Mapa 1. Estado de Morelos. Interacciones urbano-rurales: Ciudad principal y resto de localidades, 2021 [10]

Fuente: elaboración propia con datos del Censo de Población y Vivienda 2020 del INEGI y la Red Nacional de Caminos del INEGI, SCT e IMT, 2021.

El resultado del análisis del índice de potencialidades asociado al de accesibilidad nos permitió generar una primera propuesta de ciudades intermedias subregionales, las que jugarían el papel de pivote funcional de la estrategia de desarrollo regional (urbano-rural) que

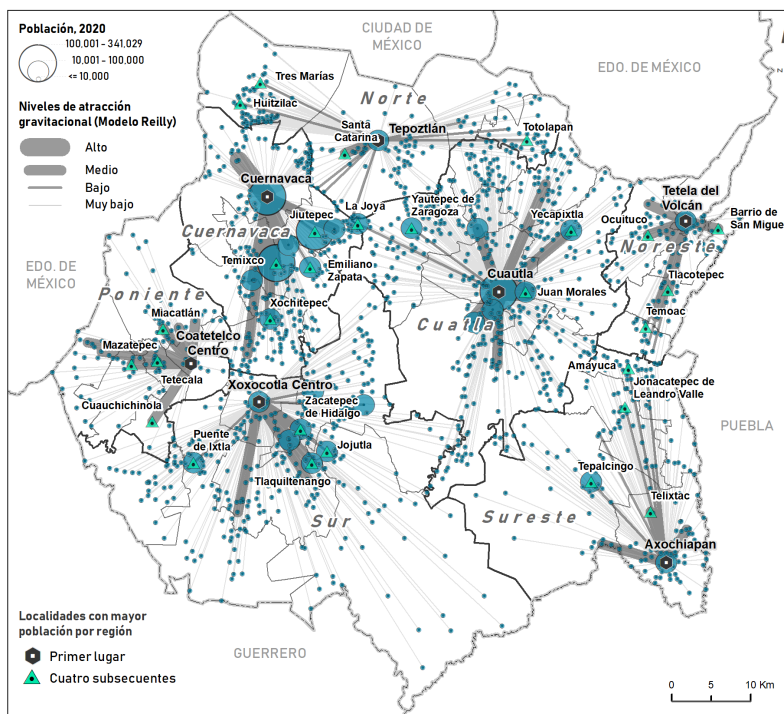
10 Criterio de accesibilidad media territorial:
(_) =(Σ1_(=1)^ _)/((−1)) =1,2,3,…, ; =1,2,3,…, donde Tvi es el tiempo de viaje mínimo promedio entre el nodo i y los demás nodos de la red; N = número de nodos de la red.

podría emprender un programa de desarrollo territorial integral para el estado de Morelos (véase el mapa 2). El concepto de ciudades microrregionales (ciudades intermediarias) que utilizamos en el estudio, equivaldría a las unidades funcionales de fortaleza rural.

Mapa 2. Estado de Morelos. Ciudades intermediarias para el desarrollo regional. Fortalecimiento de localidades rur-urbanas, 2021.

Fuente: elaboración propia con datos del Censo de Población y Vivienda 2020 del INEGI y la Red Nacional de Caminos del INEGI, SCT e IMT, 2021.

El tercer nivel de este análisis multiescalar lo representa el sistema regional (unidades sub-regionales) que se sustenta a partir del concepto de potencialidades territoriales, construido desde una visión prospectiva y de funcionalidad del conjunto del estado. En esta dimensión se

aplica un análisis multicriterio de diversificación productiva territorial y se hace una medición de las fuerzas de atracción, de movilidades de la población y de intercambios productivos (modelo de interacción territorial), relacionando las capacidades de atractividad que tienen las áreas metropolitanas de mayor concentración de población, de actividades comerciales y de servicios, en su relación con las áreas perimetropolitanas y los territorios rur-urbanos previamente diagnosticados, dando como resultado un modelo de interacciones potenciales organizado en nueve sistemas territoriales-regionales (mapa 3).

Mapa 3. Estado de Morelos. Ciudades potenciales sub-regionales. Ponderaciones de las relaciones funcionales urbano-rurales, 2021.

Fuente: elaboración propia con datos del Censo de Población y Vivienda 2020 del INEGI y la Red Nacional de Caminos del INEGI, SCT e IMT, 2021.

Una ves definidas las relaciones interterritoriales y las dinámicas de funcionalidad urbano-rurales del conjunto morelense, regresamos al concepto de agenciamiento como categoría funcional (criterio de planificación territorial) para explicar la territorialización de los procesos de desarrollo y las ideas finales sobre el papel del Estado regional en sus tareas de conducción del desarrollo territorial. La definición que proponemos para el concepto de agenciamiento es la siguiente:

> Es el potencial de articulación que opera encuentros y territorializa procesos de intervención. Por medio de su actuación distribuye y conecta multiescalarmente (micro, meso, macro, regional; pero también con todo el espectro de actores político-económico-institucionales: gobierno [tres órdenes], sociedad civil, ONG´s, etc.) diversos elementos que producen rutas, funcionamientos y expresiones, en relación con el desarrollo (DELGADILLO, GONZÁLEZ, GUDIÑO y LEE y p. 47 y 48).

Afirmamos que el agenciamiento de desarrollo constituye un "potencial de articulación", pues no es un proceso, una atribución o una capacidad, sino una condición para que se genere el desarrollo. Para que esto sea así, debe "operar encuentros y territorializar procesos de intervención", es decir, debe partir de relaciones y series de relaciones (reales, posibles o virtuales), que produzcan acciones concretas sobre territorios determinados (actividad que implica necesariamente un enfoque regional/territorial). Estas series deberán a su vez distribuir y conectar multiescalarmente (micro/meso/macro regional; público/privado; gubernamental/no gubernamental, etc.) los diversos esfuerzos que se encuentran en la constitución de una acción de desarrollo, generando con esto vínculos institucionales a partir de instancias tales como la participación, la gestión, la interacción, etc.

El agenciamiento opera la territorialización a través de cualidades particulares, es decir, la formación de rutas, relaciones, expresiones

y acciones, que determinan un funcionamiento específico para el territorio y su relación con otros territorios. Existen dos procesos necesariamente asociados al territorio y, por lo tanto, al agenciamiento de desarrollo: la desterritorialización y la reterritorialización. El primero consiste en apartarse (basados en una caracterización crítica) de los funcionamientos determinados por el territorio a través de la ruptura con cualquiera de sus elementos, mientras que el segundo, consiste en el establecimiento de nuevas formas de estos elementos, es decir, en el trazado de otro territorio.

Un agenciamiento se da cuando se efectúa el movimiento en un estado de cosas determinado y se expresa en un régimen de percepción colectiva espacio-temporalmente determinable. Es de desarrollo, cuando sus componentes se encuentran involucrados en un proceso de intervención que detona multivectorialmente rutas, funcionamientos y expresiones que abren nuevas formas de vida posibles. Aquí es donde asociamos el concepto de gestión territorial y los papeles específicos que cada grupo de actores deben jugar en el escenario territorial.

El agenciamiento en su vertiente regional/territorial incorpora dimensiones diversas: globalidad, complejidad, virtualidad, subjetividad, tamaño, poder, competitividad, sustentabilidad, asociación, liderazgo e identidad. Bajo esta perspectiva, el diseño de una política de desarrollo regional para el estado de Morelos requiere de ir construyendo, por aproximaciones espacio-temporales, una nueva institucionalidad que sea la piedra angular para la implementación de acciones (gestiones) de base territorial, que consoliden procesos territoriales o, en la mayoría de los casos, generen procesos de reterritorialización. La política territorial tendría una visión orientadora que privilegie la reducción de divergencias entre las unidades territoriales que la componen, den igualdad relacional a lo rural y lo territorial, y ayude a crear las condiciones de desarrollo para cada municipio, sin que sea una situación limitativa el nivel de avance o atraso económico.

Finalmente y tomando en cuenta esta propuesta, consideramos para el estado de Morelos, que las instancias de gobierno tienen

la obligación de conducir la política, pero también la de impulsar la promoción fáctica de los territorios y de las regiones a favor de las personas, por ello, la agenda gubernamental debe fortalecer sus vínculos de intergubernamentalidad hacia arriba (con el nivel federal) y hacia abajo (con los municipios) aprovechando un federalismo regional descentralizado (discutir el desarrollo desde las propias regiones).

En la escala de las personas, el territorio y las regiones que son atendidas por las políticas públicas podrían considerar los enfoques de agenciamiento de desarrollo y de desarrollo territorial como instrumento para operar encuentros y procesos relacionados con el hacer y con el actuar de las personas, en sus lugares e interacciones colectivas (actores regionales), lo que llevaría a fomentar los potenciales locales bajo temporalidades diferentes: de lugares construidos (apropiados), o de nuevas territorialidades derivadas del potencial de articulación que las personas (como expresiones sociales, culturales y socioambientales). En esta perspectiva, ambos enfoques ponen especial énfasis en la articulación, las relaciones, las distribuciones y las funciones de los elementos constitutivos del desarrollo en los lugares y como propósito de un mejor futuro para las personas.

Como ideas finales del estudio sobre el estado de Morelos, exponemos las siguientes consideraciones.

Se reconoce que la acción pública tendiente a afianzar el enfoque de desarrollo territorial en Morelos tiene múltiples frentes y requiere igual de múltiples centros de pensamiento y acción articulados. Por la naturaleza de sus temas, de su enfoque y de sus formas de acción, estamos convencidos que la política con enfoque territorial puede contribuir a la construcción de una visión consensuada del desarrollo, susceptible de ser compartida por distintas fuerzas políticas, con mayor interés que sólo los enfoques macroeconómicos/sectoriales, en cuyo contexto muchas propuestas sólo resultan aceptables en uno o en otro extremo del espectro político e ideológico.

El agenciamiento de desarrollo en su vertiente territorial incorpora dimensiones diversas: globalidad, complejidad, virtualidad,

subjetividad, tamaño, poder, competitividad, sustentabilidad, asociación, liderazgo e identidad. Bajo esta perspectiva el diseño de una política de desarrollo territorial/regional requiere que se incorpore una nueva institucionalidad tomando como piedra angular una estrategia duradera de base territorial. La política territorial tendría una visión orientadora que privilegie la reducción de divergencias entre regiones y municipios y ayude a crear las condiciones de desarrollo sin importar su nivel de avance o atraso económico.

Las instancias de gobierno tienen la obligación de conducir la política, pero también la promoción de los territorios y de las regiones a favor de las personas, por ello la agenda gubernamental del estado de Morelos debe considerar las tendencias hacia el federalismo regional y fortalecer un sistema de gobernanza participativa y de gobernabilidad incluyente. Se debe privilegiar la descentralización para que se discuta el desarrollo desde las regiones y los propios sistemas territoriales.

Debemos repensar una nueva institucionalidad, una que haga posible establecer mecanismos que permitan la creación de agencias territoriales de desarrollo, eficaces, transparentes y asociados a políticas regionales de interés general. Para ello se requiere impulsar un esquema de fuertes incentivos sostenidos en la cooperación local entre empresas, universidades, centros de investigación y organismos institucionales, que dialoguen con los ámbitos gubernamentales responsables del diseño de políticas a diversas escalas y de diversos niveles sectoriales, haciendo ver la importancia "del territorio" como factor del desarrollo.

Los diversos cambios a los procesos institucionales significan operar con lógica territorial, lo cual supone una agenda central de reformas y prioridades consensuadas: el desarrollo de capacidades locales, el aprovechamiento de potencialidades territoriales y la construcción del espacio donde converjan todos los actores, gubernamentales, académicos, organizaciones de la sociedad civil, de productores, etc. Estos frentes permitirán la emergencia de nuevos procesos de desarrollo para los territorios (rurales, urbanos) y a favor de la población que los habita y los transita.

Referências

Agnew, J. (1999), "Regions on the mind does not equal regions of the mind" en **Progress in Human Geography**, n. 23(1).

Bebbington, A. y otros (eds.) (2016), **Trampas territoriales de pobreza, desigualdad y baja movilidad social: los casos de Chile, México y Perú.** México, CEEY-IBERO-RIMISP.

Bellet, C. y. Llop, J.M. (2003), **Ciudades Intermedias. Perfiles y Pautas**. Ajuntament de Lleida.

Caravaca, I. y González, G. (2009), "Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial". **Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, Vol. XIII, núm. 289.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2000), **Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia**. Pre-Textos, Valencia, España.

Delgadillo, J. (2019), "Producción y consumo agroalimentario en áreas perimetropolitanas. Una aproximación tipológica desde el enfoque de proximidad". **Estudios Sociales, Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional,** Volumen 29, Número 53. Enero – Junio.

Delgadillo, J., González, I., Gudiño, A. y Lee, J.V. (2016). **El concepto de agenciamiento de desarrollo. Una propuesta para pensar el desarrollo en el contexto actual**. Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM, México.

Delgadillo, J., Hildenbrand, A. y Garrido, R. (coordinadores) (2021), **Planificación regional y ordenación territorial. Visiones contemporáneas desde España y México.** FCE-España, Madrid, 454 p.

Echeverri. R. (2015), “Un compromiso crítico para transformar los territorios”, en **Memoria del II Congreso Internacional en Gestión Territorial para el Desarrollo Rural. Construyendo un paradigma**, Bogotá.

Haesbaert, R. (2019), **Regional-global. Dilemas de la región y de la regionalización en la geografía contemporánea**. Buenos Aires: CLACSO y editorial FILO-UBA. Bogotá: UPN.

Haesbaert, R. (2021), **Vivir en el límite. Territorio y multi/transterritorialidad en tiempos de in-seguridad y contención**. Siglo XXI Editores, Buenos Aires,

López-Santos, J., Castañeda-Martínez, T. y González-Díaz, J. (2017), “Nueva ruralidad y dinámicas de proximidad en el desarrollo territorial de los sistemas agroalimentarios localizados”. **Polis. Revista Latinoamericana**, (en línea), núm. 47.

Massey, D. (2005), **For space**, Sage Publications, 2005.

Montenegro, D. (2021), “Ciudades intermedias como instrumento para el desarrollo territorial sostenible e innovador”. **Periódico El Financiero**, abril 13, consultado el 29/06/2021. https://www.elfinanciero.com.mx/opinion/colaborador-invitado/2021/04/13/ciudades-intermedias-como-instrumento-para-el-desarrollo-territorial-sostenible-e-innovador/

Muñoz, P. (2020), “La gestión pública: de los modelos al territorio”, p. 95-124, en: Fabio Sánchez y Nicolás Liendo (editores), **Manual de Ciencia Política y Relaciones Internacionales**, Universidad Sergio Arboleda, Bogotá.

Picciani, A.L. (2016), “Discusiones teóricas sobre la dinámica funcional en el vínculo espacial urbano y rural”. **PAMPA,** núm. 14, 2do. Semestre.

Piraux, M. y Caniello, M. (2016), “Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)”, en: Ramírez, C.A., Hernández, M.C., Herrera, F. y Pérez, A. (coordinadores): **Gestión territorial para el desarrollo rural: Construyendo un paradigma,** Juan Pablos Editor, México.

Porto-Gonçalves, C. (2009), “De saberes y de territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latinoamericana”, **Revista Polis**, vol. 8.

Ramírez, C. (2014), “Critical Reflections on the New Rurality and the Rural Territorial Development Approaches in Latin America”, en **Agronomía Colombiana**, vol. 32, núm. 1, Bogotá, pp. 122-129.

Ramírez, C. (2016), “Introducción. Hacia un paradigma de la gestión territorial para el desarrollo rural”, en: Ramírez, C.A., Hernández, M.C., Herrera, F. y Pérez, A. (coordinadores): **Gestión territorial para el desarrollo rural: Construyendo un paradigma,** Juan Pablos Editor, México.

Sánchez, J.E. (1992). **Geografía Política**. Madrid: Síntesis.

Silva, E. (2009), **Participação social e as Conferências Nacionais de Políticas Públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006.** IPEA, (Texto para Discussão no 1378). Brasília.

Torre, A. y Beuret, J.E. (2012), **Proximités territoriales**. París: Editions Economica, Anthropos.

Torre, A. y Rallet, A. (2005), "Proximity and Localization". **Regional Studies**, 39 (1) 47-59.

Valencia, M., F. Sanz, y J. Le Coq (2016), "Políticas de desarrollo territorial rural: avances y nuevos retos", **Seminario Internacional sobre Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina y el Caribe, balance y perspectivas**, Cali, Colombia.

Biografia

Doctor en Geografía por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Investigador titular adscrito al Programa de Estudios Regionales del Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias (CRIM) de la UNAM, Cuernavaca, Morelos, México. Socio fundador de la Red de Gestión Territorial del Desarrollo Rural (México). Correo electrónico: javierdelma@gmail.com

Desenvolvimento regional e cooperativismo: intersecções possíveis

Cinara Neumann Alves
Deivid Ilecki Forgiarini

Resumo

Este capítulo tem o objetivo de analisar as intersecções possíveis entre o desenvolvimento regional e o cooperativismo como paradigma teórico para a organização, pesquisa e extensão universitária em cooperativas. A partir de uma análise bibliográfica tendo como objeto as cooperativas agropecuárias, observou-se que estas possuem um papel importante na dinâmica de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul, evidenciada por meio dos indicadores econômicos analisados. Entretanto observa-se uma lacuna na escolarização e educação cooperativa neste processo. E nesta lacuna reside uma possibilidade de uma nova agenda de pesquisa, ensino e extensão em desenvolvimento regional.

Introdução

Este capítulo objetiva indicar uma intersecção entre o desenvolvimento regional e o cooperativismo como paradigma teórico para a organização e pesquisa em cooperativas. No contexto das cooperativas brasileiras, o Rio Grande do Sul teve desde o início proeminência, especialmente na área rural. Nesse sentido, busca-se refletir o papel que as cooperativas agropecuárias desenvolveram no Estado do Rio Grande do Sul a partir do fim do século XIX.

A análise realizada, ancoradas em Alves (2019) e Alves, Cadoná e Forgiarini (2020) permite observar uma lacuna nos processos de construção e de desenvolvimento das cooperativas no que tange a participação e o protagonismo das comunidades envolvidas. Do ponto de vista do cooperativismo, como uma teoria econômica que possui na cooperação a base para suas atividades econômicas, primando pelo desenvolvimento e protagonismo das pessoas em detrimento do capital (SCHNEIDER, 2019) a ausência da participação das pessoas evidencia a carência da educação cooperativa, que busca formar o cooperativista.

As implicações desta carência para o desenvolvimento partem da análise de que o cooperativista, imbuído dos valores do cooperativismo, torna-se um sujeito consciente do seu papel na sociedade e protagonista do seu próprio desenvolvimento. As cooperativas agropecuárias no Estado, embora reflitam em indicadores econômicos favoráveis, apresentam indicadores educacionais frágeis. Ou seja, há uma possibilidade de promoção do desenvolvimento regional a partir da presença e desenvolvimento das cooperativas agropecuárias se a teoria do cooperativismo for colocada em pauta nos processos de educação cooperativa das organizações e apresentada como uma teoria aliada da promoção do desenvolvimento para além das questões econômicas das cooperativas.

Nesse sentido, a extensão universitária pode se configurar como um caminho possível para a efetivação das cooperativas como espaços de educação. Um exemplo é a Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP que começa como instituição promotora da educação cooperativa no Estado. Trata-se de um artigo teórico, de caráter bibliográfico. A análise se constitui pelo processo de reflexão relacionando as informações, teorias e dados. Apresentando assim uma abordagem do tema que converge o desenvolvimento regional e o cooperativismo.

O capítulo está organizado em 5 seções, incluindo esta introdução. A seguir será apresentada a análise sobre o desenvolvimento

das cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul considerando o seu papel para o desenvolvimento regional. A terceira seção busca apresentar os aportes teóricos sobre cooperativismo e a cooperativa, bem como suas diferenças. A quarta seção propõe uma agenda de convergência entre o cooperativismo e o desenvolvimento regional. E na quinta seção apresentam-se as considerações finais.

Cooperativas Agropecuárias e o Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul

As cooperativas fundadas no Estado no fim do século XIX caracterizam-se pelas iniciativas associativas nas regiões de colonização italiana e alemã. Eram associações de amparo mútuo entre os residentes (RAMBO, 1988). São essas experiências que em fins de 1880 instigam Theodor Amstad a fixar-se em São Leopoldo e iniciar um trabalho de promoção do modelo cooperativo de produção entre os imigrantes de origem alemã (SCHALLENBERGER, 2011).

Paralela as ações entre os imigrantes alemães no início do século XX a colônia italiana no Estado já despontava como importante produtora de uvas e vinhos no país. Ao mesmo tempo, as cooperativas eram defendidas como uma possibilidade para a política de diversificação da economia gaúcha, proposta defendida pelo Partido Republicano Riograndense (CAVAGNOLLI, 1989). A fim de pôr em prática uma política já defendida e solucionar problemas na cadeia de produção vitivinícola, o governo federal contratou Giuseppe de Stefano Paternó para promover e organizar as cooperativas na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul (CAVAGNOLLI, 1989).

Sua pauta baseava-se na organização cooperativa como fator de progresso agrícola e industrial. Buscou implantar na região o mesmo modelo cooperativista que viu na Itália. “Este modelo consistia na fundação de uma federação de cooperativas, caixa de crédito rural, objetivando a organização de um banco agrícola, além da organização de cooperativas de consumo, comércio e indústria, para

beneficiamento da produção agrícola" (CAVAGNOLLI, 1989, p. 69). A primeira cooperativa fundada sob a orientação de Paternó foi em 1911 pouco tempo depois de chegar ao Rio Grande do Sul. Seu trabalho pelos próximos meses foi de divulgação, fomento e orientação a formação de novas cooperativas. Em 1913 a região possuía cerca de 16 cooperativas (CAVAGNOLLI, 1989; GIRON, 2009).

Desde esse período as cooperativas no RS despontavam no setor agrícola, pois as cooperativas de crédito criadas sob a orientação do Pe. Amstad também eram de produtores rurais. Essa segmentação deu a tônica das cooperativas no Estado até o período contemporâneo. À época muitos eram os receios sobre a forma de organização cooperativa, de forma que a defesa e difusão do cooperativismo era constantemente reforçada (CITTÀ DI CAXIAS, 1913).

As cooperativas no Rio Grande do Sul, a exemplo do restante do país sofriam uma ambiguidade por parte do governo. Neste período inicial do século XX, o RS passava pelo seu processo de industrialização, de formação da capital Porto Alegre como centro urbano e industrial e de Pelotas e Rio Grande como centros de escoamento da produção.

Paralelo a este movimento havia no discurso do governo uma suposta valorização da mão-de-obra livre e remunerada representada pelos imigrantes. Ao mesmo tempo em que o governo buscava atender as necessidades destes colonos, também precisava atender as necessidades da classe dominante detentora do capital. As cooperativas então apareciam como uma possibilidade de solucionar problemas econômicos dos pequenos produtores e de diversificação da produção agrícola do Estado.

O grande número de cooperativas criadas na região de imigração italiana no início da década de 1910 reflete como a posição de defesa do governo aos pequenos produtores, na intenção de modernizar a pequena unidade doméstica, feria os interesses do capital. Caso a experiência cooperativista fosse exitosa ela "viria anular a intermediação comercial destes grupos e, consequentemente, eliminar o controle que

exerciam sobre a produção doméstica em termos de compra, venda e fabricação” (PESAVENTO, 1991, p. 210-211). Em 1913 foi criada a União das Cooperativas, órgão que unia essas organizações. Essa configuração inicial das cooperativas no RS reflete comportamento pendular dos governos para com as cooperativas.

A crise durante a década de 1920 colocou o associativismo e o cooperativismo novamente em pauta, não somente nas regiões de imigração. Em 1928, Getúlio Vargas, então governador, propôs aos charqueadores que se associassem a fim de defender seus interesses comerciais para obter melhores resultados. Essa posição de Vargas vai ao encontro da sua própria política de governo nacional a partir de 1930 (ALVES, 2019). As décadas de 1930 e 1940 também trazem no seu bojo a possibilidade de formação de cooperativas nas zonas urbanas do Estado.

Naquele período, havia a proposta de utilização das cooperativas e da promoção do cooperativismo como “solução” das contendas entre operários e patrões, não necessariamente um movimento proletário de libertação e independência (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1940). Também foi em 1940 que a primeira iniciativa de uma organização maior de cooperativas teve início. Em janeiro daquele ano foi fundada a União Sul-Brasileira de Cooperativas, que reunia as cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de centralizar os produtos das cooperativas filiadas para conquistar mais mercados nacionais e internacionais visava também a padronização dos produtos das cooperativas, aumentar o volume de produção e oferecer serviços sociais (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1940).

A década de 1950 trouxe novos ares às cooperativas gaúchas com a fundação, em 1956 da ASCOOPER, entidade que buscava defender a expansão do cooperativismo, os direitos e interesses das cooperativas associadas, além de colaborar com os poderes públicos na proteção dos valores e princípios do cooperativismo, evitando o seu desvirtuamento (RIET, 1956). Na década de 1960 as cooperativas de eletrificação foram criadas em maior número e de forma mais

intensa como um movimento promovido pelo governo federal com recursos do BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para levar energia elétrica em regiões pouco habitadas (SIMON, 2011; MUNARETTO, 2015).

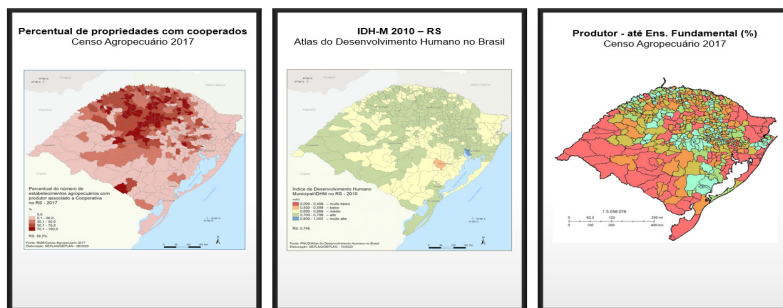
O movimento cooperativista nacional é reconfigurado no fim da década de 1960 com a dissolução da UNASCO e da ABCOOP e a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e impacta sobre as entidades representativas estaduais. Com a promulgação da Lei 5.764/71 as cooperativas passam a ter como entidade representativa oficial a OCB, que conta com 26 unidades estaduais. No Rio Grande do Sul a ASCOOPER deixa de existir e passa a se chamar Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Este período marca no Estado, como no restante do país, o controle estatal sobre as cooperativas, que finda apenas em 1988, com o processo de redemocratização e a nova constituição.

Durante a década de 1980 a CÁRITAS brasileira apoiou diversas iniciativas de produção alternativa para pequenos agricultores pelo país. E em 1988 iniciou-se o processo de promoção do cooperativismo entre os produtores assentados. Surgiu assim um novo movimento cooperativo, em contraponto as grandes cooperativas. Este movimento liga-se as lutas sociais e trabalhadores de base e intenta "contribuir efetivamente para melhorias econômicas dos agricultores familiares, através da agroindustrialização de sua produção, na organização da compra de insumos e na venda da produção e no acesso aos diversos mercados". (CORRÊA; COTRIM, 2013, p. 596).

Durante a década de 1990 as cooperativas seguiram o ritmo do restante do país. Se de um lado a abertura comercial impactou drasticamente as cooperativas agropecuárias e de produção. Por outro a crise econômica deu vazão ao surgimento de cooperativas de trabalho afim suprir a carência de empregos formais em diversos setores. Em 1998 o programa RECOOP (Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária) teve no RS um papel estruturante no fortalecimento de todo o sistema cooperativista gaúcho.

Trinta e sete cooperativas agropecuárias gaúchas foram contempladas no programa que possibilitou financiamentos e renegociações de dívidas junto aos bancos e fornecedores (CORREIO RIOGRANDENSE, 1999). A criação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) em 1998 promoveu no Rio Grande do Sul uma onda de possibilidades de educação e formação ao movimento cooperativista. Também no início dos anos 2000 a economia solidária intensifica-se no Estado. De maneira geral, as cooperativas no Rio Grande do Sul estiveram ligadas as atividades agrícolas, seja como estratégia de fortalecimento da produção agropecuária, seja como estratégia de luta pela terra e manutenção no campo. Também é evidente no processo de construção das cooperativas no Estado suas contribuições ao desenvolvimento das regiões.

A figura 1 permite uma análise sobre o papel das cooperativas no desenvolvimento regional e na educação. Não é possível afirmar que as cooperativas são, por si só, dinamizadoras da região, considerando apenas os dados apresentados. Contudo, é possível indicar que as regiões de melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH são as regiões onde há um maior número de propriedades rurais com cooperados. Também é possível analisar que as mesmas regiões possuem um maior nível de produtores com pelo menos o ensino fundamental completo.

Figura 1 – Cooperativas, Desenvolvimento Regional e Escolarização

Fonte: Elaborada a partir do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020; 2021) e IBGE (2017).

Pode-se analisar que a metade norte do Estado possui melhores IDH-M, com destaque negativo para a região de Campos de Cima da Serra, que também se destaca em menor nível de escolaridade do seu produtor rural e de percentual de propriedades com cooperados. Em geral a Metade Sul possui os piores IDH-M com destaque positivo para região Fronteira Oeste ainda que a escolarização siga a média da metade sul. É possível perceber que os melhores resultados de IDH-M estão nas Regiões Funcionais (RF) 9 e 7 incluindo ainda o Alto Jacuí da RF 8 e o Vale do Taquari da RF 2, que também são as regiões com maior índice de propriedade com cooperados e em menor medida com maior escolarização. Ou seja, é possível observar que as cooperativas podem contribuir com o desenvolvimento da região, contudo a escolarização segue sendo um desafio entre todas as regiões, os dados ainda apresentam uma realidade de baixa escolarização, mesmo nas regiões com presença de cooperativas.

A experiência de Rochdale, datada do século XIX, demonstra o longo compromisso da cooperativa com a Educação inclusive a destinação de 2,5% das sobras para este fim. Houve um vertiginoso investimento em uma biblioteca para todos os cooperados e os filhos de cooperados, homens e mulheres, tiveram acesso a uma sólida educação básica (HOLYOAKE, 2014).

A experiência fundante de Rochdale inspirou os princípios do cooperativismo. Tais princípios são organizados, com a participação de cooperativistas do mundo todo, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) sendo o quinto princípio "Educação, Formação e informação" (ACI, 2015). Este princípio indica que a cooperativa deve trabalhar pela educação dos seus membros, em especial uma educação cooperativista que deixe claro as diferenças de uma cooperativa e uma empresa mercantil. Que evidencie o papel e o poder de um cooperado (ACI, 2015).

A Lei Brasileira 5.764/71 institui que as cooperativas devem destinar 2,5% para educação (BRASIL, 1971). Contudo Londero (2015; 2020) ao debater o uso da RATES (Reserva de Assistência Técnica,

Educacional e Social) por cooperativas agropecuárias apresenta um "aumento desenfreado de tal reserva em algumas sociedades cooperativas, sendo necessário compreender por que tais recursos não estão sendo destinados aos cooperados, seus familiares e empregados das cooperativas". (LONDERO, 2020, p. 64).

Ou seja, possivelmente o próximo passo das cooperativas para o desenvolvimento das suas regiões esteja centrado na educação e na normatização de uma legislação já existente, bem como a conscientização, do uso das reservas efetivamente na educação, bem como na formação dos seus cooperados.

Cooperativismo e Cooperativa

O cooperativismo é uma teoria econômica que tem na cooperação a base sobre a qual se constroem todas as atividades econômicas. Consiste na primazia das pessoas na economia e na cooperação para o seu desenvolvimento. É o paradigma conceitual por trás da cooperativa (SCHNEIDER, 2019). Valores como autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade são desenvolvidos entre aqueles que acreditam nesse sistema o incorporam em suas cooperativas (NAMORADO, 2000; PINHO, 2003 e 2004; MLADENATZ, 2003; BIALOSKORSKI NETO, 2012; SCHNEIDER, 2019; ACI, 2015).

No século XVIII Smith propôs uma teoria oposta ao mercantilismo, sendo o marco para o liberalismo econômico (MATTEI, 2003). Smith (1983) apresenta e aprofunda que o trabalho é o principal fator de produção, que o trabalho é a riqueza das nações pois é este fator de produção que pode transformar a terra e o capital em elementos que as pessoas precisam. Este fator se tornou chave na teoria do capitalismo. Se o trabalho é quem cria riqueza, este trabalho deve ser o mais produtivo possível. (TAYLOR, 1990; SMITH, 1983).

Seguindo nesta linha, cabe destacar que os pressupostos teóricos do liberalismo econômico também indicavam que o Estado

não deveria regular as relações econômicas. Neste modelo seriam o trabalho individual e a motivação, tendo como base a lei de oferta e demanda, os motores da economia e da sociedade como um todo (RICARDO, 1983; CORAZZA, 1984). Para Smith (1983) a riqueza criada naturalmente acabaria sendo distribuída. Assim o objetivo de todas as pessoas, das organizações econômicas, deveria ser a acumulação de capital, pois o capital seria o diferencial que associado ao trabalho poderia gerar a riqueza individual e das nações. Contudo essa distribuição não se confirmou durante o século XVIII e XIX. Valores sociais que remetiam a cooperação mais primária, ao sentimento de comunidade e de ajuda-mútua foram paulatinamente substituídos por uma luta diária de subsistência, dada as longas jornadas de trabalho e baixos salários da revolução industrial (THOMPSON, 1987; HOBSBAWM, 2000). O capitalismo se desenvolveu neste cenário, que geraram críticas que entre outras, fizeram surgir os socialismos utópico e o científico.

Essas ideias iniciaram no final do século XVIII, sobretudo na França e foram reforçadas pela Revolução Francesa. Contudo as mazelas a da má distribuição do capital foram ainda mais sentidas na população da Europa Ocidental em meados do século XIX (PETITFILS, 1985; MARX; ENGELS, 2002; ENGELS, 2005). Na linha utópica Saint Simon, Fourier e Owen se destacaram como porta-vozes das críticas a sistema vigente. Simon defendeu uma corrente industrial, autoritária e coletivista. Para ele o problema estava na distribuição e por isso tudo deveria ir para o Estado que deveria fazer a distribuição "repartição dos produtos em função do que tiver cada um produzido". (HUGON, 1995, p. 193).

Owen, um industrial, entendia que as pessoas, tal como as máquinas, também eram fatores de produção e tal como as máquinas, se fossem bem tratadas trariam maior retorno a todos os envolvidos (OWEN, s/a; PETITFILS, 1985). Owen colocou as suas ideias em prática e os resultados foram notáveis até mesmo para os capitalistas industriais. As ideias de Owen influenciaram Proudhon e a teoria do

Banco de Trocas dando as bases para a teoria do Cooperativismo. (HUGON, 1995).

Proudhon asseverava que a justiça deveria ser sinônimo de igualdade e liberdade, sendo assim, entendia como um problema quando os produtos e serviços não chegavam a todos. Questionou também a renda sem trabalho por isso defendia programas de créditos sem juros para que as pessoas pudessem usar este capital para produzir e gerar mais renda. A forma organizacional do seu sistema era o Banco de Trocas. Na visão de Proudhon para que cada indivíduo pudesse pensar, era necessário ter sua liberdade individual garantida e o seu modo de vida respeitado. E dessa forma a sociedade evoluiria. (HUGON, 1995).

Fourier contribui afirmando que o trabalho deveria ser prazeroso e remunerar de forma que as pessoas pudessem mais que viver, sobreviver, observando que a vida iria para além de somente produzir, possibilitando o desenvolvimento intelectual e espiritual. (HUGON, 1995; PETITFILS, 1985). A crítica de Fourier ao sistema que vigorava a época é que a liberdade real se dá pela consciência, impossível de se ter se o trabalho se restringisse a subsistência (PETITFILS, 1985). O socialismo utópico também contou com Philippe Buchez e Louis Blanc, posteriormente conhecidos também como os precursores do cooperativismo. Contudo além da linha utópica também houve a linha do socialismo científico.

O ponto central da obra de Marx está no salário pago aos trabalhadores da indústria (DEVILLE, 2008). Marx (2008), quase um século depois, reflete assim como Smith (1983), que é apenas o trabalho que gera riqueza, contudo a fatalidade prometida de distribuição não ocorreu e que o centro da riqueza do industrial capitalista era a mais-valia. (PRIEB, 2010, p. 76).

Enquanto teóricos de ambos os lados debatiam as linhas econômicas entre capitalismo e socialismo, um grupo de 28 tecelões, em 1844, com base em proposta de ambos os lados e com especial embasamento nas ideias de Robert Owen, criam a cooperativa de Rochdale.

A experiência desta cooperativa dá tão certo, que seus preceitos, na prática administrativa aliados ao embasamento teórico de ambas as correntes dá vazão ao cooperativismo. Essa nova teoria econômica visa melhorar a vida dos cooperados garantido a estes acessos a produtos e serviços, com foco na qualidade de vida das pessoas, através da divisão dos ônus e bônus de gerir uma empresa de forma coletiva. O valor da jornada não paga, não faz sentido neste tipo de organização onde todos são donos. Aumentam-se as responsabilidades e os ganhos, reduz-se o tempo de trabalho e aumenta-se a qualidade de vida, não apenas por possuir capital, mas também por possuir acesso aos produtos e serviços. (MLADENATZ, 2003; NAMORADO, 2013; HOLYOAKE, 2014; SCHNEIDER, 2019). Sendo assim o cooperativismo pode ser definido como uma teoria econômica advindo de duas fontes: o movimento operário e o movimento de ideias. (SCHNEIDER, 2019; FORGIARINI, 2019).

Depois de mais de meio século da experiência fundadora do cooperativismo moderno, surge a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) que se torna a guardiã dos valores e princípios da teoria do cooperativismo. A ACI se inspirou sobretudo nos princípios rochdaleanos, aliados ao embasamento teórico dos autores aqui citados para consolidar a teoria econômica do cooperativismo. (MLADENATZ, 2003). Durante século XX ocorreram atualizações dos princípios, necessárias conforme o desenvolvimento da sociedade. A última atualização, em 1995 os definiu como sendo: 1) Adesão livre e voluntária; 2) Gestão democrática pelos Associados; 3) Participação econômica dos associados; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6) Intercooperação; e 7) Compromisso com a Comunidade (ACI, 2015).

Bernstein (1997) faz uma análise crítica e desromantizada do desenvolvimento do movimento cooperativo na última metade do século XIX. "As associações cooperativas capazes de viver não se podem permitir a si próprias ser geradas por mágica ou estabelecidas por ordem; devem crescer. Mas crescem onde o solo está preparado

para elas". (BERNSTEIN, 1997, p. 101). Ou seja, os cooperados devem possuir educação cooperativista para entender que o objetivo do cooperativismo é que as pessoas tenham acesso a bens e serviços, que tenham qualidade de vida e que esse resultado positivo, advém de compartilhar também as responsabilidades que na linha capitalista restringe-se ao dono do capital. Por isso também é necessária formação técnica para, a partir da educação cooperativista, possa gerir a empresa a serviço do desenvolvimento de todos os cooperados.

Com mundo do século XX dividido entre Capitalismo X Socialismo o terceiro mundo precisa encontrar meios de atingir o "desenvolvimento" e muitas vezes a criação de cooperativas foi um meio de fomentar a produção (PINHO, 2007). Os governos destes países não debatem o cooperativismo, restringiam-se ao abastecimento das áreas urbanas, fazendo com que os cooperados das áreas rurais não tivessem acesso ao valor não pago por sua hora trabalhada. Este recurso foi enviado como produto subsidiado ao centro industrial financiando a expansão do crescimento econômico e de remuneração ao capitalista industrial (ALVES, 2019; FORGIARINI, 2019). Compreender que a cooperativa nasce da teoria do cooperativismo é fundamental para compreender que a cooperativa necessita de uma teoria geral de administração própria.

A administração é o processo de planejamento, de organização, de direção e de controle dos recursos organizacionais de maneira eficiente e eficaz, a fim de alcançar os objetivos traçados pela organização (DRUCKER, 2008). A empresa mercantil, mesmo nos contrastes entre Marshall (1983), Berle e Means (1984), Schumpeter (1976), Simon (2002) e Drucker (2008) limita-se ao campo econômico. A cooperativa, por sua vez, é definida como "Uma associação autônoma de pessoas que se agrupam voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações comuns de caráter econômico, social e cultural por meio de uma iniciativa conjunta e gestionada democraticamente" (ACI, 2015, p. 2). A dimensão social deixa evidente os aspectos teóricos do cooperativismo.

A diferença para empresa mercantil é que a cooperativa está a serviço das pessoas que a formaram. A organização está a serviço da pessoa e não o contrário. O ato de gerir, neste contexto, não é a maximização do capital e sim na satisfação das necessidades e do bem-estar dos sócios. Sendo a cooperativa uma associação de pessoas, baseia-se na "racionalidade social", buscando constantemente a eficiência social e o melhor benefício a todos os envolvidos. Mesmo cientes da importância da dimensão econômica, a doutrina e a ideologia são aspectos de destaque no processo de cooperação cooperativa (SCHNEIDER, 2019).

Chaddad (2012), Pozzobon, e Zylbersztajn (2013), Haedicke (2012), Davis (2016), Herbst e Prüfer (2016) são exemplos de autores de destaque na gestão de cooperativas que ao usarem os pressupostos teóricos de maximização de capital atacam as características fundantes da cooperativa, ou seja, características que advém da teoria econômica do cooperativismo. A análise da seção 3 evidencia a importância de se compreender a diferença entre cooperativa e cooperativismo. A cooperativa se restringe ao modelo organizacional e este tipo de organização terá dificuldade de funcionar se o modo de geri-la igualar-se a uma organização mercantil, pois esta última pauta-se pela maximização do retorno econômico, sendo que a cooperativa deve se pautar pela maximização do retorno social e para isso deve usar a dimensão econômica. A não compreensão do cooperativismo, a falta da educação cooperativa, leva os gestores a seguir unicamente o modelo mais conhecido: o modelo da empresa mercantil.

Extensão Universitária: O caso da ESCOOP e os insumos para uma agenda de pesquisa em desenvolvimento regional e cooperativismo.

A ESCOOP foi credenciada em 2011 como uma iniciativa do sistema OCERGS-SESCOOP/RS de ter sua própria instituição de ensino. Voltada apenas para o ensino, pesquisa e extensão de gestão de cooperativas, a ESCOOP possui a missão de "Promover o

desenvolvimento sustentável das cooperativas por meio de soluções inovadoras e de excelência na aprendizagem e pesquisa" (ESCOOP, 2021). Atuando por meio da oferta do curso de graduação em Tecnologia de Gestão de Cooperativas e de diversos cursos de pós-graduação, a instituição tem se posicionado como um importante instrumento de profissionalização dos agentes que atuam nas cooperativas vinculadas ao sistema OCB-SESCOOP.

A partir do segundo semestre de 2018 a instituição passou por momentos de reestruturação que fortaleceram este posicionamento (ALVES, 2019). A partir de novas diretrizes, a reformulação da instituição contempla não apenas a graduação e pós-graduação, mas a extensão, por meio da oferta de cursos de extensão e ofertas de serviços como consultorias, voltados às cooperativas (ESCOOP, 2021). A partir dos relatórios de atividades dos últimos dois anos é possível constatar o impacto da extensão no que tange a identidade cooperativa.

No ano de 2019, primeiro ano após as mudanças institucionais apontadas por Alves (2019), houve sete atividades de extensão, das quais cinco possuíam temática ou incluíam a temática da identidade cooperativa, foram 245 participantes nestas cinco atividades. Em 2020 o relatório evidencia um aumento significativo da oferta de cursos de extensão, ano em que as demandas advindas das cooperativas e as possibilidades de atividades remotas devido a pandemia de COVID-19 se intensificaram. Neste ano foi possível estratificar as ofertas por ramos, a partir do programa ESCOOPAgro, criado para promover "soluções inovadoras de desenvolvimento humano e organizacional tendo como base a excelência em gestão e governança, com foco no desenvolvimento econômico e social das cooperativas agropecuárias" (ESCOOP, 2021).

Conforme os dados do relatório de atividades 2020 a ESCOOP atendeu por meio das ações de extensão cooperativas do ramo agropecuário 455 pessoas. Entre as atividades de extensão para este ramo encontram-se conteúdos de identidade cooperativista. Para o ano de 2021 as ações de extensão podem ser encontradas no site institucional

e dão conta de uma crescente de ofertas que são específicas sobre identidade cooperativista, como os cursos de "Identidade Cooperativa", "Educação Cooperativa" e "Fundamentos do Cooperativismo". Também é possível observar a presença modular e tangencial do cooperativismo em outros cursos propostos de extensão, graduação e pós-graduação. Assim, é possível observar um movimento institucional que possibilita a ESCOOP se posicionar como instituição difusora da identidade cooperativa para além do ensino a partir dessa indicação que concerne a extensão universitária.

Ao incluir nas atividades de extensão o tema cooperativismo, identidade cooperativa, educação cooperativa e fundamentos do cooperativismo, a instituição promove um espaço de aprendizagem favorável ao desenvolvimento regional. Pois é por meio de processos de educação cooperativa que o cooperativista é formado. E esse sujeito, imbuído da identidade cooperativa é um agente protagonista no processo de desenvolvimento da sua cooperativa e por consequência, da sua região. O cooperativismo evidencia uma visão de sociedade que busca promover a melhoria de qualidade de vida das pessoas. Uma sociedade dotada dos valores e princípios do cooperativismo, converge com o apontado por Theis (2019) e Bassan e Siedenberg (2010) que afirmam que pensar o desenvolvimento regional implica considerar os reflexos das organizações e atuação dos agentes nos territórios, para além das questões econômicas.

O desenvolvimento regional busca a construção de uma região a partir da potencialização da sua capacidade de auto-organização, pois trabalha para que a sociedade inanimada e dividida, carente de identidade e passiva transforme-se em uma sociedade "organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento (ETGES; DEGRANDI, 2013, p. 92).

É nessa convergência teórica e prática que se propõe pensar uma nova agenda de pesquisa e extensão universitária em desenvolvimento regional. Tanto o cooperativismo quanto o desenvolvimento regional

visam um desenvolvimento em que os agentes sejam protagonistas. Nesse sentido, as organizações econômicas, bem como as instituições de ensino, apresentam-se como entidades estratégicas, sendo necessário considerar sua atuação para além das políticas de promoção do desenvolvimento pensadas a partir do Estado.

Entre essas organizações, destaca-se as cooperativas agropecuárias que desempenharam e desempenham no processo de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em que pese a análise da seção 3 evidencie o papel estruturante que as cooperativas agropecuárias tiveram também se destaque a lacuna educacional existente na constituição das cooperativas no meio rural e evidenciadas pelos dados do Censo Agropecuário de 2017 e Atlas Socioeconômico do RS de 2021.

Os dados apresentados mostram indicadores importantes da presença de cooperativas no Estado que podem ser apontadas como organizações que promovem um maior desenvolvimento, refletido em indicadores como o IDH. Entretanto, os dados educacionais indicam que embora a cooperativa possa conferir maior renda e melhores condições de vida aos seus cooperados, esse processo pode não refletir no protagonismo regional. As cooperativas, quando não estão plenamente conscientes e orientadas pelos princípios do cooperativismo podem compreender seu papel apenas em uma dimensão econômica, proporcionando assim apenas renda aos seus cooperados, que é um fator determinante para o desenvolvimento da região.

Contudo, o quinto princípio do cooperativismo "Educação, Formação e Informação" indica que o cooperado deve "um sujeito mais consciente de seu próprio papel de agente político e social, pois os princípios e normas que regem as cooperativas, também desenvolvem características individuais desses sujeitos". (DRIMER; DRIMER, 1981). Borba e Siedenberg (2010, p. 344) apresentam que o desenvolvimento ocorre "a partir de uma mudança da capacidade individual, decorrente de um mecanismo de aferição e adaptação, ou seja, uma transformação de habilidades individuais pré-existentes e

uma adaptação de habilidade às necessidades postas". Bandeira (2000) afirma que:

> uma das principais causas de fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. [...] quando tratada apenas como objeto e não como um dos sujeitos do processo de concepção e implementação dessas iniciativas, a comunidade tende a não identificar-se com elas, reduzindo sua sustentação política e aumentando o risco de que se tornem efêmeras. (BANDEIRA, 2000, p. 35).

A ausência da participação das comunidades envolvidas nos processos de construção das cooperativas no Brasil ao longo do século XX implicou em uma ausência do protagonismo e sentimento de pertencimento dos cooperados à cooperativa e carência de identidade cooperativa, aspectos que interferem no desenvolvimento da cooperativa e da região (ALVES, CADONÁ; FORGIARINI, 2021). Ainda que a contribuição econômica das cooperativas agropecuárias e também das cooperativas de crédito, consumo e infraestrutura que foram constituídas nas e pelas áreas rurais tenham contribuições importantes ao desenvolvimento das regiões onde estão inseridas, a exemplo dos trabalhos de Simon (2011) e Forgiarini (2019), a compreensão sobre o cooperativismo, os aspectos metodológicos da cooperação e a definição conceitual da cooperativa e o que significa ser parte de uma cooperativa são lacunas a serem observadas. A cooperativa pode ser um espaço de educação para a participação cidadã na comunidade, instigando a responsabilidade própria, o senso de equidade, igualdade, solidariedade e autoajuda, os valores do cooperativismo.

A ESCOOP é um exemplo em extensão universitária que busca contribuir com as cooperativas. Este exemplo pode inspirar o campo do Desenvolvimento Regional a aproximar-se do campo do cooperativismo uma vez que os valores e princípios de ambos os campos são convergentes e essa aproximação por meio do ensino, da pesquisa

e da extensão pode ser benéfica para ambos. Assim sugere-se uma agenda de ensino, pesquisa e extensão universitária em desenvolvimento regional que considere as cooperativas para além da sua função econômica, mas que leve em conta os aspectos teóricos e filosóficos do cooperativismo. Considerando a educação cooperativa em suas dimensões de educação e formação (SCHNEIDER, 2019) como elementos promotores do desenvolvimento regional.

Considerações finais

Compreender o cooperativismo significa compreender o compromisso que as pessoas possuem consigo mesmo e com a região. O cooperativismo possui como valores: Solidariedade, Liberdade, Democracia, Consciência socioambiental, Igualdade, Honestidade, Responsabilidade própria (autonomia), Equidade, Transparência (SCHNEIDER, 2019).

Holyoake (2014) expõe que um dos diferenciais da experiência de Rochdale foi o investimento em educação e não somente ater-se a questão econômica. Por isso o cooperativismo trabalha as dimensões social e econômica, entendendo que essa última está a serviço da primeira. Neste sentido diz-se que a cooperativa, estando de acordo com a teoria do cooperativismo, é uma entidade de pessoas, ou seja, tem a primazia da pessoa frente ao capital. Este entendimento é reforçado pela ACI (2015) ao explicitar os princípios do cooperativismo.

É possível dizer ainda, conforme Forgiarini (2019), que a cooperativa está a serviço dos seus cooperados buscando entender quais são as suas necessidades e trabalhando para elas. Nesta linha de entendimento a cooperativa deve maximizar o retorno social e toda estrutura econômica deve estar a serviço de potencializar a qualidade de vida dos seus cooperados, desde que não afete a continuação desses trabalhos no presente e no futuro.

O resgate histórico apresentado neste capítulo deixa evidente as contribuições das cooperativas no plano econômico nas regiões em

que atua. O IDH-M, em geral, é superior a regiões que não possuem cooperativas, também é superior o nível de escolarização das regiões que possuem cooperativas agropecuárias frente a regiões que não possui tais cooperativas. Contudo torna-se claro a nova frente de ações das cooperativas agropecuárias. Buscando a melhoria da qualidade de vida dos seus cooperados Holyoake (2014) já indicava no século XIX que é mais difícil para um cooperado compreender as diferenças do cooperativismo, frente aos modelos convencionais de economia, caso este não tenha acesso à educação. Havia um interesse de desenvolver-se intelectualmente dos cooperados de Rochdale.

Espelhados nessa cooperativa fundante do cooperativismo moderno é possível observar as inúmeras intersecções entre o cooperativismo, enquanto teoria econômica que orienta as cooperativas, e a teoria do desenvolvimento regional. A autogestão; o compromisso dos cooperados com a região; com a comunidade; protagonismo dos agentes e o desenvolvimento não apenas do pilar econômico, mas também do pilar social e; como uma preocupação destes tempos; também o pilar ambiental. Ou seja, as cooperativas têm nos seus princípios o compromisso com a educação dos seus cooperados e de potencializar a qualidade de vida destes. Isso vai além do aspecto financeiro, tem o seu principal foco na dimensão social, uma vez que essas dimensões são retroalimentares.

Este capítulo apresentou a ESCOOP como um exemplo de ação de extensão universitária que pode contribuir para a aproximação dos campos do Desenvolvimento Regional e do Cooperativismo. Nesse sentido para que o campo das cooperativas possa contribuir com o desenvolvimento das regiões é imperativo aos gestores de cooperativas agropecuárias trabalharem pelo desenvolvimento educacional de seus cooperados, ponto subdesenvolvido pelas cooperativas agropecuárias no Brasil, como indicado por Londero (2020). Cabe ao meio acadêmico científico maiores análises de pesquisa, extensão e de encaminhamentos gerenciais de como, e quão relevante, pode ser o processo de maior escolarização dos produtores de áreas rurais. O cooperativismo, que depende de cooperados conscientes do seu papel

protagonista, vigilante e seguindo a real compreensão da democracia, é um parceiro do desenvolvimento regional dado às suas características históricas e os princípios cooperativistas contemporâneos. A intersecções estão presentes. A nova agenda de ensino, pesquisa e extensão repousa em como os campos trabalharão nos seus denominadores comuns.

Referências

ACI. **Notas de orientación para los princípios cooperativos**. Alianza Cooperativa Internacional. [S.l.]. 2015.

ALVES, C. N. **O campo do ensino superior em cooperativismo: uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. 232 p. Tese.

ALVES, C. N.; CADONÁ, M. A.; FORGIARINI, I. **Cooperativismo e Desenvolvimento Regional: uma análise do movimento cooperativista no Brasil e seu papel para o desenvolvimento regional**. Anais do V SEDRES - Inovação, sociedade e desenvolvimento regional: repercussões e contradições nos territórios V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Taubaté: EdUnitau, 2021.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores sociais: Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e IDH-M**. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, 2020. Disponivel em: < https://bit.ly/3hnbdIC >. Acesso em: 10 junho 2021.

BANDEIRA, P. S. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. In: BECKER, D. F.; BANDERIA, P. S. Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e Desafios Contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 1, 2000. p. 23-128.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. **Desenvolver buscando a redução das desigualdades**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 137-156.

BERLE, A. A.; MEANS, G. **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BERNSTEIN, E. **Socialismo Evolucionário.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORBA, M. F. D.; SIEDENBERG, D. R**. Organizações que aprendem: potencializando e compartilhando o desenvolvimento**. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Cap. XIII, p. 341-364.

BRASIL. LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. **Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1971. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 17 Dezembro 2018.

CAVAGNOLLI, A.**Os parceiros do vinho: a vitivinicultura em Caxias do Sul (1911-1936).** Dissertação. Departamento de História. UFPR.Curitiba, p. 236. 1989.

CHADDAD, F. **Advancing the theory of the cooperative organization: the cooperative as a true hybrid**. Annals of Public and Cooperative Economics, v. 83, n. 4, p. 445-461, 2012.

CITTÀ DI CAXIAS. C**onferência do dr.G. de Stefano Paterno realizado no teatro S. Pietro por P. Alegre** il Abril passado, abril: "A fome da vida e os meios de combatê-lo". Città di Caxias, Caxias do Sul, 12 Maggio 1913.

CORAZZA, G. **Estado e liberalismo em Adam Smith**.Ensaios FEE, v. 5, n. 2, p. 75-94, 1984.

CORRÊA, A. F.; COTRIM, D. **As Redes Interorganizacionais como Instrumento de Desenvolvimento Regional: o estudo de caso da região central do Estado do Rio Grande do Sul.** In: COTRIM, D. Gestão de Cooperativas: Produção Acadêmica ASCAR. 1. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, v. 2, 2013. Cap. XXVIII, p. 578-599.

DAVIS, G. F. **Can an Economy Survive Without Corporations? Technology and Robust Organizational Alternatives**. Academy of Management, v. 30, n. 2, 2016.

DEVILLE, G. **Prefácio da tradução de "O Capital"**. In: MARX, K. O capital. 3. ed. Bauru: Edipro, 2008. p. 11-14.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Com a aprovação dos estatutos, ontem, foi fundada a Central das Cooperativas do Estado**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 10 Janeiro 1940. 5.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O cooperativismo como força de ligação entre produtor e consumidor.** Diário de Notícias, Porto Alegre, 07 Março 1940. 12.

DRUCKER, P. F.Management Cases, Revised Edition.1ªed.New York:Harper Collins v.I 2008.

ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.São Paulo:Centauro, 2005.

ESCOOP. Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. Relatório de atividades 2019.

ESCOOP. Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. Relatório de atividades 2020. Disponível em: < https://bit.ly/3AcLmMa> Acesso em: 21 junho 2021.

ESCOOP. **Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo**. Extensão. Cursos. Disponível em: < https://bit.ly/3AjS8zY> Acesso em 21 junho 2021.

ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. **O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/39NiqxR>.

FORGIARINI, D. I. **Aprendizagem Interorganizacional em Cooperativas**. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019. 205 p. Tese.

GIRON, L. S. 80 anos e lutas (1929-2009) **A cooperativa Forqueta e o cooperativismo vitivinícola gaúcho**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Porto Alegre, p. 203. 2021.

HAEDICKE, M. A. Keeping our Mission, Changing our System: Translation and Organizational Change in Natural Foods Co-ops. The Sociological Quarterly, v. 53, n. 1, 2012.

HERBST, P.; PRÜFER, J. Firms, nonprofits, and cooperatives: a theory of organizational choice. Annals of Public and Cooperative Economics, v. 87, n. 3, p. 315-343, 2016.

HOBSBAWM, E. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOLYOAKE, G. J. Os 28 Tecelões de Rochdale. 14. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

HUGON, P. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo: Atlas, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agro 2017: Indicadores Municipais. Mapas Interativos, 2017. Disp:https://bit.ly/3w6dCwN. 10/06/21

LONDERO, P. R. Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de evidenciação do impacto econômico e social das cooperativas agropecuárias. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, p. 262. 2015.

LONDERO, P. R. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos retornos econômicos e sociais gerados pelas cooperativas agropecuárias aos seus cooperados. Faculdade de Economia e Administraçaõ da USP. São Paulo, p. 496. 2020.

MARSHALL, A. Princípios de Economia: tratado introdutório. São Paulo: Abril, 1983.

MARX, K. O Capital. Bauru: Edipro, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2002.

MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. Ensaios FEE, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003.

MLADENATZ, G. História das Doutrinas Cooperativistas. Brasília: Confebrás, 2003.

NAMORADO, R. Introdução ao Direito Cooperativo. Coimbra: Almedina, 2000.

NAMORADO, R. O mistério do cooperativismo: Da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra: Almedina, 2013.

OWEN, R. A New View of Society. McMaster University. ed. n/c: n/c, s/a.

PESAVENTO, S. J. Os industruais da república.Porto Alegre:Instituto Estadual do Livro, 1991.

PETITFILS, J. C. Os socialismos utópicos. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

PINHO, D. B. A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira. In: SCHNEIDER, J. O. Educação Cooperativa e suas Práticas. Brasília: SESCOOP, 2003. p. 135-179.

PINHO, D. B. O cooperativismo: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B. As cooperativas no desenvolvimento do Brasil - passado, presente e futuro: tentativa de síntese. Santo André: ESETEC, 2007.

POZZOBON, D. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Democratic Costs in Member - Controlled Organizations. Agribusiness, v. 29, n. 1, 2013.

PRIEB, S. A. M. A atualidade de O Capital - 140 anos depois. In: LIMA, J. V. R. B. C. Marx: atualidade e controvérsia. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. p. 72-92.

RAMBO, A. B. O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil. Perspectiva Econômica, v. 23, n. 62-63, p. 11-276, Julho-Dezembro 1988.

RICARDO, D. Notas aos princípios de economia política de Malthus. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RIET, F. C. Associação das Cooperativas Sul Riograndenses - "ASCOOPER". Diário de Notícias, Porto Alegre, 09 Junho 1956. 4.

SCHNEIDER, J. O. Identidade Cooperativa: sua história e doutrina. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.

SCHUMPETER, J. A. Capitalism, Socialism, and Democracy. Ann Arbor: Allen and Unwin, 1976.

SIMON, H. A. Administrative Behavior, 4th Edition. 4ª. ed. New York: Macmillan Publishers, 2000.

SMITH, A. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1983.

TAYLOR, F. W. Princípios De Administração Científica. São Paulo: Atlas, 1990.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira? REDES, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro 2019.

THOMPSON, E. P. A formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. II, 1987.

Biografia

Cinara Neumann Alves

Pesquisadora em Cooperativismo e Desenvolvimento Regional. Doutora e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Unisc. Bacharel em Administração pela Unipampa. Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - ESCOOP. Pesquisa a sobre educação cooperativa, história e a teoria do cooperativismo a partir do desenvolvimento regional.

Deivid Ilecki Forgiarini

Doutor em Administração (UNISINOS). Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). Administrador e Internacionalista (UNIPAMPA) Professor, pesquisador e Coordenador de Graduação na Escoop - Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo. Coordenador do Projeto de Pesquisa financiado pelo CNPq - Sistema de Inovação para Cooperativas. Tem experiência na área de marketing, inovação, aprendizagem interorganizacional e identidade cooperativista.

¿Nuevo extensionismo o cambio de paradigma en el campo latinoamericano?

César Adrián Ramírez-Miranda[11]
Delta Argelia Torres-Rivera[12]

Resumen

Se argumenta sobre la necesidad de avanzar hacia un nuevo modo de intervención en el campo latinoamericano que corresponda a los desafíos que la pandemia ha agudizado, especialmente la desigualdad, la degradación ambiental y la dependencia alimentaria. Ello implica romper con la matriz modernizadora y desarrollista del extensionismo en la región, así como con las premisas desagrarizantes del proyecto neoliberal. Nuestro objetivo es destacar los ejes del nuevo modo de intervención, el cual se inscribe en la construcción de un paradigma latinoamericano de desarrollo alternativo. El referente empírico de esta contribución, que cuestiona rasgos centrales del extensionismo en México, es la investigación acción participativa realizada en trece entidades federativas de la República Mexicana que dio lugar a la formulación de catorce prototipos regionales para la soberanía alimentaria.

11 Universidad Autónoma Chapingo, Posgrado en Ciencias en Desarrollo Rural Regional, Texcoco, Estado de México, México.

12 Red en Gestión Territorial para el Desarrollo Rural, México.

Introducción: ¿Salir de la crisis con cambios que nada cambian?

La pandemia por COVID 19 encontró a América Latina enfrentada a un nuevo ciclo de conflictividad social protagonizado por los y las jóvenes urbanos y rurales, pero también a una desaceleración de la actividad económica orientada al sector externo. El agotamiento de la articulación extractivista de la región a la economía mundial era ya patente, así como el retroceso en la lucha contra el hambre y la pobreza (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2019).

La pandemia colocó nuevamente la cuestión del desarrollo en la agenda académica y política de la región. A un primer momento de reflexión en el que se puso atención a la valoración de las consecuencias previsibles del distanciamiento social y la contracción de la actividad económica, así como al reconocimiento de sus impactos en diferentes ámbitos de la vida social, le ha sucedido un esfuerzo por identificar las posibles rutas de salida de la crisis que vive la región. En nuestra opinión este esfuerzo corre el riesgo de resultar infructuoso debido a que deja sin reconocer dos lecciones sustantivas de la pandemia: (1) su impacto devastador está claramente asociado a un grupo de comorbilidades derivadas del patrón de consumo impuesto por las grandes corporaciones alimentarias, (2) su irrupción está ligada a la expansión de los centros urbanos sobre sistemas ecológicos complejos y a los efectos de la ganadería industrial. Lo anterior significa que nuevamente y de manera dramática el régimen alimentario corporativo global ha demostrado su agotamiento. Si con la crisis de 2008 se demostró su incapacidad para alimentar al planeta, en 2020 se puso de manifiesto su capacidad de fragilizar a escala mundial a la población y tornarla altamente vulnerable a un virus de aparición largamente anunciada.

Pese a lo anterior, el régimen alimentario corporativo global, caracterizado además por sus impactos nocivos sobre el ambiente, sobre la salud de los trabajadores agrícolas y reconocido como uno de los principales vectores de la desigualdad en el campo, está lejos de derrumbarse por su propio peso. Las grandes corporaciones

alimentarias, apuntaladas por los gobiernos de los países centrales y por una vasta infraestructura institucional, más bien se encaminan hacia su reestructuración mediante la narrativa de la Agricultura 4.0.

Es así, que los debates sobre una eventual nueva generación de políticas de desarrollo territorial, deberían colocar en el centro la discusión sobre el significado de la alimentación y el ambiente en las décadas por venir en el contexto de las lecciones impuestas por la pandemia. A nuestro modo de ver el debate sustantivo se encuentra entre el proyecto de la Soberanía Alimentaria, que ha derivado en un cuestionamiento integral e integrador al régimen alimentario corporativo, y el planteamiento de la Agricultura 4.0 que representa la recomposición de dicho régimen sobre nuevas bases tecnológicas. Este debate opone significados contrapuestos de la alimentación y el ambiente.

Para la agricultura 4.0 y los actores que sustentan su discurso, la crisis ambiental planetaria es el escenario conflictivo que justifica la reestructuración tecnológica de la agricultura bajo los cánones de la cuarta revolución industrial: la genómica, la robótica, la inteligencia artificial y el uso intensivo de los recursos digitales. Vista como una rama más de la industria, destinada por ende a sustituir cada vez más al trabajo vivo en favor de las máquinas, la agricultura enfrenta el reto de poner en juego los recursos tecnológicos de última generación para producir alimentos suficientes, de manera rentable y con menor impacto ambiental. En cambio, para las organizaciones y movimientos sociales que sustentan el proyecto de la Soberanía alimentaria, la crisis ambiental, además de ser consecuencia de la hegemonía del régimen agroalimentario corporativo global y sus matrices tecnológica y organizacional, representa básicamente la evidencia de que la vía de la agricultura industrial es absolutamente incompatible con la salud de los ecosistemas, por lo que es imprescindible retomar la vía campesina para la producción de los alimentos que requiere la humanidad.

En correspondencia con lo anterior para el proyecto de la soberanía alimentaria la alimentación es mucho más que consumo de nutrientes. Al definirse la soberanía alimentaria como el derecho de los pueblos a producir sus alimentos en sus territorios (BORRAS, 2004),

la alimentación, junto con la agricultura, despliega todas las vastas significaciones contenidas en la categoría de territorio.

El obligado protagonismo del Estado en el combate a la pandemia deja claro que el neoliberalismo ha muerto al menos como lo conocimos hasta antes de la crisis de 2008, la cual tuvo como componente central al problema alimentario. El discurso neoliberal que preconizó el desvanecimiento del Estado no va más.

La significación multidimensional de la alimentación y de la agricultura es a nuestro modo de ver uno de los elementos nodales que no se están visualizando en los debates sobre la reestructuración por venir. La narrativa de la nueva ruralidad parece estar cobrando factura a un grupo amplio de estudiosos comprometidos con el enfoque territorial para el desarrollo rural que no alcanzan a dimensionar las posibilidades que encierra el mundo agrario latinoamericano. Esto muestra una preocupante paradoja: mientras el escenario develado por la pandemia demanda la producción de alimentos sanos para el conjunto de la sociedad y un replanteamiento de la relación de los seres humanos con la naturaleza, los diversos balances sobre las políticas de desarrollo territorial rural insisten en la necesidad de profundizar el perfil desagrarizante que les ha dado sustento (FAVARETO Y EMPINOTTI, 2021; BERDEGUÉ, 2019; VALENCIA ET AL., 2020); aún más, observan que una de las deficiencias de las políticas territoriales ha sido centrarse en el fortalecimiento de la agricultura familiar, que si bien es un público inequívocamente prioritario de la planificación rural, no conforma la diversidad de actores que conforman el territorio. (DEPONTI ET AL., 2021).

El acervo latinoamericano para un nuevo paradigma de desarrollo

Un nuevo modo de intervención para el campo latinoamericano debe estar articulado con un paradigma de desarrollo alternativo. Apuntar esta aparente obviedad debe valer para destacar que la promoción que desde la institucionalidad internacional se realiza de la

agroecología, de la economía social y solidaria, así como de la participación social constituyen actualmente una suerte de lavado de cara del régimen alimentario corporativo global, en tanto no cuestiona sus espacios fundamentales de reproducción.

Por esta razón nos referiremos primeramente a los rasgos necesarios y posibles de un nuevo paradigma de desarrollo rural para nuestra región y en el apartado siguiente al modo de intervención que le es correspondiente.

A contracorriente y mayormente gracias al impulso de los movimientos sociales en América Latina se ha logrado conformar un importante acervo para soportar la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo, alternativo a la debacle neoliberal y extractivista. No es el propósito de este texto recapitular sumariamente sobre los aportes del pensamiento cepalino y de la teoría de la dependencia, o más recientemente de las aproximaciones decoloniales y posdesarrollistas. Pero la mención tiene sentido porque en la región se ha mantenido vigente desde la década de los cincuenta del siglo pasado la preocupación sobre la cuestión del desarrollo, aun cuando las agendas de investigación hayan girado por un largo tiempo al estudio de las consecuencias del no desarrollo, como es el caso de la *pobretología* (KAY, 2006) y las estrategias de vida a partir de los ochenta.

Colocada frente a la debacle ambiental, la crisis de los extractivismos (tanto el neoliberal como el de los gobiernos progresistas) y el agotamiento del neoliberalismo, la región tiene frente a sí un escenario propicio para replantear el papel del espacio rural en su estrategia de desarrollo, específicamente para reestablecer el funcionamiento articulado de la agricultura (y del conjunto de actividades que a este sector se encadenan) con respecto a la industria. Recordemos que uno de los principales rasgos de la fase neoliberal en el ámbito latinoamericano es el dominio desarticulado de la industria sobre la agricultura, que significa que los salarios en el conjunto de la economía quedan desconectados del precio de los alimentos (RUBIO, 2012). Es este cambio histórico, impuesto más por la violencia del Estado que por un pretendido despliegue de tendencias naturales, como la globalización, el

que explica el aumento de la pluriactividad y el nuevo ciclo de procesos migratorios desatados a partir de la década de los ochenta del siglo pasado, por lo que estrictamente debemos hablar de una ruralidad neoliberal, más que de una nueva ruralidad surgida por obra y gracia del avance natural de la sociedad y la economía.

Para construir un paradigma de desarrollo rural alternativo, en el marco de una nueva articulación de la agricultura con el conjunto de la reproducción social en la escala de las diferentes naciones, América Latina cuenta con tres amplias vertientes: la agroecología, la economía social y solidaria, y la educación popular.

Estas tres vertientes están presentes en mayor o menor medida en una multiplicidad de experiencias a lo largo y ancho del espacio rural latinoamericano y cada vez con mayores conexiones a las ciudades. Es importante señalar que las tres se inscriben perfectamente en el horizonte utopístico de la soberanía alimentaria. Nos referiremos brevemente a ellas, principalmente para señalar algunas tensiones subyacentes.

Desde una perspectiva contrahegemónica, la agroecología se ha consolidado como ciencia, práctica y movimiento social. Ello la lleva más allá de ser un conjunto de soluciones técnicas amigables con el ambiente y la convierte en un elemento irrenunciable del proyecto de la soberanía alimentaria, una visión radicalmente distinta con un marcado contenido político no sólo de cómo producir los alimentos, sino del significado mismo de la alimentación.

La economía social y solidaria abarca todo un conjunto de proyectos y experiencias de larga data en la región que van más allá del sector primario y de la cuestión alimentaria. Comporta tanto una vertiente plenamente integrada a la reproducción capitalista, como una de carácter contrahegemónico e importante potencial emancipador dirigida a la construcción de espacios de transformación del *statu quo*.

Respecto a la educación popular baste decir que sus raíces se encuentran en el propósito de transformar las inaceptables condiciones de vida de los pueblos latinoamericanos. En las décadas recientes hay una incorporación amplia de sus métodos y técnicas por las agencias

de desarrollo con el propósito de superar la ineficiencia de los procesos de transferencia de tecnología.

Las experiencias en torno a la soberanía alimentaria y la economía solidaria se multiplican en toda la región, ya sea articuladas a luchas por el territorio como la emblemática Unión de Cooperativas Tosepan en México (COBO ET AL., 2018) y la histórica lucha contra el despojo de las comunidades indígenas, afrodescendientes y campesinas del Cauca, en Colombia (TORRES-RIVERA, 2020), o a proyectos de proximidad económica social y cultural en Brasil, Ecuador, Argentina y Bolivia, por mencionar sólo algunos (CORBARI, 2020, CONTRERAS ET AL., 2017; CRAVIOTTI Y SOLENO, 2015; KÖBRICH ET AL., 2015).

En cambio, la experiencia latinoamericana del extensionismo nos ofrece lecciones claras de su agotamiento, como se puede apreciar en el siguiente apartado, referido al caso mexicano, pero representativo de lo sucedido a escala regional bajo la conducción de los organismos internacionales de cooperación.

El extensionismo en América Latina: una mirada desde México

El surgimiento del extensionismo agrícola en América Latina está ligado al proceso de modernización emprendido por los gobiernos latinoamericanos bajo el liderazgo del gobierno estadounidense y las instituciones de cooperación internacional a partir de la década de los cuarenta del siglo XX. Transitar de una sociedad tradicional a una moderna, significará transformar las formas y los propósitos de hacer agricultura como condición para apoyar el crecimiento de las ciudades y de la actividad industrial.

Si el proyecto modernizador otorgó sentido al naciente extensionismo, al conferirle la misión de transformar la agricultura tradicional en una rama más de la industria, la Revolución Verde le dotó de contenido al establecer un estilo tecnológico centrado en el uso de agroquímicos, la mecanización, los sistemas de riego y el uso de

la biotecnología para el desarrollo de semillas transgénicas y de variedades híbridas.

El extensionismo nació entonces como la estrategia para la adopción tecnológica del modelo de agricultura estadounidense en América Latina, mediante procesos de difusión, divulgación y transferencia tecnológica basados en metodologías y programas de asesoría y asistencia técnica bajo la conducción de organismos internacionales, con recursos canalizados gracias a la política exterior y las relaciones de intercambio y cooperación entre los Estados Unidos y las naciones latinoamericanas (TORRES-RIVERA, 2020).

El extensionismo latinoamericano ha tenido desde su surgimiento tres rasgos principales: un carácter productivista y tecnocéntrico, una perspectiva unidimensional de la cuestión alimentaria y un posicionamiento jerárquico frente a los productores campesinos e indígenas. Algunos de estos rasgos han logrado matizarse o atemperarse, especialmente mediante el enfoque territorial del desarrollo rural, pero finalmente permanecen, como se argumentará en seguida.

La necesidad de superar una perspectiva unidimensional sobre el cambio técnico fue tempranamente reconocida por el hoy Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA) al ampliar su agenda del conocimiento e investigación para América Latina hacia áreas sociales y económicas, después de identificar como principales dificultades para la adopción de los avances tecnológicos a los "entornos de precarias estructuras sociales, concentración excesiva e improductiva de los medios de producción, bajo desarrollo de capacidades sociales en la gran mayoría de productores y graves problemas de desigualdad y exclusión" (IICA, 2012, p.29). Más recientemente, el enfoque territorial del desarrollo ha hecho énfasis en la necesidad de una perspectiva multidimensional. Sin embargo, el nuevo extensionismo, como el convencional muestran recurrentemente sus dificultades para incorporar a cabalidad la dimensión cultural al no reconocer diversas formas de reproducción social y de relacionamiento con la naturaleza que están fuera de la lógica de la economía

de mercado. Más adelante nos referiremos a sus rasgos productivistas y jerárquicos.

La desarticulación de la agricultura respecto al conjunto de la economía en la fase de la globalización neoliberal se expresó, desde luego, en el rumbo del extensionismo. Entre 1960 y 1990, el gobierno mexicano desarrolló un sistema de extensión agrícola operado por unos 25 000 extensionistas contratados por la Dirección del Sistema de Extensión Agrícola de la Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulicos (SARH), que trabajaron en todo el país centrándose en las prioridades nacionales de los alimentos básicos, maíz, trigo, frijol, arroz y sorgo en torno a la seguridad alimentaria y el apoyo a los agricultores de subsistencia (AGUILAR ET AL, 2005). Este sistema fue desmontado por las políticas neoliberales en la década de los noventa para impulsar un mercado de extensión privado, lo que llevó a una fuerte dependencia de los pequeños agricultores respecto a las empresas semilleras y de insumos químicos.

Desmontado el sistema público de extensión, los recursos para el campo fueron canalizados a los agricultores mediante diversos programas de la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación, SAGARPA que, a su vez, contrataban Prestadores de Servicios Profesionales (PSP) como agentes de extensión para asesoría y asistencia técnica, cuya demanda, fue cubierta por despachos privados en todo el país, prestando servicios de formulación, puesta en marcha, seguimiento y evaluación de proyectos productivos, planeación estratégica, transferencia de tecnología y la capacitación a través de diversos canales tanto federales como estatales (MUÑOZ Y SANTOYO, 2010).

La promulgación de la Ley de Desarrollo Rural Sustentable (LDRS) en 2001 destacó la importancia del extensionismo al establecer el Sistema Nacional para el Desarrollo Rural Integral SINACATRI, para elaborar y ejecutar el Programa Nacional de Capacitación Rural Integral y articular las acciones de capacitación entre los tres niveles de gobierno y las organizaciones sociales y privadas (IICA, 2018). En

consecuencia con ello, la Subsecretaría de Desarrollo Rural, operó el subprograma de Apoyo a los Proyectos de Inversión Rural (PAPIR), el subprograma de Desarrollo de Capacidades en el Medio Rural (PRODESCA) y el subprograma de Fortalecimiento de Empresas y Organización Rural (PROFEMOR) con servicios de PSP a nivel individual o por despachos contratados con fondos públicos de los tres niveles de gobierno, a través de organizaciones, grupos de campesinos y algunas iniciativas privadas (Reglas de Operación, 2003).

De esta manera, con la capacitación para el desarrollo de capacidades y la asistencia técnica para la transferencia de tecnología como los dos pilares del extensionismo, la Subsecretaría de Desarrollo Rural de la SAGARPA asumió la responsabilidad de la estrategia de extensión rural. La organización y supervisión de los servicios de extensión correspondió al SINACATRI, apoyado por el INCA Rural para el diseño y coordinación de la capacitación, la educación no formal, la evaluación, la acreditación y la certificación de servicios profesionales y por los Centros de Evaluación de la Calidad para el Desarrollo Rural CECADER, a cargo de la Universidad Autónoma Chapingo, para el seguimiento y evaluación de la calidad de los servicios que estaban sujetos a la normativa de un conjunto de instituciones públicas desde el nivel federal al municipal, colocando a los extensionistas como intermediarios entre la oferta y la demanda de los programas y fragmentando los servicios de extensión en atención a proyectos individuales subordinados a los tiempos de los programas gubernamentales (MUÑOZ Y SANTOYO, 2010).

El Enfoque Territorial del Desarrollo y las metodologías participativas para el desarrollo de capacidades y el extensionismo rural

La consolidación del enfoque territorial en América Latina permeó a México, ya que la estrategia de extensión orientada a la vertiente productiva se acompañó de una estrategia de desarrollo rural territorial, con la intención de brindar una nueva forma de asesoría, capacitación

y asistencia técnica en el medio rural, orientada a identificar Proyectos Territoriales, entendidos como aquellos capaces de articular diversos apoyos y programas públicos a través de los Consejos de Desarrollo Rural Sustentable (CDRS) en su escala municipal, distrital y estatal.

En este contexto, el IICA identificó algunas líneas estratégicas para la conformación de modelos territoriales, con base en la sistematización de prácticas y estudios de caso sobresalientes; entre estas líneas destacan: (1) La formulación de mecanismos para la participación concurrente de los tres órdenes de gobierno, del sector privado y de la sociedad civil organizada y procesos participativos de actores – negociación – acuerdos; (2) la gestión articulada de políticas y programas para establecer mecanismos viables para la planeación territorial (3) la apropiación de la población rural y actores claves institucionales del enfoque del desarrollo rural sustentable mediante la integración de proyectos con visión territorial y eficiencia institucional (4) la interacción y articulación entre los centros de generación de conocimiento (universidades), instituciones públicas y grupos de productores, incorporando la gestión del conocimiento en la implementación del desarrollo de capacidades y formación de redes desde una cultura de planeación y participación de abajo hacia arriba (IICA, 2012).

Destaca también en el ámbito de la participación social la experiencia del Programa Especial de Seguridad Alimentaria (PESA), el cual arranca en México como

> "una estrategia que aterriza la política pública del Gobierno Mexicano [...] con el propósito de promover el incremento en la producción y en los ingresos de las familias rurales más pobres, así como su desarrollo humano y social, para el logro de su Seguridad Alimentaria y Nutricional" (UTN-PESA, 2016, p.1).

El PESA operó con una metodología para la elaboración participativa de proyectos comunitarios basada en el análisis de restricciones con un enfoque territorial, considerando como unidad de planeación

a la microrregión, definida como “un área razonablemente homogénea delimitada por factores sociales, ambientales y sistemas productivos, donde confluye y se relaciona su población reflejando características e interacciones en forma articulada” (FAO, 2011).

A partir del 2005, el PESA se incorporó a la estrategia de extensionismo en México a través del PRODESCA, con el objetivo de dar asistencia técnica a las zonas de alta y muy alta marginación a través de equipos multidisciplinarios constituidos en Agencias de Desarrollo Rural (ADR), bajo la dirección técnica y metodológica de una Unidad Técnica Nacional (UTN), asesorada por FAO.

Una nueva etapa del extensionismo en México inició en el 2008, cuando se integran diferentes programas y se aumenta el número de modalidades de apoyo, trámites y programas de acceso a este servicio. Mediante el componente de Asistencia y Capacitación del Programa Especial Concurrente para el Desarrollo Rural (PEC), se crearon siete Unidades Técnicas (UTES) y se incorporó a las universidades locales al esquema de capacitación de PSP y de evaluación y seguimiento de la calidad de los servicios a través de los Centros Estatales de Capacitación y Seguimiento de la Calidad de los Servicios Profesionales (CECS).

Sin embargo, debido a cuestionamientos a la operación del sistema de extensión, a la baja cobertura del SINACATRI por su atención concentrada en productores de ingreso medio y alto y a la percepción de la calidad de los servicios por parte de los beneficiarios, a partir del 2014, el extensionismo desaparece como programa, quedando la capacitación, soporte técnico y metodológico de los extensionistas en manos de 14 Centros Regionales de Extensionismo (IICA, 2018).

Cabe aquí retomar el argumento en torno al posicionamiento jerárquico inherente a las actividades de extensión. Este es atemperado en las experiencias del PESA y los Proyectos Territoriales estudiados por el IICA, pero de ninguna manera desaparece en tanto sigue privando una relación de sujeto a objeto entre los extensionistas y los beneficiarios; ciertamente hay una relación que formalmente es más horizontal; sin embargo, no se constituye una relación sujeto –sujeto.

El llamado *nuevo extensionismo* aparece enunciado en el Programa Sectorial de Desarrollo Agropecuario, Pesquero y Alimentario de la SAGARPA 2013-2018, específicamente en el componente de Extensionismo, Desarrollo de Capacidades y Asociatividad Productiva (EDCAP) cuyo objetivo es "Apoyar a pequeños productores (as), con servicios de extensión, innovación y capacitación para incrementar la producción de alimentos y fortalecer el desarrollo comunitario en las zonas rurales" (IICA, 2018, p.21), mediante dos estrategias: "(1) Orientar la investigación y el desarrollo tecnológico a generar innovaciones aplicadas al sector agroalimentario que eleven la productividad y la competitividad, y (2) Desarrollar las capacidades productivas de las y los pequeños productores" (IBID, p. 22).

La preocupación por el incremento de la producción y de la productividad es inherente al extensionismo, pero los tintes que toma después de la crisis alimentaria de 2007-2008 son más marcados. Ello porque uno de los factores explicativos de dicha crisis es el agotamiento de los recursos tecnológicos de la revolución verde, expresado en un estancamiento de los rendimientos agrícolas de maíz, trigo y arroz desde la última década del siglo pasado (RUBIO, 2015).

El énfasis del gobierno mexicano sobre la necesidad de incrementar la productividad en el conjunto de la economía, expresado en el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018, tiene que ver con la estrategia dirigida a profundizar el proceso de integración a la economía estadounidense que dio lugar a las reformas estructurales de dicho sexenio. En el ámbito de la agricultura esta intención quedó consignada en el Programa para la Democratización de la Productividad, en el cual se considera a la productividad como un problema estructural que afecta transversalmente la economía nacional y los diferentes sectores, pero especialmente como una variable crítica en la agricultura de los pequeños productores que refleja la relación entre los recursos disponibles y el resultado social de su aprovechamiento. Desde la perspectiva de este programa lo que se busca es:

> alcanzar mayores niveles de eficiencia económica y social, por medio de un fortalecimiento de los pilares de competitividad, respondiendo simultáneamente a la exigencia de mayor producción, pero incorporándole objetivos explícitos de mejor distribución y mayor conservación de los recursos. Una productividad con una dimensión temporal de largo plazo y de equidad territorial y poblacional (IICA, 2018, p. 7).

El planteamiento de democratización de la productividad buscó hacer énfasis en la gestión del conocimiento, aplicado a los procesos productivos mediante prácticas, capacidades, habilidades, competencias, motivaciones, creencias, visiones o patrones culturales que determinan cómo se incorporan los recursos disponibles a los procesos productivos. Y señala la importancia de "crear condiciones para generar procesos de reconversión basados en innovación, es decir, en cambios efectivos en las prácticas y culturas productivas, ambientalmente sustentables, socialmente redistributivas y económicamente eficientes" (IICA, 2018, p.8). Junto con este propósito, congruente con la raíz modernizadora del extensionismo, ahora revestida del discurso de la sustentabilidad, la propuesta tiene la virtud de reconocer el carácter sistémico de la agricultura de los pequeños productores y la relación entre extensión rural y territorio, fundamental por la estructura espacial de los encadenamientos productivos y los encadenamientos de valor agregado en forma de clústers, sistemas producto, sistemas agroalimentarios localizados u otras formas de interdependencia, que producen modelos territoriales donde las condiciones sociales, políticas, culturales y ambientales cumplen un papel crítico para la innovación.

Democratizar la productividad mediante una estrategia de política pública centrada en la gestión del conocimiento con un enfoque territorial que reconozca las aportaciones sistémicas de los pequeños productores, resulta un planteamiento conceptualmente atractivo pero definitivamente ajeno al contexto general de las políticas sectoriales

que en ese periodo y desde la década de los ochenta procuraron erradicar del escenario productivo a la población mayoritaria del campo mexicano y concentrar los beneficios en un grupo reducido de agricultores y en las grandes corporaciones alimentarias.

Cerrando nuestro argumento sobre los tres rasgos característicos del extensionismo latinoamericano, es patente que aún las versiones más recientes impulsadas por los organismos de cooperación internacional mantienen el carácter productivista, economicista y tecnocéntrico del extensionismo. Ello queda de manifiesto al conceptualizar el mejoramiento de las condiciones de vida de los pequeños productores como consecuencia del aumento de la productividad, pero sobre todo al darle el carácter de externalidades económicas a las complejas características de la agricultura de pequeña escala:

> en síntesis, la extensión rural es una estrategia de política pública que busca dinamizar los procesos de gestión de conocimiento que subyacen a la difusión, adaptación y adopción de prácticas innovadoras en los pequeños productores, con el propósito inmediato de mejorar la productividad y, como consecuencia, mejorar sus condiciones de vida y garantizar que las externalidades positivas de su actividad económica, valoradas por el conjunto social, son preservadas (IICA, 2018, p. 10).

Bajo esta perspectiva las instituciones de investigación llegaron a su cliente final, el "productor", como un receptor pasivo de la información, a través del intermediarismo de los PSP que promovían, capacitaban y asesoraban para procurar la adopción tecnológica, mediante servicios fragmentados, sujetos a una serie de requisitos y normas establecidas por las instituciones participantes, conforme a sus objetivos y tiempos programáticos, y cuyo seguimiento, supervisión y evaluación dependía de una institución federal con recursos de cobertura nacional extremadamente escasos (AGUILAR ET AL., 2005). Es así que los servicios de extensión estuvieron en manos de

profesionistas cuyo principal incentivo es el ingreso por el pago de servicios cuya complejidad requiere su total atención y recursos, por lo que terminan dejando de lado la diversidad territorial, las actividades relacionadas al bienestar colectivo y los procesos de educación no formal imprescindibles para una acción colectiva que pretenda transformaciones territoriales en el largo plazo. A esta realidad se enfrenta el esfuerzo del gobierno mexicano a partir de 2020 mediante la Estrategia de Acompañamiento Técnico del Programa de Producción para el Bienestar, a la cual nos referiremos de manera sintética al final de esta contribución.

Elementos para un nuevo modo de intervención en el campo latinoamericano

La experiencia de investigación acción participativa realizada entre 2017 y 2019 en trece entidades federativas de la República Mexicana, con el propósito de construir prototipos regionales para la soberanía alimentaria, nos permite puntualizar los principales elementos de un nuevo modo de intervención en el campo latinoamericano.

La educación popular como proceso reflexivo y emancipador, en este caso partiendo de la horizontalidad y el dialogo de saberes y haceres, conformando comunidades de aprendizaje efectivas. Ello a contracorriente de la noción de población beneficiaria u objeto de estudio. Pero también de la raíz modernizadora de la cual se desprende el propio concepto de extensión y su propósito de llevar el conocimiento y a tecnología a los sectores sociales que requieren cambiar sus formas de producción.

La educación popular transformadora implica un replanteamiento profundo que conduce a la conformación del sujeto colectivo, pero también de la relación del sujeto con la naturaleza, que es el punto nodal para este nuevo paradigma latinoamericano. Es un proceso situado en el territorio, que conduce a resaltar el carácter multidimensional y multiescalar de la cuestión alimentaria, y por ello a establecer

las conexiones con los demás actores sobre el territorio, especialmente porque el cuidado de los bienes naturales es asunto de todos. Este proceso de reafirmación de las identidades territoriales, lejos de ser sectorial conduce a develar la importancia de las relaciones de complementariedad con otros actores y la pertinencia de la cooperación, abonando a una economía solidaria.

La agroecología constituye una visión del mundo que se deriva del reconocimiento de los perjuicios de la agricultura industrial, no sólo sobre el ambiente, sino de manera relevante sobre la salud de los consumidores. Al conceptualizarse a la vez como una disciplina científica alternativa, una práctica tecnológica innovadora y un movimiento social, cultural y político (WEZEL ET AL., 2009, citados en TOLEDO, 2012) la agroecología se despliega mediante formas de comunicación distintas a la asistencia técnica o el extensionismo convencional. Estas formas de comunicación están fuertemente ancladas al territorio y desde luego conllevan a la búsqueda de soluciones técnicas basadas en las características de los bienes naturales locales.

La economía solidaria entendida como ese vasto espectro de experiencias que en América Latina y el mundo entero se basan en los principios no capitalistas de igualdad, solidaridad y respeto a la naturaleza (SANTOS, 2011), constituye un elemento central para construir un paradigma de desarrollo alternativo y un nuevo modo de intervención en el espacio rural, especialmente porque la crisis de la inserción extractivista y de la ortodoxia neoliberal acentuadas por la pandemia, está mostrando lo pernicioso de la propia reproducción capitalista asentada sobre los principios de la reproducción de las desigualdades de todo tipo, la competencia exacerbada por concentrar de manera privada los beneficios de la producción social y la degradación de los mal llamados recursos naturales.

Los tres elementos referidos estuvieron presentes en la experiencia de los ProSoA. Los principios de la educación popular se pusieron en práctica mediante procesos de investigación acción participativa en las trece entidades federativas en que se llevó a cabo el proyecto.

La conformación de los GIAP (grupos de investigación acción participativa) constituyó el eje de esta experiencia y reflejó la diversidad de la agricultura mexicana, no sólo en términos de las diferentes condiciones ambientales, tecnoproductivas y socioinstitucionales de cada región, sino particularmente de las trayectorias de los integrantes de los GIAPs reflejadas en sus experiencias y expectativas en torno al proceso.

Los énfasis resultantes de los procesos de investigación acción, plasmados en cada uno de los prototipos regionales para la soberanía alimentaria, dan cuenta de que los GIAP avanzaron significativamente en el reconocimiento dialógico y reflexivo de su realidad y su problemática, estableciendo significaciones propias del planteamiento de la soberanía alimentaria. En este proceso educativo, específicamente en la fase del diagnóstico, destacó la puesta en acción de variadas herramientas y métodos de construcción dialógica del conocimiento, pero sobre todo el despliegue de una serie de principios que dan cuenta de su carácter horizontal y transformador, a diferencia de la caja de herramientas participativas ya convencionales (Tabla 1).

TABLA 1. Principios y dispositivos de un diagnóstico IAP

Principios	Momentos y dispositivos
Establecer comunicación clara y honesta, sin generar falsas expectativas u ofrecer recursos.	Priorizar el diálogo efectivo de saberes en el que los sujetos expresen su pensamiento y expectativas. Definir de manera consensuada la ruta metodológica para realizar el diagnóstico.
Prestar atención al retorno de la información generada durante el diagnóstico.	Uso de cápsulas audiovisuales de ágil difusión.
Definir con claridad la relación con los sujetos en cada región y sumarse a procesos existentes para aportar a su dinamización y valoración.	Privilegiar la perspectiva de los sujetos a través del lenguaje y los enfoques pedagógicos. Priorizar las líneas de acción.
Plasmar un inventario de los patrimonios territoriales que sea útil para los sujetos y les permita generar planes de acción y el rescate de prácticas locales, valorar los ritmos de lo agroecológico.	Sistematizar reflexiones y planes de acción colectiva. Identificar la apuesta de la comunidad en términos de su apropiación territorial.

Principios	Momentos y dispositivos
Procurar la comprensión multidimensional de la problemática: el ecosistema, los sistemas productivos y sus técnicas, las semillas, la salud, la gastronomía, lo ético y lo político, la vulnerabilidad de las personas, como temas complejos.	Metodologías de trabajo claras, sintéticas, contextualizadas y útiles.
Caracterizar integralmente el territorio (ambiental, tecnoproductiva, económica y sociocultural) en al menos tres fases: descriptiva, analítica y propositiva.	Identificar claramente los momentos y escalas del diagnóstico: parcela o finca, familia, comunidad, cuenca. Generar una línea base con indicadores contextualizados construidos con los sujetos.
Buscar la participación de los integrantes de la unidad familiar en el diagnóstico. Reconocer estudios y experiencias previas. Evitar ejercicios descontextualizados o excesivamente pormenorizados; abstenerse de emitir juicios rápidos sobre problemas complejos o de abordar temas conflictivos para la comunidad.	Destacar los ejes integradores del diagnóstico, relacionados con los puntos de mejora.

FUENTE: Con base en: Ramírez-Miranda et al., 2020.

El proyecto ProSoA, entendido como un proyecto de investigación acción participativa, pero también de educación popular, permitió destacar la dimensión cognitiva de la agroecología, en la línea señalada por Le Coq et al. (2017). Esto debido a que las propuestas agroecológicas se convirtieron en un mecanismo para establecer diálogos horizontales sobre la problemática de los territorios, así como para generar conocimientos sobre la situación de los bienes naturales. Especial mención merece la incorporación de la cromatografía de suelos como una herramienta confiable y de bajo costo para diagnosticar el estado de salud de las tierras (SALAZAR Y CHÁVEZ, 2020). Esta herramienta despertó gran interés y empatía en todos los GIAP en un país en el que el que más del 70% de los suelos sufren procesos de degradación física, química y biológica (COLEGIO DE POSTGRADUADOS, 2013).

En esta investigación también se pudo constatar con claridad la observación de Saquet (2016) relativa a que las prácticas

agroecológicas se territorializan históricamente, mediante procesos de resignificación por los diferentes grupos que las ponen en acción. Esto es importante porque lejos de constituir un repertorio técnico de aplicación general, que pueda difundirse a través de sistemas de extensión convencionales, la agroecología debe entenderse como un conjunto de principios que deben ser puestos en acción por los propios campesinos a partir del contraste con sus conocimientos y el despliegue de sus recursos locales.

En lo que concierne a la economía solidaria el proyecto se llevó a efecto con campesinos e indígenas de trece entidades federativas que cuentan con trayectorias agrarias muy diferentes y por ende con diferentes perspectivas en torno al trabajo asociativo y las formas organizativas que consideran más adecuadas para comprometer sus patrimonios. Así en los estados de Chiapas, Guerrero y Oaxaca, caracterizados por su alta densidad étnica y organizativa, así como por sus elevados niveles de pobreza, es patente el peso histórico de las instituciones comunitarias y la receptividad de las familias a los principios de una economía basada en la cooperación y en la reciprocidad. Aquí es notorio, como lo resalta Coraggio (2007), que la economía es parte de la cultura en sentido amplio, pues es el sistema de normas, valores, instituciones y prácticas que se dan para organizar el metabolismo entre seres humanos y naturaleza a partir de una serie de actividades interdependientes de producción, distribución, circulación y consumo de satisfactores.

En el caso de Veracruz, con una composición indígena menos marcada, pero con un largo proceso organizativo como soporte, el cual incluye acceso al mercado justo de café, resultó sugerente la forma en que los campesinos se comprometen con una asociación civil que les permite acceder a mejores precios para su principal producto comercial al tiempo que mantienen sus estrategias familiares diversificadas y relativamente independientes unas de otras.

En el resto de las entidades federativas (Sonora, Zacatecas, Nayarit, Jalisco, Michoacán, Tlaxcala, Puebla, Hidalgo y el Estado de

México), los GIAP estuvieron integrados por campesinos -y destacadamente campesinas- que destinan la mayor parte de su producción al mercado, en un contexto en el que las instituciones ejidales y la base productiva han sido debilitadas. No obstante, el común denominador que emanó de la reflexión de todos los GIAP fue la perspectiva de que la alimentación de las familias se ha deteriorado en los últimos años y que en ello tiene gran responsabilidad el sistema alimentario dominado por las grandes empresas que a través de los medios masivos de comunicación alteran los hábitos de consumo de la población. También fue común el reconocimiento de que sus tierras se están degradando y que hay cambios desfavorables en el clima, por lo que es impostergable tomar acciones para el cuidado de sus bienes naturales.

En suma, educación popular, agroecología y economía solidaria constituyen el soporte para un nuevo modo de intervención en el campo latinoamericano, desde luego movilizados a través de un proceso de gestión territorial orientado al propósito de la soberanía alimentaria y el desarrollo rural.

El proyecto ProSoA concluyó apuntando la necesidad de establecer los Sistemas Regionales para la Gestión de la Innovación (SIRGI) como el mecanismo para que los prototipos se ampliaran a una escala regional. Los SIRGI fueron definidos como los arreglos institucionales necesarios para que los prototipos alcancen mayor impacto y aplicabilidad y conceptualizados como conjuntos sistémicamente articulados de procesos, herramientas y personas que interactúan para aplicar la innovación, es decir los prototipos, en la escala regional (PÉREZ-SÁNCHEZ ET AL., 2020). La conclusión más relevante en torno a estos SIRGI fue que en su diseño y composición deberían reflejar con toda claridad las características de la región no sólo en lo referente a su configuración socioambiental, sino particularmente en lo referido a sus trayectorias y experiencias de desarrollo. A partir de este referente y de la argumentación realizada supra, ponemos a consideración las características más generales de una estrategia de intervención para el campo latinoamericano.

Hacia una propuesta de intervención para la soberanía alimentaria y el desarrollo rural regional: colegiados territoriales intermunicipales

El primer elemento a considerar es que la propuesta de intervención que el campo latinoamericano necesita debe orientarse a alcanzar la soberanía alimentaria como condición del desarrollo rural y por ello debe ser responsabilidad del Estado, lo que no se contradice con el obligado protagonismo de los sujetos territoriales.

Hacer responsable al Estado de proveer los recursos para conformar los sistemas regionales de gestión de las innovaciones para la soberanía alimentaria y el desarrollo rural, permitirá resolver muchos de los problemas correctamente diagnosticados por Berdegué (2019) y otros analistas de las políticas territoriales para el desarrollo rural. Pero sobre todo, significa una definición congruente con el nuevo escenario definido por la pandemia, tanto en lo que se refiere a la recuperada centralidad del Estado como a la necesidad de producir alimentos sanos y reconectar al campo y a la agricultura con el conjunto de la economía, en el contexto de proyectos nacionales que rompan con el estilo de crecimiento extractivista.

Existe un importante soporte normativo e institucional para impulsar estos procesos de gestión territorial. En México la Ley de Desarrollo Rural Sustentable mandata la conformación de Consejos de Desarrollo Rural Sustentable en las escalas municipal, estatal, distrital y nacional. Además, el artículo 115 constitucional provee a los municipios de importantes atribuciones para la planeación del desarrollo.[13] En Brasil, si bien la normativa para los procesos de gestión

13 La fracción V del Artículo 115 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos establece que los municipios estarán facultados para: "a) Formular, aprobar y administrar la zonificación y planes de desarrollo urbano municipal; b) Participar en la creación y administración de sus reservas territoriales; c) Participar en la formulación de planes de desarrollo regional, los cuales deberán estar en concordancia con los planes generales en la materia. Cuando la Federación o los Estados elaboren proyectos de desarrollo regional deberán asegurar la participación de los municipios; d)

territorial no logró consagrarse a nivel de ley existe una práctica arraigada en la sociedad lo que representa un invaluable punto de partida.

Sobre esta base normativa consideramos que es posible impulsar colegiados intermunicipales cuya principal tarea sería *situar* el proceso de gestión territorial dirigido a la soberanía alimentaria y el desarrollo rural. Es en este espacio obligadamente multiactoral que se definen las estrategias de articulación entre los espacios rurales y urbanos que conforman el territorio. Aquí se devela claramente el carácter multidimensional e intersectorial que requiere un proyecto de transformación territorial que tenga como eje a la agricultura y el ambiente. Vale resaltar que estos colegiados deben acoger la participación de los diversos actores territoriales, entre ellos destacadamente las universidades, convocados a definir los rumbos del desarrollo territorial, pero ahora bajo una orientación de interés público (la soberanía alimentaria y el desarrollo rural) y no a seguir fatalmente las dinámicas marcadas por el mercado y sus actores hegemónicos.

Este proceso de intervención tiene como principal actor sobre el terreno a equipos técnicos interdisciplinarios en los que la participación de los productores directos y sus familias resulte verdaderamente protagónica y no solamente un requisito formal a cumplir en los términos de referencia. Estos equipos, convocados a actuar en una escala geográfica menor a la de los colegiados intermunicipales, son los responsables de llevar a efecto el proceso de investigación acción y establecer los planes de formación requeridos por el mismo. Su objetivo final es el diseño y puesta en acción de los planes comunitarios para el desarrollo rural desde una perspectiva de soberanía alimentaria.

La pandemia ha obligado al distanciamiento social, pero paradójicamente constituye un reclamo de proporciones históricas para recomponer el metabolismo social a escala planetaria mediante la

---

Autorizar, controlar y vigilar la utilización del suelo, en el ámbito de su competencia, en sus jurisdicciones territoriales; [...] g) Participar en la creación y administración de zonas de reservas ecológicas y en la elaboración y aplicación de programas de ordenamiento en esta materia [...]" (PODER LEGISLATIVO, 1917, p. 126-127).

proximidad social y cultural. Desde esta perspectiva, una de las tareas principales para el nuevo modo de intervención en el espacio rural latinoamericano al que nos hemos referido es la creación y fortalecimiento de circuitos de proximidad que dinamicen el acceso de los consumidores rurales y urbanos a alimentos frescos saludables y fortalezcan los procesos de construcción territorial de soberanía alimentaria mediante procesos de Investigación Acción Participativa soportados en dos ejes formativos que condensan la complejidad y multidimensionalidad del problema alimentario: uno técnico-productivo y otro cultural-educativo, ambos centrados en el diálogo intergeneracional de saberes y haceres.

Los planes comunitarios a que nos hemos referido supra, se fortalecen mediante planes de formación de base territorial que abordan la cuestión de la alimentación en su relación con la nutrición y la salud, propiciando la incidencia local y comunitaria, a través de talleres, círculos de trabajo y eventos comunitarios en escuelas campesinas, escuelas de soberanía alimentaria, centros de aprendizaje de ecotecnias, huertos escuela, diplomados, entre otras modalidades.

El eje Cultural-educativo de estos planes de formación diseñados de manera dialógica considera la relación producción-consumo como una expresión del conjunto de la vida social-cultural del territorio. Resalta los macro y meta procesos de índole social y ecológica, para contribuir a la construcción y fortalecimiento de una cultura alimentaria territorial propia, en el marco de los principios y valores de la soberanía alimentaria, la economía solidaria y la agroecología, atendiendo a seis criterios centrales para establecer propuestas emanadas del territorio: proximidad, relacionamiento, solidaridad, empatía colaboración, participación e inclusión.

El Eje Técnico- productivo se basa en la agroecología como ciencia y práctica transformadora que busca restaurar las relaciones de correspondencia entre los seres humanos y la naturaleza, constituye el dispositivo técnico-cognitivo que da soporte al proyecto de investigación acción, reivindicando la salvaguarda del patrimonio biocultural

de los pueblos y comunidades participantes y fortaleciendo la capacidad de las familias rurales para producir una parte importante de sus alimentos mediante técnicas agroecológicas.

Los circuitos de proximidad a que hacemos referencia, asentados en la educación popular y en el proyecto de la soberanía alimentaria, se inscriben en los desarrollos conceptuales y prácticos de la economía social y solidaria que cuestionan la raíz productivista del paradigma del desarrollo moderno y colocan a la solidaridad como el valor básico sobre el que se construyen relacionamientos recíprocos interpersonales, interculturales y en convivencia armónica del ser humano con la naturaleza, buscando construir relaciones en la que los mercados funcionen como espacios de intercambio al servicio de la sociedad, en vez de una sociedad sometida al Mercado y al poder monopólico trasnacional.

Para finalizar esta contribución es preciso reconocer los elementos más relevantes y promisorios de la actual Estrategia de Acompañamiento Técnico que se lleva a cabo en regiones marginadas de 11 entidades federativas de la República Mexicana, entre las cuales 9 corresponden a las de la experiencia ProSoA. Algunos de ellos son convergentes con nuestra propuesta. De entrada, la denominación de esta estrategia, acompañamiento, postula una ruptura explícita con el término extensionismo y se conceptualiza a los campesinos e indígenas como sujetos de derechos, sujetos productivos y portadores de conocimientos pertinentes con quienes se debe dialogar en busca de soluciones técnicas. Apoyada en la noción de agricultura de conocimientos integrados y en el recurso de las Escuelas Campesinas, la estrategia se propone consolidar un modelo de intervención para la transición agroecológica en ruta a un nuevo sistema agroalimentario con justicia y equidad para los productores y orientado a la autosuficiencia alimentaria (SUÁREZ, 2020).

No es este el espacio para exponer la arquitectura de esta estrategia que se pretende multiescalar e intersectorial y que hace patente el propósito de dignificar el trabajo de los cerca de 1000 técnicos que

a la fecha están contratados y reciben puntual pago. Baste señalar que se trata de una iniciativa que enfrenta fuertes limitaciones, entre ellas la falta de recursos fiscales para lograr mayor cobertura; más preocupante es el reducido número de técnicos con el perfil requerido para desmontar las premisas de la revolución verde y la agricultura industrial, base de la cultura del extensionismo.

Conclusión

El extensionismo rural en México y América Latina, ha sido primero un vehículo para implantar las premisas de la modernización y más tarde un arreglo funcional a las políticas neoliberales que favorecen al régimen corporativo. Ha mantenido su carácter productivista, tecnocéntrico, unidimensional y jerárquico-homogenizador, con prácticas focalizadas a la difusión tecnológica, en las que las relaciones entre investigación-extensión-población rural se establecen en un circuito vendedor-intermediario-cliente, siendo este último un objeto receptor de los flujos unidireccionales de información; nada más lejos de un sujeto transformador con saberes, haceres y formas de vida propios.

Al postular la necesidad impostergable de un modo de intervención inserto en la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo rural para América Latina estamos subrayando una de las principales premisas del enfoque territorial: que sus propuestas deben estar situadas en una realidad concreta y formuladas desde la perspectiva de la complejidad. Entendemos que el momento latinoamericano obliga por razones estructurales y coyunturales a dar centralidad a la cuestión de la alimentación y el ambiente, como ejes articuladores de un resurgimiento del espacio rural que aporte a la construcción de un desarrollo alternativo para la región. Y con esta certeza cuestionamos el sesgo desagrarizante que sigue lastrando las formulaciones recientes del enfoque territorial del desarrollo rural y llamamos la atención sobre el carácter multidimensional, multiescalar y multiactoral del proyecto de la soberanía alimentaria sustentado en la agroecología, la educación popular y la economía solidaria. Un proyecto que gana

espacio en los territorios y cuya capacidad transformadora terminará por desplegarse, más temprano que tarde.

Referencias

AGUILAR, J., SANTOYO, H., SOLLEIRO, J. L., ALTAMIRANO, R. Y BACA, J. **Transferencia e innovación tecnológica en la agricultura: lecciones y propuestas**, México, 2015.

BERDEGUÉ, Julio. Una mirada crítica al desarrollo territorial rural. In: FERNÁNDEZ, María Ignacia (Org.). **Perspectivas para el desarrollo rural latinoamericano**: un homenaje a Alexander Schejtman. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019. p. 263-283.

BORRAS, S. Soberanía Alimentaria. An envolving transnational movement. **INI Briefing series**, num. 2004/6, Transnational Institute, Amsterdam, 31 p. 2004.

COBO, R., PAREDES, L. P. Y BARTRA, A. ¡Somos Tosepan! 40 años haciendo camino. Unión de Cooperativas Tosepan y Circo Maya, México, 271 p. 2018.

COLEGIO DE POSTGRADUADOS. **Suelos.** Colegio de Postgraduados, Montecillo, México, 2013.

CONTRERAS, J., PAREDES, M., Y TURBAY, S. (2017). Circuitos cortos de comercialización agroecológica en el Ecuador. **Idesia (Arica)**, 35(3), 71-80. Disponible en: https://dx.doi.org/10.4067/S0718-34292017005000302

CORAGGIO, J.L. Introducción. In: J.L. CORAGGIO (org). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas.** Buenos Aires, Altamira. 2007.

CORBARI, F. **Transição agroecológica: Um estudio do experiencias no Brasil e no México.** TESE. Doutorado en Desenvolvimento Rural Sustentaável. Universidade Estadual do Este do Paraná, 2021.

CRAVIOTTI, C y SOLENO, R. (2015). Circuitos cortos de comercialización agroalimentaria: un acercamiento desde la agricultura familiar diversificada en Argentina. **Mundo Agrario**, 16(33). Disponible en: http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a01

DEPONTI, C., FREITAS, T. Y FAVARETO. A Apresentação. In: Deponti, C., Freitas, T., Favareto, A. (Organizadores) **Tres décadas de planejamento en áreas rurais: Balancos e perspectivas.** Pedro & Joao editores, 405 p. 2021.

FAO. **Proyecto Estratégico de Seguridad Alimentaria, Manual Operativo.** Agencias de Desarrollo Rural (ADR). 2011. Disponible en: http://www.sagarpa.gob.mx/desarrolloRural/Documents/MICROSITIO%20P ESA/manual_operativo_adr.pdf

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF (2019), **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía**, FAO, Roma, 229 p. 2019.

FAVARETO A. Y EMPINOTTI, V. L. Notas sobre os desafíos do planejamento rural frente ás transformacoes do inicio do seculo XXI. In Deponti, C., Freitas, T., Favareto, A. (Organizadores), **Tres décadas de planejamento en áreas rurais: Balancos e perspectivas.** Pedro & Joao editores, 405 p. 2021.

IICA, Red GTD, INCA Rural. **Extensionismo con resultado: Estrategias de política púbica y sistematización de experiencias de Extensionismo Rural con Enfoque Territorial.** Ciudad de México, IICA 2018.

IICA. **Aportes del IICA a la gestión del conocimiento de la agricultura en México**. Servicios Integrales Dorma, México, D.F. 2012.

KAY, C. Una reflexión sobre los estudios de pobreza rural y estrategias de desarrollo en América Latina. **Revista ALASRU,** n. 4. Universidad Autónoma Chapingo, México, 2006, p. 29-76.

LE COQ J. F., SACHET E., VÁZQUEZ L., SCHMITT C., SABOURIN E. Conceptos de agroecología y marco analítico. En Sabourin et al., **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe**, Red de Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina, FAO, Porto Alegre, 2017, p. 13-32.

MUÑOZ RODRÍGUEZ, M., & SANTOYO CORTÉS, H.V. Del extensionismo a las redes de innovación. En J. Aguilar Ávila, J. R. Altamirano Cárdenas y R. Rendón (coords.) **Del extensionismo agrí cola a las redes de innovación rural.** México, Texcoco: UACh-CIESTAM-FAO-CYTED, 2010, p. 31-70.

PÉREZ, A., RAMÍREZ-MIRANDA, C. Y TORRES-RIVERA, A. Sistema Regional de Gestión de la Innovación. Notas para una segunda etapa. En Ramírez-Miranda, C., A. Pérez, M. del C. Hernández y F. Herrera (coords.) **Prototipos regionales para la soberanía alimentaria. Investigación acción en los territorios.** Juan Pablos Editor, México, 2020, p. 455-467.

PODER LEGISLATIVO (1917). **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos.** Editorial Esfinge, Ciudad de México, 1917.

RAMÍREZ-MIRANDA, C. CHÁVEZ, P. Y TORRES-RIVERA, A. Soberanía alimentaria, agroecología e investigación acción participativa. En Ramírez-Miranda, C., A. Pérez, M. del C. Hernández y F. Herrera (coords.) **Prototipos regionales para la soberanía**

alimentaria. Investigación acción en los territorios. Juan Pablos Editor, México, 2020, p. 21-54.

RUBIO, Blanca. **El dominio del hambre. Crisis de hegemonía y alimentos**. 2ª. Edición, Juan Pablos Editor, México, 279 p. 2015.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal.** Plaza y Valdez/ UACh, México. 2012.

SALAZAR, S. Y CHÁVEZ, P. La cromatografía de tierras campesinas. Salud y vitalidad del suelo en los Prototipos Regionales para la Soberanía Alimentaria. En: Ramírez-Miranda, C., A. Pérez, M. del C. Hernández y F. Herrera (coords.) **Prototipos regionales para la soberanía alimentaria. Investigación acción en los territorios.** Juan Pablos Editor, México, 2020, p. 437-454.

SANTOS, B. de S. (Coordinador) **Producir para vivir. Los caminos de la producción no capitalista.** Fondo de Cultura Económica, México, 399 p. 2011.

SAQUET, M. A. Territorios rurales y perspectivas de desarrollo rural con autonomía: la agricultura campesina (agro)ecológica, ***Eutopía,*** núm. 10, 2016, p. 57-76.

SUÁREZ, V. **Estrategia de Acompañamiento Técnico**. Video. Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural. Gobierno de México, https://www.youtube.com/watch?v=beiPmuyHYVA 2020.

TOLEDO, V. La agroecología en Latinoamérica: tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología** n. 6, Universidad de Murcia. 2012, p. 37-46.

TORRES-RIVERA, A., Indicadores culturales para la Soberanía Alimentaria y su transición agroecológica: miradas, sentisaberes y pistas desde el Territorio Caucano. **IXAYA**, Año 10, Núm. 18, Agroecología. 2020. http://revistaixaya.cucsh.udg.mx/index.php/ixa/issue/view/734

UTN-PESA-FAO. Metodología PESA México. **Manual para agentes de desarrollo rural.** Ciudad de México: FAO, 2016

VALENCIA, M.; J. F. LE COQ; A. FAVARETO; M. SAMPER; F. SÁENZ-SEGURA Y E. SABOURIN. Políticas públicas para el desarrollo territorial rural en América Latina: balance y perspectivas. En: **Eutopía,** Quito, n. 17. 2020, p. 25-40.

Resumen biográfico

César Adrián Ramírez-Miranda
Economista por la Universidad Nacional Autónoma de México, Doctor en Ciencias Sociales, Área de Desarrollo Rural por la Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco. Coordinador del Posgrado en Ciencias en Desarrollo Rural Regional de la Universidad Autónoma Chapingo. Investigador Nacional nivel 2. Miembro de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU).

Delta Argelia Torres-Rivera
Candidata a Doctora en Filosofía y Ciencias Humanas; Maestra en Desarrollo Humano y Valores, Licenciada en Relaciones Internacionales. Integrante del equipo de investigación-acción en Soberanía Alimentaria de la Red en Gestión Territorial para el Desarrollo Rural (Red GTD- México), Docente de maestría en el IAPE Universidad México. MAIL: argelia.torres@iape.edu.mx

La Extensión Agropecuaria en el Acuerdo de Paz Colombiano - Una apuesta con enfoque territorial

Juan Patricio Molina Ochoa
Profesor Asociado

Ángela Marcela Guevara Medina
Estudiante de Maestría Gestión y Desarrollo Rural
Facultad de Ciencias Agrarias Universidad Nacional de Colombia,
Bogotá D.C, Colombia

Resumen

Como resultado del Acuerdo de Paz en Colombia, firmado en 2016, se han impulsado en los últimos años una serie de reformas legales y políticas que buscan enfrentar, entre otros aspectos, la problemática de pobreza y de desigualdad rural. La ley de extensión agropecuaria, expedida en 2017, se inscribe en estos propósitos como instrumento clave para la transformación del campo. En este texto se examinan sus avances y limitaciones, se discute su coherencia con el enfoque territorial y se destacan unos aprendizajes que pueden ser útiles desde la perspectiva del desarrollo territorial en América Latina.

Introducción

Las zonas rurales han sido el escenario principal del conflicto armado en Colombia durante más de cinco décadas. En noviembre de 2016, después de 5 años de negociación, se llegó a un acuerdo entre el gobierno y la guerrilla de las Farc. El punto No. 1 del Acuerdo es uno de los 6 ejes[14] para la *construcción de una paz estable y duradera*. El objetivo de este punto, denominado **Reforma Rural Integral (RRI)**, es la transformación estructural del medio rural, la incorporación de medidas de cierre de brechas campo - cuidad y la introducción de un enfoque territorial. El consenso sobre la necesidad de concentrar esfuerzos en la ruralidad prioriza las víctimas y los territorios más afectados. En ese sentido, el Acuerdo contempla aspectos que van más allá de la entrega de armas y de la participación política de los excombatientes.

La RRI reconoce la urgencia de erradicar la pobreza, promover la igualdad y garantizar la no repetición del conflicto, con base en medidas de *impulso de la integración de las regiones y de desarrollo social, económico y equitativo del país*. En este marco, el Acuerdo de Paz contempla varios mecanismos que tienen como objetivo cumplir con su implementación, uno de estos corresponde a los Planes Nacionales para la Reforma Rural Integral. Encaminados a la provisión de bienes y servicios públicos rurales, como complemento al acceso a la tierra, y necesarios para atacar la pobreza. Por otra parte, algunos de estos mecanismos también fueron consagrados en normas[15] que otorgan

14 Los 6 puntos del Acuerdo de Paz son: 1. Reforma Rural Integral; 2. Participación Política; 3. Fin del Conflicto; 4. Solución al Problema de las Drogas Ilícitas; 5. Acuerdo Sobre las Víctimas del Conflicto; 6. Implementación, Verificación y Refrendación.

15 Luego de la firma del Acuerdo, fue necesario garantizar que lo acordado tuviera un estatus legal e institucional para su cumplimiento, y que el mismo no dependiera de los gobiernos. En este sentido, y a través de un proceso legislativo especial se aprobaron más de 35 normas.

las competencias a la institucionalidad para la implementación del Acuerdo.

Uno de estos Planes es el "Plan Nacional de Asistencia Integral Técnica, Tecnológica y de Impulso a la Investigación", el cual aún no ha sido estructurado por el Gobierno. No obstante, sí se ha avanzado en una de sus normas constitutivas. Se trata de la Ley del Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria SNIA (Ley 1876 de 2017), que establece el servicio público de extensión agropecuaria. Esta se enmarca en un sistema integrado por subsistemas, planes e instrumentos de planificación, así como en plataformas de gestión con participación de múltiples actores.

La extensión agropecuaria dentro de la agenda de paz tiene una connotación diferente a la tradicional. Difiere del acompañamiento tradicional en una sola vía del técnico hacia el productor y propende por un proceso sistémico de reconocimiento de prácticas propias y de articulación con la investigación, el desarrollo tecnológico y la innovación, en un contexto territorial.

Esta aproximación de la extensión agropecuaria, por su importancia frente a la problemática socioeconómica del medio rural y a la implementación del Acuerdo de Paz, invita a una reflexión crítica sobre su reciente desarrollo. Se ha hecho una rigurosa revisión documental de fuentes primarias y secundarias, oficiales y no gubernamentales, sobre la agenda de paz en Colombia y la evolución de la extensión agropecuaria.

El análisis, que aquí se presenta, parte del enfoque territorial y de extensión, según su concepción en el Acuerdo de Paz, detalla su evolución en los últimos 20 años y examina su estado actual y la manera en que ha permeado la legislación y la política. Con base en unas categorías de los avances de la política, se culmina con una discusión de la extensión como política de enfoque territorial y se presentan unas reflexiones finales que, a modo de lecciones aprendidas, puedan servir de insumo para las políticas territoriales en otros contextos de Latinoamérica.

La extensión agropecuaria y el enfoque territorial

Una característica del enfoque territorial es la concepción de la política rural y principalmente la de superación de la pobreza de manera integral, diferencial y desde abajo, desde el territorio, concebido como construcción social, propendiendo por el diálogo entre los niveles locales y el nacional (BERDEGUÉ y FAVARETO, 2019, p.6).

Para el caso de Colombia, el enfoque territorial tomó fuerza durante la fase de conversaciones de paz en la que se planteó el concepto de *Paz Territorial*, como base de las negociaciones. Resultado de ello, se establecieron dos enfoques para la implementación del Acuerdo: el de derechos y el territorial.

El enfoque territorial se estructuró en una lógica de *inclusión e integración territorial, basada en una nueva alianza entre el Estado y las comunidades para construir conjuntamente institucionalidad en el territorio. "Institucionalidad" entendida nuevamente no sólo como la presencia de unas entidades estatales, sino como el establecimiento conjunto de unas prácticas y normas que regulen la vida pública y produzcan bienestar (JARAMILLO, 2016, p.5).*

En otras palabras, se introduce un modelo de gobernanza[16], que procura que el Acuerdo de Paz sea implementado de manera descentralizada, participativa y desde los territorios. Si bien su cubrimiento sería nacional, se priorizaron los territorios más afectados por el conflicto armado. Su alcance iría más allá de la participación: además de recoger las necesidades, seleccionar las inversiones y definir los planes de intervención, se establecerían espacios de gobernanza local con referencia, no solo a las instituciones del Estado, sino ante todo a las organizaciones propias de los territorios. Este diálogo fortalecería las percepciones de legitimidad del Estado y la noción de paz territorial.

16 *El enfoque territorial del Acuerdo supone reconocer y tener en cuenta las necesidades, características y particularidades económicas, culturales y sociales de los territorios y las comunidades, garantizando la sostenibilidad socioambiental.* Según Acuerdo de Paz (2016, p.6).

En relación con la extensión agropecuaria, es descrita en la Ley 1876 de 2017 como un proceso de acompañamiento, mediante el cual *se gestiona el desarrollo de capacidades* de los productores agropecuarios. Este concepto incluye la necesidad de comprender al productor en su entorno y en sus posibilidades de acceso a las tecnologías y al conocimiento. Los resultados de este acompañamiento, según la Ley, no solo deben repercutir en el mejoramiento de su producción, sino también en la calidad de vida de sus familias. Esta aproximación difiere del enfoque previo de "asistencia técnica directa rural" planteado casi 20 años atrás (Ley 607 de 2000), cuya atención y asesoría se centraba en actividades productivas, como aptitud del suelo, financiamiento, tecnología y mercadeo, entre otros.

La extensión agropecuaria, concebida en el acuerdo de paz, tuvo como antecedente la Misión de Transformación del Campo (2015), que es el estudio reciente más importante sobre la ruralidad en Colombia. La misión recomendó dejar atrás el modelo lineal de flujo de conocimiento dirigido al productor, mediado por un asistente técnico, hacia uno de interrelación de múltiples actores que privilegie la gestión del conocimiento, a partir de contextos territoriales. Al referirse a los procesos de interacción, la Misión sugiere que el conocimiento y el aprendizaje deben surgir de la participación de redes de actores (públicos, privados y no gubernamentales) y que, en consecuencia, la innovación es un fenómeno de naturaleza colectiva y social. Esta concepción influye en la construcción de la Ley 1876, que se expresa legalmente en el tránsito de "los planes generales de acompañamiento integral" hacia "los sistemas territoriales de innovación".

La Misión también enfatiza en que la agricultura familiar y campesina debería ser la base de ese Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria. Al incorporar el enfoque territorial como un principio fuerza, la Misión argumenta que la extensión agropecuaria debe partir del reconocimiento de la diversidad y heterogeneidad étnica, cultural y biológica del país. Estas recomendaciones fundamentales, sugieren la mirada de la extensión agropecuaria desde la óptica del desarrollo de capacidades, basadas en los saberes tradicionales, en el respeto de

los modelos de producción y de semillas propias, y en la necesidad del diálogo permanente que tenga en cuenta la voz de la población rural.

En la actualidad, Colombia cuenta con una concepción de extensión agropecuaria que se alimenta de estos antecedentes y del que se destacarían las siguientes características: 1. La extensión no solo se refiere a la actividad productiva, también incorpora el desarrollo humano; 2. Es sistémica, hace parte de sistemas nacionales y territoriales de innovación; 3. Incorpora múltiples actores y redes; 4. Es descentralizada; 4. Contempla un sistema de seguimiento y evaluación; 5. Se establece a través de planes participativos territoriales.

En relación con la agricultura campesina, familiar y comunitaria, no está contemplada directamente en la Ley 1876, pero si en el "Plan Nacional de Asistencia Integral Técnica, Tecnológica y de Impulso a la Investigación". Este plan es esencial para el cumplimiento de la RRI, por cuanto se refiere a la población rural menos atendida. En efecto, según datos del gobierno, los agricultores beneficiados del servicio de Asistencia Técnica Agropecuaria (ATA) entre 2012 y 2016 fueron 608.268, de los cuales solo 35.472 eran de agricultura campesina, aunque este grupo de productores corresponde al 74.1% de las unidades de producción agropecuaria (MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, 2017 y 2021, p.14).

Evolución del Enfoque Territorial y de la Extensión Agropecuaria

El diseño de un concepto de extensión agropecuaria le tomó a Colombia un tiempo considerable. En agosto de 2015, el Gobierno Nacional presentó las cifras de la ruralidad en el país a partir del Tercer Censo Nacional Agropecuario. Cabe señalar que el último censo de este tipo fue hecho 45 años antes. En materia de asistencia técnica, los registros censales evidenciaron un delicado problema de cobertura: apenas el 16,5% de las unidades de producción agropecuarias (UPA) del área rural dispersa recibi**ó** este servicio, y solo accedió el 14,8% (153.493) de las UPA de Agricultura Familiar (Departamento

Nacional de Estadística DANE, 2015). También se encontraron deficiencias del servicio, por solo proporcionar información básica sobre el uso de fertilizantes, abonos, pesticidas y manejo de cultivo, sin incluir otro tipo de requerimientos.

En cuanto a la estructura institucional para la prestación del servicio, Colombia ha tenido importantes cambios a lo largo del tiempo (MOLINA, 2010). Después de una fase de unos 25 años de manejo centralizado en cabeza de entidades del orden nacional, que eran ejecutoras directas del servicio, esta responsabilidad se trasladó a los municipios a finales de la década de los ochenta. Este cambio fundamental, que buscaba aumentar la cobertura geográfica y el acercamiento a los productores, fue una expresión de la política de descentralización que iniciaba el país. De esta manera, como parte de los programas de desarrollo rural integrado que venían en marcha desde los 70s, los municipios crearon en su estructura institucional unidades de asistencia técnica (Umatas) que, con el paso del tiempo, fueron perdiendo credibilidad debido a su politización y a deficiencias en calidad.

Posteriormente, en el año 2000 se instaura la asistencia técnica directa rural (Ley 607). Esta sigue en cabeza de los municipios, pero abre la posibilidad de su prestación por actores privados o de categoría mixta. Se giró, así, hacia una tercerización del servicio mediante el estímulo a la creación de empresas privadas que recibirían financiación pública para la atención a los pequeños productores.

Manteniendo en lo esencial este esquema institucional, en 2017 se introduce el concepto de extensión agropecuaria basado en procesos participativos para la formulación de planes de índole territorial y multipropósito bajo la coordinación de las secretarías departamentales de agricultura. Se amplía, entonces, el enfoque de asistencia técnica hacia uno de sistemas de innovación que le sirve de marco.

El rasgo distintivo de este proceso, que ha sido descrito de forma somera, es su tránsito desde un manejo centralista a uno descentralizado y, actualmente, a uno sistémico que se construye de abajo hacia arriba, con la participación de múltiples actores. Esta nueva perspectiva de política nutre el discurso territorial e invita a la reflexión sobre

la posibilidad de avanzar hacia el enfoque territorial a partir de políticas sectoriales, en la medida en que se logre una coherencia mutua.

Para ilustrar lo mencionado y brindar elementos para la discusión, en la tabla 1 se detallan los pasos seguidos por el país desde el año 2000 en la evolución de la asistencia técnica hacia la extensión agropecuaria.

Tabla No. 1 Cronología Extensión Agropecuaria

Año	Programa, Política, Ley
2000	Se establece un servicio de presentación de la asistencia técnica nacional y descentralizada**. Ley 607 de 2000.** Es universal y gratuito para pequeños productores.
2004	Se crean las Empresas Prestadoras de Servicios de Asistencia Técnica Directa Rural (EPSAGRO), las que reciben financiación del Estado para atender a pequeños productores. **Decreto 2980 de 2004.**
2014	**Plan Nacional de Desarrollo 2014 – 2018.** Define un nuevo modelo de asistencia técnica integral y busca consolidar el Sistema Nacional de Ciencia y Tecnología Agroindustrial, como una de las estrategias para impulsar la competitividad rural.
2015	**Misión de Transformación del Campo.** Plantea un Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria, el cual se debe construir de abajo hacia arriba, desde los procesos propios de cada territorio.
2016	**Acuerdo de Paz.** En el punto No. 1 (Reforma Rural Integral), el numeral 1.3.3.2 prevé la prestación de la asistencia técnica para fortalecer las capacidades productivas de la economía campesina, familiar y comunitaria.
2017	**Resolución 464 de 2017, por la cual se adoptan los lineamientos estratégicos de política pública para la Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria.** Uno de los principales lineamientos de política es la extensión rural y el fortalecimiento de capacidades. Prevé dos acciones, una de carácter participativo para que la extensión priorice los saberes y sistemas propios a través de una estrategia de desarrollo de capacidades participativa, y la otra de focalización en la juventud rural y en el fortalecimiento de capacidades, con miras a generar nuevas fuentes de empleo a través del servicio de extensión.
2017	**Ley 1876 de 2017, Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria SNIA.** El SNIA se crea como parte del Sistema Nacional de Competitividad, Ciencia, Tecnología e Innovación. Compuesto por tres subsistemas para organizar y dinamizar el conjunto de actores, relaciones, recursos y reglas que permitan desarrollar las herramientas para la investigación, el desarrollo tecnológico, la transferencia de tecnología, la formación y la extensión. La innovación para la productividad, competitividad y sostenibilidad del sector agropecuario.

Fuente: esta investigación

Resulta interesante destacar que el proceso de la extensión agropecuaria también va de la mano con la construcción del enfoque territorial. En efecto, la Ley 1876 consagra que el enfoque territorial es uno de sus principios[17] y un pilar que direcciona el Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria: *las acciones, instrumentos y estrategias del SNIA se ejecutarán reconociendo la diversidad biológica (interacción suelo-ambiente-organismo vivos), y las especificidades geográficas, sociales, económicas, étnicas y culturales de los territorios.*

El reconocimiento del enfoque territorial en Colombia también ha tenido su propia trayectoria que evidencia su creciente importancia en las políticas de desarrollo rural, incluyendo la ya mencionada de extensión agropecuaria.

Su cronología denota una gran riqueza de experiencias que indica el paso de una preocupación por la recuperación del tejido social hacia propuestas intersectoriales y de fortalecimiento institucional, o hacia la construcción de territorios de paz y la garantía de derechos, o hacia la definición de instrumentos de planeación que conjuguen los ámbitos municipales y regionales.

Esta trayectoria aporta interesantes elementos analíticos sobre cómo se dio el paso de un énfasis al otro, el tipo de evaluaciones realizadas sobre los resultados obtenidos en cada caso, y la incidencia de nuevos discursos que pudieron haber motivado la transición, pero sin incorporar un proceso acumulativo a partir de enseñanzas de las experiencias previas.

---

17 El Artículo 3 de la Ley 1876 de 2017, establece doce principios: 1. Articulación, 2. Enfoque Territorial, 3. Enfoque Diferencial, 4. Enfoque de Asociatividad, 5. Ordenamiento social y uso productivo del territorio, 6. Participación de los actores del SNIA, 7. Desarrollo Sostenible, 8. Orientación al mercado, 9. Gradualidad y temporalidad, 10. Propiedad Intelectual, 11. Productores como agentes de investigación, desarrollo e innovación, 12. Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Tabla No.2 Cronología del Enfoque Territorial en Colombia

Año	Programa, Política, Ley
2000 -2011	**Programas de Desarrollo y Paz (PDP) y Laboratorios de Paz**. Se impulsaron exitosamente en algunas regiones del país muy afectadas por el conflicto armado. Su objeto fue la reconstrucción del tejido social y la construcción desde los territorios de modelos propios de desarrollo con la participación de actores locales. Por ejemplo, Programa de Paz y Desarrollo del Magdalena Medio.
2011-2013	**Nuevos Territorios de Paz.** Son una continuación de los Laboratorios de Paz. Promov**ían** la base social para la construcción de modelos de producción y desarrollo acordes con el contexto poblacional. Territorios incorporados: Guaviare, Caquetá y Canal del Dique. **Otros programas de Gobierno, como IRACA del DPS (Departamento para la Prosperidad Social).** Dirigidos a las comunidades indígenas y afrodescendientes en sus territorios colectivos. Comprenden la seguridad alimentaria y proyectos productivos de fortalecimiento comunitario basados en procesos participativos.
2013	**Contratos Plan sur del Tolima y Norte del Cauca, pilotos PDRIET (Programas de Desarrollo Rural con Enfoque Territorial).** Constituyen el primer piloto de programas con un enfoque específico territorial. Las dos zonas en donde se implementaron se caracterizan por su afectación derivada del conflicto armado.
2013	**Decreto 1985 de 2013 *por el cual* se modifica la estructura del Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural y se determinan las funciones de sus dependencias**. Entre las funciones del ministerio establece: *Formular y dirigir la política de desarrollo rural con **enfoque territorial** en los temas relacionados con el ordenamiento social de la propiedad rural y uso productivo del suelo, capacidades productivas y generación de ingresos y gestión de bienes públicos rurales.*
2014	**Bases del Plan Nacional de Desarrollo 2014 – 2018.** Este plan incluy**ó** la construcción de la paz, con las prioridades de finalización del conflicto armado, la garantía de derechos y el fortalecimiento de las instituciones desde un enfoque territorial. Reconoce que el conflicto afectó a los territorios de forma diferenciada con las mayores secuelas en el ámbito rural.
2015	**Misión de Transformación del Campo**. El enfoque territorial y participativo es una de las tres ideas fuerza de este estudio integral de la realidad rural de Colombia. Reconoce la ruralidad diferenciada y a los habitantes como gestores de su propio desarrollo.

Año	Programa, Política, Ley
2015	**Creación de las Agencias del Sector de Agricultura y Desarrollo Rural: Agencia de Desarrollo Rural ADR, Agencia Nacional de Tierras ANT y Agencia de Renovación del Territorio ART**. Creadas a finales de 2015 con el objeto de darle al país un arreglo institucional integral y multisectorial de presencia territorial. Sus acciones deben responder a las necesidades de los pobladores rurales y los atributos del territorio, para corregir las brechas de bienestar y de oportunidades de desarrollo entre regiones rurales.
2016	**Acuerdo de Paz.** Concibe al territorio como construcción social e histórica, y como un escenario de diálogo e interrelación sociocultural. Focalizado en las zonas más afectadas por el conflicto, busca la construcción de la paz desde los territorios, según las necesidades de los pobladores en sus contextos. Su estrategia es de reforma rural integral y uno de sus principales instrumentos son los Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial - PDET.
2017	**Decreto *Ley* 893 de 2017 de creación del Programa de Desarrollo con Enfoque Territorial (*PDET*).** Estos programas, como instrumentos claves del enfoque territorial, se construyen de manera participativa desde la base local hasta un nivel regional. Priorizaron 170 municipios y 16 subregiones en el país. Integran 8 pilares: 1. Ordenamiento social de la propiedad rural y uso del suelo; 2. Infraestructura y adecuación de tierras; 3. Salud; 4. Educación rural y primera infancia; 5. Vivienda rural, agua potable y saneamiento básico rural; 6. Reactivación económica y producción agropecuaria; 7. Sistema para la garantía progresiva del derecho a la alimentación; 8. Reconciliación, convivencia y construcción de paz. Cada uno de estos pilares debe incluir estrategias e iniciativas definidas por la población, para consolidarlas en planes regionales (Planes de Acción para la Transformación Regional PATR) a ser ejecutados en un periodo de 15 años.

Fuente: esta investigación

La comparación de las cronologías presentadas indica que entre las trayectorias de la asistencia técnica y del enfoque territorial hay una retroalimentación mutua que sugiere una cierta convergencia. Al tiempo que el enfoque territorial ha permeado las políticas de desarrollo rural, estas le han aportado mayor precisión, por lo menos en el discurso. Esta aseveración requiere estudiar los resultados de cada época, para explicar el alcance del cambio de enfoque frente a las experiencias previas.

Otro elemento en común entre ambas trayectorias es el encuentro que tiene lugar en ciertos momentos que parecen ser determinantes en el proceso de confluencia: el Plan Nacional de Desarrollo PND 2014 – 2018, la Misión de Transformación del Campo de 2015 y, por supuesto, el Acuerdo de Paz de 2016. En este último se sintetiza un aspecto fundamental del proceso: el enfoque territorial ha permeado el Acuerdo de Paz y toda la legislación que ha hecho parte de su implementación.

Avances de la política de extensión

Es importante ahora analizar el estado actual de la extensión en el Acuerdo de Paz y sus avances en el actual programa de gobierno. Esto permite comparar el discurso con la realidad de su aplicación para identificar elementos relevantes del ciclo de formación de la política. Para lograr este propósito se han definido cinco categorías: la planeación, el presupuesto, la participación de los actores del sistema, el perfil del extensionista y los tipos de iniciativas productivas.

1. La Planeación

El **último** informe bimestral del Instituto Kroc[18] a abril de 2021[19] llama la atención sobre la no aprobación aún del Plan de Asistencia Integral Técnica. Como ya se mencionó, este es esencial para atender a la población de la agricultura campesina, familiar y comunitaria.

18 El epígrafe 6.3.2. del Acuerdo de Paz, le otorga al instituto Kroc de la Universidad de Notre Dame el mandato de brindar apoyo técnico en el seguimiento y verificación de la implementación del Acuerdo de Paz. Este instituto emite informes de seguimiento al Acuerdo.

19 En relación con el avance de los Planes Nacionales para la Reforma Rural Integral, el Instituto Kroc muestra como de los 16 planes que han sido pactados en el Acuerdo de Paz, 10 han sido aprobados y 6 están pendientes, estos son: Formalización, Zonificación ambiental, Educación, Asistencia técnica y Derecho a la alimentación.

Por otra parte, el Plan Marco de Implementación[20], que incorpora los compromisos del Acuerdo de Paz, establece tres indicadores sobre la extensión agropecuaria[21], los cuales no presentan avances. Sin embargo, en el plan de gobierno actual (Plan Nacional de Desarrollo 2018-2022), que estableció una meta de atención a 550.000 usuarios, si se reportan algunos progresos, pero preocupa que para 2020 ya había un desfase: de 19.417 usuarios previstos se llegó a 9.510.

Otro aspecto concerniente a la ejecución de la política se refiere al diseño y aprobación de los Planes Departamentales de Extensión Agropecuaria PDEA. Se ha avanzado en 26 PDEA de los 32 departamentos del país, pero solo se han concretado 9 proyectos departamentales (cobertura de 90 municipios) que son los que activan estos planes. Su construcción se hace con el acompañamiento de la Agencia de Desarrollo Rural ADR y el liderazgo de las secretarías de agricultura departamentales, quienes convocan a todos los actores del sistema. Este ejercicio se hizo en un tiempo muy reducido para adecuarse a las limitantes administrativas del orden nacional, lo cual pudo haber afectado su calidad. La misma problemática ocurrió con los 9 proyectos departamentales y las contrataciones de las empresas prestadoras de los servicios de extensión agropecuaria (EPSEA).

2. Presupuesto

La reducción de presupuesto también fue notoria: solo se otorgó para este fin la mitad de los 4 millones de USD esperados (Agencia

20 El Plan Marco de Implementación (PMI) fue construido y aprobado en cumplimiento de lo establecido en el punto 6.1.1. del Acuerdo de Paz. El PMI final contiene 501 indicadores y un costo indicativo de 129,5 billones de pesos de 2016.

21 Indicador No. 1: Porcentaje de productores en el registro que recibe el servicio de extensión agropecuaria, Indicador No. 2: Porcentaje de productores en el registro que reciben el servicio de extensión agropecuaria en municipios PDET e Indicador No. 3: Porcentaje de productoras en el registro que reciben el servicio de extensión agropecuaria. Su estado puede consultarse en el Sistema Integrado de Información para el Posconflicto SIIPO https://siipo.dnp.gov.co/buscarindicador.

de Desarrollo Rural ADR, 2021, p.126). Durante el 2019 se atendieron 20 mil usuarios (Departamento Nacional de Planeación, 2019), con una apropiación presupuestal de 3 millones de USD. Según estos resultados de 2019 y 2020, la meta del cuatrienio parece estar comprometida, no solo en cuanto a la cobertura gratuita a la agricultura familiar, sino también a los retrasos en la aprobación del Plan Nacional de Asistencia Integral Técnica.

Con relación al presupuesto, la Misión de Transformación del Campo (2015) estimó en 192 USD **año** la prestación del servicio de asistencia técnica a una familia campesina. Por otro lado, la estimación del gobierno para el Plan de Asistencia Integral Técnica es de 220 USD **año, que equivale a un** monto de 933 millones de USD en un horizonte de 15 años, con una cobertura de 3 millones de familias de agricultura campesina, familiar y comunitaria[22] (Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2021, p.59). Este monto sobrepasa las reducidas asignaciones presupuestales efectivas de los últimos dos años.

Sin duda, el presupuesto[23] se convierte en una seria limitante para una extensión integral, gratuita y con enfoque territorial. Lo importante de estas cifras es que independientemente de las razones que se quieran dar, la asignación presupuestal denota la voluntad política de un gobierno. Si el objetivo real es la transformación del campo, en la

---

22 Según la Resolución 464 de 2017 sobre los Lineamientos para la Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria, los criterios son: 1. Predominio de la actividad económica agropecuaria, desarrollada en forma directa, 2. Uso predominante de la mano de obra familiar o comunitaria. 3. Área de la unidad productiva. 4. Residir dentro de un perímetro funcional a la finca o territorio colectivo, el cual se derivan sus medios de vida.

23 De todas formas, la Ley 1876 contempla algunos mecanismos para la financiación del sistema que aún no han sido activados, pero que podrían entrar a suplir esos vacíos en materia de financiación. Esos mecanismos son del orden descentralizado y corresponden a: un Fondo Nacional de Extensión Agropecuaria financiado por recursos nacionales y territoriales, pero administrado por un ente nacional; la creación de una tasa departamental para ser transferida a los municipios; las regalías y las participaciones nacionales.

que la extensión agropecuaria juega un papel decisivo, es fundamental una financiación adecuada. Esta situación también afecta a otros componentes de la RRI del Acuerdo, por ejemplo, en materia de tierras y en los Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial PDET.

El monto del presupuesto y su modalidad de ejecución (descentralizado o centralizado) son, por tanto, aspectos relevantes de las políticas, sean sectoriales o territoriales. El presupuesto en Colombia para la extensión es, por ahora, centralizado y sectorial con dificultades administrativas e inflexibilidades. A la fecha, se carece aún de mecanismos de financiación descentralizada, lo cual limita la posible participación de los entes territoriales y una implementación de política más adecuada a las necesidades de los territorios.

Colombia cumple con una serie de principios para la implementación de su presupuesto. Entre estos, el de vigencia fiscal exige que los recursos asignados deben ejecutarse en el mismo año. Si bien este principio refleja planeación, previsión y eficiencia, en la mayoría de las ocasiones restringe la implementación, en particular si se trata de una política con enfoque territorial. Los trámites de contratación y de incorporación de presupuestos son demorados y le quitan tiempo a la ejecución que acaba llevándose a cabo, generalmente, en los últimos meses del año.

3. Participación

Esta categoría, central en el enfoque territorial, reconoce a los pobladores del territorio como gestores de su propio desarrollo. En este sentido, la política debe contemplar los espacios de construcción, seguimiento y acompañamiento, que permitan la participación de los actores. La Ley 1876 tiene previstos diferentes niveles de participación, especificados a continuación:

Tabla No. 3 Niveles de Participación

Nivel	Descripción del nivel
Nivel de diseño y ejecución	Se prevé un espacio de participación de los productores en el desarrollo de las metodologías de extensión agropecuaria, con el objeto de que se tengan en cuenta los saberes tradicionales y modelos propios.
Nivel de planificación	El carácter descentralizado del servicio de extensión y su vinculación a planes territoriales implica un ejercicio de planeación departamental que involucre a los actores del sistema[1]. Los consejos municipales de desarrollo rural son el primer espacio participativo de nivel territorial. También se tienen previstas audiencias públicas regionales para la socialización y construcción colectiva de los Planes Departamentales de Extensión Agropecuaria PDEA.
Nivel de articulación	Se establece la articulación del sistema y la participación de diferentes actores, a través de la coordinación de los espacios de gobernanza del sistema.
Nivel estratégico	Para los lineamientos de política se crea el Consejo Superior del SNIA, compuesto por 20 representantes, de los que 5 son productores: 1. Sociedad de Agricultores de Colombia SAC, 2. Organizaciones comunitarias, 3. Comunidades indígenas, 4. Comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras, y 5. Mujer rural.
Nivel de evaluación	La evaluación se hace de conformidad con los instrumentos e indicadores recomendados por el Consejo Superior SNIA. "L*a participación de los usuarios del servicio en la evaluación será una condición necesaria en el diseño metodológico que se aplique."*

Fuente: esta investigación

Frente a los cinco niveles de participación en la tabla No. 3, solo se ha activado el de planificación. Adicionalmente, existen inquietudes sobre el tiempo reducido para el diseño de los PDEA, y sobre la representación de los convocados, por cuanto no incluye a todos los sectores, sino solo al agropecuario[24]. Si bien la Ley contempla estos

---

24 Para el caso del PDEA del departamento de Antioquia se adelantaron 13 talleres temáticos, que involucraron a 351 participantes de 103 instituciones y 50 asociaciones de productores, adicionalmente se aplicaron 352 encuestas dirigidas a 204 productores y 148 funcionarios. Se convocaron a las universidades, a los gremios y sector productivo, a las autoridades locales y la cooperación internacional. En: https://www.minagricultura.gov.co/ministerio/direcciones/PublishingImages/Paginas/PDEA/Antioquia.pdf. Para el PDEA del departamento del Atlántico, se hace referencia a tres instancias denominadas talleres o audiencias públicas, como una de las fases dentro

niveles de diálogo, la garantía de una participación incluyente, de incidencia y efectiva, depende de un proceso de apropiación del plan por parte de todos los actores del sistema, principalmente de los usuarios directos. Esta apropiación es crucial, lo que supone un ejercicio permanente de socialización liderado por el extensionista y no solo una consulta a los convocados. También es necesaria la voluntad política de las autoridades locales, quienes no deben limitarse exclusivamente al logro de la aprobación del PDEA.

4. Perfil del extensionista

El perfil del extensionista, definido en 2020, hace parte de los compromisos de implementación de la Ley 1876. En su definición participó la Agencia de Desarrollo Rural (ADR) y el Servicio Nacional de Aprendizaje SENA, entidad responsable de la formación técnica integral no universitaria en actividades productivas.

Se espera que el extensionista se focalice en atender, capacitar, diagnosticar y acompañar a los productores. Incluye funciones que promueven la autogestión, las habilidades sociales, la articulación de actores y el reconocimiento del entorno. Esto hace pensar que el extensionista no se va a restringir a aspectos productivos agropecuarios. En efecto, la capacitación de los extensionistas incluye cinco dimensiones: 1. Aplicación de herramientas informáticas, 2. Diagnóstico de la zona de estudio, de la organización y de la empresa agropecuaria rural, 3. Elaboración del plan de intervención para la prestación del servicio, 4. Implementación de planes comunitarios en las organizaciones rurales, y 5. Orientación de planes de intervención en la empresa u organización.

En cuanto a los resultados, el último informe de gobierno menciona la capacitación de 19 mil extensionistas en 2020. No obstante, no todos recibieron formación en las 5 dimensiones, ni fue equilibrada

---

de la formulación, en: https://www.atlantico.gov.co/images/stories/gacetas/2020/PDEA_Atlantico_2020.pdf.

en todos los departamentos (la mayoría solo ha llegado a tres). Es deseable, que estas dimensiones contemplen la integralidad esperada en cuanto a habilidades humanas, incidencia, tradiciones propias y modelos locales de producción no necesariamente agropecuarios.

Finalmente, aún no hay avances en el propósito de vincular como extensionistas a la población campesina, de manera que se involucre directamente en todo el proceso, desde la planeación hasta la implementación.

5. Tipos de proyectos

Los tipos de proyectos que involucra la extensión agropecuaria son un indicador clave sobre el énfasis del servicio y correspondencia con el enfoque territorial. En lo concerniente a las actividades agropecuarias, la extensión enfrenta el problema estructural de los conflictos de uso de tierras en Colombia frente a su vocación. Lo deseable es que el acompañamiento al productor se realice en actividades o cadenas productivas que correspondan a la aptitud del suelo, y que, por ende, la extensión responda a la magnitud de este desafío y contribuya a su solución.

Complementariamente, la extensión debería aportar al reconocimiento de la diversidad de cadenas de producción de la agricultura campesina, familiar y comunitaria, y al fortalecimiento de los circuitos económicos locales. Conforme con los avances a 2020, se están acompañando cadenas tradicionales como el cacao, el café, la ganadería, los productos hortícolas y la pesca artesanal, y otras como los frutales amazónicos. Sin embargo, se mantiene una extensión que no abarca la multifuncionalidad del territorio rural.

En ese orden de ideas, los proyectos objeto de interés de la extensión agropecuaria deberían inscribirse en los grandes temas del enfoque territorial relacionados con los sistemas agroalimentarios y el abastecimiento de alimentos; la soberanía y seguridad alimentaria, la agroecología y la agricultura familiar; la apropiación del territorio y la

gobernanza; las relaciones campo ciudad; la gestión social del conocimiento y la revolución digital; y, la gestión de ecosistemas estratégicos.

La extensión se basa en el diálogo de múltiples actores y en la interacción con otros sistemas como el de innovación e investigación. Así, lo intersectorial es relevante para superar al acompañamiento lineal tradicional. Dentro de esa lógica, por estar dirigida principalmente a la agricultura campesina, familiar y comunitaria, la extensión debe reconocer que esta población diversifica sus fuentes de empleo e ingresos, por ejemplo, en servicios ambientales, turismo, artesanía o comercio. Esto reitera la importancia del diálogo entre sectores de la política pública. Es el caso de agricultura, ambiente e inclusión social para apoyar coordinadamente a esta población rural y en temas tan cruciales como la seguridad alimentaria y nutricional, que exigen un tratamiento desde múltiples aproximaciones.

La ADR, como responsable de la extensión agropecuria, está restringida a una mirada sectorial debido a las limitaciones en sus competencias, aunque fue creada con un enfoque territorial. Ello hace que la extensión, incluso la dirigida a la agricultura familiar, solo se centre en lo agropecuario. Este hecho deja por fuera de este servicio a un elevado porcentaje de la población rural que no depende totalmente de actividades agropecuarias. Más grave aún, también queda excluida aquella población rural dispersa, con modelos colectivos de producción para autoconsumo, o que por sus características socio económicas no desarrollan actividades articuladas a cadenas productivas.

Reflexiones finales

El peso de lo sectorial marca con fuerza y se sigue imponiendo en el ámbito público, lo cual dificulta la implementación de políticas con enfoque territorial. Este dominio se expresa en la actuación de las entidades del orden nacional, que mantienen su sesgo sectorial, aunque algunas hayan introducido perspectivas territoriales en sus estrategias y funciones. Una estrategia para avanzar en una estructura institucional

que responda a criterios territoriales, manteniendo el enfoque sectorial del nivel central, es ubicarse en la escala meso o departamental. Ello, porque a este nivel intermedio o subnacional, en el manejo de su jurisdicción político-administrativa es conveniente la división por regiones hacia las cuales se oriente su foco de atención.

Frente al abordaje exclusivo desde lo agropecuario, la política de extensión presenta limitantes para atender comunidades con situaciones ambientalmente sensibles o con iniciativas orientadas a otras fuentes de empleo e ingresos. A ello se suma el hecho de que entidades públicas vinculadas a temáticas como ambiente, comercio o inclusión social implementan sus programas sin la suficiente interacción.

En relación con la extensión en Colombia, los problemas de cobertura, graves de por sí, son aún más evidentes con la población rural más pobre. Carece de seguridad jurídica sobre su tierra y de falta de acceso a los programas públicos. Así, se agudizan las brechas entre sectores, lo que afecta la consolidación del desarrollo con enfoque territorial.

Los procesos de participación no son incluyentes, ni cuentan con indicadores de seguimiento. Este es otro aspecto crítico de la trayectoria reciente del país que se aleja de los planteamientos básicos con los que se estructuró el enfoque territorial. Estos reconocían la necesidad de una nueva alianza entre el Estado y las comunidades para construir conjuntamente institucionalidad en el territorio, entendida como el establecimiento conjunto de unas prácticas que regulen la vida pública.

En contraposición, se evidencia un esfuerzo robusto de tipo legal impulsado por el Acuerdo de Paz, que revela unas características deseables de la extensión para transformar el campo. Sin embargo, en la práctica y por ahora, no se denotan cambios significativos que sugieran nuevos derroteros frente a los esquemas tradicionales o que demuestren un avance hacia el enfoque territorial.

Para la implementación plena del Acuerdo de Paz y, por ende, del enfoque territorial se requiere de una voluntad política. Lamentablemente, según lo evidenciado en este texto, esta voluntad no

existe, por cuanto no se ha materializado en prioridades, inversiones y acciones que sean coherentes con los acuerdos suscritos. Este hecho es aún más preocupante en la perspectiva de la naturaleza estructural de los problemas que se pretenden resolver, lo que supone un compromiso de varios gobiernos, es decir, de políticas de Estado.

Referencias

BERDEGUÉ, J.A. y FAVARETO. **Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe. 2030 - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, No. 32**. Santiago de Chile: FAO. 2019.

BOGOTÁ D.C. Agencia de Desarrollo Rural. Informe de gestión de la Agencia de Desarrollo Rural. **Fortalecimiento a la Prestación del Servicio Público de Extensión Agropecuaria Nivel Nacional**. Documento de circulación interna. 2021.

BOGOTÁ D.C. Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural. **Plan Nacional de Asistencia Integral Técnica, Tecnológica y de Impulso a la Investigación (Plan AT)**. Documento de circulación interna.2021.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA DANE, **Tercer Censo Nacional Agropecuario** (2014). Recuperado el 2 de junio de 2021, de https://www.dane.gov.co/files/images/foros/foro-de-entrega-de-resultados-y-cierre-3-censo-nacional-agropecuario/CNATomo2-Resultados.pdf

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, **Bases del Plan Nacional de Desarrollo "Todos por un Nuevo País" 2014 – 2018** (2014). Recuperado el 1 de mayo de 2021, de: https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/PND/PND%202014-2018%20Tomo%201%20internet.pdf

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, **Documento CONPES 3932 Lineamientos para la articulación del plan marco de implementación del Acuerdo Final con los instrumentos de planeación, programación y seguimiento a políticas públicas del orden nacional y territorial** (2018). Recuperado el 30 de abril de 2021, de https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/3932.pdf.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN, **El Campo Colombiano: Un Camino Hacia El Bienestar y la Paz. Informe detallado de la Misión de Transformación del Campo TOMO 3** (2014). Recuperado 30 de abril de 2021, de https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Agriculturapecuarioforestal%20y%20pesca/TOMO%203.pdf

FERNANDEZ L., J; FERNANDEZ, M. y SOLOAGA, I. **Enfoque Territorial y análisis dinámico de la ruralidad: alcances y límites para el diseño de políticas de desarrollo rural innovadoras en América Latina y el Caribe.** Ciudad de México: Comisión Económica para América Latina (CEPAL).2019.

GOBIERNO DE COLOMBIA Y LAS FARC – EP, **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera** (2016). Recuperado el 30 de abril de 2021, de https://www.jep.gov.co/Normativa/Paginas/Acuerdo-Final.aspx

JARAMILLO, S. (2016). **La Paz Territorial**. Conferencia dictada en la universidad de Harvard Marzo de 2016. (2016).Recuperado el 1 de mayo de 2021, de https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiVudvdy57tAhUIyYUKHXKHCa8QFjAAegQIAhAC&url=https%3A%2F%2Finteraktive-demokratie.org%2Ffiles%2Fdownloads%2FLa-Paz-Territorial.pdf&usg=AOvVaw3xBIX5WjbmrN8PiSuy2krI

LEY 1876 DEL 29 DE DICIEMBRE DE 2017, por medio de la cual se crea el Sistema Nacional de Innovación Agropecuaria y se dictan otras disposiciones. Recuperado1 de mayo de 2021, de, http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY%201876%20DEL%2029%20DE%20DICIEMBRE%20DE%202017.pdf

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN DNP - y otras entidades, **Plan Nacional de Asistencia Integral Técnica, Tecnológica y de Impulso a la Investigación técnica integral** (2019). Recuperado 30 de abril de 2021, de http://www.minagricultura.gov.co/ministerio/direcciones/Documents/PLAN AT ajustado.280319.docx.

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL, **El Desarrollo Rural en Cifras -Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria** (2017). Recuperado el 1 de junio de 2021, de file:///C:/Users/57314/Downloads/Agricultura_Familiar_21FEB.pdf.

MOLINA, J. **Territorial perspective of agricultural extension policies in Colombia.** Agronomía Colombiana, 28(3):456-463.2010.

NOTRE DAME Y BOGOTÁ. Iniciativa Barómetro e Instituto Kroc de Estudios Internacionales de Paz. **Matriz de Acuerdos de Paz "Informe Bimestral Marzo – abril de 2021"**, Colombia, 2020.

SCHEJTMAN, A.; y BERDEGUÉ, J. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago, Chile: RIMISP.2004.

PANTOJA, A. La acción tutorial en la universidad: propuestas para el cambio. Cultura y Educación,17(1),67-82.2005.

Biografia

Juan Patricio Molina Ochoa.
Economista, M.Sc. Economía Agraria (Universidad de Reading, Inglaterra), Doctor en Desarrollo Rural Sostenible (Universidad de Córdoba, España). Áreas de investigación: Políticas públicas y Desarrollo rural, Acción colectiva. E-mail: jpmolinao@unal.edu.co. Profesor Asociado, Facultad de Ciencias Agrarias, Universidad Nacional de Colombia.

Ángela Marcela Guevara Medina.
Abogada, especialista en proyectos para el desarrollo. Trabaja para un organismo internacional en la implementación del Punto No. 1 del Acuerdo de Paz en Colombia.

EIXO 2

Experiências de extensão universitária com públicos vulneráveis

Ver, escuchar, actuar
Reflexiones situadas sobre investigaciones con grupos vulnerables de Argentina

Claudia Alejandra Kenbel
(Instituto de Investigaciones Sociales, Territoriales y Educativas, CONICET-UNRC)

Gustavo Ramón Cimadevilla
(Doctorado en Ciencias Sociales-UNRC)

"¿Cuándo dejamos de dudar?
... porque para cambiar el mundo es necesario comprenderlo"
(Fals Borda [1970], 2009: 224).

Resumen

Este trabajo versa sobre un conjunto de reflexiones relacionadas a diversas actividades de investigación-acción con grupos sociales - sobre todo de sectores vulnerables - de Argentina. No se trata de una experiencia en particular, sino de aprendizajes acumulados en dos décadas de trabajo ininterrumpido desde la universidad pública. Los ejes que nos interesan problematizar se refieren a: a) las acciones involucradas en las experiencias (ver, conocer, actuar); b) el rol de los intelectuales en la construcción de las problemáticas y los proyectos; c) y lo que implica la demanda, en tanto idea con la cual los organismos de financiamiento solicitan propuestas de vinculación entre el sistema

científico y las comunidades. Las experiencias consideradas permiten concluir que el valor más estimado que surge de las investigaciones e intervenciones con los grupos sociales es la *interacción sostenida a través del trabajo y las trayectorias que resultan del hacer conjunto*.

A modo de introducción

A menudo el mundo académico en sus variantes de agencia, agentes, espacios de encuentro, retoma la consigna de postular *la necesidad de cambiar las cosas*. Decimos a menudo porque no es una constante, más bien es un reflujo que aparece con visibilidad mayor toda vez que las emergencias apremian y, entonces, *el cambio* se impone como si a partir de determinado movimiento, algunos recursos y definiciones de *un tiempo para hacer,* lo resolviera.

La experiencia parece decirnos que así puede institucionalmente funcionar, aunque observar resultados plausibles requeriría de otra forma de *Ver, Escuchar y Actuar*.

Este texto pretende iniciar una discusión al respecto. No ofrecerá fórmulas ni recetas, simplemente compartirá algunas enseñanzas-reflexiones que a lo largo de al menos dos décadas se han ido agrupando en torno a las actividades de investigación-intervención - principalmente desde la comunicación y el desarrollo - junto a pequeños grupos comunitarios de la ciudad de Río Cuarto (ciudad intermedia argentina). Algunas en el marco de proyectos de extensión, otras de proyectos de investigación y otras totalmente inorgánicas, que sin embargo se emprendieron para dar respuestas a quienes eran protagonistas de las realidades en las que intervenimos[25.]

25 En el sitio web www.comunicacionyrurbanidad.org se puede acceder a trabajos, informes, proyectos y diversos materiales desarrollados por el equipo de investigación-extensión: Comunicación y Rurbanidad.

La pirámide invertida: primero actuar

¿*Se puede actuar sin antes conocer*? El sentido común parece estar de acuerdo con el *No*, pero el énfasis en trabajar desde el enfoque de la "investigación-acción" lo atenúa. Aunque en la letra chica de la versión original autores como el brasilero João Bosco Pinto (1934-1995) y el colombiano Orlando Fals Borda (1925-2008)[26] no lo simplifican, más bien lo aclaran. Conviene, entonces, repasar el criterio. Conviene, entonces, ponernos de acuerdo para entender que ser protagonistas no implica generar un acto de fuerza ni tampoco de mera improvisación o voluntarismo. Formas que, aunque no se expliciten, ocupan muchas veces la orientación principal de las acciones y los proyectos.

En ese sentido, al menos dos aspectos colaboran en alumbrar esa trama para no abundar en lo que criticamos: a) el compromiso del intelectual; y b) el entendimiento del tríplice conocer-actuar-conocer. Aspectos que no siempre están muy presentes en los programas que institucionalmente se elaboran. Quizás porque la premura del hacer está por encima del cómo o para qué se realiza una intervención o experiencia de extensión, entre otras variantes del mismo tenor. Veamos.

a. Acerca del compromiso del intelectual

Sin que el antecedente se pierda en antiguos pensadores, ubicamos a un referente inexcusable del siglo XX: Charles Wright Mills (1916-1962), para quien el acto de conocer se sitúa en el marco de un compromiso mayor. El sociólogo estadounidense, particularmente recordado por su libro *La imaginación sociológica* (1959), analiza cómo biografías e historia, teoría y método, se relacionan y permiten comprender la ciencia y los compromisos de la época. En ese marco,

26 Tanto Fals Borda como Bosco Pinto fueron los referentes de una "estrategia de conocimiento que utiliza varias técnicas de la investigación social para establecer una estructura colectiva, participativa y activa al nivel de captación de conocimiento" (Thiollent, 1985: 25).

sostendrá Mills, el intelectual no solamente se compromete con lo que se constituye en su objeto de estudio (en su caso, por ejemplo, especialmente interesado por las "elites del poder", 1956); sino también por entender que su labor comienza con una actitud crítica que es un compromiso público. Por ende, con implicaciones sociales, antes que individuales; e interrogativas, antes que dogmáticas o irreflexivas.

En esa línea, en trabajos anteriores sostuvimos que:

> Para pensar críticamente se requiere del soporte lógico y racional de nuestros pensamientos a través de un movimiento dialéctico que rete constantemente nuestra forma de pensar. Por ello, podemos considerar el pensamiento crítico como una actividad mental disciplinada que permite evaluar los argumentos o proposiciones haciendo juicios que puedan guiar tanto la duda como la toma de decisiones. Aquí la dialéctica aporta su modo de conjugar los contrarios, para comprender que no son las linealidades las que abundan en las formas de acontecer lo real, sino, en todo caso, las múltiples posibilidades y opacidades en las que arraigan los devenires. Incluyendo las oposiciones, las ambigüedades, las reciprocidades y los contrarios. De acuerdo con lo que tan operativamente Gurvitch (1982) propusiera. (Cimadevilla, 2019)

En ese marco, el pensar y actuar críticamente implica, y así lo planteamos, que:

a . Una crítica no puede ser ingenua, sino dubitativa.
b . No puede ser lineal, sino "vericueta."
c . No puede ser focal, sino integrativa.
d . No puede ser autonominativa, sino pura consecuencia.
e . No puede cerrar, sino abrir.

Y de ese modo a la interrogación abierta necesariamente se le aplican los filtros de la teoría y la argamasa de la experiencia. El conocer entonces no es ajeno a inmiscuirse con el objeto que se conoce, ni

el objeto que se conoce está por fuera del/la que conoce. Ambos interactúan porque la realidad que los contiene no deja de ser una. Dirán entonces Bosco Pinto y Fals Borda, cada uno desde su impronta, que en ese andar del conocer, lo participativo aporta en lo metodológico y en la acción del hacer con otros, *mediaciones para conocer* una realidad y también para *transformarla*. Por tanto, para que la experiencia los encuentre en la duda y en la decisión que se proyecta para cambiarla.

En ese dudar y decidir, aunque el punto de partida sea siempre la realidad específica de ciertos grupos -la "realidad situada", su conocimiento requiere también de la "ampliación y superación" del meollo por aquello que lo encuadra: el contexto cultural, socioeconómico y político de la sociedad global. Tarea para lo que resulta esencial acudir a la teoría como herramienta problematizadora de la realidad y de la práctica, y de los nexos que pueda tejer incluso con otras experiencias de tenor semejante.

b. Acerca del triple conocer-actuar-conocer.

Veamos qué significa enfocar la realidad cuando conocer–actuar –y por tanto conocer más-, se vuelve una estrategia, lo que de algún modo conecta con los fundamentos teóricos y epistemológicos de la investigación-acción-participativa (IAP) y la investigación-acción (IA). Tradiciones que están más próximas del materialismo histórico y dialéctico y su perspectiva de la totalidad. No en todo caso como dogmas, sino como puntos de partida para que el materialismo ponga énfasis en lo concreto y su relación con el/la/los/las sujetos; y la dialéctica permita abordar los contrarios y sus opuestos; por tanto, también las contradicciones.

Así, el carácter científico del conocimiento que se produce está dado por la "comprensión cualitativa de lo social" (Bosco Pinto, 1987 en Duque Arrasola y Thiollent, 2014) y sus derivas, además del uso de las estadísticas e hipótesis o tantas otras herramientas dispuestas a precisar y medir. Por esa razón es que el acento se coloca en el "proceso participativo de la producción de conocimiento, en la formulación

teórica adecuada y en la vigilancia epistemológica (Bachelard) en un proceso de insurrección de la conciencia individual y colectiva de los grupos participantes" (Duque Arrasola y Thiollent, 2014:11). Lo que, para Fals Borda, en tanto, se da en la búsqueda de "lo cualitativo y el sentido de las cosas y los procesos, con una visión global e histórica, pero sin rechazar lo mensurable ni despreciar lo sectorial". O dicho de otro modo, de la inmensa variedad y cantidad de datos, impresiones y registros que pueden aportar a comprender mejor la realidad que se trata y en la que se interviene. Y en ese sentido prosigue:

> Que las cifras y las series tengan sentido y trasciendan al conjunto; que los microestudios adquieran la perspectiva temporal y se coloquen en un marco general; que las técnicas no se vuelvan un mero pasatiempo o ejercicio intelectual; que el diario de campo vuelva a ser herramienta básica del sociólogo, que demuestre cómo el mejor equipo que pueda tener un investigador es su mente observadora y no el computador (Fals Borda, [1970] 2009: 236).

Con esa impronta, entonces, conocer, actuar e intervenir y conocer más sobre lo que se trabaja, sugiere concepciones y prácticas. Veamos la propuesta de los autores escogidos.

Joao Bosco Pinto, por ejemplo, entiende a la investigación como una práctica social y política que "se mueve en el dominio de las relaciones de clase, de las relaciones de poder, de las relaciones de distribución de recursos en la sociedad" (1987: 88 citado en Duque Arrazola y Thiollent, 2014: 13); y, por tanto, no puede suponerse ajena a intereses. Desde su perspectiva se conjugan entonces dos prácticas tradicionalmente separadas: a) la científica de producción de conocimiento y b) la pedagógica, que no solo está atenta a la "transformación de la conciencia, de las representaciones y visiones del mundo", sino y más aún, a la propia transformación de la realidad concreta mediante un proceso colectivo de producción de conocimientos y de organización de los sujetos participantes.

En el mismo sentido, Orlando Fals Borda (1987) explica que la necesidad de objetividad y rigor en la observación de la realidad en estudio y objeto de intervención no está en cuestión, lo que desafía a la forma de hacer investigación, es el mencionado concepto de "participación". Bosco Pinto comparte tal posición en los siguientes términos:

i - Participación como un "asumir y tomar parte" en lo que es de derecho, por tanto conquista;

ii - Como posicionamiento y toma de decisiones en relación a una pertenencia y toma de conciencia de clase en la cual el conocimiento de la realidad es una de las mediaciones de ese proceso.

La participación, entonces, es definida en cuanto toma de decisiones y como lucha por los derechos individuales y colectivos de los protagonistas. Participar no es solo asistir, sino asumir una posición activa en el ámbito de las decisiones y del planeamiento, en la ejecución de proyectos y programas, afirmará Bosco Pinto (1987 en Duque Arrasola y Thiollent, 2014: 14). Y ello no depende de proclamarlo, agregamos nosotros, sino en todo caso de actuarlo. La actuación es con otros y es colectiva si el escenario propicia el encuentro, el entendimiento, el diálogo y la búsqueda común del conocimiento de lo que se busca transformar.

En ese hacer con otros, el proceso de generación del conocimiento, parafraseando a Bosco Pinto, no se concibe desde una verdad como pre existente a los hechos sociales, sino que la misma se construye a partir de aproximaciones sucesivas al objeto investigado e intervenido, porque lo que se busca es la "comprensión" de los hechos sociales (Bosco Pinto en Duque-Arrasola y Thiollent, 2014: 132, 133).

La finalidad no es apenas describir o analizar la situación de los protagonistas y vulnerabilizados, estudiar las relaciones de dominación en sí mismas, o aún menos describir las características objetivas y subjetivas de los grupos dominados. Por más importante que ello lo sea en términos de conocimiento científico; lo que importa es comprender la situación objetiva y concreta de la dominación y la vulnerabilización

desde la percepción que tienen los protagonistas, para justamente con ellos producir los conocimientos necesarios y generar las acciones que estén en línea con las transformaciones que se buscan. (Schutter, 1981:172 citado en Duque Arrasola y Thiollent , 2014: 136).

En síntesis, a decir del autor, augurar una investigación participativa no como un método unificado sino como una "práctica social de producción de conocimientos que busca la transformación de la realidad social" (Bosco Pinto en Duque-Arrasola y Thiollent, 2014: 136). En consecuencia, se considera un número relativamente extenso de estrategias mediante las cuales la población –segmentos o grupos, fracciones de clase, comunidades locales u otras- participa activamente en la toma de decisiones y en la ejecución de una o más fases de un proceso de investigación.

El colombiano Orlando Fals Borda, por su parte, entiende que la investigación participativa puede concebirse como un "método de estudio y acción que va al paso con una filosofía altruista de la vida para obtener resultados útiles y confiables en el mejoramiento de situaciones colectivas, sobre todo para las clases populares" ([1998] 2009: 320).

En ese marco, las metodologías son concebidas como "mediaciones para conocer la realidad y transformarla" desde y junto a los protagonistas. Y si bien todo ello parece sencillo y de fácil comprensión, es altamente complejo a la hora de plantearlo y actuarlo en situaciones concretas y específicas.

Veamos algunas ideas al respecto y entonces la pirámide vuelve a su lugar.

La base de la pirámide real: ver y escuchar, después actuar

La pirámide vista desde su posición original y desde la investigación acción, indica que más bien lo necesario es reconocer que

actuamos desde un "todo al mismo tiempo" y en un todo integrado. Veamos las prácticas y el entendimiento que las acompaña:

i) En relación a *las técnicas*, esta modalidad de investigación acción reclama que el investigador o la investigadora base sus primeras observaciones en la convivencia con las comunidades. En el sitio y en los tiempos del ahora que se busca comprender. Ver y escuchar, entonces, no es una consigna de manual, es una práctica necesaria toda vez que se entiende que la realidad de la que se trata admite diversas percepciones y definiciones, pero es en la comprensión colectiva que resulta más plausible precisar los términos en los que se plasma y relata. Hace falta entenderse, y para ello un diálogo emanado de un lenguaje que resulte común; aún cuando haya también conversaciones paralelas, explicaciones y aclaraciones necesarias y más de un desentendimiento. Asuntos que se mezclen, que distraigan o desenfoquen hasta poder llegar a romper las superficies de los prejuicios, las imágenes falsas o las creencias heredadas. También, en ese marco, quizás emprender varios caminos desde lo micro a lo macro y desde lo que rodea al contexto y viceversa. Y de las disciplinas a la transdisciplina e indisciplinas de lo no académico; de algunas subjetividades a varias; y de ellas a la posibilidad de integrar miradas y consensuar algunos caminos por donde transitar para comprender y transformar; aunque sea poquito o casi nada, lo que se vive como insuperable incomodidad.

A decir de Fals Borda:

> …hacer investigación participativa es aceptar que toda investigación sea interacción comunicante, en la que ocurre un proceso de diálogo, de aprendizaje mutuo y de mutua confianza entre el investigador y el investigado. En este proceso se invalida la división tradicional entre conocimiento

> objetivo y subjetivo; se afinan o complementan pautas normales de medición y análisis de la realidad; se equilibran los intereses teóricos del observador externo y de los actores locales que quieren transformar la práctica diaria, y se practica la interdisciplina. El resultado viene a ser tan calificado y respetable como el que se aduce para la investigación tradicional. Y el investigador, como parte de la realidad investigada, se convierte en actor comprometido que debe a su vez analizarse y ser analizado". ([1998] 2009: 307, 308).

ii) En relación al *trabajo de campo y su validez,* éste adopta entonces la forma de un "diálogo" entre personas intervinientes que participan conjuntamente de la experiencia vista como vital y de acción comprensiva, aun cuando en sus primeros pasos no se avizore por dónde irá a continuar el camino. Estar en campo, en definitiva, es estar con la comunidad, con los protagonistas, allí donde experimentan su cotidianeidad.

En ese escenario, los criterios de validez no dependen de pruebas de correlación interna; de variables o ejercicios objetivos o cuantificables, sino del examen inductivo/deductivo de resultados determinables por la práctica, por el desarrollo empático de procesos sentidos en las realidades mismas; por el juicio ponderado de grupos de referencia locales, y por el sentido común. Que por complejo o colonizado que pueda estar, es el sentido vivido y pensado, y es desde él que puede partir la reflexión, el análisis y las búsquedas de entendimiento-transformación/ desentendimiento-reproducción y sus matices.

iii) La *evaluación de resultados,* por su parte, no se ejecuta necesariamente al término de un período dado o prefijado por el conocido ritmo de reflexión-acción o porque las instituciones lo consideren conveniente o necesario, como si fuera un procedimiento bancario unilineal, o unicausal en manos

de planificadores, sino que puede darse en la marcha misma del trabajo de campo, como estímulos a la acción. La inspiración necesaria para continuar estas tareas es "fractal", esto es, producto aleatorio, accidental o espontáneo que proviene de muchas causas, incluso de la intuición y del sentimiento que surge en el diario quehacer. Lo que obviamente incomoda a los gerenciamientos y a los procedimientos Pro Formas que quedan desautorizados per se; con lo cual cabe esperar acumulativas resistencias, llamados de atención y recuerdos de calendarios fijos que requieren de cumplimientos inamovibles.

Sin embargo, a causa de las diversidades y contradicciones existentes en el mundo real en el que se interviene, cuya observación implica enfocar atributos dependientes o variados, visibles o invisibilizados, es necesario que, a diferencia de los planificadores y empiristas lógicos, los valores, metas y compromisos que animen al investigador o investigadora participativos sean transparentes, y que se hagan explícitos en los marcos de referencia y en los trabajos de campo. Honestidad brutal acerca de lo que puede o no puede ser realizado; aspirado o a diseñar. Y finalmente evaluar.

Así, no hay en esas experiencias lugar para la experimentación a la manera de las ciencias naturales que permitan la repetitividad de fenómenos en contextos controlados; sólo hay margen para formas comparativas de inducción y deducción sujetas a espacio-tiempos determinados y a las múltiples circunstancias que rodean a los protagonistas. Cualquiera sea su rol en la experiencia de la participación-acción.

Por último, hay que recordar que al recibir y considerar sin prejuicios la sabiduría popular y el sentido común, el conocimiento académico interdisciplinario/transdisciplinario puede propiciar críticamente una comprensión holística o más completa de la realidad, y así enriquecer y simplificar formas y estilos de la comunicación con las comunidades estudiadas. En determinadas circunstancias, por

ejemplo, conviene distinguir entre la racionalidad investigativa y la racionalidad política y no mezclarlas indiferentemente: llegado el caso, cada cual aportará al proceso investigado aquello en lo cual tiene mejor preparación o que más le satisfaga como persona o como ciudadano. Si el trabajo de campo lleva a niveles macro de movilización política, social, económica y/o cultural, por ejemplo, la representación de los intereses que están en juego son los de los protagonistas, antes que los de los investigadores. Y si en ese marco, incluso, no se llega al entendimiento, serán las diferenciaciones necesarias las que permitan salvar la experiencia, para que en sí misma se constituya en fuente de aprendizaje y de enseñanza; y quizás punto de partida para otras incursiones.

Las demandas, ejes convocantes de las investigaciones orientadas

Hasta el momento hemos presentado una discusión en torno, principalmente, al enfoque con el que nos constituimos como investigadores e investigadoras en experiencias que involucran intervención. Destacamos lo que implica el compromiso del intelectual y los modos en que opera la actuación cuando de investigación-acción se trata y la necesidad de comprender que conocer-actuar-y volver al conocimiento, se vuelve una regla general para la interacción con las comunidades y las búsquedas por conocer, pero también transformar sus y nuestras cotidianeidades. Ello, aun cuando los aportes sean acotados o mínimos, pero sustantivos como parte de procesos que tengan continuidad para y por los propios protagonistas.

Pero esa discusión requiere, cuando de instituciones que le dan marco académico a las experiencias se trata, preguntarnos por un concepto que está particularmente presente en las convocatorias de las agencias y de las propias universidades que promueven la investigación, la extensión y las intervenciones con comunidades. Nos referimos al concepto de demanda. Un término más bien ligado a la economía y al derecho que no siempre ha sido usado por las casas de estudio, pero

que en las últimas décadas ocupa buena parte de las convocatorias a financiación de proyectos. Sea porque se lo menciona explícitamente o forma parte de los razonamientos que convocan.

El concepto *demanda* proviene del latín *demandāre* y, en primera instancia, es definida como una solicitud o una petición. Sin embargo este concepto es de gran importancia tanto en la economía como en el derecho, por eso su definición puede ser mucho más amplia y requiere precisiones. En términos jurídicos, por ejemplo, es entendida como una petición legal en la que las pretensiones son formuladas por uno de los actores para resguardar sus derechos. En economía, en tanto, la demanda suele referir a la cantidad de bienes o servicios que una población pretende conseguir para satisfacer sus necesidades o deseos. Esos bienes o servicios pueden ser de muy diverso tipo y condición: medicamentos, alimentos, mano de obra para oficios y labores, transporte, educación, entretenimiento, entre muchas otras cosas que generan listados que se renuevan todo el tiempo.

Lo cierto es que, aunque varíe la disciplina o dimensión social en la que el vocablo se utiliza, lo que da sentido al término es su capacidad para referir la carencia de cierta propiedad por parte de ciertos sujetos, grupos o poblaciones. Puede ser, por caso, un derecho, una condición, un bien, un apoyo, una tecnología, un diagnóstico, una experticie. En todos los casos, conecta esa necesidad con cierta expectativa de que pueda resolverse mediante la articulación con otros. Y en ese marco es que las instituciones universitarias, científicas y académicas, adoptan el término, al suponer que tienen o pueden producir respuestas favorables para resolver necesidades. En su base, claro, la materia prima fundamental es el conocimiento. Con lo cual la respuesta a dar, es en términos de saberes, habilidades, experticies y conocimientos diversos.

En definitiva, ofrecen infraestructuras y recursos para ensayar, transferir, producir y acompañar procesos dependientes de conocimientos. Lo cual, como ya lo hemos planteado, también genera toda una racionalidad atenta a las intervenciones que se producen siguiendo cierta lógica, protocolos y normativas. (Cimadevilla, 2004)

Nos interesa justamente reconocer el valor de ese término *demanda*, por la centralidad que tiene para las convocatorias realizadas por las agencias de financiamiento y habilitación de programas y proyectos. Es decir, convocan bajo ese término, solicitan que se identifique a quienes son artífices de la demanda, y sobre todo pretenden que se proyecten y precisen los beneficios que las intervenciones aportarán[27]. Así, por ejemplo, y por tan solo citar a una de las agencias con las que interactuamos, el Ministerio de Ciencia y Tecnología de la provincia de Córdoba, convoca regularmente a la presentación de "Proyectos de Investigación Orientados a las Demandas y las Oportunidades" (PIODO), aclarando que con ello "busca comprender o solucionar problemas y necesidades de los sectores sociales y productivos, promoviendo una mayor interacción entre la ciudadanía y las comunidades científicas".

La demanda supone, entre algunos de los principales presupuestos mencionados en las convocatorias, a) esclarecer el conjunto de necesidades a las cuales se busca dar respuesta, es decir, priorizar causales y devenires, tener una buena lectura de la situación, b) un plazo finito para buscar la mejor respuesta a la demanda planteada. Por caso, pueden variar desde meses, un año, dieciocho meses o períodos

---

27 Algunos ejemplos de tales convocatorias en el ámbito de la República Argentina: 1) *Proyectos de Desarrollo Tecnológico y Social (PDTS)* que tienen por objeto la resolución de una necesidad del mercado y en los cuales una o más organizaciones- públicas o privadas – se constituyen como **demandantes y/o adoptantes de la tecnología** desarrollada; además, deben contar con una o más instituciones que contribuyen a su financiamiento. PDTS | CONICET – Vinculación 2) *Ciencia y Tecnología contra el hambre*: El objetivo es impulsar y fortalecer la integración del conocimiento y de los desarrollos tecnológicos y sociales vinculados a soluciones para el acceso a la alimentación y al agua segura, así como al abordaje de la vulnerabilidad socio-ambiental Ciencia y Tecnología contra el Hambre | Argentina.gob.ar y 3) *Programa Impactar* que busca promover proyectos de investigación y desarrollo orientados a apoyar a organismos públicos del Estado a encontrar soluciones a desafíos que requieran de conocimiento científico o desarrollo tecnológico para su resolución, y que impacten positivamente en el desarrollo del país. Programa "ImpaCT.AR Ciencia y Tecnología" | Argentina.gob.ar

más extensos con evaluaciones parciales, esto se traduce en una condición para acceder al financiamiento, leída en clave de la capacidad técnica del equipo o de los investigadores que asume la realización del proyecto para desarrollar respuestas en los tiempos previstos, c) un planteo metodológico exhaustivo y concatenado que muestre la adecuación entre la demanda y la respuesta; d) cierta expectativa de responder en términos de *entregables* en tanto productos que condensen procesos.

En ese marco, toda demanda supone, para la agencia, que involucra a sujetos colectivos, orgánicos o no, carentes de alguna propiedad que la institución sí tiene y puede y está dispuesta a dar. Las acciones que se emprenden, por tanto, no involucran expectativas de fracasos definitivos ni circunstancias atemporales. Tiempos y certezas se combinan y suponen aportes resolutivos que habrá que técnica y adecuadamente comunicar. A toda demanda, por tanto, una respuesta: única, valedera y coincidente con lo previsto.

Acerca del mundo real: ideas para concluir

¿Qué hemos aprendido en estos veinte años de ejercitar trabajos en equipo para participar de diversos proyectos e iniciativas con diverso grado de institucionalidad?

A modo de reflexión final, diremos:

i) No hay lugar para una pirámide tradicional ni tampoco invertida. Es decir, trabajar en proyectos de extensión e intervención, implica sobre todo trabajar con pequeños grupos sociales que, orgánicos o no, institucionalizados o no, requieren fundamentalmente de *sentirse acompañados*. Acompañar significa, en la práctica, estar dispuestos a escuchar, ver y hacer sin que exista una secuencia determinada, sino, más bien, una *disposición a estar* con otros que expresan y reconocen que ciertas cuestiones de su cotidianidad no son las mejores

ni las deseadas. En ese acompañar los verbos se entrelazan y se pierde de vista lo que resultó primero. A veces hubo que escuchar, otras por hacer se observó, y otras por observar hubo que escuchar y hacer. Y así invariablemente, hasta que en algún momento, ese cuadro de acción-investigación-acción requirió: sí, de mayores reflexiones y sistematizaciones que condujeron a ordenar, procesar y generar conocimientos situados.

Pensado desde la secuencia, entonces, en ese marco hubo más de acercamiento y actuación circunstancial que premeditada. No se trabajó con un grupo –por ejemplo de familias carreras y cirujas con las cuales venimos interactuando desde 2003- porque se descubrió que padecían vulnerabilidades. Se trabajó con ese grupo porque, cuando un equipo de trabajo universitario está dispuesto a recorrer, escuchar y articularse con otros actores sociales, las denominadas *demandas* u observaciones de que en ciertas coordenadas se debe-puede-necesita actuar, se da todo a un tiempo. Un tiempo que permiten los propios protagonistas de las realidades en cuestión. Y aunque sobre todas esas posibilidades resulta imposible articular acciones, sí sobre algunas se da la comunión. Es en ese momento, lugar y con ciertos actores que la intervención cobra vida.

Queda claro entonces que nada de eso ocurre si no está incluido, palpable y vigente, cierto *compromiso del intelectual.* Ese compromiso, no se dirime solo en declaraciones o pronunciamientos. Los grupos que permiten intervenciones y requieren acompañamientos no quieren *más de lo mismo*. Es decir, otros actores que referenciándolos manifiesten preocupaciones o enunciados de promesas acerca del porvenir y lo que *habría que hacer*. Ese ramo ya lo cubre la política partidaria y en pocas oportunidades la presencia de los políticos institucionalizados indica que *algo* para ellos cambió. No es, entonces, el acto de la promesa, sino el acto de estar allí para escuchar, pensar y buscar caminos que reviertan ciertas condiciones o para generar ciertos aportes de cara a las acciones.

ii) El triple conocer-actuar-conocer se va materializando entonces en las prácticas del estar y hacer con los otros. En ese accionar, generalmente los cronogramas institucionales no tienen nada que ver con los tiempos de las *demandas* reales. No se llega a un lugar y comunidad esperando que abran sus puertas y sostengan un cartel de bienvenida. Los encuentros suelen ser infinitos: primeros muy distantes y luego más cercanos. Las expresiones, confesiones y puestas en común dependen de tiempos largos en los cuales las confianzas se maceran. No hay relaciones predeterminadas por rangos ni posiciones. Los vínculos se construyen en el día a día, con nombres propios, involucramientos diversos y los períodos se cuentan por años, más que por meses o semanas. Por esa razón, trabajar con muchas comunidades da resultados difíciles de obtener en términos de entregables o productos. La experiencia nos indica que, no obstante, lo significativo ha sido construir relaciones duraderas y compartir proyectos sustantivos. Lo cual aparece más bien si se trabajó con uno o dos grupos, pero a su vez se le puede dar continuidad a los lazos, los intercambios y las construcciones comunes.

La base de la pirámide real se sostiene, entonces, a través de un continuo y sinuoso ver, escuchar y actuar que se combinan improvisadamente al compás de las interacciones y relaciones que se constituyen.

iii) En esa o esas trayectorias, si uno se pregunta por lo que se logra hacer desde cada uno de los espacios de actuación y desde las instituciones de educación superior o institutos científicos, las respuestas reales son acotadas. Tan acotadas como las voluntades, disposiciones, recursos y capacidades que disponen los académicos y las académicas. Acotadas si sobre todo se piensa desde el umbral de las demandas, que suelen ser infinitas. Sobre todo si se piensa que el estado

> tiene grandes áreas de vacancias y multiplicidad de asuntos de los que no se ocupa; y que además tampoco suelen abundar las entidades o esfuerzos privados que logren atender ese cúmulo de necesidades. Más aún si lo que está en juego depende de esfuerzos de largo aliento y transformaciones sustantivas que requieren acompañamientos de tiempos exigentes.

Pero eso que puede adjetivarse como *acotado*, sin embargo es tremendamente significativo para quienes como protagonistas de realidades carentes y conflictivas, necesitan de apoyos y acompañamientos para pensar y construir acciones que aporten. En ese andar no hay hilos lineales de superaciones constantes. Se va, viene, crece y decrece. Se suma, resta, vienen los cansancios, los tiempos inertes, también las desilusiones y frustraciones, pero los balances de los tiempos largos son positivos. Aún en las asimetrías de roles y esfuerzos es posible aprender y mejorar por cada vuelta de página. Y justamente es esa unidad de tiempo mayor la que permite las lecturas esperanzadoras. El trabajo, entonces, no es para sacar postales, hay que elaborar películas.

A nuestras instituciones, acostumbradas y encolumnadas a identificar y preanunciar logros, les cuesta muchísimo entender la *naturaleza* de esas labores. Muchas veces nos quedamos con la sensación de que se prefiere la mentira al incumplimiento. Y no se entiende que muchas veces hay que incumplir, no porque no se valoren las normas, sino porque la realidad no ofrece alternativas y los cronogramas, objetivos, metas y acciones no son siempre las previstas o pre-anunciadas. Son las posibles, son las contingentes, son las que resultan de las construcciones colectivas. Y el valor que surge, justamente el que deviene de la articulación y la acción mancomunada, está siempre muy por encima de lo anhelado. Porque es genuino y se constituye en base para proseguir y buscar que los protagonistas tengan sus propios instrumentos de transformación.

Referências

CIMADEVILLA, G. **Dominios. Crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable**. Prometeo. Buenos Aires. 2004

CIMADEVILLA, G. "Ser crítico hoy", en **Revista Comunicación Nro. 41 / 2019.** Universidad Pontificia Bolivariana. Medellín. Disponible en **DOI:** https://doi.org/10.18566/comunica.n41.a01

DUQUE-ARRASOLA, L ; THIOLLENT, M. **João Bosco Guedes Pinto. Metodología, teoría del conocimiento e investigación acción. Textos seleccionados**. Belém: ICSA. UFFPA. 2014.

FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina.** 1ra. edición. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO. 2009.

MILLS, C **La imaginación sociológica.** 1ra. edición. Habana: Edición Revolucionaria. 1961

THIOLLENT, M. **Metodología de investigación acción.** San Pablo. Cortez Editora. 1985.

Biografia

Claudia Kenbel, Lic. en Cs. de la Comunicación (UNRC) y Dra. en Comunicación Social (UNR). Investigadora asistente del Instituto de Investigaciones Sociales, Territoriales y Educativas (ISTE), Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Docente del Departamento de Ciencias de la Comunicación (UNRC). Su trabajo más reciente (en coautoría) es *Iconos de la Rurbanidad. Actores, prensa,*

tecnología y políticas de reordenamiento rurbano en tiempos modernos (2020, Unirío Editora). Sus temas de interés giran en torno a la desigualdad social, las políticas públicas, los grupos vulnerables y los aportes comunicacionales a los procesos de desarrollo. Contacto: claudiakenbel@yahoo.com.ar

Gustavo Cimadevlla, Lic. y Doctor en Ciencias de la Comunicación (UNRC) y Master en Extensión Rural (UFSM, Brasil). Director del Doctorado en Ciencias Sociales de la Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Río Cuarto, Argentina. Ex presidente de ALAIC –Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación- y de FADECCOS –Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social. Autor de diversos trabajos, entre ellos: *Dominios. Crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable* (2004) y *Relatos sobre la rurbanidad* (en coautoría, 2009), entre otros. Contacto: gcimadevilla@yahoo.com.ar

Intervenções cartográficas: a arte de desfazer fronteiras

Coletivo Bordas

Resumo
A pandemia de Covid-19 fez com que as ações de extensão tomassem caminhos imprevistos. Aquilo que estava circunscrito no mapa (ações na região do Vale do Itajaí, SC) tomou ares de tecido, rompendo as fronteiras regionais. Da realização de oficinas de bordado em fotografia e aquarela formou-se um coletivo: o Coletivo Bordas. Das fronteiras delimitadas, das diferentes regiões que conhecemos no mapa, seguimos questionando os sentidos e práticas do bordado, as fronteiras entre nação-região, arte-artesanato, criação-reprodução, universidade-sociedade, descobrindo o fio que nos une como coletivo e como parte de um todo que precisa ser questionado e recriado continuamente.

O Projeto de Extensão

A globalização, os contatos entre culturas, os processos migratórios, as mudanças nas relações sociais com as novas tecnologias lançam desafios para a compreensão, valorização e disseminação da cultura local e regional. Em meio à velocidade das mudanças, é preciso conhecer a memória presente no patrimônio cultural, conferindo sentido crítico à nossa história, ao que somos e fazemos. O bordado faz parte da história local e regional do Brasil,

bastante ligado ao modo como as relações de gênero foram se constituindo e a forma de ser e de viver de homens e mulheres que viveram e vivem. O bordado é a atividade artesanal mais presente nos municípios brasileiros. Ele mostra aspectos da cultura e da vida social que podem estimular reflexões e debates sobre as escolhas: do passado, do presente e do futuro.

A presença das falas femininas na História conta ainda com muitas zonas mudas, "este relato que, por muito tempo, 'esqueceu' as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento." (PERROT, 2005, p. 9). Olhar para o trabalho feminino é lidar com os silêncios, as omissões, os preconceitos das mulheres sombra, cuja escrita foi durante muito tempo negada. As artes manuais, o mundo das coisas e dos objetos compreendem a sua memória. "Por essa razão, compreendemos serem as lembranças femininas, memórias vestidas e culturalmente patrimonializadas." (SIMIONI, 2010, p. 202).

As artes têxteis, em especial o bordado, aparecem naturalmente atreladas com o feminino. Interessante observar que na Idade Média o bordado e a tapeçaria eram muito valorizados, passando, na Idade Moderna, a um processo de desvalorização do trabalho manual e do trabalho feminino, cuja principal função era o disciplinamento da mulher (CARVALHO, 2008; SIMIONI, 2010).

Nesse sentido, é preciso olhar o território, suas formas de ser e de viver, como espaços e formas educativas. O processo educacional é muito mais amplo do que a escolarização e se insere em contextos culturais específicos. (IPHAN, 2014)

Refletir sobre a memória, a cidade e a região em uma oficina de bordado em fotografia e aquarela pode estimular a ampliação do olhar sobre contextos culturais específicos. Entendendo que a escolha pela fotografia se relaciona com o pensar e o intervir em uma imagem do passado. "No fundo, a Fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa." (BARTHES, 1984, p. 62).

A imagem fotográfica une passado e presente, nos traz informações do que somos hoje, do que nos tornamos. O país de hoje é consequência do passado. Não somos assim por uma decisão divina. As fotos, imagens de ontem, nos dão as pistas para entendermos o que somos hoje. Técnica e conceito se unem para tratar desta passagem do tempo e suas marcas em nossas vidas. (PAULINO, 2018, p. 160).

> As oficinas de bordado em fotografia e bordado em aquarela tiveram carga horária total de 6 horas, divididas em quatro encontros de uma hora e meia de duração. Os encontros síncronos aconteceram em 2020 no aplicativo *Teams* da *Microsoft*. O debate sobre a cultura e a vida social esteve presente em todas as oficinas e tivemos a participação de pessoas de vários lugares do Brasil. Do vivido e das histórias acontecidas pudemos conectar nossas histórias com as histórias das outras pessoas e construir algo coletivo que envolveu reflexão e ação política. Fizemos da "arte do fazer", "uma prática teórica, estética e ética que não reconhece fronteiras entre a criação artística e a reflexão conceitual e política." (CUSICANQUI, 2015, p. 27).

Intervenções em fotografia: o bordado como possibilidade de intervir no passado

O olhar transcende a biologia, saindo da condição puramente fisiológica de ver para nos enlaçar em sua potência subjetiva. O bebê ao nascer é totalmente dependente do adulto que se ocupa desse pequeno serzinho. Esse adulto é responsável em narrar e apresentar-lhe o mundo, lhe empresta os olhos com palavras e afeto. A visão já é acompanhada de linguagem e vínculo com o Outro desde um período muito arcaico em cada um de nós. Não existe neutralidade

diante do que olhamos e como olhamos. Nosso olhar é atravessado por nossa origem, história, relações, lembranças e a cultura que nos constituiu.

A fotografia nos convida a olhar pelas lentes do outro, onde o recorte escolhido fala tanto do que vem internamente pela lente do fotógrafo quanto da cena externa escolhida. Podemos pensar que assim como o bordado, a fotografia é um avesso do fotógrafo e vice-versa, abrindo ainda a possibilidade da costura de infinitos olhares que atravessam aquela fotografia. A fotografia flagra miudezas, revela detalhes. E acima de tudo contam histórias.

Fazer fotografia não é apenas apertar o disparador. Tem de haver sensibilidade, registrando um momento único, singular. O fotógrafo recria o mundo externo através da realidade estética.

> O homem anseia por absorver o mundo circundante, integrá-lo a si; anseia por estender pela ciência e pela tecnologia o seu "eu" curioso e faminto de mundo até as mais remotas constelações e até os mais profundos segredos do átomo; anseia por unir na arte o seu ''eu" limitado com uma existência humana coletiva e por tornar social a sua individualidade. (FISCHER, 1981, p. 13)

Esta citação de Fischer explica de forma muito atual e contundente a função social da arte, e como ela ainda se encaixa em pleno século XXI. Com o advento das redes sociais, o mundo da arte passou a ser mais democrático e pessoas comuns começaram a ter acesso a processos artísticos registrados através de fotografias. E foi nesta rede que, a princípio, as intervenções artísticas entre fotografia e bordado começaram a aparecer. A alta circulação de ideias e experiências se tornou útil e um meio indispensável para refletir a capacidade humana de criar intervenções possíveis dentro do campo da arte manual.

A fotografia, então, emerge num momento, no qual as imagens tanto autorais como anônimas, refletem a natureza provocadora do ser humano, um estado perceptivo da realidade. O bordado surgiu nesse estado de inspiração, do contraste da realidade fotografada com o propósito de poetizar as imagens através de linhas e fios coloridos. Pensando na intervenção da imagem como processo artístico, o bordado veio ao encontro desta nova linguagem. Uma linguagem que permite que o bordado insira uma nova perspectiva, um novo olhar; num passado não muito distante da fotografia realizada.

Bordar é um jeito de ilustrar. O bordado à mão sempre fez parte da história das sociedades humanas. Não se sabe ao certo onde, nem quando ele surgiu, mas uma coisa é certa: a dupla agulha e linha existe desde a pré-história. A história do bordado à mão foi se entrelaçando com nossa própria história como seres sociais. Os pontos de bordado registraram em tela momentos que ficaram para a posteridade, como rituais, guerras, descobertas científicas, acontecimentos e passagens marcantes da História. (MATIZES DUMONT, 2020)

A técnica da foto bordada nos mostra claramente que a arte vem transformando um mundo já transformado pela lente do fotógrafo. Pensando que toda arte é condicionada pelo seu tempo, a foto bordada traz esperança de uma situação histórica particular, quando escolhemos imagens de nosso passado, que de certa forma foram preservadas dentro de nós e continuam a agir através do uso das linhas e de suas cores e formas. O bordado, até então, sendo um aprendizado geracional, isto é, passado de mãe para filha, agora com as redes, passou a ser ensinado de forma mais democrática e livre. Nas figuras 1 a 4 exemplos das fotos bordadas nas oficinas.

Figura 1 – Bordado em fotografia, Vó Elly, autoria de Angelica Neumaier.
Figura 2 – Bordado em fotografia, sem título, autoria de Cicca Dorini.
Figura 3 – Bordado em fotografia, Linhas familiares, autoria de Janyce Soares de Oliveira.
Figura 4 - Bordado em fotografia, Oma Leonida e Opa Carlos, autoria de Luciana Butzke.
Fonte: Acervo Coletivo Bordas.

Nas oficinas, mesmo não sabendo bordar, participantes se dispuseram a aprender os pontos. O conhecimento dos pontos apresentados teve origem nos conhecimentos de família e puderam ser transmitidos durante os encontros, por via de vídeos instrucionais. Os encontros proporcionaram um crescimento do conhecimento cultural a partir relatos de histórias e pontos e bordados ao pé da roda de conversa de tempos antigos, puderam ser aprendidos e apreendidos. Essa troca peculiar de ensinamentos, foi o grande mote, para Luciana, que ao orientar o grupo nos ensinava os pontos de bordado aprendidos

dentro de sua família, principalmente os pontos que as mulheres da família utilizavam há gerações. Ela se reconhece como uma costureira socióloga e comenta que o aprendizado das linhas e agulhas foi aprendido principalmente com a sua mãe, Marilda. Nas suas palavras *"ela é que foi ensinando a me costurar para que eu pudesse voar. A costura para ela e para mim foi e sempre será sinônimo de autonomia, de fazer por nós mesmas da forma que desejamos e conseguimos! A costura está presente em todos os aspectos da minha vida, inclusive no ofício de socióloga."*.

O conhecimento geracional molda muito do que somos e vivemos. Nessa caminhada "a história institucionalizada se transforma em um espartilho que molda a memória, mas à custa de limitar a experiência do presente e do futuro." (FONTCUBERTA, 2012, p. 174). O esforço nas Oficinas é revisitar nossas memórias, dessacralizar a história institucionalizada e atualizá-la de modo a libertá-la do passado refletindo criticamente sobre o presente e futuro!

O bordado nas cidades visíveis e invisíveis

A proposta da oficina Cidades invisíveis foi a leitura do livro "Cidades Invisíveis" de Ítalo Calvino e "A vida que ninguém vê" de Eliane Brum. O objetivo principal da oficina foi observar em fotos ou criar na aquarela elementos das cidades invisíveis de Calvino, ou visíveis de Brum e criar uma obra visual aquarelada ou fotografada com elementos bordados.

Fizemos a leitura dos livros, a escolha da cidade e, no decorrer dos encontros, resgatamos memórias culturais para melhor intervir. No caso da aquarela, a mistura de água e linha fomentou nossa imaginação, e vários questionamentos foram discutidos: como aquarelar e bordar as cidades invisíveis? Como mostrar a vida que não vemos? Como tiramos das sombras as pessoas comuns, as situações corriqueiras, as casas anônimas, as alegrias, os medos, as surpresas? Nossas conversas e trocas durante os encontros foram essenciais para o ato criativo. Fayga Ostrower (1987, p. 9) nos diz: "Nessa busca de ordenações e de significados reside a profunda motivação humana de criar."

A criação artística nas oficinas se deu com a produção de várias obras, buscando através das cores, fotos, água e linhas a coragem de dar vida à processos intuitivos, que por serem autorreguladores acionam nossa percepção, abrangendo assim o lado intelectual, elaboração mental das sensações.

Arte como resistência

Para além da criação artística, o grupo usando de forma criativa o espaço interativo dos encontros, se colocava em discussões importantes sobre o reflexo do cenário político em cada um e em cada região de origem de cada participante. Foram discutidos aspectos políticos, que nos deram margem para elaborar uma conduta ética para o nosso grupo de trabalho. Uma das ideias principais do grupo foi eleger a arte como forma de resistência, resistência à barbárie, ao caos social que se instalou em nosso país durante a pandemia. *Resistir como forma de existir*, colocar em questão problemas de ordem social que afetaram o grupo, e como isso se refletia no processo criativo de cada um.

Uma das falas mais importantes para o grupo, foi trazida por Sérgio: "a arte existe porque a vida não basta" (Ferreira Gullar). Sérgio, único homem integrante do Coletivo, que mora em Aracaju, traz da memória vivências claras dele em sua família, quando pequeno. Ele recorda o ofício da tia que costurava no Rio de Janeiro e relembra todas as mulheres fortes da família que criaram vínculos importantes com a agulha e linha. Vínculos que Sérgio retomou depois de adulto, passando a bordar em diversos suportes, usando a cor como forma de expressão:

> Enquanto a gente borda, há uma reflexão. Foi uma experiência de reconectar o passado com o presente no bordado. Repensar a velocidade do mundo de hoje em relação à velocidade do bordado. Houve de minha parte um resgate do passado com as mulheres representativas da minha família e o bordado fecha o ciclo da educação, relacionando o valor aos aprendizados e à

> imagem da mulher forte. Somos seres empíricos, sem limites. Não somos seres compartimentados. Arte é política, arte é fruto do nosso tempo.

A ideia da Oficina não tinha como objetivo atingir um público-alvo específico. Mas em torno dela e mesmo após ela, o Coletivo foi tomando forma. As mulheres, quatorze no total, algumas são artistas, atuam na educação e outras integram áreas como Sociologia, Direito e Psicologia. O único homem é da área das Ciências Contábeis. Mesmo que, cada integrante do Coletivo, não viva de sua própria arte, somos todos Artistas, seguindo a citação de Josef Beyus: "*Forget the conventional idea of art. Anyone can be an artist. Anything can be art, especially anything that conserves energy*". Ou então "esqueça a ideia convencional de arte, qualquer um pode ser artista. Qualquer coisa pode ser arte, especialmente qualquer coisa que conserve energia" (VIEIRA, 2018). O artista alemão não só quebrou tabus em relação ao conceito mais convencional de Arte, como acreditava que todos eram artistas e que através desse pensamento coletivo a arte seria veículo de transformação e revolução social. A partir do momento em que pensávamos, esse mesmo pensamento era produto da nossa criatividade e era, portanto, uma criação artística, ainda que o artista fosse acidental e não tivesse idealizado a "obra" com uma finalidade artística. E assim foi nosso contexto, criar e recriar imagens através das intervenções bordadas.

Processo criativo

Uma das premissas das oficinas foi a de privilegiar os processos criativos. Com este intuito, a forma de como contar uma história através de registros fotográficos ou aquarelados proporcionou uma vasta geração de ideias, nas quais a intervenção com bordado sempre esteve presente. Contar uma história, nunca foi tão urgente em tempos de distanciamento social.

O distanciamento social nos trouxe questões importantes a serem discutidas. Como registrar a saudade, à distância, o convívio impedido? Como o relato de fatos, a escrita do diário, a angústia, poderia

ser registrada diante da situação a que fomos subitamente acometidos? Contar nossas histórias, sublimar nossas experiências, encontrou no bordado uma maneira de existir, fazendo dos fios e linhas caminhos possíveis entre as fotos e as manchas d'água na aquarela.

Assim como na oficina de fotografia, com a aquarela partimos da ideia de que o bordado é uma intervenção artística, mas é também, uma escrita, que faz expressar, destacar e revelar processos. Quem sabe essa seja uma marca importante já que as oficinas nos convidaram e seguem convocando a bordar em papel. Lemos os livros, fomos lidos por eles. Fizemos desses encontros novas letras e modo possíveis de seguir lendo e escrevendo nossos tempos. Trouxemos cor e água para a cena. Saímos da concretude poética da fotografia e fomos imaginar abstratamente as cidades.

Partimos do princípio que toda a expressão criativa, advinda do ser humano, pode ser tornar um ato de comunicação. Nesse sentido e de maneira mais significativa, a comunicação através de imagens registradas em papel, tem como premissa uma percepção consciente dos elementos envolvidos na comunicação. A liberdade de criação proposta na oficina proporcionou um momento de ressignificação cultural através das formas, tanto pelos pontos de bordados escolhidos, como pela escolha do texto, e dos elementos usados na composição. De maneira nem um pouco reducionista, as cores envolvidas no processo criativo, também tiveram sua importância.

Vale ressaltar a fala de Ostrower (1987, p.9): "criar é, basicamente, formar. É poder dar uma forma a algo novo". Neste processo, criar algo novo significa dar forma, a partir do conhecido, a uma ressignificação contida nas intervenções artísticas. Destacamos a importância da intuição, a busca em outras linguagens e inspirações na companhia dos fios e linhas, formando um elo importante numa metáfora que religa histórias de vida.

O bordado evidencia a ligação entre os problemas gerados pela pandemia e seus impactos sociais e políticos, relacionados principalmente ao distanciamento social, oferecendo uma possibilidade de diálogo entre o fazer artesanal que une a fotografia, a aquarela e os fios

com a provocação de ressignificar as imagens escolhidas e os sentimentos que elas trazem consigo. Diz o ditado popular "que uma imagem vale mais que mil palavras", mas o impacto do bordado na imagem produzida possibilita e invoca o poder de milhares de interpretações que poucas palavras conseguem invocar através da emoção.

Este é, para nós, um ganho que o bordado traz à aquarela e à fotografia. A possibilidade de gerar inúmeros significados e sentimentos, ampliando pontos de vista e recontando histórias únicas.

Rosane de Aracaju nos traz um testemunho muito importante:

> Aprendi que o ato criador deve ser o protagonista nas obras; assim, cada vez mais experimento a quebra de fronteiras entre as artes. Não há limites para o número imenso de possibilidades que descubro a cada dia, unindo bordados à fotografias, à aquarelas, à desenhos em papelão, enfim, pontes diversas unindo múltiplos meios de expressão.

Para Janyce,

> A experiência estética produzida pela técnica aquarela com bordado produziu-me sensações fortes no campo da imaginação, já que foi uma atividade partindo da criação de um desenho livre com a leitura da obra de Ítalo Calvino, 'Cidades Invisíveis'. A cidade de Fortaleza no Ceará que passa pela minha imaginação é a cidade dos encontros fortuitos do bom dia despretensioso e das piadas sem malícia. Foi partindo dessa noção subjetiva de cidade que me propiciou essa sensação de afeto, memória e bons encontros. Participar de um grupo com objetivos claros de tornar visível o afeto que toca pela invisibilidade de uma cidade, seja qual ela for, se utilizando de aquarela que é uma técnica no qual temos controle da tinta - pois é a quantidade de água que dá o tom e a forma da pintura - e as mãos com o bordado, é como se fosse eu, quem fosse a construtora da cidade real cheia de concreto e friezas humanas que acabam

por ser poética nas mãos de quem utiliza tanto a aquarela quanto o bordado. O grande aprendizado é que pela imaginação consigo transformar dores e dificuldades da cidade real em afeto, memória e saudade através do bordado e da aquarela.

O mapa que passa a ser tecido

A partir da vivência das Oficinas e de encontros permanentes, nosso coletivo passa a buscar outras formas, buscando desbravar as fronteiras do mapa. Houve a necessidade de escolher um nome para o grupo que acolhesse a diversidade de suas pessoas e dos lugares onde moram.

Pensando para além das fronteiras, nosso desejo foi o de enfatizar através do nome do grupo, que somos mais que cartografia, e que durante as oficinas, as barreiras geográficas foram desconstruídas.

As oficinas pela internet uniram desejos e afetos Brasil afora, trazendo para Blumenau - onde tudo começou - pessoas de todo o país. Do Ceará passando por Sergipe, atravessando São Paulo, chegamos a Santa Catarina e em Florianópolis.

Eduarda nos faz refletir sobre o nosso mapa e Coletivo:

> As bordas não se ocupam de separações ou fronteiras, a elas interessam os contornos e seus desenhos. As bordas, assim como os rios, contornam gentilmente os obstáculos. As bordas também não se interessam por segregações, sendo o transbordar uma possibilidade de espalhar-se para além de seus desenhos. O projeto transpôs as fronteiras geográficas e nesse transbordar, um fio condutor: o desejo de um bordado livre feito com mãos críticas com as linhas tortuosas dos nossos tempos. Pelas lentes de Eliane Brum em 'A vida que ninguém vê', e pelo olhar de Ítalo Calvino em Cidades Invisíveis, aquarelamos, fotografamos e principalmente bordamos as marcas e impressões que nossas cidades revelam e encobrem. É um trabalho de bordado, mas também de borda, de quem olha de dentro e de fora.

Assim, o Coletivo Bordas, passa a existir. Sem delimitações geográficas, trazendo no nome o acolhimento esperado. O olhar de Ítalo Calvino sobre as "Cidades Invisíveis" foi inspirador. Ali naquelas cidades, descritas pelo viajante Marco Polo ao imperador Kublai Khan, pudemos exercer nossa capacidade de imaginação. Ao mesmo tempo que líamos, nosso pensar tomava forma, e éramos livres para fazermos qualquer associação na construção de "nossas próprias cidades". A técnica envolvida, a aquarela trouxe inquietações. O grupo fez aulas de aquarela, já pensando como uma "mancha d'água" e cor poderiam representar nossa imaginação. O bordado completaria a imagem.

A artista visual, Regina que é de Joinville nos fala de sua experiência:

> Para mim um desafio, algo nunca pensado. Bordado é bordado e em tecido, aquarela pintura em papel. Unir as duas artes surtiu um resultado muito animador, me mostrou oportunidades, abriu horizontes em pensar na aquarela como uma arte possível de ser contemporânea. E conhecer pessoas, de espaços e saberes diferentes oportunizou aprendizados e amizades neste ano estranho 2020. Marcou minha experiência e ampliou meu rol de amizades. Tudo aprendizado e com muito afeto.

E foi então, que o Coletivo se engajou em dar espaço à novas cidades. Outras leituras de mundo possíveis. Os encontros semanais aconteciam cheios de descobertas de novas potencialidades.

> se incluí a Visibilidade em minha lista de valores a preservar foi para advertir que estamos correndo o perigo de perder uma faculdade humana fundamental: a capacidade de pôr em foco visões de olhos fechados, de fazer brotar cores e formas (...), de *pensar* por imagens. Penso numa possível pedagogia da imaginação que nos habitue a controlar a própria visão interior sem sufocá-la e sem, por

> outro lado, deixá-la cair num confuso e passageiro fantasiar, mas permitindo que as imagens se cristalizem numa forma bem definida, memorável, autossuficiente, 'icástica'. (CALVINO,1990).

As nossas "próprias cidades" exigiam que nossa criatividade fosse a demanda do momento. As figuras de 5 a 11 representam algumas das nossas cidades invisíveis e visíveis.

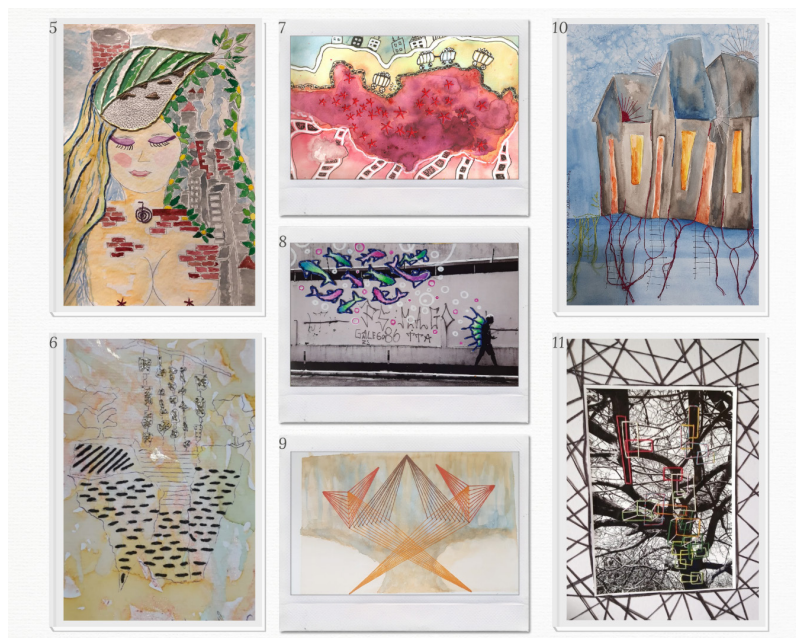



Figura 5 – Bordado em aquarela, autoria de Eduarda Renaux.
Figura 6 – Bordado em aquarela, autoria de Maria Adelina Costa.
Figura 7 – Bordado em aquarela, autoria de Angelica Neumaier.
Figura 8 – Bordado em fotografia, autoria de Rosane Soares.
Figura 9 – Bordado em aquarela, autoria de Cicca Dorini.
Figura 10 – Bordado em aquarela, autoria de Regina Marcis.
Figura 11 – Bordado em fotografia, autoria de Sérgio Ricardo Soares de Freitas.
Fonte: Acervo do Coletivo Bordas.

Expressar a experiência subjetiva exige antes uma experiência humana, e esta não está desvinculada de uma experiência social da multiplicidade dos pontos de vista. É essencial entendermos que quando um artista traz à tona um conceito, traz junto com ele tudo aquilo de que a humanidade, como um todo é capaz de sentir. Para o artista portanto, sua arte é o meio indispensável de comunicação, que reflete a capacidade humana de sentir e circular ideias e experiências. A arte é capaz de traduzir a subjetividade de um texto ao transformá-lo em forma. Ao artista cabe dominar suas ferramentas de criação. O exercício com tintas aquarela nos revelava que não estava sob nosso controle conter as formas, mas éramos provocados por elas. As formas tomavam ares de objetivação de nosso desejo, e as imagens iam se revelando aos nossos olhos.

Maria Adelina, que mora em Timbó - SC deixa isso claro em seu relato:

> Em tempos pandêmicos, quando o distanciamento social foi necessário, a casa tornou-se o canto do universo que me coube, meu universo, meu cosmo. Bachelard (1993, p.25), em "A poética do Espaço", diz que "... o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos". Como continuar a vida, isolada de encontros, apartada de fruir o fazer artístico? Onde colocar os pensamentos recorrentes, onde abrigar sentimentos preocupantes? Como expressar tudo que perpassa a alma, tão subjetivo em meio ao caos, como sair dessa anestesia, como respirar? O mundo virtual tornou-se então o acolhimento possível e necessário; onde encontrei um coletivo de pessoas generosas comungando da mesma energia, e através dos bordados em fotografia começamos uma viagem de investigações e construções de narrativas visuais, potencializando as relações entre o espaço e tempo, manifestando

o poder da expressão livre e espontânea dos mais íntimos sentimentos. O coração também é ninho quando acolhe, e olhando e observando a cidade e meu local de moradia, consegui a dimensão de pertencimento. Rumo a novas experiências, em uma viagem fascinante pelas Cidades Invisíveis, de Ítalo Calvino (1990, p.72) destaco: "Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos ou cinza ou pretos e brancos (...). Quando os fios são tantos que não se pode mais atravessar, os habitantes vão embora: as casas são desmontadas; restam apenas os fios e os sustentáculos dos fios. (...) teias de aranha de relações intricadas à procura de uma forma". E foram esses fios que uniram todos do Coletivo e nos emaranhamos em aquarelas translúcidas...Pelas bordas desse território que exploramos atualmente, um universo ilimitado de possibilidades se apresentam, as cores e texturas vão aguçando a imaginação e a criatividade, os fios caminham no papel criando novas significâncias.

O Brasil pelo Coletivo Bordas

Assim como toda arte está condicionada ao seu tempo, nossa leitura de um Brasil possível ficava cada vez mais nítida. A visão de um Brasil sem fronteiras que pode unir as pessoas através de um conceito artístico ou uma linguagem vai se tornando realidade. O fio que nos une é o mesmo fio que nos separa aqui a arte nos deixou iguais nas diferenças.

Nessa tessitura coletiva o fio que nos une encontra a metáfora da teia, das aranhas que tiram de dentro de si o fio que é a casa e alimento. Imagem que expressa, em grande medida, o poder criativo feminino, enredar histórias e imprimir importância à criação muitas vezes vista como menor pela nossa sociedade (PAULINO, 2018).

Figura 12 e 13 – O Brasil do Coletivo Bordas, autoria de Cicca Dorini.

Fonte: Acervo do Coletivo Bordas.

A distância entre nós diminuía a cada semana, nosso encontro semanal liberava memórias e afetos que estavam internalizados há tempos, mas que estavam a agir dentro de nós ainda. E sem que percebêssemos, vinha à superfície sentimentos, emoções ligadas às nossas cidades e suas dificuldades. Estas imagens, frutos de nossa observação cotidiana, agora tão ausente na pandemia, criavam corpo e davam forma artística as nossas inquietações. No interior do Coletivo havia só uma necessidade, a de expandir as memórias e exprimir dentro do contexto a vontade de um Brasil diferente. O uso das ferramentas artísticas nos davam a liberdade de incitarmos "o poder mágico" da arte e trazer a nós a capacidade de mudar o mundo. A relação do homem e suas ferramentas vêm desde a pré-história e se acham indissociáveis. Esta habilidade de manusear ferramentas faz com que o homem encontre uma forma de se colocar no mundo. A noção de que a atividade

manual libertou a razão humana e produziu a consciência própria do homem está em Fischer (1981). Portanto a atividade manual nos traz várias possibilidades de diálogo entre a arte e o artesanato, a criação e a reprodução etc.

Eliane Brum (2012, p. 108) nos provoca que "olhar dá medo porque é risco. Se estivermos realmente decididos a enxergar, não sabemos o que vamos ver". No coletivo, nossas oficinas são como rodas de conversa de quem está decidido a olhar e intervir no que vê. De quem sabe que o olhar é desde cedo acompanhado de palavras e vamos contando uns aos outros o que vamos enxergando. Também não tememos inventar olhares, através do lúdico, imaginar construções e mundos, assim como nos convida Ítalo Calvino. Vamos através da confiança uns nos outros construindo uma rede, que está para além da rede virtual, mas uma rede de proteção e abrigo. Quem sabe essa seja outra significação importante que há tanto tempo atravessa o bordado, está de costurar abrigos.

Nossas muitas bordas

Nossas bordas permitem convergir para a ideia de que "falar em região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento." (ALBUQUERQUE, 2008, p. 58). Partimos da crítica da ideia de região essencializada para a ideia de fronteiras fluídas (RENK, 2004).

A relação do coletivo com a extensão passa por uma perspectiva libertadora, da crítica à extensão ao "diálogo de saberes" de Paulo Freire (2001), compreendendo um movimento de dentro e de fora da universidade para repensar juntos o ensino, a pesquisa e a extensão. Apagar as fronteiras entre universidade e sociedade, educar-se entre si, educar-se em grupo, pensar nossa forma de ser e estar no mundo com autonomia e respeito. (KAPLÚN, 2005)

Do ponto de vista do Estado, o reconhecimento de um patrimônio cultural envolve o exercício do poder. E para determinados grupos

sociais o patrimônio é um instrumento de luta política (GONÇALVES, 2015).

> Nem a memória deveria ser um grande cemitério nem os museus deveriam funcionar como mausoléus que só glorificam o passado. Pelo contrário, a história deve poder regenerar o presente e incentivar o futuro. O que fazer, depois, com o patrimônio histórico? Como evitar que a história institucionalizada limite nossa experiência do presente e do futuro? Como equilibrar o respeito com o antigo com a liberdade de ação para resolver nossos problemas de agora? (FONTCUBERTA, 2012, p. 178-9).

Fontcuberta (2012) alerta para o fato de que não lembrar do passado é correr o risco de repeti-lo. A educação patrimonial serve para aproximar as pessoas dos locais de memória (GIL; POSSAMAI, 2014). De uma proposta de educação para conservação, nosso Coletivo parte para uma educação para a cultura como algo aberto e vivo e passível de intervenção e criação.

Nossos encontros seguem quinzenais, contando com oficinas facilitadas por seus participantes que ensinam novas técnicas e convidam olhares reflexivos. Criamos a cada mês uma produção autoral para o acervo e debate do coletivo. E seguimos trabalhando na proposta de uma futura exposição dos trabalhos realizados nas duas oficinas (fios da memória e cidades invisíveis) e também na construção de um livro da trajetória artística e artesanal do Coletivo. Trata-se de um coletivo que cresce a cada dia, ampliando seus horizontes para novos alcances transbordando seus desenhos, ideias e experiências.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 56-67, jan/jun. 2008.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Ed. Martins Fontes, SP. 1993.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Notas sobre a fotografia. 9ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**. 1ªedição. São Paulo. Companhia das Letras.1990.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gêneros e Artefato**. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen**. Miradas ch'ixi desde la história andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 8ªedição. Rio de Janeiro. Zahar editores,1981.

FONTCUBERTA, Joan. **A câmera de Pandora**: a fotografi@ depois da fotografia. São Paulo: Editora G. Gilli, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Mouseion**, Canoas, n. 19, dez. 2014, p. 13-26.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Educação patrimonial**: história, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

KAPLÚN, Gabriel. Indisciplinar la universidad. In: Walsh, Catherine (Ed.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2005, p. 213-250.

MATIZES DUMONT. **História do bordado feito à mão**. Disponível em: https://www.matizesdumont.com/blogs/news/historia-do-bordado-feito-a-mao. Acesso em: 29 set. 2020.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**.16ª edição. Petrópolis. Vozes, 1987.

PAULINO, Rosana. **A propósito da passagem de Rosana Paulilo pela Unicamp** – entrevista com a artista. Entrevistadores: Noel dos Santos Carvalho; Luana Saturnino Tvardovskas e Sylvia Helena Furegatti. Resgate – Ver. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 26, n.2 [36], p. 149-160, jul./dez. 2018. Disponível em: https://issuu.com/centrodememoriaunicamp/docs/resgate_36_completa. Acesso em: 8 fev. 2021.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

RENK, Arlene. Culturas híbridas: região e nação. In: Renk, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004, p. 11-46.

SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. **Revista Proa**, n. 2, v. 1, 2010, p. 1-20.

VIEIRA, João Estróia. '**Beuys**', o que é arte? 13 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://www.comunidadeculturaearte.com/beuys-o-que-e-a-arte/. Acesso em 15 jun. 2021.

Fazem parte do Coletivo Bordas e contribuíram para a escritura desse relato:

Alcilene Maria Dorini
Angelica Neumaier
Eduarda Renaux
Janyce Soares de Oliveira
Luciana Butzke
Maria Adelina Costa
Regina Marcis
Rosane Soares
Sérgio Ricardo Soares de Freitas

A Prática em Extensão Universitária do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes da Universidade de Santa Cruz do Sul/RS - Brasil

Mariana Dalalana Corbellini[28]
Grazielle Betina Brandt[29]
Simone Andrea Schwinn[30]
Gabriella Azeredo de Azevedo[31]

Resumo

A Universidade de Santa Cruz (UNISC) é uma instituição de ensino superior comunitária e que desempenha um importante papel social e econômico para a região dos Vales do Taquari, Jacuí e Rio Pardo, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes (GTARI) surgiu em 2016 a partir

28 Docente do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: marianacorbellini@unisc.br

29 Docente do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: grazielle@unisc.br

30 Doutora em Direito. Pesquisadora da temática migratória. Voluntária do Gtari. E-mail: ssimoneandrea@gmail.com

31 Bacharela em Relações Internacionais e Mestra em Desenvolvimento Regional. Professora na Escola Superior de Relações Internacionais (ESRI). E-mail: gabriella_aa@hotmail.com

da intenção de uma equipe multidisciplinar, composta por professores, egressos e alunos da Universidade de Santa Cruz do Sul, em melhorar a compreensão sobre o fenômeno migratório. O objetivo deste texto é o de compartilhar, por meio de um relato de experiência, as atividades em extensão universitária realizadas pela equipe do GTARI.

Introdução

O mundo tem cerca de 272 milhões de migrantes internacionais. Em 2000, os migrantes internacionais representavam 2,8% da população global, com 150 milhões de pessoas. Em 20 anos, este índice passou para 3,5%, com um aumento de 122 milhões. (Relatório de Migração Global, 2020).

A globalização potencializou os fluxos migratórios ao redor do mundo e diversos países tornaram-se destinos comuns para imigrantes, entre eles o Brasil. O relatório do OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais - (2019) apresenta dados de 2011 a 2018 e aponta que foram registrados no Brasil, durante esse período, 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais. Há uma predominância dos fluxos oriundos do Sul Global, com destaque para haitianos e venezuelanos que tiveram o maior número de carteiras de trabalho emitidas nesse período.

Desse total, destacam-se 395,1 mil imigrantes de longo termo (cujo tempo de residência é superior a um ano), composto principalmente por pessoas oriundas do hemisfério Sul. Ao longo da série, os haitianos figuram como a principal nacionalidade registrada no Brasil e no mercado de trabalho brasileiro. Os nacionais da Venezuela, fluxo migratório que teve crescimento exponencial a partir de 2016, obtiveram o primeiro lugar em número de registros no país em 2018. Outras nacionalidades do hemisfério Sul também tiveram destaque ao longo da série: bolivianos, colombianos, argentinos, chineses e peruanos.

No contexto do Vale do Rio Pardo, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), há 249 estrangeiros que residem em Santa Cruz do Sul, sendo 30 naturalizados brasileiros. A região do Vale

do Rio Pardo, por sua vez, segundo o mesmo levantamento, possui um total de 459 estrangeiros, enquanto que, no Estado, esses somavam 34.244 pessoas em 2010. A partir dos dados censitários de 2010, é possível observar que a cidade de Santa Cruz do Sul recebeu nesse período 60,78% dos imigrantes que chegaram na região do Vale do Rio Pardo.

A presença de imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados no Brasil apresenta desafios não somente para quem formula e implementa as políticas públicas migratórias nos anos recentes, mas também aos diversos atores sociais e instituições na acolhida de imigrantes e refugiados.

O presente trabalho tem o interesse de relatar a trajetória, as ações e os desafios ligados à atuação em extensão universitária do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes (GTARI) da Universidade de Santa Cruz do Sul. Inicialmente no texto, apresentamos a importância da extensão universitária e sua relação com o desenvolvimento social e humano. Na sequência, discorremos sobre o surgimento e a trajetória do GTARI na UNISC. Mais adiante, relatamos algumas das ações em extensão universitária desenvolvidas pela equipe do GTARI e finalizamos o texto com algumas reflexões sobre o tema das migrações e refúgio.

A extensão universitária e sua relação com o desenvolvimento social e humano

As universidades no Brasil estão ancoradas sobre os pilares do ensino, da pesquisa e da extensão, os quais, de forma indissociável, são responsáveis pela formação dos estudantes. “Para tanto, seu papel social é o de fomentar ações educativas para a construção de uma cidadania que objetiva a transformação social, a conquista dos direitos (civis, políticos e sociais) individuais e coletivos e que consiga manter-se num constante diálogo com a sociedade” (SANTOS JUNIOR, 2013. p. 1).

Embora, as universidades, historicamente, tenham sido criadas com a finalidade de formar as elites, com as mudanças nas condições e contexto histórico-social, tiveram que se adaptar – havendo profundas transformações em seu papel, função e atuação junto à sociedade. A respeito do tripé ensino, pesquisa e extensão e de suas funções, pode-se dizer que a extensão universitária ocupa lugar de destaque quando se discute o papel social de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

No Brasil, as primeiras ações de extensão universitária, ainda não de forma institucionalizada, ocorreram no início do século XX, a partir da Lei Orgânica de Ensino Superior de 1911 (Decreto nº 8.659) que possibilitou autonomia às Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Assim, com essa permissão, surge no ano seguinte a Universidade Livre de São Paulo, que dá início à primeira experiência de Universidade Popular, considerada a primeira forma de experiência extensionista do Brasil (SANTOS & SANTOS, 2011).

Na América Latina, em Córdoba, também houve no início do século XX um movimento organizado por estudantes que influenciou significativamente as diretrizes das universidades no Brasil. A Reforma Universitária de Córdoba (de 1918) foi um marco não só na Argentina, mas em todo o continente americano – no que tange aos preceitos de uma universidade e sua função pública e/ou social. Em 1918 após apoio e pressão popular de que a universidade não deveria continuar enclausurada ou de acesso restrito à elite hispano-americana – sobretudo, que fosse possível dialogar e não houvesse a supremacia dogmática e autoritária de professores e da religião através dos jesuítas – os estudantes conquistaram importantes transformações de ordem social a partir de suas manifestações, como: liberdade de cátedra, a democratização do acesso e permanência do estudante, o reconhecimento da pesquisa como importante papel da Universidade e o estabelecimento de um compromisso com a sociedade pela via do desenvolvimento de ações de Extensão (PROEX UFES, 2019).

Um século depois, percebe-se o quanto todos esses aspectos e demandas do movimento estudantil ainda são atuais e necessitam, permanentemente, serem defendidos. A pesquisa, a

extensão, a permanência do estudante através de fomento e políticas públicas, bem como a liberdade de cátedra e acolhimento de problemas sensíveis da sociedade são pautas cada vez mais urgentes e demonstram a importância do papel das universidades na sociedade e, em última instância, o da extensão como o vértice mais próximo do indivíduo.

Assim, pode-se afirmar também que a história da extensão universitária brasileira teve início com ações do movimento estudantil e que, de forma mais organizada, em 1937 com a criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) o Manifesto de Córdoba fora retomado trazendo à tona a discussão sobre as Universidades Populares do Brasil (SANTOS & SANTOS, 2011). Já, no contexto da Ditadura Militar (1964 – 1985), discussões também permearam a academia acerca do resgate dos ideais democráticos e de uma sociedade mais justa e igualitária – na qual, a universidade deveria participar dessa construção. Assim, passou-se a demandar o fortalecimento do seu compromisso com os setores populares da sociedade. Desde então, universidades vêm delegando à extensão universitária e ao ensino o compromisso – e o comprometimento – com o exercício da sua função social (SANTOS JUNIOR, 2013).

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária:

> Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (BRASIL, 2012. p. 13).

Pesquisas científicas recentes, como a de Talayer (2017), também reforçam o quanto as universidades vêm desempenhando um importante papel nesse cenário no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa coloca luz, por exemplo, no debate sobre a inclusão de imigrantes no texto da Política Nacional de Extensão Universitária no Eixo de

Grupos Populacionais, referenciando a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas – situação que não fora contemplada, inicialmente, na Política.

Entretanto, cabe destacar que, embora se tenha a clareza de que a universidade desempenha importante papel na interação com a sociedade e na difusão e prática do conhecimento que se produz dentro dela, esta não busca substituir as responsabilidades do Estado na garantia dos direitos de cidadania ou na provisão de bens públicos, mas, soma-se aos seus esforços e auxilia-o através dessa política no desempenho de suas atribuições (BRASIL, 2012). Além disso, a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, sob a forma de participação direta em sua formulação e implementação, apresenta também potencial de contribuição para a superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, bem como do caráter muitas vezes residual e temporário de seu financiamento, conforme ocorrem as trocas de governos. Nota-se, portanto, a relevância de sua função enquanto agente ao se relacionar com pautas sensíveis da comunidade local e ao mesmo tempo dialogando com as esferas, compromissos e orçamento do Estado.

Ainda, a Extensão Universitária, em sua articulação com as políticas públicas, deve estar pautada por três eixos integradores e ter como prioridade oito áreas de atuação. Os eixos integradores são: Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho (BRASIL 2012). Sobre os Grupos Populacionais que devem ser beneficiados na implementação dessas ações de extensão universitária, cabe destacar a importância de universidades perceberem e incluírem em seus projetos o público dos imigrantes; referenciando, portanto, a necessidade de orientar ações e projetos que contemplem esse segmento entre aqueles ditos vulneráveis ou com necessidades a serem supridas.

O que já se verifica nesse sentido é que esta Política Nacional de Extensão Universitária interage com outros cenários e políticas nacionais e atinge o público dos imigrantes ao dialogar com o que estabelece a Lei de Migração, por exemplo, que fora instituída no ano de 2017, em função do grande fluxo de imigrantes e refugiados que chegaram ao Brasil nos últimos anos – ressignificando, portanto, a presença dos mesmos não apenas pelo âmbito da segurança nacional como pressupunha o Estatuto do Estrangeiro, promulgado na Ditadura Militar, mas assegurando direitos a essa população, tal qual para os nacionais.

São muitos os casos, portanto, de universidades atualmente trabalhando através da extensão com assessoria jurídica, psicológica, ensino da língua portuguesa, entre outros serviços para imigrantes. Do Norte ao Sul do Brasil é possível identificar universidades conveniadas à Cátedra Sergio Vieira de Melo (CSVM) – que desempenha importante trabalho ao público de imigrantes, sobretudo, refugiados. Atualmente, a CSVM é composta por 22 instituições de Ensino Superior espalhadas em nove estados e no Distrito Federal, entretanto, há outras universidades que desempenham atividades voltadas a esse público independentemente do convênio (ACNUR 2019).

A expansão de vagas nas universidades, sobretudo federais, para este público também é um dado que merece destaque. De acordo com o ACNUR, mundialmente, apenas 3% das pessoas refugiadas estão matriculadas em universidades. Entretanto, no Brasil este número vem crescendo, chegando a dobrar em 2019 – comparado ao ano anterior. Este é um sinal que, de certa forma, as universidades vêm desempenhando um importante papel e promovendo um ambiente de contato, aproximação, integração e democratização do conhecimento; e da vida de forma geral.

A Trajetória do GTARI na UNISC

A primeira experiência da UNISC com o tema da migração ocorreu entre os anos de 2015 e 2016, por meio do projeto de extensão Ação Multidisciplinar Humanitária de Apoio ao Refugiado, que

trabalhou no acolhimento e na integração de duas famílias de colombianos reassentados em Santa Cruz do Sul, por meio de atendimento psicossocial. Encerrado o projeto, ainda em 2016, professores, técnicos, estudantes e egressos da universidade que estiveram a ele vinculados criaram o Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes junto ao Núcleo de Ação Comunitária (NAC) - órgão da então Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias, hoje Direção de Extensão e Relações Comunitárias - e em estreita parceria com a Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais (AAII) da universidade.

O objetivo inicial do GTARI consistia em ser um espaço democrático de troca de informações e experiências, debate e educação, sobre os temas da migração e do refúgio. A intenção do grupo era identificar e envolver os atores regionais impactados pelos processos migratórios recentes, de forma a propor encaminhamentos para que o acolhimento e a integração de imigrantes e refugiados chegados ao Vale do Rio Pardo ocorresse de forma adequada. Já naquele período, o grupo realizava reuniões quinzenais abertas à comunidade, organizava-se por meio de uma Comissão Coordenadora, e tinha como foco pensar a realidade migratória em cidades-pólo da região: Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Ao longo do ano de 2017, foi possível conhecer melhor a realidade migratória da região, e assim acrescentar ao GTARI o objetivo de estabelecer-se como projeto institucionalizado de referência, no Vale do Rio Pardo, para o acolhimento e a integração de refugiados e imigrantes. À época, o grupo contava com profissionais e estudantes das áreas do Direito, das Relações Internacionais, da Sociologia e do Serviço Social, e o projeto de extensão foi pensado em três frentes de trabalho: acesso à informação, assessoria diplomática e jurídica, e qualidade de vida.

A frente de acesso à informação tinha por objetivos fornecer informação ao imigrante relativa à documentação e ao acesso a serviços públicos e privados na região, além de promover a desconstrução

de estereótipos culturais junto à comunidade local. Já a frente de assessoria diplomática e jurídica tinha como objetivos atender o imigrante em demandas jurídicas e relativas à documentação, e informar o imigrante acerca de aspectos legais e culturais da vida no Brasil. Por fim, a frente de qualidade de vida tinha por objetivos atender o imigrante no momento da acolhida e auxiliá-lo em sua inserção no mercado de trabalho.

Aprovado o projeto, nos anos de 2018 e 2019 o GTARI atuou com um técnico e duas professoras, das áreas de Relações Internacionais e Direito, bolsistas dessas mesmas áreas, da Comunicação Social e da Psicologia, além de voluntários de áreas afins. Entendendo a relevância da atuação em rede para o tratamento da temática, o grupo buscou aproximação com o poder público, por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde e Educação. No entanto, foi a frente de acesso à comunicação que ganhou destaque quando da criação, quase acidental, do Migracast (podcast do GTARI), que o alçou à condição de curador e produtor de conteúdos sobre a temática migratória, alcançando territórios além do Vale do Rio Pardo.

Essa mudança permitiu uma reestruturação do projeto de extensão, no ano de 2020, para focar especificamente na frente de trabalho de acesso à informação, de forma a expandir a atuação do GTARI em curadoria e produção de conteúdos sobre migração nas redes sociais. O projeto de extensão passou a contar com uma professora e uma bolsista da Comunicação Social, além de uma bolsista da Pedagogia. No entanto, as demais frentes de trabalho não foram abandonadas. Ainda em 2020, o grupo participou ativamente do processo de interiorização, para a cidade de Venâncio Aires, de uma família de venezuelanos até então residente em Boa Vista (RR), com apoio da Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul; e, no ano de 2021, viu surgir uma crescente demanda por atendimentos relacionados à documentação, validação de diplomas e apoio à integração de famílias migrantes por meio do ambiente escolar e da inserção laboral, o que exigiu o estabelecimento de uma parceria com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) de Porto Alegre, e possibilitou a

inclusão de novos professores no projeto, retomando o trabalho com o Serviço Social.

Hoje, o GTARI conta com uma assistente social vinculada ao NAC, uma professora da Comunicação Social, um professor do Direito, dois professores das Relações Internacionais e uma professora do Serviço Social, além de voluntários dessas mesmas áreas - com destaque para os alunos do Curso de Serviço Social, que vêm atuando na interlocução junto às redes de assistência social em municípios de inserção da UNISC e que contam com contingente significativo de população migrante, particularmente Montenegro e Venâncio Aires, implicando em um redirecionamento territorial do projeto.

Para dar continuidade ao sucesso da frente de acesso à informação, duas bolsistas e uma estagiária da Comunicação Social também estão entre os colaboradores do GTARI. Além dos desafios da expansão do projeto de extensão, em termos de abrangência dos objetivos e atendimentos e também em termos de território, o grupo tem lidado com a crescente demanda por cursos de português para imigrantes, e busca estabelecer parcerias com este propósito. Também, o GTARI deverá inserir-se no processo de curricularização da extensão - estratégia prevista no Plano Nacional de Educação e regulamentada pela Resolução n. 7 MEC/CNE/CES em 18 de dezembro de 2018 - que permitirá a realização de atividades de extensão dentro dos componentes curriculares do cursos de graduação. A promoção de uma crescente articulação entre ensino, pesquisa e extensão está entre os objetivos atuais do GTARI, que busca qualificar-se à candidatura à Cátedra Sérgio Vieira de Mello.

O GTARI na prática

Como objetivo geral para o desenvolvimento de suas atividades o GTARI busca fomentar a integração socioeconômica e comunitária de imigrantes e refugiados nos municípios de abrangência da Unisc, além de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades aos estudantes dos cursos que integram o projeto.

Entre os objetivos específicos do GTARI, elencamos:

a. Apoiar migrantes e refugiados sobre acesso e locais dos serviços das diferentes políticas públicas;
b. Mapear a comunidade migrante e refugiada nos municípios onde as ações estiverem ocorrendo;
c. Orientar e acompanhar famílias de migrantes e/ou refugiados encaminhados para vagas de trabalho;
d. Apoiar migrantes e/ou refugiados para elaboração de currículos integração socioeconômica;
e. Possibilitar que graduandos participem de atividades específicas do curso em formação e coletivas junto ao trabalho em equipe.
f. Incentivar e orientar estudantes para sistematizar o trabalho realizado e participar de eventos de natureza acadêmica.
g. Para cumprir com os objetivos propostos, em 2021, a equipe estruturou sua atuação em três eixos: 1) Assessoria a migrantes, refugiados e comunidade de acolhida; 2) Formação acadêmica; 3) Articulação com parceiros. Esses eixos surgiram em função da atuação de uma equipe multidisciplinar em 2021 no grupo e com intenção de ampliar as atividades do GTARI. No ano de 2020 a prioridade da equipe se concentrou no acesso à informação e na assessoria a imigrantes e refugiados.

Com a chegada da pandemia da Covid-19 a comunicação digital foi o principal meio para disseminar informações sistemáticas e planejadas acerca das temáticas imigratória e de refúgio, evidenciando a importância do apoio e integração de imigrantes e refugiados em Santa Cruz do Sul e região. Buscamos desenvolver uma linguagem adequada e clara para o projeto, principalmente no ambiente das redes sociais digitais, dando visibilidade ao projeto dentro e fora do ambiente da universidade.

Em 2020 a rede social *Facebook* foi atualizada e criamos o *Instagram* do GTARI. No Instagram inserimos o novo logotipo,

contatos, adicionamos um linktr.ee e organizamos os destaques. Já no *Facebook*, foram alteradas as informações básicas de horário e histórico, bem como foi organizada a apresentação mais adequada de disposição das informações. Com a chegada da pandemia, optamos por utilizar o entretenimento em formato de dica, para divulgar filmes, documentários, músicas e livros que abordassem a temática migratória, introduzindo reflexões motivadas a partir do entretenimento para os seguidores das redes sociais digitais. Essa estratégia se mantém em 2021 e a equipe do GTARI acredita que tem facilitado a desconstrução de estereótipos, preconceito e xenofobia, além de evidenciar as causas complexas que envolvem a imigração e o refúgio.

Figura 1 - Dica de filme na página do GTARI no *facebook*

Fonte:https://www.facebook.com/gtariunisc/photos/a.2436064776650416/2970030006587221

Em março de 2021 realizamos um planejamento de postagens e a discussão de conteúdos para o primeiro semestre. Entre os conteúdos,

elegemos o entretenimento, a lembrança de datas e acontecimentos importantes e a informação para população migrante e não-migrante a partir de fontes oficiais como ACNUR, CONARE, OBMIGRA, entre outras. Uma frente de informações sobre vagas e cursos de formação para o mercado de trabalho também está sendo divulgada pela equipe.

Figura 2 - Informações sobre crianças que migram desacompanhadas na página do Facebook do GTARI

Fonte:https://www.facebook.com/gtariunisc/photos/a.2436064776650416/2969269403329948/

No contexto da frente de acesso à informação, em 2019, foi criado o Migracast, um podcast destinado a trazer ao público informações e debates sobre a temática migratória. O Migracast tem como missão levar informações sobre migrações e refúgio à população, servindo como uma ferramenta e um espaço para compreensão e conscientização acerca das migrações enquanto um direito humano e suas implicações na vida dos migrantes.

Figura 3 - Divulgação do Migracast na página do Facebook do GTARI

Fonte:https://www.facebook.com/gtariunisc/photos/a.2046976108892620/2821074228149467/

Conforme Moita e Andrade (2009, p. 273) a extensão pode ser considerada um via de mão dupla, onde acontecem trocas entre "conhecimentos universitários e comunitários, diante das reais necessidades, anseios e aspirações sociais, intercâmbio esse em que a universidade é positivamente provocada, influenciada e fortalecida." Pensando nesta troca, foi criado o Migracast, para que pudesse ser um espaço de compartilhamento de informações entre estudantes e a comunidade, bem como uma fonte de informações para os imigrantes.

Com nove episódios até o momento, o Migracast está disponível na plataforma de *streaming Sptotify* na internet, podendo ser acessado gratuitamente pelo aplicativo. Com temas como imigração venezuelana, migrações, refúgio e pandemia, imigração haitiana para o Brasil, universidade e migrações, entre outros, o *podcast* é coordenado e produzido por voluntários do projeto e conta também com o auxílio de bolsistas e professores dos cursos de Comunicação Social e Relações

Internacionais e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, todos da UNISC. Os episódios costumam contar com a participação de convidados externos, especialistas nos temas abordados.

Em 2020, em parceria com os cursos de graduação em Direito, Relações Internacionais e Comunicação Social a equipe do GTARI deu visibilidade ao projeto chamado Nenhum Humano é Ilegal. A proposta foi desenvolvida pela equipe e voluntários, que realizaram *lives* com temas e diversos convidados para dialogar sobre migração e refúgio. Na última edição do projeto, que ocorreu em maio de 2021, houve a exibição do filme "Meu corpo minha fronteira" e produtores, atores e imigrantes foram convidados para participar do debate. Destacamos a participação de atores e produtores com mais de 20 anos de carreira e reconhecimento nacional e internacional.

Figura 4 - Live do projeto Nenhum Humano é Ilegal

Fonte:https://www.facebook.com/gtariunisc/photos/a.2046976108892620/2968178790105676

As métricas das mídias digitais do GTARI destacam que público online do GTARI é formado em grande parte por mulheres (78%) com destaque para a a faixa etária de 24 a 34 anos. Além disso, os municípios de Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Porto Alegre, Venâncio Aires e Rio Pardo são as principais cidades de localização atingidas via *Facebook*. Ao iniciarmos o projeto de acesso à informação no GTARI em 2020, o *Instagram* possuía 103 seguidores e 29 publicações. Ao final do primeiro ano do projeto em dezembro de 2020 , o *Instagram* chegou a 170 seguidores e 42 publicações e, conforme as informações da plataforma, o GTARI alcançou 226 contas, teve 119 interações, tendo um aumento de 16,4% de contas alcançadas. Além disso, apresenta 16,8% mais de visitas no perfil e uma média de 2 mil impressões na rede. Para o mês de junho de 2021 o Instragram já possuia 261 contas alcançadas e aumento de 108% de interações de conteúdo.

Considerações

Os desafios que migrantes e refugiados enfrentam começam mesmo antes de chegar ao Brasil. Quando chegam no Brasil as dificuldades e os desafios jurídicos, culturais e econômicos se transformam, muitas vezes, em fatores de exclusão ou de discriminação. Nesse sentido, as universidades brasileiras, a partir da sua atuação em extensão, auxiliam na promoção do bem-estar do migrante.

O papel de muitas universidades é fomentar o desenvolvimento nas regiões onde atuam. E desenvolvimento também significa promover o bem-estar humano. Ao migrar, muitos migrantes buscam pelo bem-estar e formas que promovam o seu desenvolvimento. No entanto, ao chegar no Brasil muitos não conseguem alcançar um nível satisfatório de bem-estar (financeiro, físico, laboral, comunitário e social).

A complexidade do tema não permite soluções rápidas e fáceis tanto pelo Estado quanto pela sociedade brasileira. Mas, o fortalecimento institucional é um aspecto fundamental para que o tema da migração e refúgio seja integrado de modo eficaz e inclusivo em

diferentes espaços e promova, impreterivelmente, o respeito aos direitos humanos.

A universidade surge como um desses espaços, capaz de aprofundar a interação entre os governos e a sociedade civil e promover debates e ações frente aos desafios e às oportunidades que as migrações internacionais promovem. A partir dos seus distintos projetos e ações de extensão universitária, as universidades têm buscado atuar de forma interdisciplinar, integrada e contextualizada, reconhecendo e assumindo as complexidades que o tema da das migrações e refúgio requer.

Cada projeto de extensão possui características próprias, desempenha atividades únicas e atua de modos diferentes em municípios e regiões onde está inserido. A equipe do GTARI compreende que a integração dos imigrantes na sociedade acolhedora depende da qualidade das informações às quais estes têm acesso. Desta forma é importante considerar que as populações migrantes não partilham das mesmas referências dos nacionais em relação às instituições e podem necessitar de esclarecimentos adicionais e explicações mais didáticas e completas.

Referências

ACNUR. **Universidades conveniadas.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/universidades-conveniadas/> Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 09 ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 maio de 2017.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando Cézar Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós - graduação. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782009000200006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 09 jun. 2021.

OBMIGRA. **Relatório anual 2019**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELATÓRIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf. Acesso em: 28 de março. 2021.

IOM. **World Migration Report 2020.** Disponível em: https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020. Acesso em: 10 de maio. 2020

PROEX UFES. **100 anos do Manifesto de Córdoba:** "Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden". Disponível em: <http://www.proex.ufes.br/conteudo/100-anos-do-manifesto-de-cordoba-toda-la-educacion-es-una-larga-obra-de-amor-los-que>. Acesso em: 01 dez. 2019.

SANTOS, Pedro Floriano dos; SANTOS, Caio Floriano dos. **A história da Extensão Universitária no Brasil e Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária e das Universidades e IES Comunitárias**. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira de Menezes; SÍVERES, Luiz (Org.). Transcendendo fronteiras: a constribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011. p. 206-227

SANTOS JUNIOR, Alcides Leão. **Universidade e Sociedade:** uma relação possível pelas vias da extensão universitária, 2013.

TALAYER, Carlos, A. L. **Imigrantes e Refugiados na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: estudo de caso de um projeto de extensão em uma instituição federal de nível superior.** Porto Alegre. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. 2017.

Resumo Biográfico

Mariana Dalalana Corbellini é mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É docente do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e coordenadora do Grupo de Trabalho em Apoio a Refugiados e Imigrantes (GTARI) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Grazielle Betina Brandt é doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade do Québec em Rimouski, UQAR (2010), Canadá. Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2018). É docente e pesquisadora do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul.

Simone Andrea Schwinn é doutora em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC (CAPES 5), área de concentração Direitos Sociais e Políticas Públicas, linha de pesquisa Diversidade e Políticas Públicas. Bolsista PROSUC/CAPES. Doutoramento Sanduíche na Universidade de Kassel (Alemanha) sob orientação da Profª Dra. Sonja Buckel, com Bolsa PDSE CAPES.

Gabriella Azeredo Azevedo é bacharela em Relações Internacionais pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e Mestra em

Desenvolvimento Regional pela mesma instituição. Pesquisadora da temática humanitária e de desenvolvimento sustentável, é docente na Escola Superior de Relações Internacionais (ESRI).

A coprodução de conhecimentos entre mulheres rurais por meio de ações de extensão[32]

Alessandra Matte[33]
Gabriela Litre[34]
Márcia de Fátima de Moraes[35]
Verônica Bogado Camporezi[36]
Talia Callegaro de Jesus

Resumo

Este capítulo explora o potencial das redes de diálogo como ferramentas de valorização das mulheres rurais e de superação da tradicional marginalização das mulheres no campo. A hipótese norteadora é a de que quando dadas as oportunidades coproduzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis. Os resultados confirmam essa hipótese, na medida em que as mulheres

---

32 Este texto foi originalmente publicado na Revista Sustentabilidade em Debate.

33 Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGSIS), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Santa Helena, Paraná, Brasil.

34 Pesquisadora Plena Associada do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), na Universidade Federal de Brasília (UnB) e Pesquisadora Sênior Visitante da Universidade de Montpellier, França. Montpellier, França.

35 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

36 Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Santa Helena, Paraná, Brasil.

vivenciam e executam essas premissas nos espaços de diálogo estabelecidos. As recomendações são para o fomento de ações e políticas que propiciem ambientes em que mulheres possam ressignificar seu papel na sociedade e no núcleo familiar.
Palavras-Chave: Autonomia. Empoderamento. Inclusão. Agentes de desenvolvimento. Valor produtivo.

Introdução

O lugar que mulheres ocupam nos sistemas produtivos de diferentes estabelecimentos rurais é comumente menos valorizado que os dos homens, realidade acentuada entre a categoria social de agricultores familiares no Brasil (Amorim; Fiúza; Pinto, 2015; Butto *et al.*, 2014; Costa; Bevilaqua, 2018; Spanevello *et al.*, 2021). Esse cenário é orientado, especialmente, por convenções culturais de hierarquia e de relações de poder, posicionando-as em uma espécie de sombra do companheiro. Em diferentes contextos mundiais se reconhece que a atuação das mulheres no campo é fundamental para a manutenção dos sistemas familiares produtivos, mas, dependendo das relações socioculturais das quais pertence, elas são pouco valorizadas e reconhecidas em seu potencial de tomada de decisão, como encontrado para o Uruguai (Courdin; Litre; Correa, 2014; Litre, 2015), no México (Lisboa; Lusa, 2010; Cavallotti Vázquez *et al.*, 2013) e no Brasil (Spanevello; Matte; Boscardin, 2016; Herrera, 2019; Moraes, 2020; Spanevello *et al.*, 2021), por exemplo. Particularmente, mulheres rurais são aqui entendidas como aquelas que tem sua vida entrelaçada ao meio rural, nos aspectos produtivos, reprodutivos e socioculturais, também encontra na literatura como mulheres agricultoras ou mulheres do campo (Sales, 2007).

De acordo com a Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU), de maneira geral, as mulheres rurais trabalham mais que os homens, visto que além do trabalho pago como produtoras ou agricultora familiares, elas habitualmente

são encarregadas de educação, cuidados e alimentação de seus filhos e, muitas vezes, das pessoas idosas ou em situação de dependência (ONU, 2019). Por outro lado, apesar dessa imagem de invisibilidade na produção, a realidade, mesmo que nem sempre reconhecido pelo sistema patriarcal, é que as mulheres têm protagonismo central no desenvolvimento nos núcleos familiares, nas atividades produtivas e nas comunidades rurais, uma vez que atuam nesses espaços desempenhando papéis de agregação e organização das atividades rurais (Silva *et al.*, 2015; Spanevello *et al.*, 2021).

Por isso, ações que englobem a temática de gênero, especialmente no contexto rural e em atividades diretamente relacionadas à produção de alimentos, figuram como contribuição para alcançar os desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o quinto deles, "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Assim, o desafio de uma estratégia de oficinas[37] bem sucedida com esse público é mostrar para estas mulheres, e para seu entorno familiar e comunitário, a importância de sua participação nas decisões e nas ações do grupo familiar. Ademais, o fato dessas mulheres poderem expressar suas experiências, de modo a terem suas vozes ouvidas, permite também que o processo de empoderamento ocorra a partir de suas próprias reflexões, isto é, a partir de como se percebem e entendem o mundo que integram, compreendendo sua importância, e consequente valorização na esfera rural.

Atualmente, de certa forma, ao menos uma parcela dessa população feminina já está sendo educada para investir em sua formação e assumir novos cargos e funções dentro da produção familiar (Spanevello *et al.*, 2020; Fagundes; Spanevello; Matte, 2021). Apesar de essas tendências pontuais parecerem encorajadoras, estamos longe

37 Particularmente, a ideia de realizar o projeto de extensão que culminou na observação participante desta pesquisa, é fruto de uma demanda local, diante da existência de grupos de mulheres rurais sendo assistidas por organizações preparadas para amparo psicossocial, aliada ao interesse das estudantes e docente envolvidas na ação.

de descartar o cenário de masculinização do campo e de invisibilidade social que é o padrão dominante para muitas mulheres no meio rural.

Assim, duas bases conceituais contribuem para a análise da atuação das mulheres rurais em suas comunidades e núcleos familiares, que compreendem a distinção entre espaço reprodutivo e produtivo, e a concepção de coprodução de conhecimentos.

Comumente se trata o trabalho das mulheres rurais como tendo valor "reprodutivo", que se refere a sua função de garantir as condições básicas para que a família possa ter sua funcionalidade, como por exemplo: garantir que a família coma, para que continue trabalhando; garantir que a roupa esteja costurada, lavada e passada, para que a família continue se vestindo; garantir que a casa esteja limpa, para garantir saúde e que os homens continuem produzindo, etc. Segundo Herrera (2017, p. 2), isso significa que o trabalho doméstico tem seu valor relacionado ao modo de produção capitalista, o que implica "ser considerado improdutivo, tendo em vista que o produto resultante desse esforço laborioso não se constituir em valor de troca e sim valor de uso". A exemplo, em estudo sobre mulheres nas agroindustriais familiares de Santa Catarina, Boni (2005) aponta que no momento em que o produto resultante do trabalho comumente exercido por mulheres – como o processamento de alimentos (geleias, pães, doces, queijo) – passa a ser comercializado, esse migra ao campo produtivo, enquanto a mulher, sujeito da produção, permanece no reprodutivo.

O trabalho produtivo, por sua vez, compreende espaços em que mulheres atuam em atividades destinadas a troca do produto gerado por um valor monetário, cenário em que as mulheres rurais são frequentemente vistas como "ajudantes" (Herrera, 2017; Specht, 2019). Ou seja, o espaço ou valor produtivo do trata-se de trabalho remunerado, enquanto o espaço reprodutivo compreende as atividades doméstico e de cuidado, entendido no imaginário social[38] como "sem

38 Cornelius Castoriadis cunhou o conceito de imaginário social, comumente utilizado para expressar representações sociais enraizadas nas instituições que orientam as sociedades. Para mais informações, consultar Rodrigues (1998).

valor monetário". A ressignificação dessa concepção é um dos caminhos para transformar a invisibilidade das mulheres rurais em autonomia, na medida em que permite reconhecer seu papel nos sistemas sociais vigentes e reconhecer o valor produtivo do trabalho feminino rural, com frequência não monetizado. Conforme Specht (2019), essa alocação das mulheres a um espaço reprodutivo torna-se obstáculo à organização produtiva delas e restringe sua participação nos diferentes mercados, de modo que tais questões influenciam diretamente os processos de construção das condições de empoderamento. Aliado a esse entendimento, o conceito de coprodução representa um caminho para esse processo de mudança.

Cunhado inicialmente na década de 1980, pela pesquisadora indiana Sheila Jasanoff, o conceito de coprodução foi utilizado para tratar da produção de conhecimento dentro do campo dos Estudos Sociais da Ciência (Pimenta, 2020). A pesquisadora entende que Ciência e sociedade se constituem reciprocamente, o que conduziu a realização de análises que "abarcam as dimensões políticas, culturais e legais da Ciência" (Pimenta, 2020, p. 51). Jasanoff esclarece que "a ciência fixa nossa atenção no conhecível, levando a uma dependência excessiva da descoberta de fatos. Mesmo quando os cientistas reconhecem os limites de suas próprias investigações [...]" (Jasanoff, 2007, p. 33). As pesquisas internacionais da autora permitem-na afirmar que é necessário a criação de métodos disciplinados para acomodar a parcialidade do conhecimento científico, clamando para que as "universidades ensinem, modos de conhecimento que muitas vezes são deixados de lado na expansão da compreensão científica e da capacidade tecnológica" (Jasanoff, 2007, p. 33).

Desde as contribuições de Jasanoff (1990; 2007), o conceito de coprodução de conhecimento tem sido utilizado como instrumento para fomentar a aproximação entre pesquisa e prática, o compartilhamento de experiências coletivas, e a valorização das trajetórias e conhecimentos (Pohl *et al.*, 2010; Barcellos, 2020; Molnár *et al.*, 2020). Para Armitage *et al.* (2011, p. 1001), coprodução de conhecimento

consiste de um "processo colaborativo de reunir uma pluralidade de fontes e tipos de conhecimento para abordar um problema definido e construir uma compreensão integrada". Portanto, um espaço de coprodução de conhecimento compreende a conjunção entre conhecimento local, tácito e tradicional, com ciência.

De tal modo, desenvolver processos de coprodução de conhecimento abarca estabelecer rede de confiança entre os envolvidos para estabelecer tomada de decisão mais informada (Filipe, *et al.*, 2017; Harvey; Cochrane; Van Epp, 2019, Molnár *et al.*, 2020). Nesse sentido, Lindoso *et al.* (2020) apontam que o uso do conceito de coprodução de conhecimento, quando orientado à solução de problemas locais, com enfoque em atores locais (em nosso caso, as mulheres rurais), permite resultados positivos ao promover a autonomia técnica e reflexiva dos atores participantes.

Diante disso, esse estudo alia os conceitos de reconhecimento produtivo e coprodução de conhecimento para refletir e promover autonomia em mulheres rurais. Portanto, buscamos compreender como os processos de coprodução de conhecimento se traduzem em produtos ou resultados específicos em pesquisas aplicadas por meio de ações de extensão.

Por isso, para uma participação mais equitativa das mulheres rurais, assim como para as famílias em geral, o acesso à informação por meio de redes de diálogo, que gerem confiança e favoreçam a cocriação de soluções, mostra-se como uma chave para incentivar a permanência desse público no meio rural. Assim, por meio da observação participantes, a pesquisa tece como propósito analisar, a partir da atuação junto a mulheres rurais, o processo de coprodução de conhecimento para a valorização produtiva dessa categoria social. Os resultados aqui apresentados são fruto de projeto de extensão, em que foram realizadas oficinas de reconhecimento do papel de mulheres rurais por meio do uso do Café Mundial como método participativo, que visa promover oportunidades de construção de redes de diálogo para superação da marginalização feminina e da melhoria da qualidade de vida, e

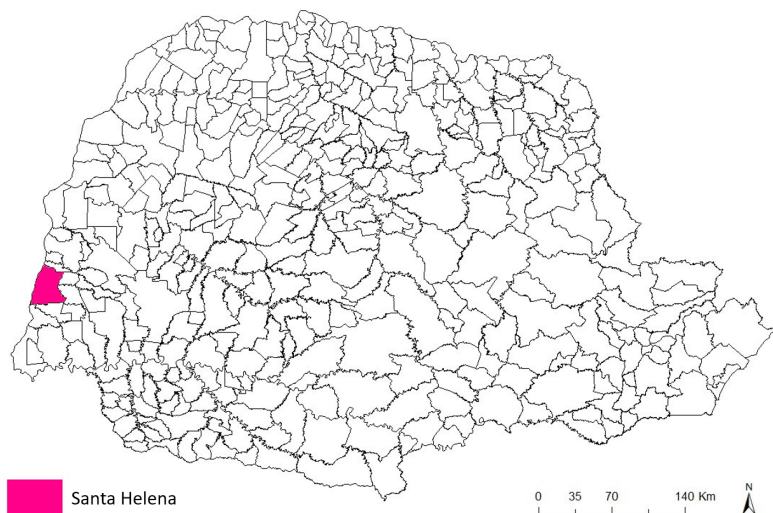
consequentemente estimular o empoderamento, aliado a formação de *stakeholders* humanamente mais sensíveis a questões sociais por meio da participação das estudantes e dos agentes de desenvolvimento que atualmente atuam com esse público .

Materiais e Métodos

O presente estudo trata-se do resultado da observação participante por meio do desenvolvimento de um projeto de extensão que tem como princípio norteador a coprodução de conhecimento, uma vez que os pesquisadores se envolveram no trabalho de forma cooperativa, baseados em processos de autorreflexão coletiva. Conforme Hernández Sampieri *et al*. (2000, p. 419), a observação não é uma mera contemplação, implica entrar profundamente em situações sociais e manter um papel ativo, assim como "uma reflexão permanente, atento aos detalhes, acontecimentos, eventos e interações". Para os autores, a observação configura importante mecanismo de pesquisa para gerar hipóteses para futuros estudos. Em particular, as reflexões devem ocorrer durante o processo de pesquisa, não apenas e somente depois, como a uma pesquisa tradicional, por isso essa deve ser participativa.

Partindo desse entendimento, as atividades do projeto de extensão ocorreram no município de Santa Helena, no Oeste do estado do Paraná, Brasil (figura 1). O grupo de atores envolvidos da atividade foi constituído por uma docente e duas discentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) vinculados ao curso de Agronomia, duas agentes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, e por um grupo de mulheres rurais com histórico de atendimento pelo CRAS. A escolha de um grupo preexistente para atuação, parte do intuito de colaborar com processos de autonomia e combate as situações de vulnerabilidade que essas mulheres se encontram por meio processos de aprendizado, além de justifica a importância dessa ação, na medida em que se trata de um problema real e que a sociedade local tem demandado ações pontuais.

O processo de aprendizado pode ocorrer de forma individual ou em grupo. Segundo Armitage *et al.* (2011), um foco apenas no indivíduo negligencia o contexto social e institucional em que ocorre a aprendizagem. Segundo Pohl *et al.* (2010), há duas formas de coprodução de conhecimento: mediada e *agora*. A primeira ocorre por meio de uma mediação para facilitar o diálogo e entendimentos compartilhados entre atores acadêmicos e não acadêmicos. A segunda, de nosso interesse e norteadora de nossa pesquisa, compreende esforço colaborativo, de modo a confrontar "visões de mundo umas das outras em um espaço social e intelectual propositalmente aberto" (Pohl *et al.*, 2010, p. 276). Em particular, nesse segundo processo os participantes são deliberadamente "chamados a lidar com os desafios sociais e cognitivos de acomodar visões de mundo contrastantes" (Harvey; Cochrane; Van Epp, 2019, p. 112).

Figura 1 – Localização do município de Santa Helena, no Oeste do Paraná

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim, foram realizadas duas oficinas com o grupo de mulheres rurais, compreendendo seis mulheres, um homem (marido de uma das integrantes) e uma criança (neta de uma das integrantes). Para as oficinas, foram convidados os demais integrantes das famílias, o que explica a presença de um homem e de uma criança. A faixa etária dos participantes adultos era de 42 a 68 anos. O propósito era de que as trocas se tornassem gatilhos de reflexão sobre a sua realidade, visto que ouvir a história do outro é um meio para repensar a própria. Essa escolha metodológica buscou incentivar o diálogo intergênero, permitindo que o aprendizado durante o treinamento fosse mais facilmente socializado no interior da família e da comunidade por meio de métodos participativos. Com relação a participação dos companheiros, apesar da empolgação das mulheres quando da proposta das oficinas, apenas um marido participou da atividade. Após as oficinas, as mulheres compreenderam como de fato a presença deles teria sido importante, mesmo assim, sentiam-se fortalecidas para repensar o próprio valor nas dinâmicas familiar.

Técnica de facilitação Café Mundial

De forma resumida, houve duas oficinas com as mulheres rurais, realizadas em espaço disponibilizado pela escola municipal, no qual o grupo de mulheres já vinha realizando encontros para desenvolvimento de outras atividades, facilitando a familiaridade com o espaço. Todas as mulheres, as quais já participavam de atividades promovidas pelo CRAS, são casadas e têm filhos. Dentre elas, têm-se informação de que pelo menos duas sofreram abusos sexuais na infância e adolescência, em alguma medida, todas já apresentaram relatos e depoimentos de violência psicológica no âmbito familiar. Em razão de tratar-se de um município de pequeno porte e do baixo número de grupos como esse, não serão detalhadas muitas informações das participantes, para não incorrer ao risco de expô-las. No entanto, cabe ainda mencionar que essas mulheres se identificam como donas de casa, realizam atividades

produtivas nas propriedades, muitas vezes se autodefinindo como "ajudantes" dos companheiros, mas assumindo a responsabilidade de educação e do cuidado com os filhos, do contexto domésticos com roupas, comida e higiene do ambiente familiar, além do cuidado com pequenas hortas e criação de alguns animais. Apenas uma das mulheres realiza trabalhos esporádicos fora de casa, realizando limpeza em outras residências. A renda que cabe a elas advém de assistência do governo federal, para aquelas com filhos em idade escolar, e da dependência da renda gera pelo marido na venda de produtos ou de serviço. Nenhuma das mulheres comercializa produtos em específico.

A primeira oficina consistiu da aproximação inicial, em que a equipe se apresentou e expuseram a proposta para os encontros, convidando as mulheres e suas famílias a participarem, tendo o consentimento e aceite. Nessa oportunidade as mulheres foram consultadas sobre a autorização para utilização e divulgação das informações construídas durante oficinas, documentando a autorização para isso.

A segunda oficina teve três momentos. Um primeiro contou com um cartaz contendo a pergunta: "O que te faz feliz?". Todos os presentes participaram do diálogo, enquanto as estudantes faziam o registro no cartaz. A cada repetição de aspecto motivador de felicidade, um asterisco era incorporado no cartaz. Durante e ao fim da confecção do cartaz foi possível encontrar semelhanças no grupo, o que permitiu construir um amalgama de afinidades. O resultado dessa atividade foi registrado nos cartazes e a imagem apresenta nos resultados. O segundo momento consistiu em processo de identificação de valorização do trabalho produtivo das mulheres, elencando todas as atividades realizadas por elas e, posteriormente, estabelecendo um valor monetário para tais, a fim de refletir sobre o valor do trabalho realizado por elas e ocultado nos núcleos familiares pelos trabalhos remunerados. Importante esclarecer que esse levantamento e estimativa de valores foi realizado de forma colaborativa e a partir da realidade das mulheres, de modo que os valores estimados para as tarefas atualmente desenvolvida por elas, foi estabelecido pelas próprias mulheres.

O terceiro momento compreendeu a aplicação da técnica Café Mundial (*World Café*), que consiste de uma técnica de facilitação de diálogo desenvolvida em 1995, por Juanita Brown e David Isaacs. Essa ferramenta capacita grupos a terem acesso a uma inteligência colaborativa, que se torna cada vez mais potente na medida em que as trocas de lugares e de conhecimentos acontecem (Brown; Isaacs, 2007; Fernandes, 2015). Os quatro pressupostos que norteiam o Café Mundial, apresentados e estabelecidos desde o início das atividades, são: 1) Ninguém é igual a ninguém; 2) Ninguém é melhor do que ninguém; 3) Ninguém é dono da verdade, e; 4) Todos têm com o que contribuir. Uma técnica de facilitação, como o World Café, pode ser um caminho para engajar pessoas em conversas difíceis sobre assuntos complexos, tais como as questões relacionadas ao papel da mulher no meio rural. Essa técnica contribuiu de maneira efetiva para alcançar os objetivos desejados com a oficina. Esquivel Gámez *et al*. (2014) apontam que apesar da técnica ser recomendada especialmente para grupos maiores de pessoas, sua aplicação em pequenos grupos apresentou bons resultados, gerado ambiente agradável e promotor de trabalhos colaborativos. Assim, para iniciar a atividade e constituir um ambiente acolhedor, as atividades iniciaram identificando aquilo que traz felicidade para os participantes, o que permitiu preparar o ambiente para dialogar sobre quem somos e nosso valor. Assim, para a promoção de espaço de coprodução de conhecimento, os participantes foram divididos em dois grupos, ambos munidos com canetas coloridas e giz de cera, para que desenhassem sobre um cartaz entregue a cada grupo, contendo a seguinte pergunta: "Como era ser jovem, mulher e homem na época dos seus avós?". As estudantes atuaram como facilitadoras, incentivando e motivando a participação de todos durante o processo. A técnica de Café Mundial pressupõe que um integrante da mesa seja definido como anfitrião e seja o responsável por apresentar o que foi desenvolvido pelo grupo. Assim, sendo dois grupos, optou-se por não realizar rodízio, definindo que o resultado do trabalho fosse apresentado em uma roda de diálogo, permitindo somar as experiências

e refletir sobre projetos futuros, o que não prejudicou a qualidade da técnica, mas permitiu profícuo espaço de trocas.

Os principais resultados alcançados foram identificados a partir dos diálogos construídos durante as atividades e as apresentações dos desenhos, os quais estão descritos e analisados na sequência. Para essa análise, foi utilizada a técnica de análise de discurso (Creswell, 2014), uma vez que após os desenhos, todos os participantes apresentaram suas simbologias e histórias por trás de cada imagem, permitindo que refletissem coletivamente sobre o passado, o presente e o que almejam para o futuro.

Resultados e Discussões

Particularmente, no estado Paraná, no sul do Brasil, a presença feminina no meio rural reduziu drasticamente desde a década de 1980, quando foram registradas mais de 1.507.424 mulheres residindo no meio rural, o equivalente a 19,76% da população rural (IBGE, 2011). Ao observar essa mesma relação para o município de Santa Helena, na Costa Oeste do estado, essa relação significava 38,14% para o mesmo período. No entanto, o êxodo rural, protagonizado especialmente por mulheres e jovens, conduziu a um contexto em que a presença feminina representava, em 2010, 6,96% no estado e 22,8% no município de Santa Helena, evidenciando marcante redução (IBGE, 2011). Em particular, esse cenário, a ausência de dados mais atualizados e a existência de grupos específicos para atendimento de mulheres, motivou a realização do projeto de extensão.

Os resultados alcançados até o momento, podem ser entendidos sobre dois aspectos: da equipe coparticipante e do público envolvido. A respeito da equipe executora, pode-se destacar que a oportunidade dos espaços de leitura e diálogo prévio às oficinas oportunizaram especial amadurecimento das estudantes que vem atuando no projeto. Esse resultado torna-se essencial ser tratado, na medida em que isso implica no perfil profissional dessas jovens estudantes, que, por meio

do compartilhamento de experiencias e trajetórias, transformaram seu modo de ver o indivíduo, capacitando-as com olhar mais humano perante questões profissionais que virão a encontrar no mercado de trabalho. A esse respeito Esquivel Gámez *et al.* (2014, p. 414) – ao aplicar a técnica do Café Mundial em programas de estudos na área de Tecnologia de Informação (TI) –, concluem que a aproximação dos dois mundos estudados –a universidade e o mundo dos negócios –, "é vital para o aprimoramento das competências do graduado", de modo que certamente aumentará as possibilidades de criar condições para o desenvolvimento do futuro profissional.

A respeito do público atendido, o especial interesse das mulheres nas oficinas pode ser constatado pela pronta resposta positiva quando o convite foi realizado, com especial interesse pelo aspecto do convite ser estendido para que seus companheiros e pessoas com quem dividem a casa participassem da atividade. Apesar da baixa adesão dos companheiros, as mulheres participaram com entusiasmo da atividade, compartilhando suas histórias e experiência.

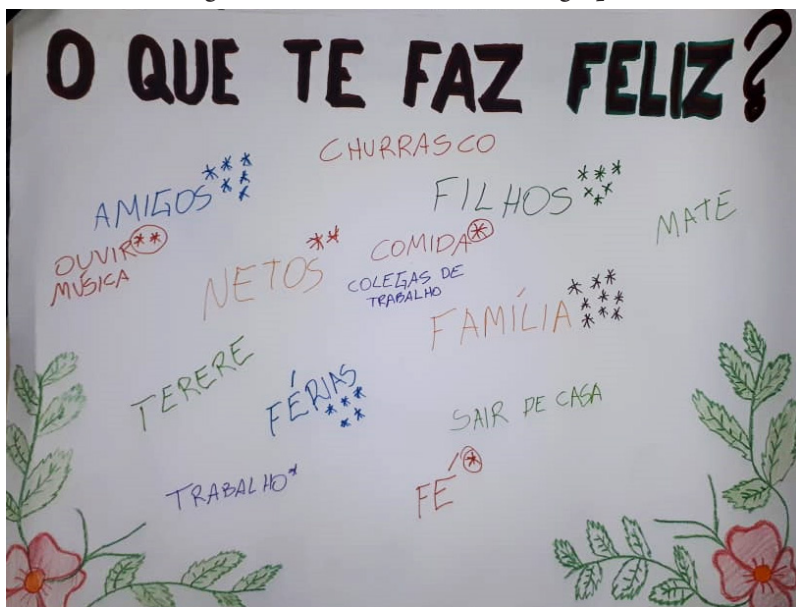
Na oficina seguinte, foi possível compreender que este anseio pela participação dos demais integrantes da família significava a necessidade de espaço de fala, mesmo que a maneira da fala seja por meio de desenhos, e não propriamente pela verbalização. Isso porque verbalizar é um passo que está em construção para algumas das mulheres participantes da oficina, seja por medo da reação do ouvinte, ou pela incerteza das consequências de sua fala. Na oficina com a participação das famílias, foi possível confrontar, de forma respeitosa e construtiva, os contrastes das respostas entre o homem/marido participante e as mulheres especialmente. É importante observar que a ausência dos demais companheiros, em um primeiro momento, podem ser compreendida a partir da perspectiva do trabalho, de modo que estes não podiam abandonar as atividades executadas na propriedade. A data e local das atividades foi realizada mantido o local e horário em que os encontros conduzidos pelo CRAS ocorriam, em razão da disponibilidade dessas em participar nesse turno, horário e local. Porém,

quando refletimos a partir da ótica das relações de gênero – definida conceitualmente por Cabral e Díaz (1998) e Stearns (2010) – é possível analisar que as mulheres, pelo menos nesta comunidade estudada, estão mais propensas a refletir sobre suas vidas do que os homens.

Tendo em vista que durante a oficina seria necessário falar sobre si, retomar memórias da infância e da vida em comunidade, a estrutura social também acaba pesando sobre estes homens. Isto é, demonstrar sentimentos, ou até mesmo algum tipo de fragilidade em público, não condiz com a preceitos de masculinidade esperados do homem rural (Connel, 2018; Viveros Vigoya, 2018). A primeira atividade da oficina, que consistiu em diálogo sobre "O que faz você feliz", possibilitou que o grupo reunido, estudantes, agentes do CRAS, mulheres e um homem, vislumbrassem as semelhanças e valores em comum (Figura 2). A preponderância dos laços familiares como mecanismo de reconhecimento social e a importância do trabalho, para o sentimento de inclusão e pertencimento, surgiram como principais valores apontados pelos participantes na dinâmica. Pensando especificamente sobre o relato das mulheres, para além de fatores econômicos, o trabalho é caracterizador e fomentador de suas identidades como mulheres rurais, como sujeitos na estrutura produtiva. Nesse sentido, o trabalho é um valor transmitido de geração para geração, desde tenra idade, sendo a família compreendida como responsável principal nesse processo de aprendizagem dos ofícios e valores que se seguirão por toda a vida, nos quais desde a infância se aprende sobre o cuidado com os animais, trabalho doméstico, atividade agrícolas, etc. (Moraes, 2020).

Entre as concepções compartilhados, um aspecto relevante diz respeito a imagem do que essas mulheres compreendem como lazer. Em contraste às respostas das estudantes, das agentes do CRAS e do homem, as mulheres rurais vislumbram o lazer como atividades em que possam sair de casa, uma vez que o "lar" é também espaço de trabalho. Portanto, estar em casa é sinônimo de trabalho. As mulheres identificaram essa diferença ao compreenderem que quem trabalha fora de casa quer ficar no seu lar, quando tem oportunidade, em especial como

lazer. Diante disso, ao retomar a questão da ausência dos companheiros da maioria das participantes da oficina, tal compreensão corrobora para o entendimento do porquê há uma maior disponibilidade feminina para participar de atividades como estas. Enquanto os homens, em decorrência das atividades comerciais, tendem a circular mais na esfera pública, há uma propensão das mulheres estarem condicionadas à esfera privada, que no caso rural, seria a propriedade familiar e o espaço doméstico (Spanevello; Matte; Boscardin, 2016; Spanevello *et al.*, 2021). Para tanto, encontros como esses possibilitam que estas saiam da realidade cotidiana de trabalho doméstico e da lavoura.

Figura 2 – Dinâmica de conexão do grupo

Fonte: Registro dos autores durante as atividades de extensão.

A segunda atividade envolveu a realização de cálculo do valor financeiro do trabalho das mulheres rurais, por meio de levantamento

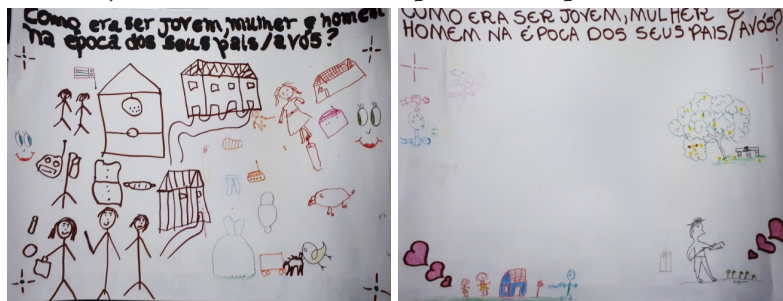
de todas as atividades realizadas por elas, entre as quais foram elencadas: preparar as refeições, realizar a limpeza da casa (do lar), lavar e passar roupa, cuidar de filhos/netos, cuidados com a horta e pequenos animais, etc. Após elencar todas as atividades que exercem, foi atribuído um valor estimado que seria pago a uma pessoa que realizaria a atividade correspondente utilizando como hipótese a ausência da mulher, chegando a uma estimativa do preço do trabalho doméstico, comumente invisibilidade nos núcleos familiares.

Assim, a dinâmica resultou em mudança de postura das mulheres participantes durante a própria oficina, no sentido de sentirem-se valorizadas ao identificarem, por conta própria, e com a presença de outras pessoas da família, o valor do seu trabalho. Em revisão sobre o valor do trabalho produtivo e reprodutivo, Herrera (2017) aponta que reverter essa situação perpassa por arranjos institucionais formais e informais que atendam a espaços reprodutivos ocupado pelas mulheres rurais, como creches, escolas, hospitais, entre outros. Portanto, ao privilegiar a produção mercantil de bens e serviços, ficam invisibilizadas as atividades materiais e imateriais "dirigidas ao bem-estar emocional das pessoas, particularmente o trabalho familiar doméstico", reforçando a necessidade de reinterpretar o entendimento de trabalho doméstico (Melo; Castilho, 2009, p. 154).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc, IBGE, 2018) aponta que a taxa de realização de afazeres domésticos é de 92,2% para mulheres. A análise por nível de instrução do PNAD mostra que a realização de afazeres domésticos cresce com o aumento da escolaridade, ao passo que em 2018, 90,1% das pessoas com ensino superior completo realizaram tais afazeres, enquanto, entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, a taxa de realização de afazeres foi de 82,2% (PNADc, 2018). A hipótese para esse valor reduzido para mulheres com menor escolaridade pode estar relacionada a necessidade de trabalhar "fora", ou seja, atividade externa à família. Isso não significa que sejam homens que ocupam essa responsabilidade, mas pode haver uma

redistribuição a filhos. De acordo com a PNADc de 2018, a média de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou aos cuidados de pessoas foi de 23,8 horas por semana para mulheres e 12 horas para homens.

A terceira dinâmica consistiu na construção de respostas à pergunta "Como era ser jovem, mulher e homem na época dos seus avós?" (Figura 3). Para realizar essa atividade, foi organizado dois grupos, para cada um havia uma cartolina, com disponibilidade de giz de cera, lápis de cor, canetinhas, para que desenhassem as respostas. A escolha de desenho ao invés da escrita se deve ao fato de que algumas das participantes não sabem escrever, ou apenas o fazem para o próprio nome. Após desenhos e os grupos trocarem de mesa para entender o que os demais haviam registrado, foi realizara uma roda de apresentação e diálogo sobre a resposta à pergunta orientadora. A riqueza da coprodução está principalmente no processo de elaboração dos desenhos, momento em que havia diálogos e reflexões sobre o que seria expresso para representar resposta aquela pergunta. O diálogo posterior permitiu amadurecimento maior, especialmente pelo contrataste com a atualidade e com o futuro almejado.

Figura 3 – Resultado da oficina de desconstrução sobre "Como era ser jovem, mulher e homem na época dos seus pais/avós?"

Fonte: Registro dos autores durante as atividades de extensão

Entre os desenhos, as mulheres apresentam imagens que remetem a uma infância próxima de animais, da criação animal, de aprendizados domésticos (como fazer pão e cozinhar). Também ilustram os espaços que remetiam a alegria, como a sobra de uma árvore, comer frutas, brincar com animais e com plantas. Na primeira imagem uma das participantes desenhou um vestido que ela teve e gostava muito, ao falar do vestido, ela relatou que deixou de usar esse tipo de roupa. Quando as demais mulheres perguntaram se ainda fazia uso, a mesma relatou que deixou no passado e que hoje não teria recurso para adquirir ou que não se via mais usando essa peça de roupa.

Os resultados mostram, de maneira geral, uma infância, para muitas mulheres, marcada por violência física e psicológica, que mostram resquícios na personalidade atual, segundo elas mesmas, especialmente representado pelo medo e pelo silêncio. Isso é confirmado pelas expressões nos desenhos, que mostram pais com instrumentos de agressão, como no canto inferior da segunda imagem, em que a imagem de um boneco representado um homem com uma "soiteira" (instrumento feito com uma tira de couro bovino trançada, amarrada a um pedaço de madeira, utilizada mormente para manejar bovinos. No canto inferior da primeira imagem há imagem de três figuras representando pessoas, a segunda delas é um homem com uma "vara" para castigar e "educar", segundo a mulher que realizou o desenho. No que concerne à violência contra a mulher, dados apresentados no segundo Plano Estadual dos Direitos da Mulher 2018-2021 do Paraná, apontam para um aumento generalizado da violência contra mulher, em que o número de homicídios de mulheres por agressão cresceu, entre 2001 e 2015, representado na taxa de 26,61 mortes por 100 mil habitantes (Santos; Rezende; Martins, 2018). Ainda segundo as autoras, o principal tipo de violência registrado é o físico, representado por 39,33% dos registros, seguido de violência psicológica e moral com 24,29% dos casos. Portanto, esse projeto de extensão atende a uma demanda local, mas também global, na medida em que o tema da violência emerge como resultado da infância, mas também permite debatê-lo na

atualidade e na presença de outros integrantes da família, assim como entre as próprias mulheres. Em alguma medida, é importante entender que as mulheres participantes da oficina estão invisibilizadas como fruto de uma sociedade ancorada em lógicas orientadas pelo patriarcado. O patriarcado compreende um sistema de poder em que uma série de normativas acabam por arbitrar as relações, inferindo sobre a sociedade como um todo e especialmente dentro dos núcleos familiares (Aguiar, 2000). A lógica patriarcal permanece na vida e na política brasileira, de modo que "a posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social atual" (Narvaz; Koller, 2006, p. 1). Entretanto, é fundamental entender como se reproduzem as assimetrias de poder baseadas no gênero, que aloca essas mulheres a situações de vulnerabilidade e oculta seu valor. O que os resultados apontam são trajetórias de opressão, aliado a casamentos que reproduzem experiências familiares anteriores. A existência desse grupo de mulheres e atuação do CRAS aponta a criação de medidas locais de combate a essa desvalorização. Mesmo assim, as profissionais relatam o desafio de disporem de uma equipe pequena, para a necessidade de um acompanhamento tão próximo, especialmente pelos relatos frequentes de violência e do quanto essas mulheres veem no grupo um espaço de acolhimento e de segurança. Porém, evidencia a inexistência de mais ações voltadas a construção de autonomia por meio da integração da família e da própria sociedade. Isso não anula e não oculta a criação de políticas de crédito como o Pronaf Mulher (*et al*Silva *et al.*, 2015; Spanevello *et al.*, 2021), e de assistência social, como o Bolsa Família, que foram eficientes para modificar esse cenário (Williams, 2014; Frizzo, 2017; Couto, 2020).

Aliado a isso, nos desenhos são encontrados símbolos atrelados ao trabalho doméstico, especialmente, com poucas atividades que associem a infância com brincadeiras. Isso pode estar relacionado ao fato de a entrada como força de trabalho no meio rural ser precoce, normalmente ocorrendo entre os oito e dez anos de idade (Heredita,

Garcia, Garcia Jr., 1984), associado ao encardo do desenvolvimento de atividade relacionadas às tarefas domésticas, como o cuidado da casa e dos irmãos mais novos, desde tenra idade. Em particular, o olhar sobre a infância para o único homem participante da atividade consistiu em brincadeiras como caça e pesca, sem relação com trabalhos domésticos ou recordações de violência.

Sem dúvida alguma, o espaço de coprodução de conhecimento, por meio da troca de experiências durante as oficinas, permitiu que os envolvidos pudessem retomar suas próprias histórias de vida, o que muitas vezes acabou por despertar para memórias saudosas dos tempos passados, enquanto, em outros momentos, foram associados a lembranças dolorosas, e por vezes traumáticas, que ao serem compartilhadas puderam ser trabalhadas e ressignificadas. Diante disso, entre as mulheres observa-se que os aspectos que emergiram relacionam-se à penosidade do trabalho à época, a falta de oportunidade e de espaço de fala, e, os relacionamentos "arranjados", muitas vezes abusivos. Para as mulheres, suas experiências na infância influenciam significativamente como agem hoje enquanto mães e avós. Para elas, atitudes que ofereçam segurança e liberdade de escolha para que suas filhas/netas possam escolher seus relacionamentos e tomar suas decisões profissionais, são medidas para protegê-las de passarem por situações que as oprimiram.

Por outro lado, o homem participante da atividade pouco compactuou com esses elementos, considerando que o cenário atual preocupa, uma vez que indica que "perderam o controle" sobre alguns aspectos das relações sociais. Ou seja, para ele havia um controle social, mesmo que pela opressão, ausente na dinâmica social atual. Para as mulheres, isso significa liberdade de escolha e autonomia, para homens, perda de poder. O interessante da presença feminina é que, pelo contrário do que se possa imaginar, o homem não inibiu a participação das mulheres, pelo contrário, ele mostrou-se mais inibido, enquanto elas sentiam-se no seu espaço de fala. Mesmo assim, não impediu que ele manifestasse seu entendimento que havia mais

"controle" há algumas décadas. Esse resultado foi importante, pois as mulheres argumentaram o ponto de vista delas, especialmente sobre a falta de liberdade com relação a decidir sobre patrimônio e escolha profissional.

Portanto, nas oficinas os marcadores de gênero são pontuados nas reflexões dos envolvidos, de modo que as mulheres tendem a ressignificar um passado de vida marcado pelo trabalho, pela ausência de autonomia e de valorização, enquanto os homens tendem a assimilar a perda da hegemonia masculina. Perceber essas relações de gênero no discurso de homens e mulheres possibilita identificar elementos percursores da situação das mulheres em contextos rurais, bem como de criar alternativas que visem promover uma igualdade de gênero, em que tantos os sujeitos femininos quanto os masculinos percebam sua extrema importância na organização social e não a compreendam como uma ameaça a relações de poder historicamente estabelecidas.

Bell Hooks (2020, p. 30) afirma que "a conscientização feminista para homens é tão essencial para o movimento" quanto para grupo de mulheres, de tal modo que sem a presença masculina como aliada à luta, o movimento tende a não progredir. Em especial, é preciso compreender as relações de poder que orientam as dinâmicas internas das famílias, como também das comunidades rurais em que estão inseridas. Ou seja, se a vulnerabilidade de gênero não é natural, mas sim construída social e culturalmente, ressignificar essa relação é um caminho possível (Sales, 2007; Soares, 2017). Assim, os resultados permitem constatar que a autonomia das mulheres ainda é recente na sociedade brasileira e necessita de importantes avanços, em especial, no tocante a participação de outros atores sociais e de maiores investimentos de políticas públicas que visem promover a igualdade de gênero no meio rural, de modo a não reduzir essas questões para apenas uma luta das mulheres.

Os resultados permitem explicar que na verdade "emponderar" mulheres não é necessariamente sinônimo de fixar mulheres e as meninas no campo, como dizia Paulo Freire (1987), é fundamental gerar

condições para que elas possam escolher livremente, e de maneira informada, o que elas querem fazer para viver dignamente (no campo ou na cidade). Assim, emponderar compreende processos que permitam que as mulheres possam viver a vida da forma que almejam, sem balizas impostas pela opressão de gênero e patriarcal, como refletido por Cecília Sardenberg (2006). Essa mudança, apesar de gradativa, está ocorrendo conforme apontam os dados do Censo Agropecuário. Em 2006, haviam sete estabelecimentos dirigidos por mulheres com formação no ensino superior completo no município de Santa Helena (IBGE, 2006). Em 2017 esse número dobrou, e atualmente são 14 mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários com ensino superior completo (IBGE, 2019). Essa realidade também é encontrada no cenário do território brasileiro, a começar pelo número de estabelecimento agropecuário dirigidos por mulheres, que contabilizavam 656.255, em 2006, e atualmente somam 946.075, um aumento na taxa de 31% para o período (IBGE, 2006; 2019).

Tais resultados vão ao encontro da análise e projeção que os participantes apresentam ao analisar a vida adulta no passado, a realidade atual e a projeção, especialmente para fillhos(as) e netos(as). Após todas as atividades realizadas, ao fim do encontro as mulheres apresentam postura distinta, com entendimentos compartilhados sobre a necessidade de as filhas estudarem e poderem escolher seu destino dentro das condições disponíveis, uma vez que às regras que orientavam o futuro no passado não as regem mais, ou as regem com menor intensidade quando comparados com suas mães e avós.

Conclusões

A hipótese norteadora da observação participante resultante do projeto de pesquisa é a de que quando dadas as oportunidades de co-construir ou coproduzir soluções de maneira participativa e em um ambiente propício, as mulheres historicamente marginalizadas no campo conseguem articular e expressar seus desafios e visualizar futuros desejáveis, incluindo caminhos para alcançar esse futuro de

maneira livre e informada. Os resultados permitem confirmar essa hipótese, na medida em que as mulheres vivenciam e executam essas premissas nos espaços de diálogo estabelecidos.

O uso de metodologias participavas para estabelecimento de espaço de coprodução de conhecimento tem cultivado importantes sementes, que fomentam reflexões nos núcleos familiares e, especialmente, nas mulheres rurais a respeito do seu protagonismo e importância. Romper com crenças e padrões socioculturais é desafiador, e o desafio é incentivar novas formas de olhar o protagonismo feminino em meio ao contexto rural.

Embora a preocupação central, ao longo desta discussão, seja a de explorar o potencial das redes de diálogo como ferramenta de superação do lugar de marginalização ocupado por essas na estrutura rural, é importante esclarecer que as relações sociais e de gênero não são estáticas e hierarquizadas nesses contextos rurais, uma vez que se modificam conforme aspectos sociais e culturais. Notoriamente, a estrutura patriarcal enraizada no meio rural faz com que as mulheres estejam submetidas a questões como invisibilidade de sua força de trabalho, ausência de tomada de decisão, bem como a fatores de acesso à educação e até mesmo de casamento, mas seria errôneo as análises se limitarem a oprimidos e opressores. Portanto, as recomendações são para o fomento de ações e políticas que propiciem espaços para que as mulheres possam ressignificar, por meio da coprodução de conhecimento, seu papel na sociedade e no núcleo familiar. Mais do que isso, a necessidade desse diálogo ocorrer, inclusive, com os homens que, devido às estruturas históricas que os orientam, às incentivam a permanecerem na situação de invisibilidade do seu valor produtivo e reprodutivo.

Sobre outro aspecto, as ações de extensão nas universidades têm possibilitado o reconhecimento dessas na medida em que atuam em problemas reais, demonstrando que o profissional que participa de atividades como essa é diferenciado na medida em que tem olhar holístico sobre o rural ao reconhecer a importância de aspectos socioculturais e de categoriais sociais produtivas comumente marginalizadas e invisibilizadas.

Agradecimentos

Agradecemos ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Santa Helena/PR, em particular as assistentes sociais Andreia Henrichs e Nágila Goeller. Agradecimento especial às mulheres rurais e suas famílias, que aceitaram participar das oficinas e compartilhar suas histórias conosco.

Sobre os autores:

Alessandra Matte: Professora na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: alessandramatte@yahoo.com.br

Gabriela Litre: Pesquisadora Plena Associada do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), na Universidade Federal de Brasília (UnB) e Pesquisadora Sênior Visitante da Universidade de Montpellier, França. E-mail: gabrielalitre@yahoo.com

Márcia de Fátima de Moraes: Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: marciamoraesfa@gmail.com

Verônica Bogado Camporezi: Acadêmica do Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: veronicacamporezi23@hotmail.com

Talia Callegaro de Jesus: Acadêmica do Curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Santa Helena, Paraná, Brasil. E-mail: taliacallegaro@hotmail.com

Referências

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo.** *Soc. Estado*, v. 15, n. 2, Dez. 2000.

ARMITAGE, D. *et al.* **Co-management and the co-production of knowledge: Learning to adapt in Canada's Arctic.** ***Global Environmental Change***, v. 21, n. 3, p. 995-1004, August. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2011.04.006

BARCELLOS, V.G. ***Coprodução, conhecimento e o comum***. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BONI, V. ***Produtivo ou reprodutivo*: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região Oeste de Santa Catarina. 2005**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2005.

BROWN, J., ISAACS, D. ***O World Café*: dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas**. São Paulo: Cultrix, 2007.

BRUMER, A**. Gênero e agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas,*** Florianópolis, v. 12, n.1, 2004, p. 205-227.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. **Relações de gênero**. In: BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação*: um novo olhar. Belo Horizonte: Rona, 1998. p. 142-150.

CAMARANO, A.A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CONNELL, R. Prefácio. In.: VIVEROS VIGOYA, M. ***As cores da masculinidade*: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradutor Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

COURDIN, V., LITRE, G., CORREA, P. **Desarrollo sostenible y transformaciones en la organización del trabajo femenino rural: el caso de las mujeres ganaderas del Uruguay.** *Sustentabilidade Em Debate*, v. 5, n. 2, p. 55-75, 2014. DOI: 10.18472/SustDeb.v5n2.2014.10714

COUTO, M.C.A. ***Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda*: uma avaliação do Programa Bolsa Família**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2020.

CRESWELL, J.N. ***Investigação qualitativa e projeto de pesquisa***. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEERE, C.D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária.** *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

ESQUIVEL GÁMEZ, I. *et al*. **Aplicación de la dinámica grupal Café Mundial, a la actualización de un programa de estudios del área de TI.** *Academia Journals*, San Antonio, Texas, v. 6, n. 4., p. 409-414, sep. 2014.

FAGUNDES, C.C.; SPANEVELLO, R.M.; MATTE, A**. Mulheres rurais e as contribuições do uso do crédito rural In:** ***A Contabilidade como instrumento de gestão*****.**1 ed. Ponta Grossa/PR: AYA Editora, 2021, p. 91-107.

FERNANDES, M.E.S.A.C. ***O World Café e o aprendizado pelo diálogo***. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2015.

FREIRE, P. ***Pedagogia do Oprimido***. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIZZO, D. ***O impacto do Programa Bolsa Família na vida de mulheres beneficiárias*****.** 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em Direito, Passo Fundo/RS, 2017.

HARVEY, B., COCHRANE, L., VAN EPP, M. **Charting knowledge co-production pathways in climate and development**. *Environmental Policy and Governance*, London, v. 29, n.2, p. 107-117, mar/abr. 2019.

HEREDIA, B., GARCIA, M.F., GARCIA JUNIOR, A. **O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas**. In: AGUIAR, Neuma. *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HERRERA, K.M. **Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis, *Anais*... Florianópolis: Mundos de Mulheres, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2011). ***Censo Populacional, 2010.*** Bancos de Dados, SIDRA, Tabela 200. Brasília: IBGE, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ***Censo Agropecuário 2006.*** Sidra, Tabela 767. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ***Censo Agropecuário 2017.*** Sidra, Tabela 6756. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. ***Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc).*** Outras formas de trabalho 2018. Rio de Janeiro: IBGE. 16p. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf

JASANOFF, S. ***Science and public reason.*** Londres: Routledge, 2012.

JASANOFF, S. **Technologies of humility**. *Nature*, v. 450, p. 33, 2007. DOI: 10.1038/450033a

JASANOFF, S. ***The Fifth Branch*****: Science Advisers as Policymakers**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

LINDOSO, D.P. *et al*. ***Uma Odisseia no campo socioambiental da pesquisa transdisciplinar*****: Bases epistemológicas para a coconstrução do conhecimento do projeto INCT-Odisseia, estudo de caso do Baixo São Francisco**. Texto para Discussão (Série Working Papers Nº. 5), Brasília, 2020. Disponível em: http://inct-odisseia.i3gs.org/wp-content/uploads/2020/10/Working-Paper-1.pdf

LISBOA, T.K., LUSA, M.G. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural.** *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 871-887, 2010.

LITRE, G. **Scientific Uncertainty and Policy Making: How can Communications Contribute to a Better Marriage in the Global Change Arena?**. In: Braimoh, A.K., Huang, H.Q. (Org.). *Vulnerability of Land Systems in Asia*. 1ed., Chichester, West Sussex, UK; Hoboken, NJ: Wiley Blackwell. p. 311-319, 2015.

LITRE, G., CURI, M**. *A Força da Mulher no Campo*: Protagonismo Feminino e Sustentabilidade Rural.** Brasília: IABS, 2018.

MELO, H.P.; Castilho, M. **Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?**. *R. Econ. contemp*., Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MOLNÁR, Z. *et al.* **Knowledge co-production with traditional herders on cattle grazing behaviour for better management of species-rich grasslands.** *Journal of Applied Ecology*, v. 57, n. 9, p. 1677-1687, sep. 2020. DOI: 10.1111/1365-2664.13664

MORAES, M. ***História Oral, Memória e Geração*: narrativas de mulheres rurais do município de Lagoão-RS (1942-2019).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. *Psicol. Soc.*, v, 18, n. 1, Abr. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Nações Unidas Brasil. *ONU Mulheres*. **FAO lança quarta edição da campanha 'Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos'**. Publicado em 08/03/2019. Disponível em: http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1184620/

POHL, C., *et al*. **Researchers' roles in knowledge co-production: Experience from sustainability research in Kenya**, Switzerland, Bolivia and Nepal. *Science and Public Policy*, 37(4), 267-281, 2010. https://doi.org/10.3152/030234210X496628

RODRIGUES, H.B.C. **Cura, culpa e imaginário radical em Cornelius Castoriadis: percursos de um sociobárbaro.** *Psicol.*, USP, São Paulo, v. 9, n. 2. 1998.

SAITO, C.H., Nogueira, D. **Gênero: uma abordagem necessária para a gestão das águas.** *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 13-15, dez. 2017.

SALES, C.M.V. **Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos.** ***Estudos Feministas***, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-332, mai/ago. 2007.

SANTOS, R., REZENDE, T.Z., MARTINS, M.B. ***Plano Estadual dos Direitos da Mulher*****:** 2018-2021. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), 2018.

SARDENBERG, C.M.B. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES – PROJETO TEMPO, 1., 2006, Anais... Salvador, BA: NEIM/UFBA, 2006.

SILVA, M.R. *et al*. **Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina do Semiárido Cearense. In: Chacon, S.S., Nascimento**, V.S., Lima Júnior; J.F. (Org.). *Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015. p. 11-34, 2015.

SOARES, D. **Vulnerabilidad y género: un acercamiento a los riesgos de desastres desde el sur de México.** *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 51-63, 2017.

SPANEVELLO, R. M.; FAGUNDES, C. C.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. **Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul**. *Revista Grifos*, v.30, p.212 - 235, 2021.

SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A; BOSCARDIN, M.; MILANI, R.; ANDREATTA, T.; LAGO, **A. Perspectivas em relação ao destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores** In: *Agronomia: jornadas científicas*.1 ed.Guarujá, SP: Editora Científica Digital, 2020, v.2, p. 149-157.

SPANEVELLO, R.M., MATTE, A.; BOSCARDIN, M. **Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** *Polis* (Santiago. en línea), v. 44, p. 1-15. 2016.

SPECHT, A.A. ***Autonomia crítica das mulheres rurais***: a casa pode cair, elas querem voar. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2019.

STEARNS, P.N. ***História das relações de gênero*****.** Contexto, São Paulo, 2010.

VIVEROS VIGOYA, M. ***As cores da masculinidade*****: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradutor Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.

WILLIAMS, P. **O empoderamento feminino e as mulheres do programa Bolsa Família**. *Revista Três Pontos*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jul. 2014.

Caminhos da Assessoria Jurídica Popular em hiperperiferias da Baixada Fluminense: refletindo sobre a luta por direitos territoriais

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira[39]
Alexandre Pinto Mendes[40]

Resumo

O presente artigo analisa os resultados de projetos de extensão universitária em territórios hiperperiféricos da Baixada Fluminense, através da atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem, vinculado ao curso de Direito da UFRRJ. Norteados por algumas questões ligadas à metodologia e aos níveis de organização comunitária, o artigo busca refletir sobre o sentido de consciência dos grupos assessorados quanto aos seus próprios direitos territoriais, assim como o confronto das "certezas" do saber técnico dos profissionais e estudantes com a realidade concreta.

39 Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – UFRRJ. Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

40 Professor do Departamento de Ciências Jurídicas – UFRRJ. Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

Introdução

Neste artigo gostaríamos de apresentar e refletir sobre a experiência do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem (NAJUP MC), iniciativa extensionista vinculada ao curso de graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Seropédica. Através da metodologia da sistematização de experiências (Holliday, 2006), buscaremos levantar os elementos comuns que permitam interpretar em retrospecto nossa atividade desde a fundação do núcleo, bem como realizar um balanço que possa contribuir para pensar os significados destas ações para os saberes já presentes no campo da assessoria jurídica popular e do desenvolvimento territorial, tendo em vista que o trabalho se desenvolve em espaços periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Os três municípios aqui apresentados são Seropédica, Japeri e Nova Iguaçu, e compõem a parte oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Em que pese alguns debates[41], adotaremos aqui a concepção de que todos os três municípios fazem parte da região denominada de Baixada Fluminense.

41 Ainda há algumas contradições teóricas acerca da composição da Baixada Fluminense, havendo uma caracterização de Baixada Fluminense geográfica, a qual compreenderia todo a porção do território do município de Itaguaí, até o município de Campos dos Goytacazes; uma denominação mais usada atualmente, a qual compreende o território da Baixada Fluminense como o antigo território denominado de Baixada da Guanabara, que abriga os municípios ao norte da cidade do Rio de Janeiro e Baía da Guanabara, o qual compreende os municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim. Há ainda uma composição mais restrita, defendida por Silva (2017) em função do uso do termo de forma administrativa e política. Nesse caso, a Baixada Fluminense seria apenas o conjunto dos municípios que se emanciparam do município de Nova Iguaçu. (OLIVEIRA JUNIOR, 2020)

Figura 1: Mapa da Região metropolitana do Rio de Janeiro localizando os municípios trabalhados

Fonte: autora a partir de mapa disponível em https://sosgisbr.com/2020/08/04/mapa-da-desigualdade-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro-2020/

A formação da região metropolitana do Rio de Janeiro se dá durante todo o século XX, sendo certo que para a região da Baixada Fluminense os sistemas de integração ferroviário e rodoviário (décadas de 1920 e 1930) e a expansão dos loteamentos clandestinos e irregulares (meados do século XX) são decisivos no modo de ocupação desse espaço, antes agrícola. A partir de 1950 "percebe-se um surto industrial na região" (Magalhães *et al*, 2013, p. 28), principalmente por duas características da área: (1) existência de extensas áreas em solo barato; (2) proximidade a centros consumidores (RJ, SP e MG) e potencial logístico. (Magalhães *et al*, 2013). Em relação à Itaguaí, município do qual se desmembra Seropédica em 1997, vemos que Dias (2005) aponta uma ocupação bem tardia, em meados dos anos 1980 e 1990, por conta da distância do centro metropolitano.

De toda maneira, o fato é que essa região cresceu de uma maneira menos formal e regular, como espaço não planejado, deixado para os pobres, servindo principalmente como área para habitações populares

dos trabalhadores que trabalhavam na cidade central, mas não podiam pagar para morar em solo valorizado. Ou mais recentemente para a instalação de indústrias poluidoras, que não poderiam mais estragar a qualidade do ambiente no núcleo metropolitano. A localidade se caracteriza também por imensa diversidade ecológica. E hoje é possível afirmar que Nova Iguaçu se constitui como centralidade da RMRJ, a primeira fora da metrópole (IETS, 2016).

Nosso trabalho se deu em hiperperiferias (Torres; Marques, 2001), ou seja, espaços considerados periféricos dentro da própria periferia metropolitana, reconhecendo que esta é territorialmente heterogênea e produz, em seu próprio território, desigualdades socioespaciais. Assim, a população atendida tem perfil de baixa escolaridade, baixa renda, e vive, em maior ou menor medida, sob a ausência de acesso a serviços urbanos essenciais, como saneamento, asfalto, iluminação, transporte público próximo e tem problemas fundiários ou ambientais, sendo esse o tipo de assessoria oferecido pelo NAJUP MC.

Tabela 1: Dados dos municípios trabalhados

	SEROPÉDICA	NOVA IGUAÇU	JAPERI
População estimada (2020, IBGE)	83.092	823.302	105.548
PIB per capita (2018, IBGE)	R$ 51.442,50	R$ 20.538,67	R$ 13.825,88
População ocupada (2018, IBGE)	17,5 %	13,1 %	7,2 %
Salário médio mensal (2018, IBGE)	4.1 salários mínimos	2,1 salários mínimos	2,1 salários mínimos
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário méinimo (2010, IBGE)	37,4 %	38,7 %	41,4 %
Esgotamento sanitário adequado (2010, IBGE)	64,1%	83,1 %	68,3 %
Domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (2010, IBGE)	19,7%	53,3 %	26,8 %
IDHM (2010, IBGE)	0,713	0,713	0,659

	SEROPÉDICA	NOVA IGUAÇU	JAPERI
Bolsa Família (percentual de beneficiários do BF em relação à totalidade da população) (Casa Fluminense, 2020)	27,1%	22,2%	25,9%
Acesso à internet (Casa Fluminense, 2020)	32,6%	42,7%	19,2%

Fonte: IBGE Cidades; Mapa da Desigualdade, Casa Fluminense (2020)

Assim, a partir de assessorias jurídicas em áreas periurbanas ou rurais desses municípios, já periféricos, é que nos propomos a relatar algumas experiências e formular algumas perguntas para nos ajudar a compreender a vivência do NAJUP MC: o que significa a extensão universitária para e com esses grupos que vivem nesses territórios? O que representa a tentativa de implementar uma metodologia de assessoria jurídica popular em distintos níveis de organização comunitária? Como isto contribuiu para a formação coletiva, no sentido da consciência daquelas populações quanto aos seus próprios direitos territoriais, assim como para o confronto das "certezas" do saber técnico dos profissionais e estudantes com a realidade concreta? No que segue, tentaremos apresentar esboços de respostas a estas questões.

Antes de passar à descrição de nossas experiências, falemos um pouco sobre a assessoria jurídica popular. Podemos dizer que se trata de uma expressão dos movimentos de acesso à justiça que se verificaram em várias partes do mundo desde os anos 1970 (Santos, 2015) mas, no Brasil, esses movimentos têm relação direta com as lutas sociais do período da crise da ditadura militar e da redemocratização. Neste mesmo período, se organizam os chamados novos movimentos sociais (Wolkmer, 2015), cuja relação com o direito é mediada pelo aparecimento de assessorias jurídicas universitárias ou ligadas aos próprios movimentos com propostas como o uso alternativo do direito e/ou o direito nascido das lutas ou direito insurgente. Como notado por Wolkmer, trata-se de um contexto de crise da legalidade, no qual se torna muito evidente a exclusão das classes populares e

suas demandas do sistema de justiça. Isto leva ao aparecimento, inclusive, de legalidades ou sistemas jurídicos paralelos (Santos, 2014), bem como à priorização de soluções informais para conflitos sociais quando as soluções formais não poderiam ou não seriam convenientes (Falcão,1993).

Celso Campilongo (1990) define as assessorias jurídicas populares (AJUPs) em contraste com os serviços jurídicos tradicionais. Nestes, a lógica individualista, a presença do advogado ou advogada como *experts* e a total alheamento com relação aos procedimentos técnicos encapsulam os assistidos nos moldes do sujeito de direito-clientes, reproduzindo os padrões ideológicos dominantes com relação ao próprio direito. Já no caso das AJUPs, preza-se pela organização comunitária, pela reflexividade quanto às categorias e procedimentos jurídicos e pela diminuição - proporcional ao engajamento dos assistidos - do papel dos advogados e outros especialistas na articulação das demandas e construção das soluções jurídicas. Podemos dizer que o papel dos juristas nesse caso é se tornarem progressivamente desnecessários, à medida que os "sujeitos de direito" recuperam a dimensão ética e política de sua subjetividade, potencialmente presas aos esquemas formalistas que são o padrão convencional de atuação dos juízes, membros do Ministério Público e outros profissionais jurídicos.

O surgimento do NAJUP Marli Coragem: o caso de "Vila Real"

O NAJUP MC surgiu da experiência de assessoria a uma comunidade que ocupava 200 lotes no Bairro Santa Sofia, às margens da rodovia BR 465, que atravessa o município de Seropédica. Trata-se de um município que se desmembrou de Itaguaí em 1997, e tem sua economia baseada em duas atividades igualmente importantes: a extração de areia, hoje em dia controlada por grupos milicianos, e a presença da UFRRJ e de uma sede da EMBRAPA. O próprio salário médio mensal constante na tabela acima, mais alto que dos outros municípios, se

dá, certamente, em função da moradia de professores e pesquisadores dessas instituições no município.

O primeiro contato com Vila Real - nome dado pela proximidade entre as casas e o ponto de ônibus da empresa "Real Rio", concessionária que monopoliza o transporte coletivo intermunicipal na cidade - se dá em uma situação de emergência: os moradores buscam apoio jurídico após terem onze casas derrubadas e serem ameaçados de remoção pela Prefeitura Municipal, sob a justificativa da construção de uma rodoviária no terreno por eles ocupado. Neste contexto, lideranças comunitárias buscaram auxílio de uma vereadora da cidade, que indicou a professora Tatiana Cotta para conversar com a população, a fim de pensar em possíveis meios legais de reverter a situação. Após comparecer a uma reunião lotada na Igreja católica da área, em que procurou ouvir a situação e esclarecer os direitos da população, formou-se a primeira assessoria do NAJUP MC, incentivando de pronto a organização da comunidade através da formação de uma Associação de Moradores, ou de regularização da então existente.

A primeira observação a se fazer é que o tipo de demanda apresentada por Vila Real não se encaixava ao perfil tradicional dos Núcleos de Prática Jurídica, voltados para o atendimento de demandas individuais. Embora a defensoria pública atue em demandas coletivas, na realidade de Seropédica, na qual há apenas duas defensoras em atividade e duas varas judiciais que concentram toda a atividade jurisdicional, o encaminhamento da demanda a este órgão não pareceu factível à época. Mais tarde, inclusive, se mostraria ainda menos interessante esta opção, pois o terreno ocupado pertencia ao INCRA, não sendo o caso da atuação da defensoria estadual e não havendo sede da defensoria pública da União no município.

Na dinâmica estabelecida, os profissionais e estudantes tentaram colocar em prática os saberes da assessoria jurídica popular através das seguintes iniciativas: 1) mediar (e não representar) a relação entre a comunidade e a Prefeitura Municipal, qualificando os discursos dos representantes dos moradores com argumentos de natureza jurídica;

2) realizar uma investigação fundiária para determinar a quem pertencia a propriedade da terra, de maneira a poder traçar uma estratégia de negociação com o órgão municipal e eventual acionamento do Poder Judiciário; 3) impulsionar a construção de uma pauta de reivindicações comunitárias, de maneira a que tais reivindicações pudessem contemplar não apenas a segurança da posse dos lotes, mas também o reconhecimento do espaço como periurbano na cidade, carecedor de praticamente todos os serviços públicos essenciais, desde dragagem, coleta de esgoto, asfalto, a ponto de ônibus próximo, posto de saúde etc. Sem dúvida alguma, a localidade de Vila Real é a mais precária das três aqui descritas.

No curso de nossa atuação em Vila Real, uma segunda observação importante se colocou: duas dinâmicas se entrecruzaram e determinaram os limites da nossa assessoria. A primeira, que poderíamos chamar de "comunitária", foi a disputa entre duas lideranças reconhecidas pelos moradores e suas diferentes propostas de encaminhamento das demandas coletivas. Nesse sentido, a liderança mais antiga já tinha se mobilizado bastante sobre a questão fundiária deles, e nos trouxe muitos documentos e informações importantes acerca da titularidade da propriedade da terra e de um início de negociações com o INCRA. Já a liderança mais recente, que também era a mais próxima ao NAJUP MC, reconhecia a importância da mobilização comunitária, mas buscou se colocar como principal interlocutor junto aos órgãos oficiais no citado processo de negociações. Enquanto NAJUP MC, organizamos reuniões mensais na comunidade, a fim de aproximarmo-nos e de demonstrar a necessidade de organização comunitária para resistir ao projeto da Prefeitura.

A segunda dinâmica, ligada à política municipal, esteve relacionada com a atuação da Prefeitura Municipal que, às vésperas da eleição municipal de 2014, recuou do plano original de remoção e se dispôs a continuar a negociação da transferência da propriedade da terra para o Município junto ao INCRA. Por este motivo, acompanhamos os moradores em três reuniões com a secretaria de urbanismo e desenvolvimento sustentável a fim de assegurar que a doação do terreno feita pelo INCRA para a Prefeitura se fizesse sob a condição de que os

lotes fossem doados para as famílias que os ocupavam há dez anos. A Prefeitura recebeu, de fato, essa doação condicionada e procurou inicialmente registrar o terreno no registro de imóveis competente para depois parcelá-lo e doá-lo a cada família. Essa foi a situação que permaneceu até as eleições, quando houve a mudança da gestão municipal.

De fato, os atritos entre as lideranças comunitárias e a aproximação delas da política institucional após o acordo com a Prefeitura, quando cessou o perigo da remoção, acabou por determinar um afastamento das lideranças em questão com relação ao NAJUP MC, e a interrupção do próprio processo de assessoria jurídica popular. Desta maneira, ficamos sem saber se a doação foi ou não efetivada pela Prefeitura, compreendendo que não poderíamos assessorar uma ou outra liderança, mas apenas uma comunidade organizada.

Jardim Laranjeiras

Jardim Laranjeiras fica no bairro de Cabuçu, área periurbana de Nova Iguaçu, "município mãe" da Baixada Fluminense, por ter sido esse o município original da região, ocupado por população indígena e existente desde o século XVI na história oficial. Dele se desmembraram Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (a partir de Duque de Caxias, em 1947), Nilópolis (1947), Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). Assim, Nova Iguaçu é o principal município da Baixada Fluminense, e tem papel de centralidade em toda a região, por concentrar diversas atividades industriais, comerciais, financeiras e de serviços, com várias galerias, shoppings, o maior calçadão comercial, além de grandes e modernos edifícios e bairros residenciais de alto padrão, contando inclusive com um heliporto. Em contrapartida, tem uma vasta área rural, ambiental e periurbana, sendo um território muito diverso em termos de usos e funções.

Cabuçu, o bairro em que está o loteamento Jardim Laranjeiras, está inserido no Plano Diretor na macrozona de urbanização precária, o que demonstra, por si só, a (falta de) infraestrutura urbana da área. Trata-se de um loteamento datado de 1957, cujos lotes foram ocupados

de maneira irregular ou vendidos sem que houvesse a formalização da transferência da propriedade, e depois revendidos a terceiros. O contato desta comunidade com o NAJUP MC se deu no ano de 2015, também por uma indicação, desta vez a partir da Fundação Bento Rubião, onde a professora Tatiana Cotta trabalhara como advogada. A Fundação coordenara, na época do extinto Ministério das Cidades, um projeto de regularização fundiária que abrangia cerca de 300 (trezentas) famílias do loteamento, em uma parceria entre o Governo Federal e o Município de Nova Iguaçu. O instrumento jurídico adotado foi prioritariamente a propositura individualizada de ações de usucapião extraordinária.

Por razões financeiras, a entidade não-governamental desativou seu setor jurídico e queria repassar as ações em andamento. Todavia, era impossível operacionalmente que o NAJUP MC, ainda começando a se estruturar, assumisse o quantitativo de ações já propostas. Foi feito então um processo de mediação através da Associação de Moradores de Jardim Laranjeiras, que já participara do processo anterior junto à Fundação. Estabelecemos como critério interno que atenderíamos aqueles e aquelas moradores e moradoras que comparecessem às reuniões previamente agendas junto à associação.

Os moradores e moradoras que compareceram às reuniões estavam em dois grupos distintos: o primeiro era o daqueles cujas ações propostas pela Bento Rubião em 2010 ainda estavam em curso. Neste caso, buscamos nos habilitar nos autos do processo e dar seguimento aos feitos. Uma observação importante é que em todos os casos, apesar de àquela época já houvesse transcorrido 5 (cinco) anos da propositura das ações, os réus, os donos do loteamento, sequer haviam sido citados. Havia casos também de arquivamento das ações, ou de recursos por sentenças de extinção delas, tudo porque a própria Fundação, enquanto procurava parceiros, deixou de dar andamento às mesmas.

O segundo grupo era constituído por moradoras – todas mulheres idosas – de uma localidade em Jardim Laranjeiras conhecida

como “Rosa Branca”. Tratava-se de ocupantes de lotes numa das áreas mais precárias da região, que haviam recebido os terrenos por doação ou os adquirido na década de 1990. O relato oral dessas moradoras dá conta de que na época em que ocorreram diversas emancipações do Município de Nova Iguaçu, como relatado acima, políticos locais distribuíram ou prometeram lotes em troca de apoio político. No caso deste segundo grupo, foram propostas novas ações de usucapião patrocinadas desde o início pelo próprio NAJUP MC, com exceção de duas moradoras com ações que haviam sido propostas pela Fundação Bento Rubião.

Neste relato, a divisão em dois grupos é necessária para sistematizar e explicar nossa atuação em Jardim Laranjeiras, mas não foi assim que ocorreu na prática. Podemos dizer que essa divisão foi uma “descoberta”, e que impulsionou uma série de atos e procedimentos de reconstrução da história fundiária da região, metodologia necessária nesses casos.

Inicialmente, julgávamos que todos os assistidos residiam no loteamento de Jardim Laranjeiras, registrado na Prefeitura e no Registro de Imóveis. Todavia, com a ajuda de um estudante da arquitetura da UFRRJ, percebemos que as moradoras de Rosa Branca se encontravam em uma “área em branco” da planta de loteamento datada de 1957. Essa descoberta acabou por determinar uma mudança de rumos em nosso trabalho, cujos efeitos se estendem até o presente.

Tentando compreender a situação fundiária específica dessa área, nos últimos anos, o NAJUP MC foi inúmeras vezes ao setor de plantas da Prefeitura de Nova Iguaçu e ao 2º Ofício de Imóveis de Nova Iguaçu. Na Prefeitura, foram feitas buscas em endereços de lotes na rua das moradoras e em números de casas das ruas acima, que também estariam na tal área em branco da planta de loteamento. Os resultados dessa busca sempre deram “nada consta”. Da mesma forma, em diversas conversas informais, nos foi dito que não havia loteamento Rosa Branca em Cabuçu, embora essa identificação apareça no *Google Maps* (exemplo claro de espaço informal consolidado). No registro de

imóveis, repetimos a estratégia: pedimos certidões com endereços de uma assessorada, cujo resultado foi "nada consta". Pedimos o memorial do loteamento, para ver se havia alguma destinação específica para a área, mas o conteúdo do memorial era o mesmo da certidão que juntamos aos autos como prova da propriedade, não havendo nenhuma informação relevante acerca da área em branco. Pedimos para ver a planta que estava em posse do cartório, o que nos foi negado. Enfim, empreendemos os caminhos possíveis sem nenhum êxito, apenas tendo a certeza da localização física das casas. Todas essas tentativas foram acompanhadas pelas moradoras através de reuniões na sede da Associação de Moradores, e era custoso explicar a demora e a necessidade de montagem desse "quebra-cabeças".

Finalmente, atendendo à solicitação de informações imobiliárias do Ministério Público formulada em um dos processos em que atuamos, o cartório de registro de imóveis forneceu uma certidão na qual consta um imóvel que, segundo assessoria técnica de arquiteto urbanista parceiro do NAJUP MC, abrange a área ocupada pelas moradoras de Rosa Branca. A descrição do imóvel constante na certidão fornecida pelo cartório corresponde, em sua metragem e área, ao desenho da área em branco do loteamento Jardim Laranjeiras. Note-se que apenas com a intervenção do Ministério Público foi possível ter acesso a um documento vital, e assim, saber que a área tem origem nas Fazendas Reunidas Normandia, famosa na região, pertencente à família Guinle e que deu origem a três bairros em Nova Iguaçu, dentre eles parte do bairro de Cabuçu. Após a morte do proprietário original, o imóvel foi partilhado entre seus herdeiros, mas a propriedade do imóvel volta a se reunir nas mãos de uma empresa do ramo imobiliário na década de 1980. A área foi, então, objeto de um novo loteamento, parcelada por esta empresa em 223 lotes, agrupados em 12 quadras e uma área doada à Prefeitura de Nova Iguaçu, conforme exigência legal da Lei de Parcelamento do Solo vigente.

Atualmente, estamos tentando determinar se as moradoras por nós atendidas estão na área que foi doada para a Prefeitura ou se

residem nos lotes divididos na década de 1980. As características irregulares da metragem e do desenho de seus terrenos, bem como a falta de urbanização do trecho da rua em que se localizam, quando contrapostas à ocupação real visualizada através do Google Maps, nos levam a crer que é plausível supor que estejam na área doada, situação que pretendemos confirmar através do acesso à planta desse loteamento.

Em qualquer caso, um elemento é bastante significativo: essas moradoras foram as que mais se empenharam junto ao NAJUP MC para regularizar sua situação fundiária. Elas estavam conscientes desde o início que a sua ocupação irregular do terreno era mais precária do que a dos moradores de ruas vizinhas, situados no interior dos limites do loteamento de Jardim Laranjeiras.

Jardim Marajoara

Japeri é o município mais pobre da Baixada Fluminense, tendo o menor PIB *per capita* de todo o estado do Rio de Janeiro. Outro dado interessante de Japeri é que possui uma área grande (81,697 km²), com baixa densidade demográfica (1.166,37 hab/km²), o que demonstra uma ocupação espraiada no território, típica de áreas periurbanas e rurais. Segundo o IBGE, Japeri detém ainda os piores índices de mobilidade urbana e a segunda menor expectativa de vida da RMRJ. Além disso, é um município com sérios problemas de violência, tanto em relação a tráfico de drogas, presença de milícias e de roubo de cargas, tendo havido, inclusive, a prisão de seu último prefeito (gestão 2016-2020), acusado desse último tipo de ilícito.

A Associação de Produtores Rurais do bairro de Jardim Marajoara procurou o NAJUP MC a partir de contato feito num encontro com várias entidades no município, organizado pela Casa Fluminense[42].

---

42 A Casa Fluminense é uma organização da sociedade civil que tem se "dedicado a fomentar ações compartilhadas voltadas à promoção de igualdade, ao aprofundamento democrático e ao desenvolvimento sustentável no Rio, alcançando por inteiro nossa "cidade metropolitana" comum." Ver: https://casafluminense.org.br/.

O que os incomodava era a invisibilização da área rural ocupada por eles no Plano Diretor, o que estava gerando problemas sobretudo para cadastramento como agricultores familiares e obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), essencial para participar de editais públicos.

O macrozoneamento do Plano Diretor de 2006 não estabelecia nenhuma zona rural, e delimitava três usos distintos para o bairro de Jardim Marajoara: uma Área de Especial Interesse Agrícola, uma Área de Especial Interesse Industrial e uma pequena parte da Área de Expansão Urbana, onde estavam os agricultores. O objetivo da Prefeitura naquele momento era trazer agroindústrias para a região, formando um condomínio industrial, entendendo que a transferência das atividades do porto do Rio de Janeiro para o porto de Itaguaí e sua posição estratégica (na beira da rodovia Presidente Dutra e cortado pela linha ferroviária da MRS, que tem ligação direta com o Porto de Itaguaí) alavancariam o desenvolvimento da área, integrando seu território à dinâmica metropolitana e estadual.

A comunidade de Jardim Marajoara, constituída de agricultores e agricultoras familiares, sentiu em seu cotidiano os impactos desse planejamento. A instalação de agroindústrias em terrenos vizinhos aos seus levaram a muitas disputas por terra. Segundo o relato de moradores, quando saíam e voltavam para casa, encontravam suas cercas derrubadas; acordavam com tratores e homens com papéis dizendo que a terra era deles; esses homens matavam ou davam fuga a seus animais; eventualmente a própria Prefeitura tentava "abrir ruas" no meio dos lotes dos agricultores, sem publicizar um projeto ou debater previamente. De fato, a organização em Associação foi resultado de toda a pressão que os moradores passaram.

A nossa assessoria começou bem depois desses primeiros episódios, que se tornaram mais raros e que, de maneira geral, tais conflitos hoje concentram-se apenas com uma única empresa de produção avícola, inserida no território através de diversas composições jurídicas diferentes. Ainda assim, o NAJUP MC está atuando em uma Ação de

Interdito Proibitório, datada de 2013, e atuou em uma Manutenção de Posse, datada de 2020. Ambas as ações lidam com ameaça à posse, embora com configurações diferentes: na primeira há ameaça, na segunda há ato efetivo, mas o possuidor não perdeu a posse.

Na primeira ação, a Defensoria Pública iniciou o processo e chegou a haver uma audiência, na qual se apresenta como parte Ré pessoa que não o era legalmente. Melhor explicando, o indivíduo que compareceu é o real dono da imobiliária que figura como Ré no processo, mas juridicamente a imobiliária está no nome de sua esposa, que não compareceu à audiência, o que levou a seu adiamento. Ressalte-se que esse indivíduo é também dono da agroindústria avícola que ainda arruma problemas na região, e que tal atitude demonstra seu poder e mesmo sua arrogância nas questões com os agricultores.

A agricultora, insatisfeita com a lentidão do processo, pretendeu mudar de assessoria, pedindo a um advogado que olhasse os autos, assinando ingenuamente uma procuração que acreditava ser só para ele, mas onde constavam nome de sócios, que é a prática jurídica. Assim, uma sócia desse advogado pegou o processo em 2015 e até agora não o devolveu, já havendo busca e apreensão em seu escritório e ameaça de denúncia à OAB. Ainda assim, o processo se encontra extraviado. Nós estamos agora acompanhando o desenrolar desse problema, tentando dar continuidade à citação da Ré.

Na segunda ação, o agricultor comprou um pequeno terreno para fazer a reserva legal de sua propriedade rural, medida exigida quando fez o Cadastro Ambiental Rural (CAR) na secretaria de meio ambiente. Ele cercou o terreno e começou a comprar as mudas para reflorestamento. O terreno se localiza à margem do rio dos Poços, rio cheio de lixo e esgoto, e a revitalização de mata ciliar é um grande serviço ambiental. Do outro lado da margem do rio, há uma agroindústria funcionando e os encarregados dela resolveram construir uma ponte sobre o rio ligando a empresa ao terreno do agricultor, que teve sua cerca derrubada. A ação foi exitosa, e foi celebrado acordo em que o réu "*se compromete a não ofender a posse do imóvel mencionado na*

petição inicial." Segundo o agricultor assessorado, ele tirou "um peso das costas".

Além dessas ações judiciais, o NAJUP MC fez dois encontros com os agricultores e agricultoras na sede da Associação para explicar o que é um Plano Diretor e pensar junto como eles podiam incidir no processo de revisão dele, a fim de ter suas terras e funções garantidas. Nessas atividades participaram um mestrando e duas graduandas. O resultado foi a modificação do zoneamento do bairro Jardim Marajoara no Plano Diretor aprovado ao final de 2019: a área passou a se constituir como zona agrícola, especial e logística, havendo uma parcela da área como zona industrial e logística, outra parte como área de especial interesse social e outra, ainda, como área especial de interesse agrícola, onde estão os agricultores, que consideraram uma vitória o estabelecimento desse zoneamento.

Algumas reflexões finais

As experiências aqui reunidas mostram os desafios da assessoria jurídica popular em contexto hiperperiférico, em que ocorre não apenas a ausência de serviços básicos, mas a espacialização da própria vulnerabilidade e segregação das comunidades atendidas, processos em que a legislação e o planejamento urbano atuam como instrumentos que ajudam a configurar essa realidade. Nesse sentido, o oferecimento de uma assessoria jurídica popular foi sempre muito bem-vinda por todos os grupos atendidos, que apresentaram graus de dificuldade diferentes em relação ao fato deste não ser um serviço nos moldes tradicionais.

Assim, no caso de Vila Real, o recuo do ente municipal em remover mais casas se deu em meio às tentativas do NAJUP MC de mobilizar a comunidade em torno de uma pauta de reivindicações contemplando intervenções urbanísticas que pudessem integrá-la minimamente à cidade. Essas tentativas foram frustradas, fazendo com que nos retirássemos enquanto assessoria, uma vez que nossa proposta não era falar pelos moradores, além de termos percebido que, na

ausência da ameaça de remoção, eles não viam mais a necessidade de se organizarem.

No caso de Jardim Laranjeiras, o fato da comunidade ter sido objeto de intervenção pelo poder público gerou uma certa acomodação em torno da associação de moradores, que não é disputada como em Vila Real. Ainda assim, a comunidade participa das reuniões chamadas pelo NAJUP MC e compreende que a participação é uma premissa da relação estabelecida. Contudo, os diferentes graus de informalidade criaram diferentes estratégias por parte dos moradores e da assessoria, o que dificulta a coletivização de suas demandas, criando uma tendência de saídas individuais para a regularização dos lotes, ou mesmo o abandono de qualquer tentativa de formalização, diante da relativa estabilidade ao longo do tempo dos negócios de compra e venda da posse dos terrenos.

Já em Jardim Marajoara, pelo fato de a associação ter sido constituída a partir de resistências a conflitos socioambientais que ainda estão presentes, a nossa assessoria é, em forma e conteúdo, a mais exitosa. Somos, ali, de fato, quase desnecessários. A comunidade se organiza para ir à delegacia, pedir documentos, participam de Conselhos municipais e eventuais audiências públicas, nos consultando apenas acerca do "juridiquês" e nos confiando o trabalho de defendê-los em juízo, quando necessário.

O relato dessas experiências nos traz a convicção de que a extensão universitária é o eixo mais essencial do tripé do fazer universitário (ensino, pesquisa e extensão), se pretendemos socializar o conhecimento produzido na universidade e, ainda, sensibilizar nossos alunos para uma realidade que não é vista nem mostrada nos cursos de Direito. Em sete anos de existência do NAJUP MC - com quatro anos de projeto formalizado junto à Pro Reitoria de Extensão - tivemos três bolsistas, mais de cinquenta alunos e alunas que atuaram de alguma forma nestes ou em outros projetos, e incidimos em comunidades rurais e periurbanas de, pelo menos, quatro municípios da Baixada Fluminense. De todos os discentes ouvimos que a passagem pelo NAJUP MC os transforma não apenas como estudantes de

Direito, mas como seres humanos, mais atentos ao mundo real e às dificuldades que a própria legislação e a atuação do poder Judiciário colocam no cotidiano da população pobre. Dos assessorados, consideramos a maior vitória o reconhecimento de que somos professores de uma universidade pública, e não advogados, e que trazemos alunos e nossa assessoria para construir uma sociedade um pouco mais justa, viabilizando um serviço de extensão comprometido com a melhoria da vida deles.

Referências Bibliográficas

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços jurídicos. Folheto. In: PRESSBURGER, Miguel (org.) **Discutindo a assessoria jurídica popular** (Coleção Seminários, nº 15). Rio de Janeiro: Instituto de Apoio Jurídico Popular/Fase, 1990.

DIAS, Fabiana. **A Questão Metropolitana.** Cadernos Metrópole, V.14. - 2005. p. 149-174.

FALCÃO, Joaquim. Justiça social e justiça legal: conflitos de propriedade no Recife. In: SOUZA Jr., José Geraldo de (Org.) **Direito achado na rua – Introdução crítica ao direito**. 4ª ed. Brasília: Editora UnB, 1993.

HOLLIDAY, Oscar Hara. **Para sistematizar experiências**. 2ª ed. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS)**. Centralidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2016.

MAGALHÃES, Alex Lamounier *et al*. **Alma(naque) da Baixada!** Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, Raul Rosa. **A produção do espaço a partir do ordenamento jurídico: o caso dos municípios de Belford Roxo, Mesquita e Nova Iguaçu**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 113p. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos** (Coleção Sociologia Crítica do Direito). São Paulo: Cortez, 2014.

_______. **Para uma revolução democrática da justiça**. Coimbra: Edições Almedina, 2015.

TORRES, Haroldo; MARQUES, Eduardo. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Nº 4, maio de 2001.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico** – Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

Resumo Biográfico:

Tatiana Cotta possui graduação e mestrado em Direito e doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas. É professora de Direito Ambiental e Urbanístico na UFRRJ. Pesquisadora do Laboratório de Direito e Urbanismo do PROURB/UFRJ. Coordena o Grupo de Pesquisa em Direito e Justiça Ambiental e o NAJUP MC, ambos na UFRRJ.

Alexandre Mendes possui graduação em direito pela PUC-Rio, graduação em filosofia pela UFRJ e mestrado e doutorado em direito pela

PUC-Rio. É professor de Direito Constitucional na UFRRJ. Coordena o Grupo de Estudos em Teoria do Estado e Filosofia Política e o NAJUP MC, ambos na UFRRJ.

EIXO 3

Experiências de extensão rural universitária diferenciadas

Agricultores e consumidores em torno do acesso a alimentos agroecológicos: estudo de caso sobre as Células de Consumidores Responsáveis, SC, Brasil

Julia Coelho de Souza[43]
Oscar José Rover[44]
Eunice Sueli Nodari[45]

Resumo

Com a ampliação do debate público sobre os problemas socioambientais causados pelo sistema agroalimentar industrial, novas dinâmicas de ação social têm surgido em torno da produção e acesso a alimentos de qualidade. A partir da experiência de venda direta em circuitos curtos de comercialização das Células de Consumidores Responsáveis, em Florianópolis (SC), analisamos novas dinâmicas de ação social para acesso a mercados e consumo de alimentos bons, limpos e justos. Essa inovação social tem aberto espaços relevantes para a promoção de estratégias de governança e democracia alimentar.

43 Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

44 Universidade Federal de Santa Catarina, Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

45 Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Introdução

Nas dinâmicas do sistema agroalimentar contemporâneo predominam formas de agricultura industrial que se inserem em mercados globais através de longas cadeias desde a produção até o consumo. Suas bases se estabeleceram a partir da *revolução verde*, uma reorganização global dos sistemas produtivos e alimentares. São sistemas de produção altamente tecnificados, com a utilização de variedades de alto rendimento, uso intensivo de agrotóxicos e de irrigação, maquinário agrícola e políticas públicas (NODARI e GUERRA 2015), voltados ao mercado agroexportador.

Especialmente a partir da década de 1950, em níveis mundiais, documenta-se o crescimento vertiginoso dos impactos na água, solos, qualidade do ar e biodiversidade (SILVA e SÁ, 2021) causados pela intensificação da industrialização e uso indiscriminado da natureza. A agricultura industrial baseada nas monoculturas e intensificação do uso de agrotóxicos tem crescido no Brasil com a produção especializada de commodities de origem agrária (CARNEIRO, M. J.; PALM; ALVARENGA, 2017). Desde 2008 o Brasil tem sido o maior consumidor de agrotóxicos do planeta (BOMBARDI, 2017; GILSON *et al,* 2020), ao passo em que já em 2015, estudos mostraram contaminação de agrotóxicos em 70% dos alimentos brasileiros (GILSON *et al,* 2020).

Ao mesmo tempo, a sustentabilidade nos sistemas agroalimentares tem tomado um grande espaço no debate público. Essa questão tem sido pautada especialmente pela perspectiva da 'virada de qualidade' (GOODMAN, 2003) que indica exigências e desejos do consumo agroalimentar, onde novos padrões de qualidade baseados na saúde humana e ambiental estariam superando a noção de qualidade da produção industrializada. Esses novos padrões se relacionam a discussões sobre circuitos curtos e redes agroalimentares alternativas (BRUNORI; ROSSI; MALANDRIN, 2011; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012a), riscos agroalimentares (GUIVANT, 2002; PLOEG, 2009;

RODRIGUES; QUADROS; WEINERT, 2020), escolhas de consumo (GOODMAN, 2003; ORGANIS, 2019) e soberania e segurança alimentar (MALUF, 2007; MORAIS; SPERANDIO; PRIORE, 2020), dentre outras discussões.

Esse conjunto de abordagens indica a centralidade das temáticas agroalimentares (BIROCHI *et al,* 2019; RAMOS, 2021) e a necessidade de ampliação e aprofundamento dos debates sociais, políticos e acadêmicos nesse campo.

A agricultura familiar - um campo social heterogêneo e diverso - garante parte significativa dos alimentos que abastecem as cidades brasileiras (PAULA; OLIVEIRA; SILVA, 2017; ALVES; GALIZA; SILVA, 2020). É a principal categoria social presente na produção agroalimentar no Brasil, responsável por grande parte da produção *convencional* e orgânica de produtos frescos. Durante a pandemia da Covid 19, a agricultura familiar foi afetada pela suspensão de compras e de canais de comercialização, como feiras livres e outros (SCHNEIDER *et al,* 2020).

Os mercados são provavelmente o principal espaço de convergência entre a produção e o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar. Muitas vezes agricultores familiares que iniciaram sua produção agroecológica e a certificaram como orgânica não conseguem ter mercados garantidos e preços justos, enquanto a população urbana tem dificuldades de acessar alimentos de qualidade e origem conhecida a preços acessíveis. A inserção de produtores com maiores áreas de cultivo, infraestrutura e capital no negócio dos orgânicos gera uma demanda importante de criação de mercados mais estáveis e justos aos pequenos agricultores, para que não abandonem a atividade. Paralelamente, com a elevada demanda por alimentos orgânicos e a existência de muitos intermediários entre agricultores e consumidores, os preços tornaram-se impeditivos para que grande número de consumidores adquira esses alimentos (ORGANIS, 2019). Estudos recentes estimam que o preço médio por quilo do alimento orgânico em Florianópolis/SC gira em torno de R$23,00 em supermercados,

seguido de R$12,92 em lojas especializadas, e R$9,67 em feiras (GRADE e MERGEN, 2020).

O Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (LACAF/UFSC), a partir de pesquisas que identificaram esses elementos, criou o Projeto de Extensão Células de Consumidores Responsáveis (CCR). Trata-se de uma metodologia para a comercialização direta da produção orgânica da agricultura familiar, que pode garantir mercados com remuneração justa aos agricultores e acesso a consumidores com menor renda a esses alimentos.

Tendo como base o estudo de caso das CCR, esse artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas de ação social de atores sociais articulados na venda direta de alimentos agroecológicos provenientes de agricultores familiares. A movimentação em torno do acesso à comercialização e consumo de alimentos *bons, limpos e justos* (BIROCHI *et al,* 2019) envolve uma diversidade de atores sociais rurais e urbanos que buscam construir alternativas de abastecimento, mobilizando a participação social e diversas ações coletivas.

Apresentamos o caso das CCR, em atividade desde 2017, em um contexto de proximidade entre regiões de produção e consumo de alimentos orgânicos frescos. As CCR são consideradas como uma metodologia que cria uma tecnologia social replicável em diferentes contextos sociais, que configura uma dinâmica própria de ação cidadã e se insere em uma Rede de Cidadania Agroalimentar (RCA) mais ampla na Região da Grande Florianópolis (MIRANDA, 2020). Tomamos as CCR como uma inovação social, resultante da mobilização de diferentes grupos e atores sociais em torno de soluções inovadoras para problemas comuns, cuja organização culmina em soluções efetivas para os atores envolvidos e que irradiam para um ambiente social mais amplo (NEUMEIER, 2012; 2017).

Convergindo com a linha conceitual através da qual o projeto de extensão Células de Consumidores Responsáveis foi elaborado, mobilizamos também as noções de Circuitos Curtos de Comercialização e de

Redes de Cidadania Agroalimentar para compreendermos as relações sociais que vêm sendo mobilizadas na experiência. Observando as CCR, analisamos dinâmicas de ação social que promovem novas formas de governança em torno do acesso a alimentos agroecológicos.

A partir dessa introdução, apresentamos os principais conceitos mobilizados para a discussão e análise - Circuitos Curtos de Comercialização e Redes de Cidadania Agroalimentar - e a metodologia utilizada para o presente artigo. Posteriormente, elaboramos uma breve descrição sobre as Células de Consumidores Responsáveis e, a seguir, apresentamos os resultados e discussões. Finalizamos com algumas conclusões e considerações finais.

Conceitos mobilizados

As CCR são entendidas como uma inovação social a partir de Neumeier (2012; 2017). Esse autor propõe uma definição ampla e focada em ações coletivas para inovações sociais, centrada nas atitudes, percepções e no bem-estar de grupos sociais com interesses em comum. Ele discute a importância das inovações sociais nas dinâmicas de desenvolvimento rural como ações de colaboração, mobilizadas pelos atores sociais que visam mudanças e tendem a gerar vantagens concretas para si e para um território mais amplo. Essas mudanças ocorrem a partir de grupos sociais que modificam e melhoram uma situação problemática em comum.

As inovações sociais se diferenciam do campo das novidades no desenvolvimento rural a partir de alguns critérios bem definidos (NEUMEIER, 2012; 2017). Primeiro, deve ser algo novo em relação ao público que beneficia, ao contexto no qual são implementadas ou na sua forma de execução. Segundo, devem atender às necessidades do público principal de forma mais efetiva do que as alternativas adotadas anteriormente. Terceiro, deve tratar-se de soluções em um longo prazo, e quarto, devem ser adotadas para além do grupo ou rede que iniciou ou propôs a inovação (NEUMEIER, 2012).

Múltiplas alianças alimentares colaborativas (PREISS, 2017) em torno da alimentação boa, limpa e justa tem conformado uma Rede de Cidadania Agroalimentar na região de Florianópolis (MIRANDA, 2020), contexto em que avançaram às CCR. São experiências que envolvem produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC).

Os CCC têm sido incentivados por diversos atores sociais (movimentos sociais, entidades de apoio à agricultura familiar, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, ensino e extensão). São frequentemente associados à agricultura orgânica e agroecológica, alimentos tradicionais, agrobiodiversidade, alimentos frescos e com referências socioambientais relacionadas aos territórios - dimensões da produção estreitamente ligadas à agricultura familiar e desde onde o alimento não é visto como simples mercadoria.

Os canais de comercialização nos CCC tem, no máximo, um intermediário entre agricultores e consumidores (MAYE e KIRWAN, 2010; DAROLT, 2013). Estes circuitos devem ser entendidos através de diferentes dimensões de proximidade: geográfica ou espacial, informacional e relacional (MARSDEN *et al.*, 2000; RENTING *et al.*, 2003; DAROLT, 2013; KNEAFSEY *et al., 2013*). Rover e Riepe (2016), propõe mensurar 200 quilômetros entre o local da produção e do consumo como uma distância aproximada, condizente a uma proximidade geográfica para parâmetros microrregionais brasileiros. Os diferentes tipos de proximidade para abastecimento de alimentos contribuem, de forma articulada ou não, para enfrentar uma série de problemas do modelo dominante (DAROLT, 2013; DAROLT *et al.*, 2013) e apontam para a necessidade de processos agroalimentares sustentáveis entre sociedade e natureza (RENTING *et al.*, 2003; LAMINE et al., 2012; GOODMAN, 2017).

Além de induzir mudanças locais, os CCC potencializam processos mais amplos de interdependência entre agentes do sistema agroalimentar, muitas vezes formando redes. A rede como uma metáfora remete à imagem de nós e fluxos de relações, que buscam

representar a complexidade do mundo social (SCHMITT, 2011). Sua utilização como uma ferramenta analítica compreende uma perspectiva de análise relacional dos fenômenos sociais. De acordo com Granovetter (2018), todos os fenômenos sociais são imersos em redes sociais e, portanto, devem ser analisados considerando esses conjuntos de relações.

De acordo com a abordagem das redes socioeconômicas, as redes sociais influenciam nos resultados das ações de algumas formas: alterando o fluxo e a qualidade da informação, favorecendo a mobilização de recursos, institucionalizando mecanismos de retribuição ou de punição e/ou possibilitando a estruturação (ou desestruturação) de vínculos confiança (GRANOVETTER, 2018; SCHMITT, 2011).

A partir dessa linha interpretativa, a noção de *redes alimentares* ajuda a entender a dimensão da ampliação da ação coletiva em torno do alimento, sendo que a maioria delas incorpora os CCC como elemento chave de organização (LAMINE *et al.*, 2012; RENTING *et al.*, 2012). Essas redes envolvem diferentes escalas e temas em torno de novas práticas alimentares, e para além dos mercados relacionam os alimentos a questões ambientais, sociais e culturais, se afastando das lógicas convencionais que envolvem produção, comercialização e consumo de alimentos (RENTING *et al.*, 2012; SONNINO e MARSDEN, 2006).

A noção de Redes de Cidadania Alimentar envolve relações de justiça, soberania e democratização, em torno de novas formas de governança alimentar (RENTING *et al.*, 2012). A diversidade dentro dos CCC e das redes, assim como os debates que surgem delas, favorecem a legitimação e o desenvolvimento de novas visões sobre agricultura e alimentação (LAMINE *et al.*, 2019).

A literatura sobre redes agroalimentares demonstra uma forte relação entre as ações da sociedade civil, mercados, agentes públicos locais (DAROLT *et al.*, 2016; PREISS, 2017; ESCOSTEGUY *et al.* 2019), território, qualidade do alimento e um gargalo relacionado à governança de democratização do alimento (MIRANDA, 2020).

Nesse sentido, as *redes* são entendidas como estruturas ou mecanismos de governança (SCHMITT, 2011), integram múltiplos atores sociais em torno da cidadania agroalimentar (MIRANDA, 2020). Essa ação social envolve pessoas ativamente engajadas na construção de seus próprios sistemas alimentares (HASSANEIN, 2003).

As relações que se estabelecem nessas redes implicam novas concepções de cidadania e democracia envolvendo o campo agroalimentar, e a reorganização dos mecanismos de governança (RENTING *et al*., 2012; LAMINE et al., 2012; CUCCO e FONTE, 2016). Entendemos esses arranjos como Redes de Cidadania *Agro*alimentar (MIRANDA, 2020), destacando que os agricultores, suas organizações e entidades de apoio participam efetivamente dos laços sociais que as compõem. As dinâmicas inovadoras em torno das redes de cidadania que se mobilizam em torno dos alimentos devem inserir a perspectiva dos processos sociais produtivos e da apropriação social da agricultura e dos sistemas agroalimentares pelos atores sociais rurais.

Para analisar a ação cidadã e seus desdobramentos trabalhamos com um estudo de caso com abordagem qualitativa. Também utilizamos dados quantitativos para ajudar nas análises do caso estudado.

Como procedimentos metodológicos utilizamos a pesquisa bibliográfica, de documentação textual e videográfica, junto a registros em arquivos que constituem a base de dados do LACAF/UFSC, além de observações diretas e participantes, e entrevistas com os 6 agricultores coordenadores de grupos que abastecem as CCR.

As Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis/ SC

As Células de Consumidores Responsáveis (CCR) começaram em novembro de 2017, em um Projeto de Extensão do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (LACAF/UFSC). Elas são um arranjo organizativo de *venda direta por pedido antecipado* – VDPA (ESCOSTEGUY, 2019)

e envolvem grupos de agricultores familiares e de consumidores para a comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos. Seu principal objetivo é gerar mercados seguros aos agricultores organizados em grupos e acesso a alimentos orgânicos, a preços abaixo dos praticados nos demais mercados de Florianópolis (LOVATTO *et al*, 2021), e incentivar relações de proximidade, confiança e corresponsabilização, contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares (ESCOSTEGUY *et al*, 2019).

Os grupos de agricultores que abastecem as CCR são certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. A Ecovida certifica a conformidade orgânica dos produtos, através de seu Sistema Participativo de Garantia (SPG), conforme a regulamentação da Lei 10831/03. O processo de geração de credibilidade dos SPGs é realizado por meio da organização das famílias agricultoras em grupos, os quais já organizados para a certificação foram desafiados pelo LACAF/UFSC para o abastecimento das CCR.

Três elementos principais compõem a metodologia das CCR: 1. *preço fixo pago adiantadamente*, que possibilita o planejamento da produção a partir de uma demanda em escala apropriada para os grupos de agricultores, evitando desperdícios (PUGAS *et al*, 2019); 2. *peso fixo e diversidade de acordo com a sazonalidade*, que estimula dinâmicas de produção e consumo de alimentos diversos e sazonais (ESCOSTEGUY *et al*, 2019); 3. *ponto de partilha em comum*, que reduz os custos de logística (ESCOSTEGUY *et al*, 2019; PUGAS *et al*, 2019).

As CCR operam em dois modelos de cestas: a pequena (P) com cerca de 4,5 Kg, contém de 7 a 9 itens, ao preço de R$ 32,00, e a grande (G), com cerca de 9 Kg, composta por 13 a 14 itens, ao preço de R$ 56,00. O pagamento é mensal, organizado em ciclos, e antecipado aos grupos de agricultores através de depósito bancário.

A composição das cestas é diversificada (folhosas, frutas, legumes, raízes, temperos e/ou chás, e nas cestas G, uma porção de grãos), organizada pelos agricultores e informada aos grupos de consumidores

(ESCOSTEGUY *et al*, 2019), através de canais de comunicação do Whatsapp.

Uma lista de itens adicionais de produtos orgânicos, agroecológicos e coloniais (não orgânicos) também é disponibilizada. A composição dessas listas é formada por produtos excedentes, produtos disponíveis em quantidade insuficiente para a composição das cestas, produtos coloniais de grupos e associações às quais participam agricultores vinculados ao grupo de abastecimento, e também, produtos oriundos do Circuito de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia, rede à qual todos os grupos de agricultores estão integrados.

A montagem das cestas é feita em um local onde o grupo de agricultores reúne os produtos de cada família do grupo responsável pelo abastecimento (PUGAS *et al*, 2019). A entrega é realizada semanalmente em um ponto de partilha em comum para cada grupo de consumidores, o qual deve ser um local seco, fresco e sombreado, com acesso facilitado para os agricultores (ESCOSTEGUY *et al*, 2019) - normalmente em alguma entidade social ou similar (associação, escola, universidade etc.). O transporte é de responsabilidade dos agricultores, bem como o condicionamento adequado dos produtos para chegarem frescos aos consumidores (PUGAS *et al*, 2019).

Atualmente, existem 13 CCR ativas em 11 bairros de Florianópolis, do sul ao norte da Ilha, na porção continental da capital, e no município metropolitano vizinho de São José. Cada célula ativa corresponde a um Ponto de Partilha, que aglutina os consumidores de acordo com o seu lugar de residência ou convivência. São cerca de 500 consumidores diretos abastecidos semanalmente por 6 grupos de agricultores. Cada grupo de agricultores abastece de uma a quatro CCRs (Quadro 1).

Quadro 1. Abastecimento das CCR

Grupos de agricultores familiares	Famílias agricultoras	Municípios de produção	Grupos de consumidores abastecidos	
Associação AGRODEA (Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental)	14	Imbuia, Ituporanga, Vidal Ramos e Leoberto Leal	3	CCR Trindade, CCR Efaz - Campeche, CCR Coloninha
Grupo Associada	12	Major Gercino, Angelina e Nova Trento	4	CCR O Sitio - Lagoa da Conceição, CCR Centro de Ciências da Saúde, CCR Arqtec – Centro, CCR Rio Vermelho
Grupo APAOC (Associação de Agricultores Produtores de Alimentos Orgânicos e Coloniais)	5	Chapadão do Lajeado	2	CCR FETAESC - Barreiros, CCR CRAS - Capoeiras
Grupo Flor do Fruto	4	Biguaçu	1	CCR Centro de Ciências Agrárias
Grupo Amanacy	2	Alfredo Wagner	1	CCR Rio Tavares
Grupo com membros do Núcleo Serramar da Rede Ecovida	6	Orleans, Pedras Grandes, Treviso e Criciúma	2	CCR Canasjurê, CCR CRESOL - João Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os acordos entre os grupos de agricultores e de consumidores são organizados através de um *termo de responsabilidades compartilhadas* buscando um processo de co-responsabilização.

O trabalho dos agricultores familiares, no contexto das CCR, tem gerado renda tanto para os grupos e famílias, quanto diretamente para as mulheres agricultoras. Elas passam a se envolver mais centralmente na produção para a composição da diversidade necessária, e na organização de processos como a montagem, planejamento e contato com consumidores. Outro aspecto importante é o retorno de jovens ao trabalho rural junto às famílias, e a sua inserção nas dinâmicas de trabalho das Células[46]. Diversos desses grupos contam também com

46 Depoimentos disponíveis no vídeo "Células de Consumidores Responsáveis", realizado em parceria com a ONG Cepagro no âmbito do projeto Misereor em Rede. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=bsS8E2Hnyqo.

colaborações esporádicas de outros agricultores, ampliando ainda mais a abrangência dessa ação.

A primeira CCR começou a operar em novembro de 2017 a partir de um grupo de agricultores, entregando 27 cestas semanais. A iniciativa ampliou-se rapidamente, e em abril de 2018 o grupo de consumidores foi dividido configurando duas CCR abastecidas pelo mesmo grupo. Em junho de 2021 já se constituem 13 grupos de consumidores e 6 grupos de agricultores em funcionamento (Quadro 2).

Quadro 2. Ampliação das CCR de 2017 a 2021

	Novembro 2017	Junho 2019	2020	Junho 2021
Células ativas	1	10	11	13
Cestas Semanais	27	260	400	500
Grupos de agricultores	1	4	5	6
Kg de alimentos mensais	540	5.200	8.000	10.000

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

As cestas semanais correspondem também à quantidade de consumidores diretos das cestas. Com isso, entendemos que a abrangência em termos de quantidade de pessoas que se alimentam desses produtos é maior, ao considerarmos que as cestas são consumidas geralmente por famílias (ou grupos) mais amplos. Outro elemento quanto à abrangência desses alimentos são as doações que são realizadas pelos grupos de agricultores e de consumidores. Nas CCR existe a possibilidade de os consumidores realizarem doações, seja com cestas não retiradas em alguma semana, ou através de um item específico na lista de adicionais. Neste item, o montante arrecadado semanalmente é convertido pelos grupos de agricultores em alimentos, os quais são destinados a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse incentivo se ampliou com a pandemia da Covid-19, mostrando a capacidade das CCR ampliarem o acesso a alimentos para consumidores das mais diferentes situações socioeconômicas.

A capacidade de abastecimento dos grupos de agricultores familiares fica evidente, especialmente ao considerarmos que circulam, através de 6 grupos, mais de 10 toneladas mensais de alimentos. Cabe destacar que esses dados ainda são subestimados, já que o volume de alimentos comercializados nas cestas fechadas não contempla os produtos destinados a doações e os itens adicionais. A comercialização de adicionais representa um volume importante de produtos e da renda para os grupos de agricultores.

Resultados e discussões

A dinâmica de funcionamento das CCR indica uma série de interações entre dois principais grupos sociais: agricultores familiares organizados em grupos certificados participativamente, e consumidores organizados a partir de um local de referência em comum. Esses atores sociais mobilizam diversas dinâmicas de ação social em torno do acesso a alimentos agroecológicos, e para tanto, criam novos espaços relevantes para que suas ações possam acontecer. As noções de Circuitos Curtos de Comercialização e de Redes de Cidadania Agroalimentar nos ajudam a entender quais são esses novos espaços e quais dinâmicas de ação social se desdobram a partir do envolvimento com uma experiência de venda direta de alimentos orgânicos.

As CCR se tornaram o principal canal de comercialização para alguns dos grupos de agricultores envolvidos - ainda que eles também acessem outros canais, como feiras, mercados especializados e mercados institucionais. Evidencia-se a relevância dos circuitos curtos para os agricultores familiares, com sua rápida consolidação e expansão. Esse espaço econômico criado nas CCR reverbera para outros grupos de agricultores familiares e de consumidores. Novos grupos de agricultores foram integrando a experiência das CCR nestes poucos anos de sua existência, e criando outras experiências baseadas no mesmo método. Paralelamente, novos grupos de consumidores foram se organizando visando acessar alimentos bons, limpos e justos.

A partir das CCR, dinâmicas de ação social e espaços relevantes para a ação cidadã foram criados em diferentes contextos sociais. Por iniciativa dos grupos de agricultores e outros grupos de consumidores, uma Célula foi criada no município de Ituporanga, uma no Bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, outra no município de Canelinha/SC. Também experiências com outras denominações se inspiraram na metodologia da CCR; As Células de Consumo Consciente (CCC), organizadas pelos agricultores do Assentamento Comuna Amarildo de Souza, do município de Águas Mornas, na região da Grande Florianópolis. Atualmente, eles abastecem 08 CCC ativas em Florianópolis. Outra iniciativa inspirada nas CCR é o Consumo Consciente Kairós, que abastece atualmente 4 locais de entrega em Florianópolis. Na cidade de Valparaíso, no Chile, os *Nodos de Distribución Agroecológica* foram criados através do *Laboratório de Observación Social* da *Universidad de Playa Ancha* (UPLA), a partir de uma adaptação do método das CCR, em uma parceria com o LACAF/UFSC.

Entendemos a relevância das CCR como um espaço econômico que possibilita acesso a um mercado estável e seguro para os grupos de agricultores, e de acesso a alimentos orgânicos a consumidores de diversos segmentos socioeconômicos. Além disso, outros processos são relevantes no cotidiano dos atores sociais que compõem as CCR. O pagamento antecipado e ciclos mensais são dispositivos institucionais importantes que possibilitam o planejamento de produção de acordo com a sazonalidade e geram segurança aos grupos de agricultores. Tanto a venda antecipada quanto a composição diversificada das cestas permitem diminuir prejuízos e desperdício de alimentos. Há maior remuneração para quem produz e menor gasto para quem consome, devido à venda direta e o custo reduzido de logística envolvido com a entrega semanal em um único ponto.

A partir daí, se desdobra outro canal de acesso relevante a esses alimentos: o canal de doações de alimentos. Elas são incentivadas na experiência das CCR e se intensificaram com a pandemia da Covid-19.

Grupos de consumidores e agricultores se mobilizam em torno de um espaço de solidariedade através do espaço econômico das CCR. Cria-se, assim, uma expansão do alcance desses alimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade, que passam a consumir, ainda que esporadicamente, alimentos frescos, saudáveis e diversificados. Entendemos esse canal como um importante espaço de acesso a alimentos agroecológicos, que carece ainda de estudos mais aprofundados que deem conta de identificar a abrangência desse espaço de solidariedade. Podemos inferir que as dinâmicas de ação social promovidas pelas CCR dialogam, também, com o problema da crescente insegurança alimentar, aqui demonstrada através dos dados apresentados sobre o uso de agrotóxicos no Brasil.

Diversas relações de proximidade são desencadeadas através das CCR. Dentro da perspectiva do consumo local e do desenvolvimento regional, apontamos que a distância máxima desses municípios até Florianópolis é de cerca de 160 quilômetros (Ituporanga), e a mínima é 40 quilômetros (Biguaçu), o que indica *proximidade geográfica* quando se pensa na realidade brasileira (ROVER e RIEPE, 2016). Evidencia-se que avançam relações de produção e consumo dentro de um território periurbano - o que o LACAF/UFSC tem entendido como um processo de estímulo para a formação de *cinturões verdes agroecológicos*. Essa proximidade possibilita a comercialização de produtos mais frescos aos consumidores e, ao possibilitar formas diversas de venda direta, possibilita preços mais adequados a agricultores e consumidores (DAROLT, 2013). Ainda assim, somente a proximidade espacial não garante que se estabeleçam relações mais diretas entre produção e consumo.

A *proximidade informacional* se dá, inicialmente, em função da certificação através da Rede Ecovida de Agroecologia e, no cotidiano, acontece principalmente através dos grupos de Whatsapp. Nesse canal circulam informações sobre os processos de produção, sobre as perdas em função de chuvas, geadas e falta de água, sobre a utilização e preparo de alimentos, entre tantas outras. A interação através

da internet é uma das características dessa forma específica de venda direta (ESCOSTEGUY, 2019), e figura-se como o principal canal de informações sobre os alimentos comercializados nesta iniciativa estudada. A equipe do LACAF/UFSC produz materiais informativos que também circulam por esses canais, a exemplo das Cartilhas para agricultores (PUGAS *et al,* 2019) e para consumidores (ESCOSTEGUY *et al,* 2019). Porém, embora a comunicação seja constante, não podemos mensurar o efetivo conhecimento que os consumidores adquirem sobre os sistemas agroalimentares de forma mais ampla, o que indica outro espaço aberto para novos estudos.

A proximidade geográfica e a troca de informações geram relações que se qualificam e se aproximam. A *proximidade relacional* se evidencia, em um primeiro momento, nas frequentes manifestações de carinho e respeito dos consumidores ao trabalho dos agricultores, através dos grupos de Whatsapp, nas redes sociais e em depoimentos[47]. Nas CCR não existe um compromisso de tempo mínimo de permanência (para além do ciclo pago antecipadamente), o que nos leva a entender que o comprometimento dos consumidores se dá no campo das relações. Antes da pandemia, uma das práticas das CCR eram as visitas aos grupos de agricultores, nas quais os grupos de consumidores iam a campo em uma prática de intercâmbio.[48]

A organização em grupos de agricultores e consumidores cria relações entre os atores sociais envolvidos. Existe uma dinâmica própria de organização dos agricultores, no interior de seus grupos, para a comercialização nas CCR, que envolve diversos elementos: o planejamento da produção com base na diversidade e peso das cestas, a participação de cada membro do grupo na composição do mix

47 A série de vídeos "O LACAF quer saber", publicada no perfil das CCR no Instagram, coletou depoimentos que indicam a proximidade relacional de consumidores com agricultores. Ver https://www.instagram.com/ccr_celulasconsumo/.

48 Um exemplo da prática de intercâmbio entre consumidores da CCR Trindade e agricultores da Associação Agrodea em 2018 está disponível em https://youtu.be/_3UI5xWYKN0, no blog Cozinha a Dois.

semanal de produtos, a comunicação necessária entre agricultores para essa dinâmica, além da montagem das cestas, semanalmente realizada através de um rodízio entre as famílias em um trabalho coletivo. Isto gera novas dinâmicas de ação e cooperação entre as famílias de agricultores.

Os pontos de partilha criam espaços de relação entre os grupos de agricultores e consumidores, entre os consumidores de cada CCR e, também, com atores sociais envolvidos com esses locais. É no ponto de partilha que se materializa a troca mais constante das CCR, que é a entrega e busca semanal das cestas. Embora o contato entre consumidores tenha o ingrediente do distanciamento social, em função da pandemia da Covid-19, os pontos de partilha seguem sendo o principal ponto de convergência e encontro, desde onde se exige uma dinâmica comum de cuidado e organização do espaço. Nesses espaços também circulam e interagem pessoas que não se relacionam diretamente com as CCR, como os funcionários e o público atendido (a exemplo de espaços da UFSC, das escolas e Centros de Referência de Assistência Social que funcionam como pontos de partilha). Essa circulação gera também novos beneficiários das CCR, através de eventuais doações realizadas e aproximações com a experiência através de conversas com agricultores e consumidores que transitam nesses espaços, que acabam por tomar conhecimento da iniciativa e eventualmente vêm a se envolver como consumidores.

Novas dinâmicas sociais dos consumidores se manifestam na sua disponibilidade de reorganizar hábitos e costumes, tanto no aspecto da logística e busca semanal dos alimentos no ponto de entrega, quanto do preparo e acondicionamento de alimentos que se diferem dos encontrados em outros canais comerciais. O simples ato de os consumidores receberem os alimentos completos (com folhas, talos, cascas etc.), terem de descascar e acondicionar adequadamente alguns alimentos em um tempo específico (sob risco de perder alguns alimentos) é um elemento que modifica hábitos cotidianos e impele a uma maior consciência dos processos envolvidos na comercialização

de alimentos – normalmente uma atribuição dos agricultores os dos mercados, não dos consumidores.

Refletir sobre as CCR enquanto uma inovação social ajuda a entender uma mudança em curso que vem redesenhando mecanismos de governança agroalimentar de alimentos saudáveis em territórios locais. As CCR são uma inovação social que impulsiona processos territoriais socioambientalmente enraizados, proporciona valorização dos atores sociais rurais, planejamento de produção, relações de confiança e de justiça socioeconômica que promovem maior democracia alimentar (HASSANEIN, 2003; RENTING *et al,* 2012; MIRANDA, 2020).

Utilizamos a noção de Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA) ressaltando o papel fundamental dos atores sociais rurais nesses arranjos, colocando a mobilização e envolvimento dos agricultores como agentes de transformação social territorial e sujeitos ativos na problematização e na ação coletiva.

Considerações finais

A questão alimentar tem alcançado espaços cada vez mais amplos no campo acadêmico e em ações sociais. Os sistemas agroalimentares têm sido entendidos como centrais para a organização de modelos sustentáveis de produção, comercialização e consumo. Essa centralidade é percebida através do envolvimento crescente de múltiplos atores sociais, rurais e urbanos, em novas dinâmicas de ação social em torno de mecanismos de governança agroalimentar: a organização de mercados; a reorganização de hábitos alimentares e formas de consumo; a inclusão de acordos coletivos como mediadores da comercialização, dentre outras dinâmicas demonstradas.

As Células de Consumidores Responsáveis expressam o envolvimento crescente em torno do acesso a alimentos *bons, limpos e justos*. Essa dinâmica de comercialização propicia a aproximação entre agricultores e consumidores organizados coletivamente, e fortalece redes

de relação produção-consumo que valorizam a sócio-agro-biodiversidade local. Durante a pandemia da Covid-19, tem desempenhado um importante papel no suporte a mercados para agricultores e no abastecimento de alimentos saudáveis para consumidores.

Enquanto um processo em construção, observamos algumas dinâmicas que podem vir a ser articuladas a partir dessa experiência. Dentre elas, destacamos a necessidade de evoluir, em pesquisa e extensão, no dimensionamento da quantidade de alimentos adicionais comercializados, bem como no dimensionamento das doações realizadas, em quantidade e abrangência. Também nesse sentido, embora no escopo das CCR o trabalho seja direcionado para grupos certificados, ainda fica em aberto a necessidade de inovações sociais que respondam à geração de mercados para produtos em transição agroecológica. Entendemos que a metodologia das CCR possa ser adaptada a essa demanda, incentivando formas de venda direta para grupos organizados que estejam em processo de certificação orgânica.

Esperamos, com esse texto, contribuir para as reflexões teóricas e práticas sobre a extensão no campo do desenvolvimento regional, especialmente em torno das possibilidades de redesenho dos sistemas agroalimentares socioambientalmente orientados.

* * *

Julia Coelho de Souza. Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos e ao Laboratório de Imigrações, Migrações e História Ambiental. Bolsista CAPES–Demanda Social. Contato: juliacoelhosou@gmail.com. ORDIC iD: https://orcid.org/0000-0002-9677-7804.

Oscar José Rover. Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina no Centro de Ciências Agrárias/ Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural (UFSC/ CCA/ DZDR). Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/ UFSC), coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar e líder do Grupo de Pesquisa em Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos (LACAF). Contato: oscar.rover@ufsc.br. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-2719-3151

Eunice Sueli Nodari. Professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina no Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ Departamento de História (UFSC/ CFH/ HST). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/ UFSC), orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/ UFSC) e coordenadora do Laboratório de Imigrações, Migrações e História Ambiental (LABIMHA). Contato: eunice.nodari@ufsc.br. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-5953-649X

Referências

ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais TT - Nota Técnica n. 69 (Disoc) : Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19 : uma abordagem das ações públi**. Brasilia: [*s. n.*], 2020. Available at: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200508_nt_disoc_n_69_web.pdf

BIROCHI, R.; ROVER, O. J.; SCHULTZ, G. **Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar Brasileira**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2019.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: [*s. n.*], 2017. *E-book*.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; MALANDRIN, V. Co-producing transition: innovation processes in farms adhering to solidarity-based purchase groups (GAS) in Tuscany, Italy. (Special Issue: Collective farmers' marketing initiatives.). **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 28–53, 2011. Available at: http://ijsaf.org/index.php/ijsaf/article/view/257

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; ALVARENGA, A. C. Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, [*s. l.*], p. 470, 2017.

CUCCO, I.; FONTE, M. Local food and civic food networks as a real utopias project. **Socio.hu**, [*s. l.*], n. special issue 3, p. 22–36, 2015. Available at: https://doi.org/10.18030/socio.hu.2015en.22

DAROLD, M.R.. Circuitos curtos de comercialização de alimentos Ecológicos: reconectando produtores e consumidores, in: Niederle, P.A., Almeida, L., Vezzani, F.M. (Eds.), **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas Para Uma Nova Agricultura**. Kairós, Curitiba, pp. 139–170, 2013.

DAROLD, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, [*s. l.*], v. 10, n. n. 2, p. 8–13, 2016.

ESCOSTEGUY, I. L. *et al.* **COMO CRIAR E GERIR UMA CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) DE ALIMENTOS ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ?**.

Florianópolis: LACAF UFSC, 2019. Available at: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_consumidor.pdf

ESCOSTEGUY, I. L. **INOVAÇÕES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E DE REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR EM FLORIANÓPOLIS-SC**. 131 f. 2019. - Universidade Federal de Santa Catarina, [*s. l.*], 2019.

GILSON, I. K. *et al.* Agrotóxicos liberados nos anos de 2019-2020: Uma discussão sobre o uso e a classificação toxicológica. **Brazilian Journal of Development**, [*s. l.*], v. 6, n. 7, p. 49468–49479, 2020. Available at: https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-553

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, p. 1–7, 2003. Available at: https://doi.org/10.1016/s0743-0167(02)00043-8

GRADE, M., MERGEN, C. Boletim Síntese dos Preços de Alimentos Orgânicos no Varejo de Florianópolis, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1oCj3pK4spJ10wBF3Wgd1EzzjeSCAb3Uh/view. (Acesso em 16 de julho 2020).

GRANOVETTER, M. The impact of social structure on economic outcomes. **The Sociology of Economic Life, Third Edition**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, p. 46–61, 2018. Available at: https://doi.org/10.4324/9780429494338

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares : novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social Food risks : new challenges to environmental sociology and social theory. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [*s. l.*], n. 5, p. 89–99, 2002.

HASSANEIN, N. Practicing food democracy: a pragmatic politics of transformation, **Journal of Rural Studies**, 19(1), 2003. pp. 77–86

KNEAFSEY, M. *et al.* Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU . A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. **JRC Scientific and Policy Reports**, [*s. l.*], n. August 2014, p. 123, 2013. Available at: http://agrilife.jrc.ec.europa.eu/documents/SFSChainFinaleditedreport_001.pdf

LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, [*s. l.*], v. 19, n. 3, p. 383–401, 2012.

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas, **Journal of Rural Studies**, Volume 68, 2019, Pages 159-170.

LOVATTO, A. B. *et al.* Relacionamento e fidelização entre agricultores e consumidores em grupos de venda direta de alimentos agroecológicos em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [*s. l.*], v. 59, n. 3, p. 1–14, 2021. Available at: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.227676

MALUF, R. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, [*s. l.*], v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000. Available at: https://doi.org/10.1111/1467-9523.00158

MIRANDA, D. L. R. **Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis - SC**. 138 f. 2020. - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [*s. l.*], 2020. Available at: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70824?show=full

MORAIS, D. de C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, Si. E. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa: UFV, 2020.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **Geographical Journal**, [*s. l.*], v. 183, n. 1, p. 34–46, 2017. Available at: https://doi.org/10.1111/geoj.12180

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research ? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. [*s. l.*], v. 52, n. 1, 2012. Available at: https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: Estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados,** [*s. l.*], v. 29, n. 83, p. 183–207, 2015. Available at: https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010

ORGANIS BRASIL. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil.** 2019. Disponível em: https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/. Acesso em: 14 de julho de 2021

PAULA, M. M. de; OLIVEIRA, A. L. de; SILVA, J. L. G. da. Promoção Da Saúde E Produção De Alimentos Na Agricultura Familiar. **Revista Interação Interdisciplinar**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 50–67, 2017. Available at: http://fimes.edu.br/ojs/index.php/interacao/article/view/145

PLOEG, J. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, [*s. l.*], n. Especial, p. 17–32, 2009.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: Afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 239 f. 2017. [*s. l.*], 2017. Available at: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5295169

PUGAS, A. da S. *et al.* **COMO ABASTECER UMA CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) COM ALIMENTOS ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ?**. Florianópolis: [*s. n.*], 2017. Available at: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_agricultor.pdf

RAMOS, P. S.; ROVER, O. J. Redes de Cooperación para la comercialización de alimentos agroecológicos: Miradas sobre dos experiencias en Brasil y Chile. In: BURIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García. **Cooperação e desenvolvimento Rural Olhares Sul Americanos**. 1. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2021. 216p.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, [*s. l.*], v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003. Available at: https://doi.org/10.1068/a3510

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [*s. l.*], v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012a.

RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship Building Food Democracy : Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. [*s. l.*], n. January, 2012b.

RODRIGUES, A. R.; QUADROS, D. A.; WEINERT, L. V. C. Qual a Noção De Risco Que Nos Orienta: Uma Análise Reflexiva Acerca Da Alimentação, Sistemas Agroalimentares E Desenvolvimento Territorial Sustentável. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [*s. l.*], v. 9, n. 3, p. 963, 2020. Available at: https://doi.org/10.19177/rgsa.v9e32020963-980

ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [*s. l.*], v. 38, p. 663–682, 2016. Available at: https://doi.org/10.5380/dma.v38i0.41984

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados,** [*s. l.*], v. 34, n. 100, p. 167–188, 2020. Available at: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011

SILVA, A. F. C.; SÁ, M. R. Minicurso História, ambiente e conhecimento no antropoceno. [Rio de Janeiro]: Casa de Oswaldo Cruz, 2021. Curso livre online de 25 a 28 de maio de 2021. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=1Kl6yiIpxIE. Acesso em: 10 de junho de 2021.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: Perspectivas na construção. **Sociologias**, [*s. l.*], n. 27, p. 82–112, 2011. Available at: https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200005

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe, **Journal of Economic Geography**, Worcester, Massachusettes, v. 6, n, 2, 2006.

Modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina: una estrategia de desarrollo rural territorial

María de los Ángeles León Chávez[49]
José Manuel Acosta Cázares[50]

Resumen

El objetivo del documento es presentar un modelo de acompañamiento participativo para empresas campesinas que contribuya a que sus asociados, junto con sus familiares y vecinos mejoren su nivel de vida en lo social, económico y ambiental con el acompañamiento de equipos de extensión. Esté último, considera elementos clave de la educación no formal de jóvenes y adultos en el medio rural. La innovación de la propuesta es que incorpora, como eje transversal del proceso educativo no formal, la adopción a las empresas participantes de las fortalezas que poseen sus comunidades en la realización de las fiestas patronales y otras actividades comunitarias.

Palabras clave: asesoría, capacitación y motivación. educación. identidad cultural. servicios de extensión. productividad.

49 Red para la Gestión Territorial de Desarrollo Rural Sustentable (RED GTD). Orizaba, Veracruz, México.

50 Red para la Gestión Territorial de Desarrollo Rural Sustentable (RED GTD). Jiutepec, Morelos, México.

Introducción

El texto que se presenta a los lectores tiene como objetivo exponer un modelo de acompañamiento participativo para empresas campesinas que contribuya a que sus asociados con sus familiares y vecinos mejoren su nivel de vida en lo social, económico y ambiental. Los autores esperan que los lectores del texto realicen los comentarios que consideren pertinentes para mejorar la propuesta.

El modelo es el resultado de las experiencias de los autores, desde hace cuarenta años, como extensionistas y consultores en procesos de fortalecimiento de organizaciones económicas campesinas en los Estados de Campeche, Chiapas, Guerrero, Morelos, Oaxaca, Puebla, Tabasco y Veracruz. Se debe indicar que los autores lo han implementado y cuentan con las suficientes experiencias para replicarlo con mayor cobertura en beneficio de los esfuerzos emprendedores de las organizaciones económicas campesinas.

El texto se divide en cuatro apartados siendo esta introducción el primero de ellos; en el segundo se presenta un breve marco referencial que le proporciona sustento al modelo propuesto. En el tercer apartado aparece a detalle el modelo de acompañamiento que contempla lo siguiente: Objetivos, actores participantes y funciones, eje transversal de modelo y descripción de los servicios educativos proporcionados. Por último, se presentan las conclusiones correspondientes.

Breve marco referencial

El modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina es una estrategia en apoyo al desarrollo rural con enfoque territorial a través de la puesta en marcha de la gestión del conocimiento entre iguales, donde participan los socios de las empresas campesinas, los equipos de extensión involucrados y equipo de acompañamiento técnico-metodológico.

A continuación, se expone un breve marco referencial cuyo propósito es dar sustento teórico al modelo propuesto. Echeverri et al. (2018) indican:

> Que los mecanismos e instrumentos de operación del desarrollo rural con enfoque territorial deben desarrollarse a través de: Impulsar plataformas territoriales de gestión de conocimientos e innovación, promover la asociatividad de los pequeños productores, apoyar a la inversión y gestión de proyectos estratégicos territoriales y establecer la necesaria concurrencia o articulación interinstitucional.

Para lograr una buena gestión del conocimiento e innovación se plantea el servicio de capacitación, asesoría y motivación como medio para la acción acompañante individual y colectiva de las empresas campesinas que la propuesta enmarca en el contexto de la economía social definida por INAES (2014):

> Como conjunto de empresas organizadas formalmente, con autonomía de decisión y libertad de adhesión, que satisfacen necesidades de asociados vía el mercado, produciendo bienes y servicios, asegurando o financiando.

El acompañamiento en este modelo recupera el significado del vocablo compañero, que hace Ruíz (2016) en alusión a su raíz etimológica "…Compañero significa: dos personas que comparten el mismo pan. Así, por ende, si se comparte el mismo pan, se comparte la vida, las conversaciones y los desafíos que la vida nos depare".

Esta visión del acompañamiento también retoma lo expuesto por León (2018) quien señala:

> Que el servicio de extensión para el desarrollo rural debe ser realizado por equipos de profesionales y no de manera individual; que por servicios

> profesionales de extensión se entienden aquellos que representan el trabajo colaborativo, multi e interdisciplinario de extensionistas para incidir en la gestión de los cambios que ameriten los sujetos de su atención para mejorar sus condiciones de vida, tomando en cuenta la realidad del territorio.

Para enfrentar el reto de la asociatividad efectiva de los pequeños productores vía empresas campesinas, el modelo propone la valorización de la identidad cultural manifiesta a través de la autogestión comunitaria en torno a las fiestas patronales. Esto aunado a los aspectos económicos que de acuerdo con Fonte y Ranaboldo (2007) inserta al modelo en una categoría de impulso al desarrollo endógeno al valorizar recursos locales (naturales, sociales o humanos) y aspirar a controlar la producción y sus beneficios desde la propia localidad.

Encauzar el esfuerzo técnico hacia el desarrollo endógeno demanda poner en práctica un proceso educativo no formal para jóvenes y adultos en el medio rural donde de acuerdo con Viñas y Aguado (2016):

> El acto de educar es un acto de "ver" e interpretar el mundo que nos rodea para "transformarlo" y, por eso, es un acto político donde hombres y mujeres asumimos las riendas de nuestra propia historia. Cuando hablamos de liderazgo campesino hablamos de la orientación de personas del medio rural hacia perfiles competenciales que sean generadores de humanismo y liberación en tal perspectiva.

El modelo propone la construcción participativa del plan estratégico para el éxito económico, social y ambiental de la empresa campesina que deben ser apoyados con estrategias de inversión acordes a su realidad, para lo cual es necesaria la concurrencia y articulación del andamiaje institucional federal, estatal y municipal.

Modelo de acompañamiento participativo a la empresas campesinas

El modelo propuesto es el resultado de las experiencias de los autores como extensionistas y consultores en procesos de fortalecimiento de organizaciones campesinas desde hace cuarenta años. Es importante indicar al lector que, los primeros veintiocho años las experiencias fueron por separado y en los últimos doce han trabajado colaborativamente en procesos de fortalecimiento de empresas campesinas. Las experiencias individuales y colaborativas de los autores han abarcado organizaciones económicas campesinas de los Estados de: Campeche, Chiapas, Guerrero, Morelos, Oaxaca, Puebla, Tabasco y Veracruz.

A continuación, se describe el modelo con el propósito que los lectores cuenten con la suficiente información para que realicen un análisis de la propuesta e indiquen las acciones de mejora, las cuales serán bien recibidas e incorporadas a la propuesta definitiva. Los apartados del modelo propuesto son los siguientes: Objetivo general, objetivos específicos, actores y funciones, eje transversal del modelo y descripción de los servicios.

Objetivo general

Contribuir para que socios, familiares y vecinos de las empresas campesinas mejoren su nivel de vida en lo social, económico y ambiental mediante el acompañamiento de equipos de extensión con visión sustentable.

Objetivos específicos

Contribuir al incremento de las competencias técnicas, sociales, administrativas y ambientales de las empresas campesinas con

servicios de capacitación, asesoría y motivación proporcionados por equipos de extensión.

Fortalecer los servicios de capacitación, asesoría y motivación que proporcionen los equipos de extensión durante el acompañamiento a empresas campesinas mediante una estrategia de soporte técnico y metodológico a distancia y de manera presencial para los profesionales involucrados.

Actores y funciones

Los actores participantes en el modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina serán los socios de empresas, equipos de extensión, equipo de acompañamiento técnico-metodológico e instituciones públicas, privadas y sociales. Siendo sus funciones las siguientes:

Socios de empresas campesinas. Llevar a la práctica acciones resultantes de la implementación del modelo de acompañamiento y a futuro fungir como capacitadores de otras empresas campesinas integradas al modelo.

Equipos de extensión. Capacitar, asesorar y motivar a los socios de las empresas campesinas mediante la puesta en marcha de actividades de aprendizaje participativo y a futuro fungir como acompañantes de otros equipos de extensión integrados al modelo.

Equipo de acompañamiento técnico-metodológico. Capacitar, asesorar y motivar a los equipos de extensión mediante la puesta en marcha de actividades de aprendizaje participativo a distancia y presencial. Monitorear la calidad del proceso verificando la participación real de los socios de las empresas campesinas en la definición de planes estratégicos para su desarrollo social, económico y ambiental.

Instituciones públicas, privadas y sociales. Financiadores y promotores de la estrategia.

Eje transversal del modelo

Los autores acumulan sesenta años de práctica profesional en el acompañamiento a grupos comunitarios y empresas campesinas. De la citada proviene la identificación de fortalezas que poseen comunidades rurales en la organización autogestora en torno a la planeación, realización y evaluación de las fiestas patronales. El eje transversal del modelo corresponde a lograr que las empresas campesinas adopten al menos las siguientes tres fortalezas:

1. Fortaleza en organización autogestora comunitaria.- El devenir de la vida comunitaria en el ámbito rural da cuenta de añejas tradiciones asociadas a las fiestas patronales que conllevan a la organización autogestora a efecto de lograr metas específicas para las cuales son necesarios mecanismos de ahorro para realizar aportaciones en dinero y/o especie y/o mano de obra. Estos mecanismos permiten el desarrollo de actividades que conjuntamente sincretizan la festividad patronal, como son la artesanía, el teatro, la danza, la música entre otras; así como estrategias de ayuda a miembros de la comunidad cuando están en dificultades, las que pueden identificarse como acciones de responsabilidad social.
2. Fortalezas en administración y finanzas comunitarias: La realización de la fiesta patronal implica el diseño, operación y evaluación de un plan estratégico tanto para el financiamiento y su administración como para la implementación de las actividades que den lugar a la realización de la festividad. Estos eventos, presentan una alta productividad, son autofinanciables, generan remanentes monetarios, son objeto de evaluación e implementan procesos de mejora continua.
3. Fortalezas en medio ambiente comunitario: Las comunidades recurren a mecanismos de organización autogestora para la protección y conservación de recursos naturales de los cuales dependen actividades económicas, la salud y

el bienestar de la población: agua, suelo, bosques. El bien común es impulsor de la organización para proteger el medio ambiente.

Descripción de los servicios

Servicio de capacitación, asesoría y motivación.- A desarrollar de manera presencial y con enfoque participativo. A proporcionar por el equipo de extensión conformado por tres profesionales que en conjunto cuenten con experiencia en organización, administración-finanzas y en medio ambiente. Cada equipo de extensión contará con una asignación de máximo siete empresas. El eje tractor de la atención y participación real de los socios de las empresas campesinas corresponde a la puesta en marcha de actividades de aprendizaje que den lugar a la adopción de las fortalezas autogestoras comunitarias en la construcción e implementación de un plan estratégico para el éxito económico, social y ambiental de la empresa campesina.

La capacitación, el asesoramiento y la motivación como servicio de acompañamiento tiene una perspectiva integradora de ejes temáticos asociados a la organización, administración-finanzas, medio ambiente y toma en cuenta los elementos clave de la andragogía para la educación no formal de jóvenes y adultos en el medio rural. A continuación, aparecen enunciados los ejes temáticos y subtemas del acompañamiento para las empresas campesinas.

Organización.- Vida y filosofía comunitaria, fortalezas comunitarias, la autogestión como principio rector del cambio para el bien común, caracterización de la organización autogestora comunitaria, diagnóstico organizacional de la empresa campesina, y análisis estratégico de la organización.

Administración y finanzas.- Fortalezas comunitarias, diagnóstico administrativo- financiero y análisis estratégico de la administración y finanzas.

Medio ambiente.- Fortalezas comunitarias, diagnóstico ambiental intra-ex y análisis estratégico situacional del medio ambiente intra-ex.

Visión integral del cambio esperado.- Prospectiva intra-ex y plan estratégico para el éxito económico, social y ambiental de la empresa campesina.

El complemento del citado menú temático corresponde a lo que demanden las características de cada empresa campesina aunadas a las de los territorios de su ubicación.

Es importante destacar que la motivación como componente del servicio alude a impactar favorablemente en el mantenimiento de relaciones armoniosas y efectivas en el proceso de consolidación de las empresas campesinas. Como motivadores, los equipos de extensión atienden individual y colectivamente a los sujetos de su atención, primordialmente escuchan a sus interlocutores en pro de encauzar los ánimos hacia la identificación de objetivos comunes y significativos en la vida personal y colectiva de los asociados.

Servicio de soporte técnico-metodológico. A proporcionar en modalidad a distancia y presencial, está dirigido a los equipos de extensión. Su diseño está enmarcado en el enfoque constructivista para la gestión del conocimiento y la educación no formal de jóvenes y adultos en el medio rural y en consideración a las características de los entregables que deben construir con enfoque participativo las empresas campesinas durante el desarrollo del servicio de capacitación, asesoría y motivación propio del modelo de acompañamiento:

1. Análisis estratégico de la organización comunitaria.- Indica fortalezas comunitarias en organización, administración-finanzas y medio ambiente que la empresa campesina tomará en cuenta y/o incluirá en la elaboración de su plan estratégico.
2. Análisis estratégico de la empresa campesina.- Presenta el diagnóstico en organización administración-finanzas y medio ambiente con un análisis del pro y contra del contexto

interno y externo de la empresa en correspondencia con sus características socioculturales y entorno territorial.

3. Plan estratégico para el éxito económico, social y ambiental de la empresa campesina.- Indica los objetivos de la empresa campesina en organización, administración-finanzas y medio ambiente en el corto, mediano y largo plazo. Igualmente, detalla el proceso técnico, de mercado, administrativo, ambiental y de financiamiento con el que conseguirá tales objetivos.

Conclusiones

El objetivo del documento se cumplió satisfactoriamente al presentar a los lectores, el modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina, dentro de la lógica del desarrollo rural territorial, caracterizado por ofrecer a socios de las empresas los servicios educativos de capacitación, asesoría y motivación. Los autores invitan a los lectores a enviar sus comentarios y sugerencias los cuales serán incorporados al modelo aquí presentado.

El modelo tiene como premisa apoyar el fortalecimiento de las empresas campesinas con una visión sostenible es una estrategia efectiva para que, sus asociados con sus familiares y vecinos mejoren su nivel de vida en lo social, económico y ambiental y, por ende, se disminuyan las diferencias de oportunidades económicas que tienen los habitantes de los territorios rurales con respecto a los urbanos.

El elemento clave del modelo es el proceso innovador de educación no formal de jóvenes y adultos dirigido a los socios de las empresas campesinas, que incorpora como eje transversal la adopción de las fortalezas ancestrales que poseen sus comunidades en la realización de sus fiestas patronales. El reto del proceso educativo es lograr que las empresas adopten al menos las fortalezas comunitarias en: Organización autogestora, administración-finanzas y medio ambiente.

El modelo de acompañamiento participativo a la empresa campesina se implementa a través de la puesta en marcha de la gestión del conocimiento, entre iguales, donde participan los socios de las empresas campesinas, los equipos de extensión involucrados y el equipo de acompañamiento técnico-metodológico. Los equipos de extensión serán los facilitadores de proporcionar los servicios presenciales y virtuales de capacitación, asesoría y motivación a los socios de las empresas campesinas participantes, mediante la puesta en marcha de actividades de aprendizaje participativo.

Para el éxito del modelo propuesto se requiere que el equipo de extensión trabaje colaborativamente; esté conformado por tres profesionales que en conjunto cuenten con experiencia en organización, administración-finanzas y en medio ambiente; que conozcan la realidad del territorio en donde intervengan; y, que acompañen un máximo siete empresas.

Con el propósito de aumentar las posibilidades de éxito de las intervenciones los equipos de extensión serán apoyados por un equipo de acompañamiento técnico-metodológico, en las modalidades presencial y a distancia, que contempla la aplicación de un enfoque constructivista para la gestión del conocimiento de los socios de las empresas campesinas, centrado en la construcción participativa del plan estratégico para el éxito económico, social y ambiental de las empresas campesinas participantes.

Los autores de la propuesta se encuentran construyendo el material requerido para iniciar un programa piloto del modelo propuesto. Los materiales que se encuentran en construcción corresponden a los requeridos para el acompañamiento que realizarán: a) El equipo de extensión a los socios de las empresas campesinas y b) El equipo de acompañamiento técnico-metodológico a los equipos de extensión. También se está en proceso la gestión con socios de empresas campesinas y extensionistas para iniciar un programa piloto en el tercer bimestre del próximo año.

Por último, los autores agradecen las aportaciones de grupos comunitarios, empresas campesinas, estudiantes, extensionistas, profesores, consultores e investigadores con quienes han interactuado, por sus valiosas contribuciones en el proceso de elaboración del modelo propuesto.

Referências

ECHEVERRI, R. ET AL. **Extensionismo con resultados: Estrategias de política pública y sistematización de experiencias de extensionismo rural con enfoque territorial**. México: ed. IICA, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE LA ECONOMÍA SOCIAL (INAES). **ABC de la Economía Social**. México. 2014 Disponible en: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/102028/ABC_de_la_Econom_a_Social_e_INAES.pdf. Acceso en: 14 junio 2020.

LEÓN, M.A. **Los servicios de extensión: retos y oportunidades: Un análisis desde la visión del extensionista**. Boletín territorios RED GTD,n.12, p. 3-5, 2018. Disponible en: https://drive.google.com/file/d/1eApSZacOuOC2qMJ2RUNAD8wOPqxYvc2X/view. Acceso en: 10 junio 2020.

RUÍZ, V. **Acompañar. Blog: Un rayo de Esperanza**. 2016. Disponible en: https://www.radioncologa.com/2016/09/acompanar/#:~:-text=El%20verdadero%20significado%20etimol%C3%B3gico%20de,que%20comparten%20el%20mismo%20pan. Acceso en: 16 febrero 2021.

VIÑAS, A.; AGUADO, J. **La Escuela de Acción Campesina: Compromiso y liderazgo desde el medio rural.** Revista VIENTO SUR, n. 147, p. 71-76, 2016. Disponible en: https://cdn.vientosur.info/VScompletos/vs_0. Acceso en: 20 julio 2020.

Resumen biográfico de los autores

María de los Ángeles León Chávez

Es Bióloga por la UV, donde cursó la maestría en Manejo del Recurso Forestal; diplomada en Desarrollo Rural por la UNAM. Ha trabajado como extensionista y formadora de formadores; 20 años de experiencia en diseño de procesos de formación para jóvenes y adultos, de metodologías y materiales didácticos; y como consultora para el desarrollo rural con enfoque territorial.

José Manuel Acosta Cazares

Es maestro en teoría económica con especialidad en economía regional y urbana por la USP. Ha trabajado como analista financiero, profesor, investigador, extensionista y consultor. En los últimos 40 años su actividad principal ha sido extensionista-consultor de empresas campesinas y de barrios populares urbanos en temas integrales de organización, planeación, finanzas, comercialización y medio ambiente.

Direto da roça: plataforma digital para comercialização de frutas e hortaliças

Letícia Graziella Teixeira Nunes[51]
Willian Krause[52]
Robson Gomes de Melo[53]

Resumo

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo com o objetivo de relatar a experiência do desenvolvimento de uma ferramenta digital para comercialização de frutas e hortaliças. A intenção foi proporcionar ao produtor uma loja virtual e aos consumidores uma oportunidade de efetuar suas compras de alimentação saudável, direto do produtor valorizando a produção local com comodidade e agilidade, integrando desta forma, os conhecimentos teóricos e práticos da universidade com resultados efetivos para a sociedade.

Palavras-chave: Comércio eletrônico, vitrine digital, agricultura

51 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Pós graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil.

52 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Pós graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Pós graduação em Biotecnologia e Biodiversidade - Rede pró Centro Oeste; Programa de extensão MT Horticultura, Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil.

53 Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; RISC – Redes Inteligentes e Sistemas Computacionais do Campus de Cáceres, Cáceres; Mato Grosso; Brasil.

Introdução

O crescimento da população, aliado ao aumento da demanda por alimentação saudável tem exigido sistemas produtivos mais eficientes e que também garantam a viabilidade rural (FAO, 2019). Neste contexto, o avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na agricultura vem crescendo e promovendo a valorização e desenvolvimento, permitindo aos agricultores o acesso ao conhecimento e a serviços importantes, além de possibilitar melhorar a rentabilidade (MAHANT et al., 2012). Essas tecnologias também têm promovido mudanças nas formas de compra do consumidor e nas relações de mercado, crescendo a demanda pelo comércio eletrônico (STURIALE; SCUDERI, 2019) que tem sido utilizado como estratégia no alcance de bons resultados (ORTEGA; ROLDAN; SIERRA, 2018).

O crescimento do comércio eletrônico já é uma realidade mundial e apresenta crescimento maior que o tradicional, chegando a 28% nos últimos 3 anos, apresentando no primeiro semestre de 2020 um aumento de 9%, com aumento do faturamento na ordem de 12,4 bilhões, obtendo expansão de 40% a mais de consumidores, que também foram impulsionados pela pandemia do COVID-19 (EBIT/NIELSON, 2020). Na agricultura a utilização dessas tecnologias também já é realidade, as TIC´s no setor agroalimentar podem facilitar e agilizar a troca de informações agregando valor a toda cadeia produtiva, aumentando a eficiência de produção, a rentabilidade e conservando os recursos naturais (RAO, 2007).

Com as alterações das relações comerciais introduzidas por essas tecnologias, o consumidor tem buscado formas diferentes de compra de bens e serviços, assim o comércio eletrônico de produtos agroalimentares e os produtos frescos têm apresentado crescimento nos últimos anos, e deverá se tornar o elemento mais importante do e-commerce nos próximos 10 anos, onde as lojas físicas são integradas a um ecossistema digital (STURIALE, SCUDERI, 2019). Neste contexto,

uma loja aberta na internet com funcionamento vinte e quatro horas por dia, oferece maiores oportunidades de venda, amplia o marketing para novos mercados externos (nacionais e até internacionais) o que pode aumentar o lucro (KIZILASLAN; UNAL, 2014).

No entanto, o agricultor familiar ainda enfrenta desafios para se inserir neste mercado digital devido a uma série de fatores que envolvem tanto o próprio produtor, sua família (MENDES; BUAINAIN; FASIABEN, 2012) como características socieconômicas, nível de escolaridade, tamanho das áreas das propriedades, formas de produção e condições de mercado, tendo como fatores limitantes da sua adoção a falta de qualificação e a dificuldade de implementar controles (TRÊS et al., 2015) e ainda há desafios dessa digitalização como nível financeiro e habilidades digitais (FAO, 2019) sendo o principal obstáculo o capital humano, o qual deve ser valorizado (PATIL et al., 2008).

Portanto, a apropriação das TIC´s vem ocorrendo lentamente, sendo necessário o envolvimento de agentes como universidades e órgãos públicos na implementação e divulgação destas ferramentas como fator de desenvolvimento no meio rural (LAGO; CARVALHO, 2019), principalmente porque os agricultores familiares, de forma isolada, não possuem recursos para a construção de ferramentas de comercialização digital (GAZZOLA; AQUINO, 2021).

Assim, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada na realização de dissertação de mestrado que resultou no desenvolvimento de uma plataforma digital de comercialização de produtos da agricultura familiar. A intenção foi proporcionar ao produtor uma loja virtual e aos consumidores uma oportunidade de efetuar suas compras de alimentação saudável, direto do produtor valorizando a produção local com comodidade e agilidade.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa classificada como descritiva e qualitativa, do tipo relato de experiência, que foi desenvolvida no município

de Tangará da Serra – estado de Mato Grosso, através de investigação científica de dissertação de mestrado do programa em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. O município é considerado a capital do médio norte, com população de estimada de 103.750 habitantes (IBGE, 2019) e localiza-se a uma latitude 14º37'10" sul e a uma longitude 57º29'25", com 11.565,976 km². O município é caracterizado pela predominância de mini e pequenas propriedades rurais, as quais, utilizam a horticultura como cultivo para obtenção de renda.

Como o objetivo do projeto era desenvolver uma plataforma digital para a comercialização de produtos da horticultura, havia a necessidade de se conhecer o perfil econômico, as formas de produção e comercialização dos seus produtos, além disso, seria primordial ter um diagnóstico quanto ao acesso, uso e apropriação da tecnologia da informação e comunicação dos mesmos. Por outro lado, também seria essencial saber qual a opinião dos consumidores quanto a uma ferramenta ou aplicativo de celular para efetuarem suas compras de frutas e hortaliças.

Neste contexto, foi desenvolvido um questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas, dividido em dados do perfil do produtor, do negócio rural, assistência técnica, comercialização, sistema de informação e capacitação, totalizando 71 questões para os produtores. O questionário é uma ferramenta de pesquisa, considerada ideal para as atividades rurais devido a sua facilidade (BÁ, MENDONÇA, 2013). Já para os consumidores, também foi aplicado um questionário com 24 perguntas, voltadas ao perfil de consumo. Por tratar-se de investigação que envolve seres humanos, essa pesquisa precisou de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Uma vez aprovado, este questionário foi aplicado aleatoriamente a 162 produtores de frutas e hortaliças, que foram entrevistados diretamente nas suas propriedades, nas feiras livres e ainda através do acompanhamento das visitas técnicas do Senar, vale ressaltar que as associações de feirantes

também contribuíram no contato com os produtores. Como a maioria das propriedades estão localizadas próximas à cidade, sendo que as mais distantes estão nos assentamentos Nossa Senhora Aparecida (56 km), Antônio Conselheiro (30,5 km), Vale do Sol II – Bezerro Vermelho (16,8 km) e Vale do Sol I (14 km), não houve dificuldade para a realização das entrevistas.

Os consumidores foram entrevistados aleatoriamente, num total de 383 pessoas, em toda a cidade, nos mais variados segmentos, como comércio, universidades, prestadores de serviços e outros, tendo como base a quantidade de habitantes do município que é de 103.750 (IBGE, 2019). Para o cálculo de ambas as partes, foi utilizada equação de cálculo amostral, com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%.

A partir dos dados coletados e analisados, ficou claro a necessidade de elevar as vendas, o que consequentemente reduziria a perda dos produtos e elevaria a renda do produtor. Para tanto, seria necessária uma alternativa que englobasse todas as necessidades dos produtores, quanto ao marketing dos produtos, já que 80% dos entrevistados não faziam nenhum tipo de divulgação, e ainda que ampliasse o mercado consumidor e melhorasse as condições de logística. Neste contexto, a criação de uma vitrine digital dos produtos poderia contribuir para a abertura de novos canais de comercialização, trazer conhecimento sobre processos produtivos e consequentemente melhorar a produtividade e maximizar os lucros.

Desta forma, se iniciaram as discussões de como poderia ser desenvolvida tal ferramenta, uma vez que havia a necessidade de conhecimento em tecnologia da informação, bem como, de recursos financeiros. Assim, através de uma parceria entre o MT Horticultura, que é um projeto de extensão da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra, com o Centro de Inovação RISC – Redes Inteligentes e Soluções Criativas do Campus de Cáceres, que depois de várias reuniões realizadas com a equipe, para discutir as formas e melhores maneiras de desenvolvimento do instrumento, foi possível iniciar o planejamento

da plataforma digital que reuniu um aplicativo para dispositivo móvel e também um website para aproximar os produtores dos consumidores de forma direta e com maior agilidade.

Os produtores cadastrados no Direto da Roça MT também foram questionados, através do Whatsapp sobre a utilização da plataforma digital e os resultados que o mesmo trouxe durante o período.

Resultados

Durante a experiência, houve o contato direto com os produtores, uma vez que no questionário aplicado haviam 71 questões, que demandava um tempo médio de 1 hora para sua realização e ainda, considerando a variedade de assuntos acabou estreitando as relações entre o entrevistado e o entrevistador, onde os produtores acabaram por relatar não somente as respostas, mas também as suas frustrações bem como as suas motivações e anseios na lida com a terra e produção.

De acordo com a pesquisa realizada com os produtores, a maioria das propriedades são consideradas pequenas (62%) por possuírem área de até 10 ha, 95% praticam o cultivo convencional de 17 variedades de frutas e 37 tipos de hortaliças. As frutas e hortaliças são vendidas, na maioria, através de venda para varejo (67%), 31% tanto para varejo como para o atacado e somente 2% para o atacado. Para as vendas, são utilizados oito canais de comercialização, sendo que as feiras livres e a venda direta para supermercados, comércio e outros, são os mais utilizados, embora 59% usem apenas um canal. As feiras livres são consideradas, pelos produtores, o canal mais viável, devido à tradição da realização da feira e também por possibilitar a prática de melhores preços. No município de Tangará da Serra, as feiras são realizadas às quartas-feiras, sábados e domingos, em um local próprio que dispõe de infraestrutura fornecida pelo município, localizadas em dois pontos distintos da cidade e mantida pela associação dos feirantes (Figura 1).

Figura 1: Feiras em Tangará da Serra – MT.

FONTE: Pesquisa de campo

Entretanto, vários foram os relatos das dificuldades enfrentadas para a comercialização. Embora a maioria deles, tenham as propriedades localizadas mais próximas da cidade, aqueles que moram nos assentamentos citaram o transporte e as estradas como primordiais para conseguirem demostrar e chegar seus produtos aos clientes. Além disso, para a maioria, são grandes os prejuízos causados pela perda dos produtos, desde a "roça" que nem chegam a serem colhidos, como também pós-colheita (entre 10 a 20% da produção) e que não são vendidos, conforme narrados por eles, devido a falta de consumidores, sendo esta a maior enfatização dada pelos mesmos, ou seja, a necessidade de ampliar o número de clientes e oportunidades para melhorar as suas vendas.

Uma das maiores dificuldades da agricultura familiar consiste no processo de comercialização, que está relacionada à distância das propriedades dos centros consumidores, grau de isolamento e ao próprio mercado, que prefere produção em grande escala (CARVALHO; SANTOS, 2015). Desta forma, o comércio eletrônico para comercialização de hortícolas pode trazer benefícios, como a rapidez no processo de transação, flexibilidade e eficiência do processo de venda, alcançar grandes públicos a menores custos de venda e de distribuição (LAURENZANI, 2008).

Utilizando ainda, os dados coletados junto aos produtores de frutas e hortaliças, o acesso à tecnologia da informação e comunicação se dá através da posse de telefone celular (98%) e da internet (73%) sendo que 57% se apropriam tanto para questões pessoais como para o negócio. Embora 41% deles haviam vendido seus produtos pela internet nos últimos 12 meses através de aplicativos como WhatsApp e Facebook, 89% não conheciam nenhum aplicativo específico para o meio rural e somente 7% utilizavam aplicativos voltados a este setor, e ainda somente 7% possuíam páginas Web ou perfil do negócio nas redes sociais, 71% deles alegaram que utilizariam uma ferramenta digital como forma de alavancar suas vendas, mesmos cientes das dificuldades que poderiam ter devido ao baixo grau de escolaridade e faixa etária.

Por outro lado, os resultados da pesquisa com os consumidores, identificou que 52% dos entrevistados consomem frutas e hortaliças diariamente, 68% gastam até R$ 50,00 por semana com estes produtos e o principal motivo de consumo é a preferência por alimentação saudável. Para 79% dos consumidores, o acesso facilitado para a compra de frutas e hortaliças através de uma ferramenta digital seria um diferencial para a comercialização destes produtos e 74% utilizariam algum tipo de ferramenta digital ou aplicativo para a aquisição de frutas e hortaliças.

Desta forma, considerando as variáveis do perfil estudado dos produtores, foi desenvolvido a plataforma digital denominada direto da roça MT (www.diretodarocamt.com.br). A plataforma foi construída com duas vertentes, uma voltada para o produtor e outra ao consumidor. Ao produtor ficou a parte de cadastro para utilizar os benefícios quanto a divulgação dos produtos e possibilidade de vendas e ao consumidor oferece uma vitrine de produtos com origem para opção de compra. O cadastro do produtor possui várias abas, iniciando pelos dados pessoais e da propriedade, bem como foto de perfil e dos produtos disponíveis, os produtos podem ser cadastrados em galerias de frutas, hortaliças, flores, grãos, laticínios e processados e ovos e carnes,

com os respectivos preços. Além disso, possibilita a sugestão de novos produtos, forma de entrega e estabelece os termos e condições de uso. Tais dados podem ser alterados na medida que se fizerem necessários, através da opção atualizar. Os contatos são realizados, via mensagem de WhatsApp, canal pelo qual, os produtores já estavam familiarizados e podem estreitar mais ainda o contato com os consumidores podendo gerar negócios.

Uma vez disponibilizado pelo RISC, o aplicativo foi apresentado pessoalmente aos produtores nas feiras, com explicação do modo de funcionamento, onde os mesmos puderam escolher se queriam ser cadastrados. Também foi encaminhado, através de WhatsApp, nos contatos dos produtores que foram entrevistados, um tutorial de como utilizar, acessar e baixar o aplicativo, bem como informações para auxílio tanto de cadastro, como de acompanhamento. Os produtores inseridos na vitrine também receberam um cartão virtual para que pudessem compartilhar com seus contatos. Foram muitos os retornos de solicitação de visita para demonstração pessoal da ferramenta, bem como de cadastro. Além da divulgação pessoal, também foram veiculadas propagandas através da mídia local e estadual, através de jornais, rádio e televisão (https://globoplay.globo.com/v/8967197/), bem como parcerias com a prefeitura municipal, Associação Comercial e Industrial de Tangará da Serra, MT Horticultura e Senar Tec. Atualmente o Direto da Roça MT conta com 43 produtores cadastrados, com várias culturas e produtos disponíveis, dos municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Várzea Grande, Juína e Campo Verde.

Como toda ferramenta, o sucesso da utilização, depende de vários fatores que envolvem a predisposição individual de cada usuário, e principalmente pelo dinamismo que a mesma pode exigir. Para tanto, aqueles que estão cadastrados têm consciência desta necessidade de empenho e dedicação, evidenciada pela narração da prática de utilização do direto da roça MT. Para alguns produtores foi muito satisfatório o retorno de contatos e aumento da procura de produtos,

via plataforma digital, não só da cidade, mais da região e de outros estados, e que não conseguiram atender toda a demanda devido ao baixo estoque de produtos, entretanto, com face aos novos contatos será possível planejar e investir melhor a produção para contemplar todos os pedidos.

Outros também corroboram com a satisfação pelo aumento de contatos, entretanto, afirmam que, devido a ser uma loja virtual, há necessidade de constante movimentação e atualização de produtos e preços, e ainda possuem dificuldades na sua operacionalização. Além disso, também tem produtores que alegaram que só não tiveram mais êxito, devido aos mesmos não estarem operando corretamente a plataforma. Desta forma, se pode verificar que é significativa a elevação da procura por produtos através das ferramentas digitais, se tornando uma grande oportunidade para a agricultura familiar.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou conhecer a realidade da cadeia produtiva de frutas e de hortaliças no município de Tangará da Serra- MT e implementar possíveis soluções que podem agregar valores a todo este processo.

O trabalho de campo, aliado à metodologia científica aplicada através da academia pode resultar em benefícios para toda uma comunidade, principalmente quando há articulação entre os envolvidos, demonstrando a importância da aproximação entre universidade/sociedade.

A plataforma Direto da Roça MT contribuiu para ampliação do mercado consumidor dos produtos, uma vez que, devidamente utilizado, pode elevar a renda dos produtores, reduzir a perda pós-colheita, estimular a cadeia produtiva e ainda ser canal de acesso a uma fonte de alimentos saudáveis e prática, o qual o sucesso depende exclusivamente da apropriação efetiva do mesmo tanto por produtores como dos consumidores.

Referências

BA, S. A. C.; MENDONÇA, M. M. **Relato preliminar de experiência de projeto de extensão: mecanismos simples de gerenciamento de propriedades rurais como meio para agregar valor a produtos**, 2013. R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 15, n. 1, jan./jun. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/18863-Texto%20do%20artigo-78564-1-10-20131205.pdf. Acesso em 12/05/2021.

EBIT/ NIELSEN, 2020. **WEBSHOPPES. 42** ed. Santana de Parnaíba: Ebit/Nielsen, 2020. Disponível em: https://company.ebit.com.br/webshoppers . Acesso em 05 de novembro de 2020.

KIZILASLAN, N.; UNAL, T. **Evaluation of Electonic Commerce (E-Commerce) with SWOT Analysys as na Alternative Network Marketing at Agricultural Marketing**, 2015. Disponível em: http://www.agrifoodscience.com/index.php/TURJAF/article/view/299. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

LAGO, S. M. S; CARVALHO, E. S. da. **A apropriação de inovações na agricultura familiar: uma revisão sistemática da literatura.** RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar v. 5, n. 2 2019.

MAHANT, M.; SHUKLA, A.; DIXIT, S.; PATEL, D. **Uses of ICT in agriculture, 2012. International Journal of Advanced Computer Research. 2.** Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/265351125_Uses_of_ICT_in_agriculture . Acesso em 05 de novembro de 2020.

OKELLO, J.K., OLIVER G., WAYLEN G, ZACHARY,2012. **Drivers of Use of Information and Communication Technologies by Farm Households: The Case of Smallholder Farmers in Kenya**. The Journal

of Agricultural Science. 4. 111. 10.5539/jas.v4n2p111.Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259493351_Drivers_of_Use_of_Information_and_Communication_Technologies_by_Farm_Households_The_Case_of_Smallholder_Farmers_in_Kenya

ORTEGA D. I. S.; ROLDAN, M.F.V.; SIERRA F. D. F. **Desarrollo de una tienda virtual "Fruti&organicos" para la comercialización de frutas y verduras orgánicas en el Ecuador"**,2018. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, (julio 2018). Disponível em: https://www.eumed.net/rev/oel/2018/07/tienda-virtual-ecuador.html//hdl.handle.net/20.500.11763/oel1807tienda-virtual-ecuador. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. Disponível em: http://www.fao.org/family-farming/en . Acesso em 17 de abril de 2019.

RAO, N., **A framework for implementing information and communication technologies in agricultural development in India, 2007. Technological Forecasting and Social Change .Volume 74, Issue 4**, May 2007, Pages 491-518May 2007, Pages 491-518.

STURIALE, L.; SCUDERI, A. **The Marketplaces and the Integration Between Physic and Virtual in the Business Models of Fruit and Vegetables e-Commerce** , Disponível em:http://ceur-ws.org/Vol-2030/HAICTA_2017_paper10.pdf . Acesso em: 15 de novembro de 2020.

Letícia Graziella Teixeira Nunes, administradora, especialista em Auditoria, Controladoria e Finanças, mestre em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola. Servidora pública municipal, desde 1994, atualmente Superintendente do Escritório de Projetos e responsável técnica pelo Orçamento da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra.

Willian Krause, engenheiro agrônomo, doutor, professor da Universidade do estado de Mato Grosso (Unemat) desde 2006, no campus universitário de Tangará da Serra. Coordenador do programa de extensão MT Horticultura, onde desenvolve atividades de pesquisas e extensão junto aos produtores rurais, profissionais técnicos e estudantes na área de fruticultura.

Robson Gomes de Melo, doutor em ciência da computação, professor da Universidade do estado de Mato Grosso (Unemat) desde 2006, no campus universitário Jani Vanini em Cáceres-MT. Coordenador do centro de Inovação em Redes Inteligentes e Soluções Criativas (Risc), onde desenvolve atividades de ensino, extensão e pesquisa na área de inovação, empreendedorismo e tecnologia.

Cidade e campo, idosos e crianças: pensando a extensão no Sítio de Saluzinho[54]

Eduardo Magalhães Ribeiro[55]
Flávia Maria Galizoni[56]
Alexandro Moura Araujo[57]
Giliarde de Souza Brito[58]

Resumo

Montes Claros é um município do norte de Minas, situado num peculiar encontro de agroambientes, que recebeu um afluxo importante de migrantes rurais desde os anos 1960. Nessa cidade, o Sítio de Saluzinho é uma experiência original de junção da agricultura urbana, universidade e ensino fundamental. O Sítio converte camponeses migrantes em docentes que, junto com equipes acadêmicas, transformam a universidade num espaço de aprendizado de saberes tradicionais para crianças urbanas.

---

54 A pesquisa que originou este capítulo e a proposta do Sítio de Saluzinho foram apoiadas pelo CNPq e Fapemig, aos quais os autores agradecem. Versões preliminares deste texto foram publicadas na Revista Agriculturas (v.9 - n. 2; v.12 - n. 2).

55 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

56 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

57 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

58 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

Migrações

O Norte de Minas Gerais passou por uma transformação agrária entre fins da década de 1960 e começos da década de 1980. A mudança foi promovida por iniciativa de política pública, que mobilizou interesses agrícolas e industriais para *modernizar* o rural. Esse movimento foi associado à expansão da pecuária, e o gado zebu criado em pastagens plantadas substituiu o antigo *curraleiro* que vivia em *soltas* nos chapadões. Compreendeu também a ocupação de grandes áreas de terras com eucaliptos, a drenagem de veredas e buritizais para cultivo irrigado e o corte da vegetação nativa para produzir carvão e abastecer o pólo de ferro-gusa da região Sete Lagoas, próxima a Belo Horizonte.

Mudanças fundiárias e produtivas provocaram sérios impactos sobre a população camponesa da região. Primeiro, estimularam a tomada de terras comuns para os novos negócios, forçando o deslocamento de parte da população rural para áreas urbanas. Segundo, a apropriação de grandes áreas de terras pelas firmas fechou a fronteira agrícola do Norte de Minas Gerais que permanecera aberta até o começo dos anos 1980. Os camponeses que conservaram seus sítios, daí em diante, a cada geração assistiram à emigração de novas levas de deserdados que deveriam sair da terra para que apenas um dos irmãos permanecesse no terreno da família (RIBEIRO, 2010).

A ofensiva dos interesses empresariais sobre a terra melhorou o rendimento físico da pecuária bovina graças a genética, aumentou a capacidade de suporte dos pastos com as gramíneas africanas, criou uma problemática agricultura irrigada e estabeleceu os eucaliptais nas áreas elevadas de chapadas. Além disso, converteu áreas de catingas em patrimônio de grandes empresas, acuou a agricultura camponesa nas terras piores e mais secas, tornou escassa a água nos gerais graças à drenagem de veredas, e assim ficou mais *custoso* enfrentar as estiagens, pois foi necessário criar programas dispendiosos de abastecimento, como carros-pipas e poços artesianos (GALIZONI *et. al.*, 2010; CRUZ *et al.*, 2018).

A *modernização* agrária – como se dizia nos anos 1970 – trouxe conseqüências negativas para as cidades da região, pois a tomada de terras provocou um rápido crescimento da população urbana. E depois, em decorrência do fechamento da fronteira agrícola, foi criado um fluxo contínuo de emigração para as cidades. Então, Montes Claros se transformou no principal destino dos movimentos migratórios desse vasto Norte. No último meio século a população urbana de Montes Claros cresceu num ritmo muito superior à média do estado: a população da cidade triplicou entre 1960 e 1980, e novamente duplicou entre 1980 e 2001. Esse ritmo de expansão não pode ser atribuído apenas ao crescimento vegetativo da população; se explica, em grande parte, pelo afluxo de novos migrantes que surgiram da combinação de expulsão do campo e atração da cidade que existiu até os anos 1980. Mas, depois dos anos 1980, o crescimento permaneceu acelerado, indicando que expulsão e atração continuaram existindo (BRITO, 2011).

Montes Claros é a maior cidade do Norte de Minas Gerais. Polariza toda a região, compreende os vales dos rios Jequitinhonha e Pardo, além de parte do vale do rio São Francisco até o estado da Bahia. Desde a década de 1960 o município recebeu estímulos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, para instalar empresas e formar um parque industrial. Esses investimentos não criaram muito dinamismo industrial, mas deram vigor a um setor de serviços forte, que sustentou o crescimento da cidade ao longo do último meio século (CARDOSO, 2000).

Mas, além dessas características econômicas, Montes Claros dispõe de uma dotação muito original de recursos naturais. O município fica numa tripla confluência de Cerrado com Mata Seca (ou *Catinga*, como dizem os agricultores) e *Gerais*, mediada ainda pela topografia, com áreas baixas e montanhas. Assim, no município há um conjunto alternado e complexo de solos, climas, paisagens e regimes de chuvas. Essa dotação original distribuiu pelo espaço recursos naturais muito distintos e que são usados também de formas muito diferentes (PAULA, 1957; VIANNA, 1972).

Tomando como referência a sede do município, os recursos podem ser, grosso modo, agrupados em quatro grandes matrizes:

- ao Norte domina a mata seca, caracterizada por solos muito férteis, com uma cobertura vegetal exuberante mas poucos corpos de água e extrema sensibilidade à seca;
- ao Sul e Leste dominam duas formações: nas montanhas próximas da sede do município ficam campos de altitude, áreas chuvosas, frias, de terras pouco férteis e incontáveis nascentes; mais além ficam formações de cerrado, marcadas principalmente pelas sucessões de campos-sujos e cerrado estrito senso;
- a Oeste há mata seca, mas predomina a formação denominada no local como *gerais*, caracterizada pelos chapadões arenosos de baixa fertilidade, pela abundância de veredas úmidas cobertas por buritizais, pela vegetação arbórea de baixa estatura e capins nativos.

Tudo isso é mediado por um regime de chuvas muito peculiar. Situado na *entrada* do Semiárido, o município de Montes Claros apresenta às vezes um período chuvoso regular, bem distribuído entre outubro e abril; mas, quase sempre, a chuva tende a ser concentrada, precipitando toda a água em poucas semanas ou meses; mais eventualmente ocorrem ciclos de seca. E então, cada formação específica dará uma resposta produtiva diferente às variações das chuvas, e em alguns locais haverá manifestação de seca agrícola, contrastando com abundância em áreas próximas, porque cada formação e conjunto de recursos responde ao clima de maneira própria. Essa diversidade tão grande permite que sejam criados sistemas produtivos adaptados e também muito diferentes.

Na história rural do município, a capacidade de auto-abastecimento recebe muito destaque. Hermes de Paula (1957), autor de uma das mais respeitadas crônicas montesclarenses, escreveu que o município passou sem abalos pela grande crise agrícola do final dos anos 1930

graças à diversidade da produção e dos sistemas produtivos. A mostra dessa diversidade ainda aparece, viva, nas manhãs do sábado na feira livre da cidade.

Esses recursos naturais criam excelentes resultados quando são manejados com técnicas adaptadas por agricultores tradicionais. Passando pelo crivo do conhecimento local, os recursos são usados de acordo com uma experimentação amadurecida em décadas, que toma como base e potencializa a diversidade de recursos. A agricultura urbana de Montes Claros revela essas possibilidades.

Quando migraram para Montes Claros, os agricultores levaram família e esperanças, endereços de parentes na cidade e o temor do futuro incerto. Mas levaram junto, também, um grande conhecimento de cultivos, mudas, sementes, solos e o desejo de continuar plantando. Nem sempre, porém, puderam implantar seus cultivos imediatamente. Às vezes se abrigavam com parentes que já viviam na cidade, ocupavam todo seu tempo trabalhando fora de casa e cumprindo muitas horas-extras. Ou então, quando podiam, se mudavam para casas com quintais muito pequenos, às vezes compartilhados com outras famílias ou abertos aos ataques de animais e aos furtos dos passantes, e isso impedia que continuassem plantando.

O sonho de muitos deles era ter um *terreiro* ou quintal para manter seu cultivo. Por isso buscavam ao mesmo tempo casa e terreno próprios. E como nem sempre foi fácil conseguir a casa própria, levou tempo para que pudessem estabelecer a lavoura urbana. Muitos se aproveitaram de ocupações organizadas de terras, adquiriam lotes em conjunto com parentes também recém-migrados, compraram em prestações terrenos em bairros novos, distantes e sem estrutura, *embolaram* os recursos de pais, filhos, avós e netos para adquirir um lote. Foi preciso trabalho, mas também a cooperação de parentes, que ajudaram na compra e na construção, emprestaram material e equipamento, partilharam os lotes. É por isso que muitas famílias formam grandes grupos agregados de vizinhança e parentesco, e as casas são erguidas ao lado umas das outras, compartilhando áreas comuns e espaços de plantio.

Então, donos dos terrenos, cercados por parentes, puderam começar a plantar. Mas como o plantio exige, além da terra própria, muita dedicação, só vão se tornar agricultores urbanos depois de cumprir uma vida inteira de trabalho, quando já estão aposentados ou perto da aposentadoria, quando então já são donos do seu tempo. E como os homens são fisicamente mais frágeis, ficam muito *estropiados* pelo trabalho pesado ou morrem ainda no começo da meia idade - logo no começo da aposentadoria -, a maioria dos agricultores urbanos será formada por agricultoras, mulheres.

São elas, em maioria, que sobrevivem aos companheiros, e podem retornar às práticas da infância, adolescência e juventude quando já estariam relegadas a cuidar dos netos e da casa. E então, quase sempre já idosas, plantam como aprenderam: usando técnicas tradicionais de manejo da terra, explorando recursos da natureza, redescobrindo o conhecimento guardado nas memórias e nas mãos que fazem do escasso solo urbano a terra prometida que lhes foi negada a vida inteira. E assim produzem nos quintais os gêneros que se tornam o alimento que vem do trabalho direto e tem como origem a cultura, o costume e os recursos disponíveis. Não por acaso, existe em Montes Claros uma valorização da dieta cultural, da alimentação característica do lugar e dos produtos do cerrado e da mata seca que são transformados seguindo receitas familiares. É um município que valoriza a soberania alimentar, a comida do lugar: o pequi e a carne de sol, urucum e marolo, os pirões e os temperos, os doces caseiros e os sucos da fruta de época.

Agricultores urbanos plantam fundamentalmente para o consumo da família, usando o aprendizado que tiveram na infância. Por isso não gostam de usar sementes industriais, adubos químicos ou agrotóxicos. Querem uma agricultura sem venenos e sadia, que consideram ser a mesma coisa; um cultivo que comunga com o trato da terra e o alimento de qualidade que aprenderam na infância. Mas como não podem reconstruir toda a técnica material necessária para a produção apenas com os recursos da pequena área urbana, vão usar as viagens de

recreio para visitar parentes na terra natal, ou as viagens dos amigos, para encomendar mudas e sementes, para atualizar técnicas de conservação das plantas, renovar o conhecimento das espécies de finalidades medicinais e enriquecer as técnicas que aprenderam na infância.

Dessa forma, fazem uma agricultura que usa dos recursos da terra, praticada em grande parte por pessoas idosas, conduzida na maioria das vezes por mulheres, com o propósito de prover a própria família. Curiosamente, é na população urbana que viveu o enfrentamento mais bruto da tomada de terras, que há mais tempo se enraizou na cidade e se acostumou com o movimento cotidiano do bairro, que se encontra a maior força da soberania alimentar e da agricultura tradicional, que conserva as práticas costumeiras da lida da terra, dos fogões e dos recursos da natureza.

Rural & urbano

Depois das grandes migrações que conduziram 1/3 da população brasileira para as cidades nos anos 1960 e 1970, as metrópoles cresceram, a população rural parou de crescer, e o campo ficou ao mesmo tempo mais perto e mais longe das cidades. Ficou mais perto porque, no imaginário dos brasileiros, o mundo rural se converteu num refúgio para os cansaços e as mazelas da vida urbana: virou um lugar desejado para descanso, lazer e aventura. Mas ficou também mais longe, porque a vida no campo – o que as pessoas fazem no dia a dia, como produzem, como se relacionam – se tornou um mistério para a maioria dos brasileiros.

Pessoas da cidade, em geral, têm uma vaga idéia do que é viver no campo. Costumam imaginar roceiros perdidos em lugares remotos, escondidos, bem longe dos confortos urbanos; ou em paraísos na terra, com uma natureza exuberante e farta, bem ali, à disposição. Se isso é verdade para a maioria da população urbana, mais verdade ainda é para as crianças urbanas, que não chegaram a ter vivência do rural, que conhecem o campo pela memória remota dos avós, muitas vezes

associada ao trabalho intenso e à educação rigorosa, ou associada à abundância e à vida alegre e fácil de um tempo que já se foi.

Professores de ensino fundamental falam de crianças que acreditam que o leite é produzido pelo supermercado, e outras que queriam conhecer uma fábrica de arroz – que devia ser maravilhosa, para fazer tantos grãos assim, tão iguais. Contam, ainda, que muitas crianças jamais viram de perto um pé de feijão, milho ou abóbora, nunca encostaram numa vaca e não sabem se melancia é produzida em árvore ou embaixo do chão.

Mas, professores de ensino fundamental também lamentam que pouco sabem sobre esses assuntos, e que são escassos os recursos que dispõem para ensinar a crianças urbanas sobre recursos naturais e agricultura. Dizem que sofrem nas aulas de geografia para explicar as diferenças entre costumes e estilos de vida do rural e do urbano. Por isso, costumam descrever para os alunos um rural meio folclore, meio sertanejo de TV, porque assim as crianças compreendem, já que são essas as referências que estudantes e professores conhecem. Nas aulas de ciências descrevem como podem os ciclos naturais, porque raramente têm condições de mostrar como a água se renova na Terra, como as plantas brotam e amadurecem e, principalmente, quais são os efeitos das ações humanas sobre o meio. Assim, as escolas quase sempre mostram o camponês, o campo e a natureza de maneiras muito limitadas, como estereótipos ou como fragmentos de um Brasil remoto, poético e difuso, sempre distante do cotidiano da maioria das pessoas que vivem na cidade.

O Sítio

Foi essa situação que motivou a criação do Sítio de Saluzinho. O Sítio – cujo nome técnico é “Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar” - é uma réplica de unidade camponesa que fica no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais da cidade de Montes Claros. É um “museu vivo” da sociedade camponesa norte

mineira, criado para promover o encontro entre crianças, universidade e mundo rural. Funciona como um programa da UFMG que acompanha o calendário escolar oferecendo, semanalmente, oficinas de formação conduzidas por agricultores(as) urbanizados(as) que participam desde o início da formulação da proposta.

Formam um grupo de *especialistas comunitários*: foi assim que o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1986) definiu os camponeses que detém um enorme conhecimento sobre a natureza, as técnicas de produção agrícola, o processamento de alimentos e os recursos naturais. E, no Sítio de Saluzinho, esses especialistas se transformam em camponeses-docentes, pois lidam com a formação de crianças e universitários recriando no Campus costumes de trabalho, saúde e lazer da família camponesa. Além dos agricultores urbanos, atuam como monitores do Sítio duas voluntárias da Pastoral da Criança e estudantes da UFMG, que apoiam as oficinas de formação.

O Sítio de Saluzinho é, portanto, um espaço de vivência rural para crianças urbanas. São 2 hectares da Universidade usados para receber crianças, enriquecer o conteúdo das aulas das escolas públicas, valorizar os conhecimentos e as técnicas tradicionais do Norte mineiro, dar ocupação a agricultores/as urbanos/as. Também, capacita estudantes universitários em atividades de extensão e estimula diálogos entre projetos da universidade.

O programa

Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, nasceu em Varzelândia, Minas Gerais, em 1917 e faleceu em Itacarambi, também em Minas Gerais, em 1990. Foi um camponês do norte mineiro que, no tempo da ditadura, enfrentou fazendeiros que queriam tomar sua terra. Acuado numa gruta por policiais e jagunços em dezembro de 1967, Saluzinho resistiu sozinho durante 5 dias. Entregou-se à Polícia Militar, foi preso, torturado, e passou 4 anos em prisões de Montes Claros e Belo Horizonte. Nesse meio tempo, Saluzinho perdeu a esposa e alguns

filhos, que morreram em conseqüência de torturas. Ao sair da prisão havia já perdido o sítio; sem família, morou de favor em áreas rurais de Januária e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, mas até o fim da vida reclamou seu direito à terra. A tenacidade da sua resistência transformou Saluzinho num símbolo da luta do agricultor norte mineiro pela sua terra e pelos seus valores (CAMPOS, 2014).

Para que a história e a luta de Saluzinho não sejam esquecidos, a UFMG prestou-lhe homenagem ao batizar o Sítio. E a missão do Sítio de Saluzinho é valorizar o conhecimento e a experiência de agricultores, reunindo num mesmo espaço e para a mesma atividade três personagens.

Em primeiro lugar os docentes-agricultores urbanos. São todos eles de origem rural, urbanizados nos anos 1960/1970, e praticam uma agricultura tradicional, agroecológica e territorializada, com raízes assentadas no acervo de conhecimentos e técnicas materiais da agricultura familiar do norte mineiro. São pessoas que dispõem de um conhecimento enciclopédico sobre o mundo rural e que gostam de se lembrar de histórias, contar casos e criar técnicas. No Sítio, encontram uma boa ocasião para multiplicar seus ensinamentos e conselhos - aqueles mesmos que gostam de dar para seus netos. A diferença é que, no Sítio, lidam com as informações de maneira sistemática, organizando conteúdos específicos que transformam em oficinas de 30 minutos de duração; nestas, reúnem histórias, técnicas e experiências agrícolas, temperando tudo com muita sabedoria e prática.

O outro personagem é o Instituto de Ciências Agrárias, ICA, da Universidade Federal de Minas Gerais, que fica em Montes Claros. O ICA reúne uma boa parte do ensino e da pesquisa do rural e agrícola da Universidade e, como toda instituição pública de ensino, deve dar um retorno para a sociedade – e não apenas para os estudantes que freqüentam seus cursos – sob a forma de conhecimentos adaptados e inovadores das ações de extensão. O Sítio de Saluzinho proporciona ao ICA/UFMG uma presença mais ativa na sociedade que o abriga, diversifica sua rede de formadores ao incluir agricultores urbanos, e

expande seu público de trabalho por meio das parcerias com as escolas de ensino fundamental. O Sítio possibilita à UFMG inovar nas atividades de extensão, nas relações com a sociedade urbana e na valorização da diversidade cultural do Norte geralista e camponês de Minas Gerais.

Há, em terceiro lugar e por fim, as crianças do ensino fundamental das escolas públicas. Essas crianças, como foi visto, recebem informações muito ralas sobre o mundo rural, as práticas agrícolas costumeiras, o ambiente e os recursos naturais. No Sítio de Saluzinho esses assuntos são tratados na *toada* própria dos agricultores, que oferecem junto com as oficinas o sotaque, os gostos, os costumes e as técnicas do lugar. É por isso que, encontrando docentes camponeses no Sítio, essas crianças muitas vezes se sentem em casa, pois se remetem à sabedoria dos avós, e assim reavaliam noutra perspectiva a sabedoria doméstica, que agora passa a ser validada pelo agricultor e, também, apoiada pelas escolas e pela Universidade que dedicam ao assunto todo um horário que é formalmente dedicado ao aprendizado.

Além disso, a docência camponesa abre outras conexões com a escola, os professores e as disciplinas de currículo. Por exemplo: ilustra com prática os processos biológicos que são abordados nas aulas de ciências quando mostra a brotação da planta que serve como alimento; dá novo sentido às aulas de artes quando vincula segurança e soberania alimentar com cultura; dá corpo às aulas de geografia quando permite o convívio direto com lavradores e processos produtivos. E, principalmente, a oficina dos agricultores no Sítio de Saluzinho estimula nas crianças a curiosidade interdisciplinar, quando por exemplo trata ao mesmo tempo de assuntos como conservação da natureza e produção de alimentos, que reúnem conhecimentos de disciplinas escolares diferentes, mas que são tratados como unidade na abordagem holística que é característica dos docentes camponeses.

As oficinas de formação tratam de assuntos como a lavoura, o corante, a cana-de-açúcar, as plantas de uso medicinal, a reciclagem. Todas têm, como pano de fundo, a cultura material do rural norte mineiro, o/a agricultor/a, a terra, o meio, os recursos, a pauta alimentar

local, saudável, segura e soberana relacionada ao território. Ao valorizar os costumes, as técnicas e os alimentos, o Sítio de Saluzinho vai além da transmissão de conhecimentos; busca, mesmo, é despertar o sentimento de pertencimento cultural ao território. A cultura se 'estende' - no sentido que Paulo Freire (1983) deu ao termo - ao se exercitar, e por isso quando a docência e a disseminação de conhecimentos são conduzidas por camponeses, criam bases para outros, para novos conhecimentos. Mas, também desafiam a Universidade a repensar seus métodos e a escala de valores que sustenta o conhecimento acadêmico.

Como a principal atividade de formação do Sítio de Saluzinho é a oficina conduzida por agricultores urbanos-docentes, a proposta acaba por criar um nexo novo na relação entre população urbana, populações rurais tradicionais e Universidade. Os agricultores se tornam protagonistas no processo de troca de conhecimentos, e se apropriam dos recursos didáticos característicos da academia - o direito privilegiado da palavra, o conhecimento apoiado nos títulos, a direção do processo de aprendizado: em resumo, o poder de professor na sala de aula - para 'inverter' alguns dos termos deste processo e estabelecer uma relação inculturadora e *doce* com as crianças. E mesclam a condição de mestres com a condição de discípulos, pois também fazem questão de aprender com as crianças; mesclam a formalidade da atitude do professor que conduz uma aula com a irreverência que cabe nas relações entre netos e avós. E essa experiência de docência estimula indagações, novas propostas e novas dinâmicas que realimentam esse jogo entre camponeses urbanos e crianças saudosas do rural.

Aprendizados

A rotina do Sítio de Saluzinho é muito simples: são oferecidas em um período do dia, manhã ou tarde, 4 oficinas de meia hora, abordando temas diferentes. As crianças são transportadas até o Sítio; então, começam as 4 oficinas; depois das duas primeiras é servida a merenda: quitandas artesanais e sucos de frutos da região. A curta

duração das oficinas foi uma sugestão das crianças que participaram dos testes de rotina em 2013, pois sempre queriam acompanhar todas as oficinas, e a solução encontrada foi reduzir sua duração. Merenda foi uma surpresa: nas oficinas de teste, a equipe percebeu que as crianças, trazendo merenda de casa, produziam meio litro de lixo *per capita*; a merenda artesanal, além de ser muito apreciada, valoriza a pauta alimentar local e não produz resíduos no Sítio.

Merenda, transporte, deslocamento de monitores, tudo isso tem um custo. No caso do Sítio de Saluzinho a experimentação tem sido bancada por duas agências: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Fapemig. Desde o começo dos anos 2000 as agências de fomento à pesquisa, lideradas pelo CNPq, vem destacando a importância das atividades de extensão. Esse destaque se transformou numa prática e em editais de fomento, e é por meio deles que a proposta se sustenta e tem horizonte para experimentar.

Desde 2014 - as atividades regulares começam sempre em fevereiro - o Sítio de Saluzinho recebeu 6.828 crianças de 18 escolas de ensino fundamental de Montes Claros, que participaram de 478 oficinas que acompanharam todo o período letivo. Agricultores urbanos e voluntárias da Pastoral da Criança ofereceram a maioria delas; as demais foram conduzidas por estudantes da UFMG. As crianças atendidas cursavam 1 º, 2º, 3º, 4º e 5º anos, e representaram aproximadamente 30% das matrículas, na faixa de 6 a 10 anos de idade, das escolas de ensino fundamental de Montes Claros.

As oficinas tiveram conteúdos diversos. Reciclagem – de plásticos, alimentos e outros produtos de consumo – foi o tema mais recorrente em oficinas. Em seguida, e com freqüência muito próxima, está um tema caro às agricultoras urbanas e aos grupos de pesquisa da UFMG: o uso medicinal das plantas, que foi explorado sob várias aspectos, desde os cuidados com a saúde até a identificação dessas plantas e seu cultivo, mesmo em áreas muito pequenas. Em seguida, com frequência igualmente elevada, aparecem os temas relacionados à

segurança e à soberania alimentar: a lavoura tradicional norte mineira e os cuidados com a alimentação, incluindo desde os costumes de plantio até o consumo de alimentos naturais e orgânicos, o preparo de temperos domésticos, os perigos do uso de venenos na produção de alimentos. Além disso foi destacada a biodiversidade: sementes, mudas, insetos e animais presentes na natureza e sua influência sobre a saúde, a qualidade de vida e a alimentação humanas. Por fim há o tema que, de certo modo, resume a proposta do Sítio de Saluzinho: a oficina de brincadeiras tradicionais, que confere ao lugar sua característica de espaço de aprendizado lúdico, que coroa as relações muito próximas que marcam as oficinas de agricultores/as urbanos/as.

Quadro1. Temas e número de oficinas ofertadas no Sítio de Saluzinho 2013/2020

Temas	Número de oficinas
Técnicas e produtos da lavoura	90
Usos medicinais das plantas	81
Brincadeiras tradicionais	56
Educação ambiental - temas diversos	52
Mandioca e seus derivados	41
Urucum/Tintas da natureza	35
Cana e seus derivados	27
Macaúba	23
Reciclagem	19
Sementes, mudas e biodiversidade	12
Conservação das águas	12
Frutos de quintais	11
Alimentação Saudável	9
Produção de mudas, germinação, estaquia	4
Cultura Indígena	2
Minhocário	2
Composto orgânico	2
Total: 18 temas	478

FONTE: Dados da pesquisa dos autores

A equipe de coordenação, de apoio e os monitores descobriram rapidamente que não conseguem lidar com todo o estímulo ao aprendizado que as oficinas produzem. Tudo depende da capacidade dos/as professores/as para estimular a multiplicação daqueles saberes no retorno à sala de aula. Embora as oficinas sejam dirigidas às crianças, seus melhores resultados virão da atitude dos professores/as, que podem criar muitas interfaces entre a oficina e a sala. O ganho em qualidade dependerá mais do empenho do/a educador/a que propriamente dos oficineiros/monitores. Foi assim que surgiu a ideia de fazer capacitações para os professores que acompanham as crianças nas visitas técnicas aos Sítio de Saluzinho. Acadêmicos e mestrandos da UFMG organizam intercâmbio de conhecimento em temas como ambiente, semiárido, água, agroextrativismo, agricultura familiar e soberania alimentar, suscitados pelos professores quando acompanharam crianças ao Sítio, no contato direto com a proposta e os docentes camponeses.

Por isso, se tornou recomendável que a escola informe com antecedência os temas que está abordando naquela ocasião, de modo que as oficinas possam ser planejadas para complementar aqueles assuntos, respondendo a demandas de geografia, ciências ou português, retornando nas salas de aulas aos temas das oficinas do Sítio de Saluzinho. Do mesmo modo, a participação maior ou menor das crianças nas oficinas depende da maneira como a escola as prepara anteriormente para receber aquela experiência de conhecimento. E passa, também, pela maneira como a família da criança lida com o conhecimento tradicional: neste ponto são recorrentes os exemplos citados por crianças de avós ou tios que vivem ou viveram no campo, e que no Sítio rememoram essa sabedoria familiar quando a vêm materializada no agricultor docente que revela o segredo de mágicas como a multiplicação da manaíba ou os mil-e-um usos possíveis da cana-de-açúcar. Validar, valorizar, reconhecer estes conhecimentos tem que ser também uma experiência cultural familiar e curricular. A parceria com escolas e familias são bases; o Sítio de Saluzinho fornece um complemento, que

pode ser decisivo para fortalecer atitudes e valorizar o pertencimento ao lugar. Na avaliação das oficinas feitas por crianças e professores, a visita ao Sítio, ainda que sem esses complementos curriculares/familiares, sempre é considerada uma boa experiência. Mas é fundamental que o quadro se complete, para que a experiência densa de convívio com o rural tradicional se encontre com a cultura do território.

Embora estabelecer essas relações entre a proposta do Sítio de Saluzinho, a família, a escola e a cultura local possa parecer difícil, em Montes Claros, na realidade, não é. É um lugar de cultural e dieta locais muito ricas e próprias, com uma culinária é baseada nos frutos nativos, nos temperos, no preparo muito particular dos alimentos, e isso se mistura com um sentimento muito forte de lugar específico, que então se combina com a proposta do Sítio para fechar um circuito de valorização do rural e do pertencimento, que tem que estar sempre em construção.

Referências

BRANDÃO, C.R. **Saber de classe e educação popular**. IN_____O ardil da ordem. Campinas, Papirus, 1986.

BRITO, G. S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimentos agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ciêcias Agrárias) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, MG, 2011.

CAMPOS, L.A.S. **Saluzinho, luta e martírio de um bravo**. Belo Horizonte, D'Plácido, 2014.

CARDOSO, J.M.A. **A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.** IN OLIVEIRA, M.F.M. & outros. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros, Editora Unimontes, 2000.

CRUZ, G. C. ; Ribeiro, A. E. M. ; GALIZONI, F. M. **Semiárido, seca e *gerais* do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco**. Campo-Território, v. 13, p. 29-56, 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª edição, RJ, Paz & Terra, 1983.

GALIZONI, F. M. ; RIBEIRO, A. E. M; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. Águas dos Gerais. In RIBEIRO, E. M (Org.). Histórias dos Gerais. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PAULA, H. **Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros, Minas Gráfica Editora, 1957.

RIBEIRO, E. M (Org.). **Histórias dos Gerais.** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 329p.

VIANNA, N. Serões montesclarenses. Belo Horizonte, Itatiaia, 1972.

Reflexões sobre geração e uso de tecnologias para a Amazônia: os desafios para a apropriação e uso por comunidades rurais

Lindomar de Jesus de Sousa Silva[59]
Gilmar Antonio Meneghetti[60]
José Olenilson da Costa Pinheiro[61]
Alessandro Carvalho dos Santos[62]

Resumo

O texto faz uma análise da geração de tecnologias e uso das mesmas pelas comunidades de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas na Amazônia. Traz algumas definições e conceitos de autores sobre o tema. Analisa fatores que interferem na adoção e limitam a apropriação das tecnologias pelas comunidades. Faz uma reflexão sobre a comunicação e interação entre os atores no processo. Aponta elementos concretos externos que dificultam o acesso às tecnologias para a inovação nos sistemas de produção pelas comunidades e as condições que contribuem para isso. O texto reflete a vivência dos autores na pesquisa com comunidades na Amazônia.

Palavras-chave: Comunidades amazônicas. Apropriação de tecnologias. Comunicação e transferência.

59 Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, Brasil

60 Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, Brasil

61 Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, Brasil

62 Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM, Brasil

A geração e adoção de tecnologias para a inovação nos sistemas de produção, com o objetivo de promover o desenvolvimento, a sustentabilidade, a inclusão socioeconômica e produtiva de comunidades de agricultores familiares e tradicionais, constitui-se em um grande desafio para as instituições de ensino, pesquisa e extensão na Amazônia. Para o conhecimento e a tecnologia serem efetivos nesse ambiente, é preciso que se conheça a realidade e se insira os atores locais no processo. Uma breve análise das políticas de desenvolvimento empreendidas em décadas anteriores revela que se priorizaram nelas grupos e segmentos historicamente abastados, em detrimentos da diversidade social, econômica e cultural, assim como as ações promovidas impuseram um viés de homogeneização no modo de manejar o ecossistema da região, invisibilizando comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores familiares (SANTOS, 2010).

Para Brito (2001, p. 63), a opção pelo desenvolvimento da Amazônia assenta-se na "racionalidade como um princípio estruturador das esferas sociais e está restrito a alguns espaços pontuais". O desenvolvimento ocorrido foi uma expansão que se orientou por uma racionalidade empreendedora, movida pela desejo imensurável de adentrar e ocupar a fronteira para responder, unicamente, à "demanda de produtos agrícolas para os mercados internos e para atender a pauta de exportação de recursos primários" (CASTRO, 2010, p. 278). A expansão se assentava na racionalidade/instrumento, enquadrada por Ramos (1989) e Santos (2003), como modelo de racionalidade ocidental – razão indolente.

Costa (2010, p. 26) afirma que a lógica da racionalidade expõe a "dinâmica da economia rural na Amazônia" que tem sido dominada pelo "fenômeno do desmatamento, riscos ambientais a isso associados, desde a contribuição ao aquecimento global até os efeitos deletérios de possível savanização da região".

Para Costa (2010), os movimentos e dinâmicas econômicas na região Amazônica estão se configurando em grandes paradigmas

tecnológicos. Paradigma conceituado por Dosi (2006, p. 22-23) como um "modelo ou um padrão de soluções de problems tecnológicos selecionados, baseado em princípios selecionados, derivados das ciências naturais e em tecnologias materiais selecionadas", assim como, que os "paradigmas tecnológicos definem também alguma ideia de progresso". Um paradigma tecnológico, segundo Costa (2010, p. 27-28), é formado: "a) de uma perspectiva de definição de problemas relevantes à luz de uma noção de progresso; b) de um conjunto de procedimentos – heurísticos – para resolver tais problemas. Por outro lado, um paradigma oferece a possibilidade, entre outras, de organização da reprodução social, sendo sua existência concreta, histórica," além do "c) resultado de mecanismos de seleção e, c.1) associados à dimensão econômica e c.2) a outras dimensões da vida em sociedade, em particular à cultura, à política e à ciência". Costa (2009, p. 43) identifica dois paradigmas na Amazônia: o agropecuário e o extrativista. O primeiro deles orienta-se pela busca de "eficiência demonstrada no controle da natureza, para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas", comportando "trajetórias tecnológicas marcadas pelo uso intensivo da mecânica e da química e pela formação dos sistemas botânicos e biológicos homogêneos para isso necessários".

Monteiro (2006, p. 3) afirma que o paradigma agropecuário tem balizado as "tentativas estratégicas de desenvolvimento na Amazônia" desde o início da segunda metade do século XX, visando criar "estruturas e espaços homogêneos como vetores capazes de impulsionar o desenvolvimento da Amazônia". Costa (2009, p. 29) afirma que os paradigmas postos que balizam as ações e tentativas de desenvolvimento, orientam para uma visão na qual a natureza é entendida na condição de matéria-prima, propiciando a "desmontagem do ecossistema (o bioma originário) para comercialização de suas partes como processo econômico legítimo, ou na condição do insumo 'terra', isto é, de um suporte depreciável de um sistema edafo-climático para a produção agropecuária". Para Brito (2001, p. 116), a história da Amazônia, tanto no "contexto da colonização como na política de integração

nacional, vem sendo marcada pela tentativa de enquadrar um espaço com grandes potenciais econômicos no sistema de mercado".

O paradigma extrativista constitui um contraponto ao agropecuário, demostrando, segundo Costa (2010, p. 29), que há "outras formas de utilização da base natural da região, que pressupõem a manutenção da natureza originária", com bases em "conhecimento e institucionalidade próprias, dominantemente tácitas e consuetudinárias, fundamente incorporadas na cultura da região". São formas de utilização da natureza estabelecidas no habitat amazônico, "um complexo sistema de organização social articulando práticas econômicas e culturais que lhes são particulares" (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 41). Segundo Costa (2010, p. 30), o paradigma extrativista, que caracteriza a atuação do "camponês" na Amazônia, tem como principal característica a "centralidade da família nos processos decisórios, seja como definidora das necessidades reprodutivas, que estabelecem a extensão e a intensidade do uso da capacidade de trabalho de que endogenamente dispõe".

É evidente que as políticas públicas são criadas sob a ótica do paradigma agropecuário, já que a Amazônia é concebida pela Estado brasileiro e pela elite econômica como

> [...] fronteira de recursos e vazio demográfico na qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponibilizados. Representação muito distante, portanto, da Amazônia multicultural e multiétnica que milenarmente a caracteriza. (CASTRO, 2010, p. 112).

O paradigma agropecuário pode ser notado inclusive na denominação dos setores do estado e dos municípios que fazem a gestão das políticas para o meio rural: a Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e as secretarias municipais de produção agropecuária. O objetivo central da ação das mesmas é a produção, adotando para isso estratégias utilizadas ecam outras regiões do país.

A orientação pelo paradigma agropecuário, segundo Costa (2016, p. 29), conduz a uma estratégia homogeneizadora que promove "uma supressão de capacidade física, uma transferência de recursos, sem gerar, na proporção necessária, capacidade produtiva". Esse fator conduz ao "aprofundamento das assimetrias, das diferenças de capacidade e de qualidade de vida – nos pontos centrais do sistema, na produtividade cada vez mais elevada, com correspondente melhoria nas condições de vida, na sua margem o contrário". E como salienta Monteiro (2010, p. 240), ele não é "capaz de incorporar as características particulares da natureza originária da região como fundamento de competitividade". Brito (2001, p. 187) afirma que o desenvolvimento homogeneizador cria os "enclaves, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas", com ampla "incapacidade de integrar o continente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos da exclusão".

Na concepção de Castro (2017, p. 27), as políticas e programas implementados na Amazônia têm raízes no processo de colonização das Américas, "atravessam os séculos e chegam ao presente, mas agora com o uso de tecnologias de exploração de mais performance, contando com uma mão de obra mais qualificada para atender às demandas de produtividade e competitividade", que fortalecem o "imaginário de uma sociedade cuja prática dominante repousa sobre a extração de recursos, e seu sistema econômico também se erige sobre ele, dando margem a se expandir um imaginário de poder *rentista*".

Os estudos de Monteiro (2006), Brito (2001) e Costa (2016) permitem notar que a introdução de tecnologias e inovações orientadas pelo paradigma agropecuário serviram para dar suporte a um processo batizado por Castro (2017, p. 37) de "avanço da modernidade e do neocolonialismo", onde o "padrão referido à lógica de mercado que a transforma, de modo restrito, em lugares de negócios", situação que ganha condições problemáticas quando são alimentadas por leituras e "interpretações lacunosas e equivocadas da ciência, e dos discursos

dominantes que realimentam, ainda, as ideias coloniais de Amazônia homogênea, vazia e fonte inesgotável de recursos".

Efeitos do paradigma agropecuário

Na ideia da adoção de estratégias homogeneizadoras nas ações em comunidades amazônicas, segundo Castro (2017, p. 36-37), está a falta de importância dada à "enorme diversidade social e étnica" existente. São "grupos sociais que compartilham uma experiência histórica, cuja relação com o território tem um lugar central em seu modo de vida", e que passam a não serem reconhecidos pela lógica econômica dominante. Seus "territórios" tornam-se "palco de processos conflitivos e de confrontos que atravessam a região e que objetivam, por parte deles, garantir a integridade de identidades e territorialidades".

Almeida (1989, p. 163) entende que a territorialidade "funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante, disposições sucessórias, porventura existentes" e de maneira "genérica, estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob acepção corrente de terra comum."

O pensamento e as ações levadas a cabo sob este paradigmas, para Monteiro (2006, p. 5), levaram ao uso "insustentável" das bases naturais da região amazônica com a "ampliação das mazelas sociais e da concentração de riquezas e de poder econômico", o que, no entendimento de Brito (2001, p. 236), pode ser chamado de "desenvolvimento predatório e excludente", insustentável. A dinâmica das sociedades amazônicas está relacionada à sustentabilidade, uma vez que, está baseada na "utilização preservadora de elementos originais da natureza. Sua escala de percepção é micro e meso" (COSTA, 2016, p. 27).

O paradigma em questão pode ser analisado na perspectiva da prevalência da razão indolente, formulada por Boaventura de Sousa Santos. Para Santos (2002, p. 239-241) a razão indolente se apresenta de quatro formas: 1) a "razão impotente, aquela que não se exerce

porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria"; 2) a "razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade"; 3) a "razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima"; e 4) a "razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente".

Com base em Sousa Santos (2003), pode-se entender que o que tem regido o desenvolvimento na Amazônia é a razão metonímica,[63] com seu conteúdo de totalidade, com a típica dicotomia que dá sentido à simetria e à hierarquia. A simetria como uma relação horizontal mascarando a vertical. Na hierarquia há o predomínio do conteúdo dicotômico de conhecimento científico/conhecimento tradicional, homem/mulher, cultura/natureza, civilizado/primitivo, branco/negro, norte/sul, ocidente/oriente, etc. (SANTOS, 2002). Orientado pela racionalidade ocidental metonímica, as intervenções na Amazônia tornam-se cada vez mais seletivas, arbitrárias e excludentes, como diz

63 Em sua totalidade e seletividade, a razão metonímica tem como base cinco lógicas ou modos de produzir a não existência (SANTOS, 2003), a saber: a) lógica da monocultura do saber, onde a ciência moderna e a alta cultura tornam-se único critério de verdade; b) lógica da monocultura do tempo linear, onde a história possui sentido e direção únicos e conhecidos, e suas palavras de ordem são progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização – essa linearidade do tempo segue os relógios e as orientações padronizadas e definidas nos países centrais e suas instituições que passam a ser o modelo que define o que é atrasado e assimétrico; c) lógica da classificação social, a monocultura da naturalização das diferenças que define hierarquias e estabelece categorias e, principalmente, define estamentos onde jamais o inferior vai se configurar como portador de alternativa credível; d) lógica da escala dominante, onde predomina a lógica da modernidade ocidental, as formas do universal e do global, que visa o predomínio, ignorando e desconsiderando especificidades e contextos locais; e) lógica produtivista, monocultura que valoriza a produtividade capitalista expressa em indicadores e índices como o crescimento econômico, que passam a ser o objetivo primordial e inquestionável.

Sousa Santos (2003, p. 740), já que ela "não só tem uma compreensão limitada do mundo, como limitada de si própria".

Ao predominar o paradigma agropecuário (COSTA, 2010), conduzindo pela racionalidade moderna metonímica, exaustivamente analisada por Boaventura Sousa Santos, dentro da meta-sociológica, é possível perceber que as comunidades de pequenos agricultores, ribeirinhas e tradicionais são propositalmente invisibilizadas por serem culturalmente diferenciadas, por possuírem formas próprias de organização social, por utilizarem os territórios e recursos naturais, numa lógica que não coaduna com os objetivos do sistema racional ocidental, que na Amazônia ganhou respaldo e apoio do Estado no pensamento militar desenvolvimentista, que sempre viu a região como "um espaço vazio". Visão essa que predomina em diversos projetos minerais, de infraestrutura e agropecuários (SILVA, 2014; ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Os paradigmas da transferência tecnológica na Amazônia

Na Amazônia, podemos afirmar que a ação de transferência de tecnologia para a inovação predominante, não única, é em seu escopo baseada no paradigma agropecuário (COSTA, 2010), na razão metonímica e com objetivos alicerçados na revolução verde e na modernização conservadora da agricultura. Dessa forma, o agente transferidor de tecnologias busca um tipo de agricultor empreendedor, "depositário de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequados para as condições específicas de suas explorações e dos agroecosistemas por eles manejados" (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 31).

Para Schmitz (2006, p. 57) predomina em muitas ações na Amazônia o modelo de intervenção, onde "o conteúdo a ser transmitido aos agricultores é planejado de forma hierárquica pelos órgãos competentes das instituições", e, nessa condição, o que é repassado ao agricultor constitui-se no que é pensado e desenvolvido pelos cientistas, pesquisadores "envolvidos na pesquisa, adaptada pelos

extensionistas, enquanto *receptor*, o agricultor mantém-se prioritariamente passivo, seu saber não tem importância nesse modelo, ele não é consultado".

Essa perspectiva é muito bem descrita pelo Dr. Eliseu Alves, um dos mais renomados e conhecidos presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em entrevista a Jorge Duarte (2018, p. 8). Nessa entrevista o Dr. Eliseu Alves expõe o modelo de difusão importado dos Estados Unidos e a sua radicalidade para a realidade brasileira. Diz Eliseu Alves:

> É não dava certo. E ainda havia a ideia de que o agricultor era capaz de copiar, mas não de aprender. A extensão rural americana, que deu base para a criação da Acar [Associações de Crédito e Assistência Rural], era fundamentalmente baseada no princípio de que, se fosse ensinado apropriadamente, o agricultor é capaz de aprender.

A resposta de Alves a Duarte mostra muito bem um aspecto que prevalece em muitas estratégias de transferência tecnológica, inclusive na Amazônia. A ideia de um agricultor receptor, passivo e que aprende a utilizar a tecnologia, sem nenhum posicionamento crítico, não existe. Existem lógicas e razões pelas quais os agricultores utilizam ou não as tecnologias, em parte ou no todo, adaptando-as ou implementando-as integralmente. O entendimento do ambiente, das condições, das lógicas e razões dos agricultores é fundamental para que haja o uso de tecnologia e inovação nos sistemas de produção. Essa concepção de agricultor passivo tem origem no difusionismo de Everett M. Rogers,[64]

64 Everett M. Rogers, segundo a Wikipédia, foi um eminente teórico da comunicação e sociólogo americano, que desenvolveu a teoria da *difusão de inovações* e introduziu o termo *adotante precoce*. Foi Distinto Professor Emérito do Departamento de Comunicação e Jornalismo da Universidade do Novo México. É considerado como o autor responsável pela adequação do modelo de "extensão rural para os países subdesenvolvidos, criando para tanto, o modelo difusionista-inovador" (FONESCA, 1985; JUNGES; PELEGRINI, 2014)

uma das principais referências teóricas para a estratégia de difusão tecnológica. Na perspectiva de Rogers, é preciso uma atenção especial do difusor para com os aspectos sociais da inovação, e é essencial que haja um vínculo, uma empatia com o receptor, essencial para o alcançar os resultados. Entretanto, para Rogers, é essencial que o difusor possua um poder de persuasão, estratégias manipuladoras e o controle do processo em seus tons e ritmos de difusão da inovação, compreendida por Roger como "*an innovation is an idea, practice, or object that is perceived as new by an individual or other unit of adoption*" (2003, p. 12). E para que a inovação ocorra são fundamentais quatro determinantes: a inovação em si, a comunicação, o período de tempo e o sistema social (ROGERS, 2003).

Rogers (2003), com seu conceito de inovação e sua perspectiva de difusão, que ocorre dentro de um sistema de aprendizagem, numa relação professor aluno, assimétrica e hierárquica, mostrando que a fragilidade da abordagem está em não reconhecer os fatores pessoais, culturais, políticos e socioeconômicos em que o agricultor está envolto, se contrapõe à visão apresentada por Eliseu Alves. Por sua vez, em uma linha de contestação ao modelo de Rogers e aprofundando aspectos da perspectiva de Eliseu Alves, Junges e Pelegrini (2014, p. 421) afirmam que o modelo de ensino-aprendizagem utilizado na transferência de tecnologia permitiu "a passagem de uma sociedade tradicional para a moderna, abandonando valores como conservadorismo, afetividade, compadrio e, também, as soluções tradicionais para os problemas comuns que não eram interessantes para o processo de modernização do desenvolvimento proposto".

O paradigma agropecuário, com suas estratégias de homogeneização do espaço amazônico, e o ensino-aprendizagem, como modelo de tecnificação e inovação para comunidades amazônicas, são opções equivocadas e suicidas como elementos de um processo de desenvolvimento, na medida em que levam a um desperdício de oportunidades, simbolizado na transformação da floresta biodiversa em carvão e suas cores e formas... em um único recurso preto. Dados do IBGE (2019)

mostram que 47,4% da população amazonense encontra-se abaixo da linha de pobreza, o que significa 1,9 milhões de pessoas, dos 4,1 milhões de habitantes, nessa situação. Essas informações evidenciam que todas as alternativas de desenvolvimento para o conjunto da população fracassaram e favoreceram uma pequena parcela da população. A análise é baseada no índice de Gini, indicador utilizado mundialmente para medir a desigualdade. Em uma escala que varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima, situação em que um indivíduo receberia toda a renda de uma economia), o índice de Gini do estado foi de 0,568 em 2019. Em 2018, o índice era de 0,546, indicando um crescimento na concentração de renda no Amazonas.

Elementos para pensar o uso de tecnologias para a inovação na Amazônia

A substituição do paradigma agropecuário, homogeneizante e da própria racionalidade ocidental, requer caminhar em direção a uma ação que possibilite aos agricultores serem co-criadores e se apropriarem das tecnologias geradas, por eles e/ou por terceiros, para muito além da produtividade. Exige uma postura dos atores que ponha fim à dicotomia *homo faber* e *homo sapiens*, dando sentido ao uso das tecnologias e à possibilidade de criação e emancipação. Isso significa entender os pequenos agricultores familiares e comunidades amazônicas na perspectiva de que o "pensar e agir são inseparáveis, isto é, o homem é um ser técnico porque tem consciência, e tem consciência porque é capaz de agir e transformar a realidade" (ARANHA; MARTINS, 1992, p. 43).

O que significa, para Meneghetti (2012, p. 9), a superação da forma de produção e de geração de tecnologia que "desconsidera o ambiente e as particularidades do ecossistema amazônico, e que pode comprometer o futuro das unidades de produção e de convívio das famílias rurais". Os pequenos agricultores e comunidade tradicionais, em sua grande maioria, não buscam lucro ou renda máximos em um sistema de produção, e

poucos se especializam ou desenvolvem ações e práticas homogeneizadoras em relação ao ambiente e ao modo de produção. As comunidades indígenas e tradicionais trazem conhecimentos milenares aprendidos, em especial na maneira de se adaptar e conviver com o ambiente. Como afirma Pereira *et al*. (2015, p. 62), as comunidades desenvolveram um modo peculiar de vida em que multifuncionalidade e pluriatividade não significam combinação de atividades e sim "manejo simultâneo de diversos recursos naturais e ecossistemas terrestres (terra firme) e aquáticos (várzea)", assim como de "atividades produtivas que combinam a agricultura e a pecuária com a exploração de recursos florestais, notadamente a exploração dos assim chamados produtos florestais não madeireiros (PFNM), a pesca e a caça".

Ao trazer elementos históricos, geográficos, étnicos e culturais para a reflexão, não se pretende abrir mão dos avanços tecnológicos disponíveis, e sim buscar tecnologias adaptadas que contribuam para um melhor aproveitamento dos recursos amazônicos, e cujos resultados contribuam para a melhoria de vida das pessoas. A velocidade do avanço das atividades e de incremento nos sistemas de produção é dada pelo agricultor e sua família. Entretanto, técnicas e práticas rudimentares de produção dificultam a expansão da produção e a participação dos pequenos agricultores e comunidades amazônicas em sistemas de trocas, de forma permanente e com poder de barganha, o que tem como consequência a impossibilidade de "aliar preservação ambiental, renda e qualidade de vida para os agricultores da Amazônia" (HOMMA, 2015, p. 20). A superação da situação, para Meneghetti e Souza (2015, p. 46), exige um novo olhar para o desenvolvimento, não apenas como sinônimo de produção, geração de emprego e produção industrial isoladamente, ou seja, as "políticas para o setor urbano e rural precisam se integrar, buscando complementaridades e sinergias".

A geração de tecnologias precisa considerar a necessidade de "descobrir, estudar e proteger esse patrimônio natural", o que para Prado (2021, p. 16) pode "conter inúmeros benefícios para a

sociedade, é uma missão fundamental e de interesse ambiental, social e econômico", considerando que o "estado do Amazonas detém 92,84% de sua cobertura florestal preservada". Desse modo, é importante o envolvimento dos pequenos agricultores familiares e comunidade tradicionais, porém é preciso ressaltar que estratégias politicas, programas e ações de valorização dos recursos naturais necessecitam, como diz Homma (2021, p. 26), superar o discurso "abstrato da bioeconomia" e as justificativas de venda de "serviços ambientais para melhorar as condições de vida dos pequenos produtores", o que constitui "alternativa inusitada e paradoxal" que pela "necessidade de intermediários ou de terceiros para viabilizar essas alternativas" acaba por beneficiar o "elo mais forte do sistema, representado pelo sistema bancário".

As reflexões geradas pelos pesquisadores da Embrapa Amazônia Ocidental, do setor de transferência de tecnologia, do grupo de pesquisa "Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar", concluem que o processo de transferência de tecnologias, para ser exitoso para os pequenos agricultores, as comunidades e a sociedade, precisa fortalecer processos coletivos (BRITO *et al.*, 2018), o que pressupõe a superação de práticas vinculadas ao repasse de técnicas e conhecimentos a partir da perspectiva unitária, na propriedade para um agricultor, para posteriormente atingir o coletivo. Na concepção que pensa o unitário, predomina uma espécie de critério de Pareto, em que o pesquisador busca implementar uma estratégia de transferência – Unidades de Referência Tecnológicas (URTs), cursos e outras – a partir da necessidade de se obter mais eficiência no retorno do *input*, oriundo da ação de transferência. O agricultor executa, fielmente, o protocolo estabelecido pelo pesquisador e desenvolve uma cópia fiel da tecnologia estabelecida e gerada em outro contexto.

Outro aspecto fundamental na ação de construção do conhecimento e ação de transferência é a participação. Uma participação ativa, dotada de voz, ampliada por meio do fortalecimento da sua organização coletiva (associação e cooperativa). Nesse sentido, a adoção e adaptação e uso da tecnologia passa, necessariamente, pelo

fortalecimento da comunidade, da organização e do coletivo (ALVES; COSTA; SOUZA, 2018; NOGUEIRA *et al.*, 2017). Os desafios que os agricultores, comunidades tradicionais e ribeirinhas da região amazônica enfrentaram ao longo do tempo, foram superados pela força do coletivo, da comunidade. A expressão disso se encontra no mutirão, na ajuri, no puxirum, como também na troca de dias e um diverso sistema de trocas presentes nas comunidades, seja na repartição da farinha, na partilha do peixe e do conhecimento produtivo e cultural, que ocorre muitas vezes de forma espontânea e sem procedimentos rigorosos, como aqueles impostos por organizações coletivas ocidentais.

O desafio é o de encontrar o ponto, a forma, a maneira, os elementos de dinâmica capazes de mobilizar e motivar a comunidade para buscar a melhoria dos sistemas de produção, desenvolvendo novas formas e dinâmicas de participação, para introdução de tecnologias externas, adaptação e uso delas, e também para a melhoria das tecnologias geradas por ela própria com objetivo de inovação nos sistemas. As tecnologias quando adequadas e adaptadas a cada realidade permitem o aperfeiçoamento da produção, a segurança alimentar, a inserção e participação em mercados diversos, gerando renda e bem-estar familiar e comunitário.

A valorização da biocultura, da sustentabilidade e da agrobiodiversidade vivenciada pelas comunidades, como afirmam (SANTOS *et al.*, 2020; NOGUEIRA *et al.*, 2017), pressupõe o aperfeiçoamento e apropriação de tecnologias para a inovação pelos agricultores e comunidades. Para isso é necessário que o pesquisador entenda e leve a sério o pequeno agricultor, o ribeirinho, o quilombola, o indígena e outros sujeitos amazônicos, respeite a capacidade das mulheres e dos jovens de participarem do processo, assumindo que as comunidades amazônicas têm condições de se desenvolver com suas ações, tecnologias e inovações, que conduzam a uma sociedade sustentável, definitivamente não tratar os amazônicos como criação e reconhecer sua "maturidade coletiva" (CLASTRES, 1979, p.18).

A Amazônia é um ambiente complexo de diversidade ímpar, repleto de oportunidades e que também tem muitas carências. O entendimento do que é esse ambiente no sentido amplo é fundamental para que se amplie o uso de tecnologias, não de forma individualizada, mas de forma coletiva, com as comunidades. O êxito do avanço do uso de tecnologias deve ser medido pelo impacto na melhoria de vida das pessoas e bem-estar comunitário, que não se dá individualmente, mas no conjunto das comunidades. A ação necessita ser plural. Para isso pressupõe-se a construção de alianças e ações conjuntas com instituições públicas e privadas, numa perspectiva de somar *expertises*, solucionar carências e adicionar atores para usufruir de tecnologias apropriadas para a inovação. As instituições e organizações abrem caminhos, criam pontes e permitem avançar para o acesso às políticas públicas, como formação especializada para o desenvolvimento de produtos, assistência técnica e crédito rural (RODRIGUES; MESQUITA; MEDEIROS, 2019; SANTOS; NASCIMENTO; MARJOTTA-MAISTRO, 2018).

Portanto, a ação de transferência na Amazônia incorpora elementos para que possa ser exitosa. Para isso é necessária uma abertura ao outro, a compreensão de que agregar saberes, incluídos os das populações tradicionais, é muito importante para as comunidades amazônicas, para a sustentabilidade e o bem-estar. A adoção, apropriação e adequação de tecnologias e inovações é um fator importante na sustentabilidade.

Considerações finais

A região amazônica tem particularidades e um modo de vida que surge da interação, adaptação e convivência das populações com o ambiente e entre si; indígenas, afrodescendentes, de outras regiões do Brasil, especialmente do nordeste, de países das regiões de fronteira, Perú, Bolívia, Colômbia, Venezuela, entre outras. As populações das comunidades rurais do Amazonas, em termos culturais e de formação,

têm origem nessas interações etno-socioculturais. As comunidades rurais do estado são formadas por unidades de produção, predominantemente de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas, que produzem culturas alimentares para o consumo da família e vendem excedentes, algumas dessas comunidades, pela organização e pela localização geográfica, estão um pouco mais inseridas nos mercados locais e coletam produtos da floresta para a comercialização, como o açaí e a castanha. Fizemos essa breve caracterização para reafirmar de maneira sintética alguns pontos que consideramos importantes, fundamentais, no processo de geração, adaptação e uso de tecnologias pelas comunidades rurais do Amazonas.

Pode-se afirmar que toda tecnologia e inovação ocorrida nas unidades de produção e nas comunidades do Amazonas, até algumas décadas atrás, era gerada nas próprias unidades. Essa população tem dificuldade de acesso à assistência técnica, à pesquisa e ao crédito, por uma série de razões que já enumeramos em outros estudos.

As tecnologias geradas pela pesquisa, para serem utilizadas pelas comunidades, necessitam ser entendidas, apreendidas, adaptadas, adequadas pelas pessoas. Os ganhos de uma tecnologia não se dão pelo uso pleno, em todo seu potencial de inovação, por alguns indivíduos. Os ganhos em termos de desenvolvimento comunitário, equidade e sustentabilidade se dão pelo domínio e uso da mesma pela maioria das pessoas, sem necessariamente precisa atingir seu pleno potencial de inovação.

Para que isso ocorra, é preciso superar alguns desafios: o primeiro é a participação da comunidade no processo de melhoria das condições de produção dos seus sistemas de produção; o segundo é que a tecnologia precisa ser entendida pela comunidade, e isso exige uma postura diferente do pesquisador, do comunicador e do extensionista, no sentido de gerar uma tecnologia adequada àquela realidade, que seja apropriada por todos os membros da comunidade, numa relação de mesmo nível entre todos os atores no processo de geração, comunicação e implementação das tecnologias.

Referências

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas**: guardiães de matas e rios. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 1998.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In*: CASTRO, E. M. R.; HÉBETTE, J. (Org.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989. (Cadernos NAEA, 10). p. 163-196.

ALVES, J. B.; COSTA, F. S.; SOUZA, W. J. Organização social como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar no Amazonas**.** **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 3, n. 10, p. 121-137, jan./jun. 2018.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BRITO, A. C. *et al*. Um olhar sistêmico sobre a sustentabilidade da produção de malva em comunidade de várzea no amazonas. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 3, n. 10, p. 197-213, jan./jun. 2018.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície**: estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional a extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. *In*: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistencia técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p. 27-50.

CASTRO, E. M. R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, E. M. R. (Org.).**Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017. p. 19-48.

CASTRO, E. M. R. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *In*: DELGADO, N. G. (Coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRA/MDA, 2010. p. 271-297.

CASTRO, E. Politicas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, W; CASTRO, E; VEJMELKA (Org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado (Investigações de antropologia política)**. Porto: Afrontamento, 1979.

COSTA, F. A. Mercado e produção de terras na Amazônia: avaliação referida a trajetórias tecnológicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 1, p. 25-39, jan./abr. 2010

COSTA, F. A. Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável - Apontamentos. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 2, n. 7, p. 13-77, jul./dez. 2016.

COSTA, F. A. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro , v. 8, n. 1, p. 35-86, jan./jun. 2009.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, n. 1, p. 17-32, jan./jun. 2006.

DUARTE, J. **Prosa com Eliseu**: entrevista a Jorge Duarte. Brasília: Embrapa, 2018.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: venda de serviços ambientais ou de atividades produtivas? **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 6, n. 16, p. 23-34, 2021.

HOMMA, A. K. O. Em favor de uma nova agricultura na Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 5, p. 19-34, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JUNGES, M. A.; PELEGRINI, G. Os paradigmas da extensão rural na ação dos profissionais da Emater/RS-Ascar na Regiãos de Santa Rosa (RS). *In*: COTRIM, D. (Org.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2014. p. 419-443.

MENEGHETTI, G. A. **Transferência de tecnologia**: os desafios da Embrapa para a Região Amazônica. Brasília: Embrapa, 2012. (Documento, 101).

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. Agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento**. Revista Terceira Margem Amazônia,** Manaus, v. 1, n. 5, p. 35-57, 2015.

MONTEIRO, M. A. A institucionalidade da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia e a conformação de trajetórias e paradigmas

tecnológicos. **Revista Novos Cadernos NAEA** v. 13, n. 2, p. 235-260, dez. 2010.

MONTEIRO, M. A. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. *In*: MONTEIRO, D. M. C; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistencia técnica e extensão rural. Belém: UFPA/NAEA, 2006. p. 02-13.

NOGUEIRA, R. S. F. *et al*. Valorização da agrobiodiversidade nos sistemas agroflorestais por meio de boas práticas agrícolas e tecnologia de produtos na comunidade São Sebastião, ramal da cachoeira, Iranduba/AM. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 2, n. 9, jul./dez. 2017.

PEREIRA, H. S. *et al*. A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 5, p. 59-74, 2015.

PRADO, R. B. Serviços ecossistêmicos: estado atual e desafios para a pesquisa na Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 6, n. 16, p. 11-22, 2021.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RODRIGUES, V. C.; MESQUITA, J. R. C.; MEDEIROS, S. B. M. Políticas públicas e agroecologia: o contexto de agroecossistemas no território nordeste paraense, Amazônia, Brasil. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 5, n. 13, p. 378-401, 2019.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. New York: The Free Pres, 2003.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/1285. Acesso em: 4 ago. 2020.

SANTOS, B. S.. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires)**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

SANTOS, E. M. *et al*. Biocultural e sustentabilidade local nos agroecossistemas amazônicos de Taquaruçu Grande, Palmas-TO. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 6, n. 15, p. 224-241, jul./dez. 2020.

SANTOS, J. A.; NASCIMENTO, L. R. C.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.. O crédito rural no estado do Amazonas. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus, v. 3, n. 10, jan./jun. 2018.

SCHMITZ, H. Extensão rural no Brasil: educação ou aconselhamento. *In*: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural**.** Belém: UFPA/NAEA, 2006. p. 51-74.

SILVA, L. J. S. **Natureza capitalista versus natureza orgânica**: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no baixo-amazonas paraense. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2014.

Lindomar de Jesus de Sousa Silva
Sociólogo, D. Sc. em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pesquisador em Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura Familiar da Embrapa Amazônia Ocidental, membro do grupo de pesquisa "Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade", certificado pelo CNPq e parte do conselho editorial da Revista Terceira Margem Amazônia. E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br.

Gilmar Antonio Meneghetti
Engenheiro-agrônomo, M. Sc. em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, pesquisador em Desenvolvimento Rural Sustentável para a Agricultura Familiar da Embrapa Amazônia Ocidental, membro do grupo de pesquisa "Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade", certificado pelo CNPq e parte do conselho editorial da Revista Terceira Margem Amazônia. E-mail: gilmar.meneghetti@embrapa.br.

José Olenilson da Costa Pinheiro
Economista, M. Sc. em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pesquisador em Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar da Embrapa Amazônia Ocidental, membro do grupo de pesquisa "Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade", certificado pelo CNPq e parte do conselho editorial da Revista Terceira Margem Amazônia. E-mail: jose.pinheiro@embrapa.br.

Alessandro Carvalho dos Santos
Bolsista de Iniciação Científica Paic/Fapeam/Embrapa Amazônia Ocidental, graduando em *Economia* pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e membro do grupo de pesquisa "Agricultura Familiar, Inovação, Sustentabilidade e Ruralidade", certificado pelo CNPq. E-mail: alessandrocarvalho1999@gmail.com.

O projeto de extensão Tertúlias: a produção de um espaço de diálogo entre UFRGS e comunidade

Rejane Margarete Schaefer Kalsing[65]
Sinthia Cristina Batista[66]

Resumo

O projeto de extensão *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia* desde 2016, realiza tertúlias, tertuliandos, cursos, entre outras atividades, no processo de aproximação entre a produção do conhecimento e sua socialização. Antes do advento da pandemia do novo Corona vírus Covid-19, realizavam-se em diversos lugares, em diferentes municípios da região, atualmente, ocorre de forma virtual. Vem se consolidando como um profícuo espaço de reflexão e debate aproximando-se da vida cotidiana e do trabalho no Litoral Norte do RS e se materializando como um elo entre a Universidade e a Sociedade.

> Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser

65 Professora do Departamento Interdisciplinar e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES)/UFRGS, no Campus Litoral Norte, em Tramandaí, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: rejane.kalsing@ufrgs.br

66 Professora do Departamento Interdisciplinar de Ciências e Tecnologia (Tramandaí) e do Programa de Pós-graduação em Geografia/Campus do Vale da Universidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: sinthia.batista@ufrgs.br

resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser. Para isso é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada José de Souza Martins – A sociabilidade do homem simples. (p. 107).

Introdução

O projeto *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia* iniciou no ano de 2016, é um dos primeiros projetos de extensão desenvolvido por professores, servidores técnicos e estudantes do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Campus Litoral Norte, inaugurado no segundo semestre de 2014.

O *Tertúlias*, como é conhecido na região, realiza diversas atividades, como *Tertúlias* - espaços de diálogos e debates; *Tertuliandos* - eventos semestrais que ocorriam aos finais de semana por um período prolongado e envolviam oficinas diversas, shows, tertúlias, atividades como dança, yoga, meditação; cursos; aulas públicas, entre outras atividades.

A proposta sempre foi a de ultrapassar os muros da Universidade e realizar o projeto em diversos lugares, públicos e privados – como cafeterias, *pubs*, espaços culturais, pontos de cultura, salões paroquiais de igrejas, salões de clubes, praças, áreas ao livre na UFRGS (CLN e CECLIMAR, por exemplo), entre outros espaços, em diferentes municípios dessa região. Contudo, a *chegada* da pandemia do Covid-19 criou a necessidade do isolamento social, impedindo à realidade do encontro, induzindo ao trabalho virtual e ao uso das diferentes plataformas da Rede Mundial de Computadores, a *Web*. O que, por um lado, demonstra a dinamicidade e a fluidez do projeto, uma vez que conseguiu se reinventar frente à nova realidade imposta pela pandemia, seja no que se refere

ao seu formato, *lives/online*, seja em relação aos temas, aos convidados (de vários estados do país, porém sem saírem de casa). Por outro lado, porém, há que se destacar que esperamos realizar novamente o projeto de forma presencial, quando as condições sanitárias permitirem.

Em seus cinco anos de existência e em sua sexta edição, o projeto *Tertúlias* se consolida como projeto de extensão da UFRGS Litoral - do Campus Litoral Norte, fortalecendo a extensão universitária por ter se constituído como profícuo espaço de reflexão e debate de questões filosóficas, geográficas, ambientais, culturais, literárias, históricas, entre tantas outras questões, por se aproximar da vida cotidiana e do trabalho no Litoral Norte do RS, por se colocar em interlocução aberta com a comunidade para a sugestão de temas, convidados, locais, outras atividades, e também colocando a comunidade em muitos momentos no centro das Tertúlias como palestrantes e oficineiras/os. Ele carrega os conflitos e as contradições vividas pela educação, pelo trabalho, pelas lutas sociais, a produção cultural e do conhecimento neste momento histórico e a esperança de poder contribuir para a transformação dessa realidade. Materializa-se como elo de ligação entre a Universidade e a Sociedade, é o que procuraremos mostrar e refletir neste capítulo.

A origem do projeto Tertúlias

O projeto Tertúlias foi intitulado primeiramente *Tertúlia: Eco-dialogando no Litoral Norte/RS* e iniciou como um projeto de pesquisa, o qual possuía ações de extensão intituladas *Tertúlias*. Fruto de um grupo de discussão, que surgiu em 2015, no recém-chegado Campus Litoral Norte da UFRGS em Tramandaí[67], o projeto buscava articular docentes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como,

67 O Campus Litoral Norte da UFRGS iniciou sua operação em setembro de 2014 e foi inaugurado em novembro do mesmo ano. Comprometido com a contribuição para uma formação multidisciplinar e interdisciplinar propôs os cursos de Educação do Campo e de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologias (BICT) associado ao processo de continuidade da formação nos cursos em etapas pós formatura do BICT, nas Terminalidades: Geografia, Desenvolvimento Regional, Engenharia de

por exemplo, filosofia, geografia, ecologia, educação, cultura etc., técnicos e estudantes, tendo as questões ambientais e ecológicas como fio condutor dos debates.

A ideia geradora, por assim dizer, foi a de criar uma espécie de *café filosófico-ecológico*, com o intuito de promover uma interação dialógica entre a universidade e a sociedade, promovendo o diálogo e a reflexão em ambientes como cafés, confeitarias, entre outros, de forma *itinerante* no Litoral Norte do RS, para abranger o maior número possível de cidades e comunidades desta região.

As Tertúlias iniciaram como diálogos filosóficos e foram inspiradas nos cafés filosóficos realizados e popularizados mundo afora, os quais tiveram origem no café filosófico organizado pelo filósofo Marc Sautet, no *Café des Phares*, em Paris, em julho de 1992 (ROCHA e SANTOS, 2016, p. 02.). Este primeiro café filosófico tinha como objetivo principal levar a filosofia ao grande público e problematizar, com este, grandes questões existenciais (Ibidem, p. 02-03.). E, ao transpor os muros da universidade e *ir para onde o povo está*, como cantaria o querido Milton Nascimento, a filosofia possibilita a reflexão enquanto atividade filosófica, isto é, uma reflexão profunda e radical – literalmente falando, indo até as raízes, as origens das questões candentes, dos problemas atuais em conjunto com a sociedade, tendo como centralidade o diálogo para, a partir desse procedimento, pensar o enfrentamento das questões de ordem existencial, política e social da humanidade que, para que sejam enfrentadas, devem ser colocadas, reconhecidas e amplamente discutidas.

Como discutido na tese de doutorado de Marli Aparecida Pechula (2017) sobre os usos da filosofia contemporânea, é possível compreender a proposta de Marc Sautet e sua capacidade de provocar a filosofia, e os filósofos, a se recolocarem em contato como o mundo, uma vez que, para ele, a filosofia se distanciou da vida prática, das

Gestão de Energia e Engenharia de Serviços. Fonte: https://www.ufrgs.br/campuslitoralnorte/institucional/historico/. Acesso em: 13/07/2021.

questões cotidianas e, consequentemente, dos grandes debates que cercam as necessidades humanas. Esse distanciamento abre espaço para uma enormidade de estratégias e discursos que não apenas fogem, mas que também não enfrentam os debates filosóficos do nosso tempo. A filosofia não é um desejo, mas uma necessidade,

> em vista disso, Sautet (2000, p. 27) apresenta uma proposta de filosofia fora dos muros acadêmicos e independente do conceito tradicional, próprio daquele meio que, segundo ele, não passa de pura erudição e de um intelectualismo que só interessa àqueles que lá se escondem. Ele considera que os "filósofos profissionais", aprisionados no meio acadêmico, se tornaram meros repetidores de seus mestres, afastando a filosofia da sua verdadeira função. Advoga que a filosofia e os filósofos profissionais precisam voltar a se comunicar com o mundo externo e recuperar a função original de pensar o que realmente interessa aos seres humanos. E, que é justamente isso o que ele pretende com sua proposta (SAUTET, 2000: 14-15 *apud* PECHULA, 2017, p.09).

Assim, *grosso modo*, o *café philo* ou café filosófico – uma prática que se difundiu pelo mundo todo, é uma modalidade de encontro para se dialogar filosoficamente com a sociedade, não no sentido da formação acadêmica, isto é, em uma universidade, mas fora dos muros desta, para além dos muros desta. O que não afasta o compromisso com o pensamento rigoroso, a reflexão profunda e a necessidade de situar séria e comprometidamente o debate filosófico e, se possível, a apresentação de outros horizontes aos problemas colocados. Todavia, o projeto passou a se intitular *Tertúlia – Eco-dialogando no Litoral Norte/RS* - e não café filosófico propriamente, em função da influência da cultura gaúcha.

Proveniente do espanhol *tertulia*[68], que significa reunião, encontro entre amigos, família e pessoas que tem afinidades para discutir, conversar e produzir entendimentos e até mesmo música, poesia e dança. Observa-se que nas buscas populares por diferentes sites da Internet[69], documentários, literatura, biografias, e até em filmes europeus que, durante os séculos XIX e XX, na Europa as *Tertúlias* eram bastante relacionadas aos encontros literários[70] (em alguns lugares mais conhecidos como saraus), porém, restringiam-se à intelectualidade burguesa ilustrada, como jornalistas, poetas, filósofos, políticos, e outros profissionais liberais que se reuniam em torno de questões políticas e filosóficas.

Um texto bastante interessante, que problematiza a relação entre a história da cultura e a sociabilidade espanhola, mostra o significado político e social dessa prática na sociedade iluminista europeia e como o cultural e o social estão imbricados e precisam ser compreendidos historicamente, afirma que

---

68 Verbete: tertúlia: 1. agrupamento, reunião de parentes ou amigos; 2. palestra literária. Etimologia: espanhol, *tertulia:* reunião de gente para discutir ou conversar (HOUAISS, A., VILLAR, M. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, p. 1836).

69 No Brasil é muito difícil encontrar referências que tragam a origem e a compreensão sobre as Tertúlias e a sociabilidade que as envolve. O único local que poderia sistematizar essa ideia foram os sites populares: https://oquee.com/tertulia/; https://conceito.de/tertulia e https://pt.wikipedia.org/wiki/Tert%C3%BAlia. O que torna desafiador a este projeto pensar nesse processo há a popularização da palavra Tertúlia como encontro cultural, reunião de amigos ou família ou da prática da Tertúlia. Se, por um lado, parece que na região do Sul do Brasil as Tertúlias se originam desse costume, forjado pelos povos de origem hispânica, por outro lado percebe-se que o termo foi apropriado academicamente como uma forma de ampliação das práticas dos cafés filosóficos de modo a ampliar e popularizar seus debates.

70 Nesses dois sites é possível trazer um pouco da origem das Tertúlias ligadas às ideias aqui apresentadas https://www.lavanguardia.com/comer/materia-prima/20201001/33528/dia-internacional-cafe-tertulias-culturales-espana.html e https://www.artycultura.net/2015/07/las-tertulias-y-cafes-literarios-que.html . Último acesso em: 23/07/2021

> Las tertulias eran, pues, ámbitos fundamentales de la sociabilidad de la época, expresión pública de los vínculos individuales y colectivos, que manifestaban el entramado de aquella sociedad, los grupos relevantes que existían em ella y la posición que los individuos ocupaban. Patrocinar una tertulia, ser um tertuliano deseado y esperado eran claros signos de éxito social. Quedar al margen de las tertulias eran como hallarse fuera de la sociedad. No tener una tertúlia en casa, no participar en alguna de las existentes, no ser invitado a las más significativas era como no ser nadie. Ser excluido, por las razones que fuese, era una manifestación evidente de marginación social, signo claro de haber caído en desgracia en la sociedad que de verdad contaba, la que tenía el poder y la influencia económica, política, cultural, PEREZ (2002, p. 112).

Hoje a realização de diversas tertúlias pelo mundo tem se materializado como eventos intelectuais e culturais que buscam a ampliação do público. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, acontecem as tertúlias filosóficas e literárias, com o mesmo intuito dos cafés filosóficos, carregando até mesmo um sentido de organização intelectual e política sobre debates colocados em evidência.

No Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, as Tertúlias fortalecem o sentido de encontro e de espaço para a valorização cultural e artística do povo. Contudo, é importante problematizar, tematizar e refletir sobre as noções e concepções de cultura que fundamentam esses encontros, assim como as relações estabelecidas entre as temáticas, os objetivos e os diferentes sujeitos que participam das Tertúlias, evitando uma naturalização da cultura hegemônica como a referência do debate. É preciso forjar o espaço da diferença, do encontro, das possibilidades, das utopias...

A necessidade de fortalecer espaços cada vez mais democráticos para debates que alcancem diferentes reflexões impulsionou na

UFRGS Litoral a prática da reunião de pessoas para dialogar, conversar, discutir - sentido etimológico do termo tertúlia - mas, em especial, *eco-dialogar* - termo cunhado pela coordenadora do projeto, Rejane Schaefer Kalsing - e que designa, como se pode deduzir, dialogar e refletir sobre temas ambientais.

Durante parte do ano 2016 e todo o ano de 2017, a realização de *tertúlias*, com periodicidade mensal ocorreu de forma itinerante em diferentes municípios do Litoral Norte do RS, no período noturno, para propiciar a participação dos trabalhadores e de uma parcela maior da população. Como extensão ao projeto de pesquisa, as Tertúlias tinham ao mesmo tempo o objetivo de apresentar a UFRGS Litoral, seus objetivos e possibilidades para as diferentes comunidades da região, bem como conhecer e se aproximar da realidade por elas vivida. Assim, o desafio inicial da proposta era desvendar os espaços para sua realização, assim como reconhecer vida cultural na região, os mais importantes debates, assim como seus sujeitos sociais e políticos.

Tertúlia – de projeto de pesquisa a projeto de extensão

Como referido no tópico anterior, o projeto Tertúlias intitulava-se *Tertúlia: Eco-dialogando no Litoral Norte do RS* e iniciou como projeto de pesquisa, cujo problema era "um espaço informal de educação – não acadêmico, nesse caso, pode provocar reflexões filosóficas e ambientais e também levar à sensibilização em relação às questões ambientais"?

A partir da proposição de Tertúlias, tendo como fala de provocação inicial de professores, pesquisadores, profissionais que desenvolviam trabalhos e/ou pesquisas não acadêmicas, discutiram-se como essas reuniões em espaços como cafés, cafeterias, *pubs* e assemelhados poderiam provocar, por assim dizer, a reflexão sobre as questões ambientais e ir além, levar à sensibilização ecológica e a atitudes em consonância com esta sensibilização.

Essa investigação foi feita através de um questionário *on-line* com cinco questões – cujas respostas não eram identificadas, cujo *link* era enviado a todos os participantes de cada *edição* específica da Tertúlia, os quais tinham um prazo para responderem o referido questionário. Essa abordagem versava sobre a reflexão dos impactos da *pegada humana* e sua respectiva responsabilidade tanto sobre o meio ambiente local quanto a nível global, a fim de estimular atitudes que repensassem a relação ser humano e o ambiente, no sentido de se considerar o planeta como um todo a ser cuidado.

No intuito de apenas fazer referência aos resultados da pesquisa – já que esse não é o objetivo deste texto, em relação à questão número 3 (três), por exemplo, (questão que tem a ver diretamente com o problema da pesquisa e com os objetivos do projeto), a saber, "a *Tertúlia* te provocou reflexões e/ou sensibilização e te proporcionou um maior conhecimento a respeito das questões ambientais? Deixa teu comentário", em todas as edições da *Tertúlia*, a maioria das respostas foi *sim*.

Sobre os comentários *deixados* nessa mesma questão, eles se referem, por exemplo, à reflexão sobre sustentabilidade, que fez um participante perceber que o olhar pode e deve contemplar um horizonte muito além do físico, que são relações de respeito ao *todo*, do qual fazemos parte. Outro comentário diz que esse espaço, a *Tertúlia*, é ideal para aprofundar as reflexões sobre a temática socioambiental. Outro, ainda, diz que a *Tertúlia* permitiu reflexões sobre práticas e formas de relação com o meio ambiente. Também referem que há contato com outras realidades, locais e experiências de outras pessoas que atuam na área ambiental. Um participante assinalou que a abordagem foi muito filosófica e pouco prática e que sentiu falta de compartilhar o conhecimento da comunidade. Outro comentário aponta que a edição em questão não provocou maior conhecimento e que havia expectativa por soluções e ideias inovadoras – as quais não se confirmaram, a seu ver, apenas para exemplificar alguns comentários.

Apesar de termos ilustrado com algumas respostas somente, de modo geral, a partir das respostas obtidas enquanto o Tertúlias

se constituiu como projeto de pesquisa, a saber, de junho de 2016 a março de 2018, os participantes perceberam que esse tipo de proposta provoca reflexões e até sensibilização e proporciona maior conhecimento a respeito das questões ambientais.

Portanto, o projeto de pesquisa comprovou, através das respostas obtidas, que atividades nos moldes de uma *tertúlia*, ou seja, de um café filosófico, podem sim proporcionar reflexão e que a discussão de questões importantes, fora dos muros acadêmicos, pode se transformar em uma estratégia de aproximação e de aprofundamento da compreensão das problemáticas ambientais, assim como é capaz de alcançar diversos temas para a discussão e integração entre comunidade e universidade.

Como consequência, começaram a emergir demandas às Tertúlias, seja de temáticas, seja de palestrantes e também de espaços, por parte da comunidade em geral do Litoral Norte, construindo pouco a pouco, um canal cada vez mais aberto de aproximação da realidade ecológica, social, política e cultural desta região com a recém chegada UFRGS Litoral. Com isso, as Tertúlias foram se estabelecendo como um espaço de interlocução com os diferentes sujeitos sociais e problemáticas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, através da apropriação de espaços dentro e fora da universidade, em diversos municípios da região.

Essa interlocução e interação, cada vez maiores, com a comunidade do Litoral Norte do RS, resultou em uma remodelação, em vários sentidos, do projeto. E, em 2018, ele, além de deixar de ser um projeto de pesquisa - transformando-se em projeto de extensão propriamente e, também, passou a abranger uma amplitude de temas como, por exemplo, arte, cultura e filosofia, além da ecologia. Passou a se denominar *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia e filosofia*.

A alteração do *status* do projeto – de pesquisa para extensão passou a contemplar ações no próprio Campus, como minicursos e o *Tertuliando*. Os *Tertuliandos*, encontros dentro de um encontro, que ocorriam de uma ou duas vezes por semestre, durante os turnos manhã

e tarde de um sábado. Abrangiam atividades como yoga, meditação, oficinas diversas como, por exemplo, de danças, de sabonetes artesanais, de PANC (plantas alimentícias não convencionais), de plantas medicinais, de aproveitamento integral de alimentos, de artesanato indígena, rodas de conversa, Reiki, Tertúlia Filosófica, shows, saraus, entre outras atividades.

Portanto, além das Tertúlias, que ocorriam no período noturno e fora do Campus, alguns convidados e/ou convidadas ministraram *minicursos* ou práticas que partilham socialmente o conhecimento em outros períodos no Campus Litoral Norte. Colocando-se assim como um espaço de formação ampliada, intensificando-se uma ocupação do espaço do Campus Litoral Norte para além da comunidade universitária.

FIGURA 1 – Logomarca do Projeto de extensão

Fonte: Criação da logo pela equipe do Projeto

Essa mudança no projeto culminou também na criação de *diferentes modalidades* de Tertúlias, sendo possível concretizar muitos espaços de debates, como, por exemplo, (1) Tertúlia Eco-dialogando no Litoral Norte/RS, que objetivava incentivar através do diálogo, a reflexão e a sensibilização a respeito de questões ambientais; (2) Tertúlia Cultural, que objetivava promover a apreciação de boa música e da arte em geral e a arte e a cultura locais; (3) Tertuliando, que objetivava promover a reflexão filosófica em locais informais, a apreciação de boa música e de poesia e de literatura, atividades saudáveis, práticas de alimentação

saudável, práticas de vida saudável; oficinas e minicursos diversos, com enfoque em alimentação saudável, vida saudável, educação ambiental etc.; (4) Tertúlia Filosófica, que objetiva promover a reflexão filosófica em locais informais e com a comunidade em geral; (5) Tertúlia Literária, que objetiva promover a apreciação de poesia e de literatura; (6) Tertúlia com Ciência, que objetiva promover a reflexão científica em locais informais; (7) Tertúlias e Educação, que objetiva promover o debate sobre a educação e outros debates pertinentes ao processo de Formação de Professores.

Em 2019, ampliou-se um pouco mais ainda o leque de temas, passando o projeto a se denominar *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia*, com o objetivo de realizar cursos voltados à formação continuada de professores, contribuindo, assim, para a constituição da UFRGS Litoral como um espaço de referência também nesse *quesito*. A partir de 2020, passamos a contar com uma parceria com o projeto de extensão *Espaço Cultura*, do IFRS/Campus Osório, a qual articula ações artísticas e culturais nas atividades do Tertúlias, com o intuito de produzir e promover um espaço para a cultura e a arte locais, de colocá-las – mais, na roda e de oportunizar espaço de fruição das mesmas.

Alcances

O projeto Tertúlias, através de todas temáticas e questões levantadas por elas - as mais diferentes possíveis, permite problematizar os espaços de formação, assim como a necessidade da produção de espaços que permitam uma aproximação concreta dos desafios do cotidiano - e sua reflexão, bem como cultivem a compreensão radical dos conteúdos sociais do ser humano neste tempo histórico. Junto a José de Souza Martins (2008), com a *Sociabilidade do homem simples,* é fundamental discutir a sociabilidade a partir da vida cotidiana, pois é nas contradições vividas deste dia a dia que a história se realiza, portanto, cabe a nós o questionamento das possibilidades históricas da

emancipação e também da alienação, é nela que podemos levar adiante a humanização do próprio ser humano.

Nesse sentido, cabe à universidade também se mobilizar, se deslocar, ocupar outros lugares. Porém, o Campus Litoral Norte (CLN) da UFRGS está situado na rodovia Estadual RS 030, em uma região sem ocupação urbana em seu entorno, e com poucas linhas de transporte público de acesso a ele, o que o torna, nesse sentido, de difícil acesso. Ao mesmo tempo em que continuamos lutar pela melhoria do acesso ao campus, produzimos a necessidade das comunidades irem até a universidade. Portanto, o projeto é potente por também colocar a universidade na vida das cidades e até no campo – pois já realizamos Tertúlias em espaços rurais, nas escolas, nos bares, nas praças, nos centros de convivência públicos e, ao mesmo tempo, por trazer para este espaço – a universidade, quem queira vivenciá-lo a partir da extensão.

A vida cultural e intelectual do Litoral Norte do Rio Grande do Sul realiza, de modo mais amplo, a partir de eventos consolidados como, por exemplo, a Festa do Peixe em Tramandaí; Festa da Tainha; a Tafona da Canção Nativa; a Feira do Livro de Osório e a Feira do Livro de Tramandaí; o Art in Vento - Festival de Teatro em Osório; Festas ligadas à produção local; a festa Maçambique em Osório, entre outros. Contudo, o cotidiano dessa região carece de espaços contínuos de debate e de realização cultural.

Nesses cinco anos de Tertúlias, nos aproximamos[71] de alguns deles, como Ponto de Cultura Flor de Areia, em Cidreira; o espaço Cultural Casa do Conde em Osório (espaço privado, mas de uso gratuito); o SESC em Tramandaí; espaços de prefeituras municipais e centro de vivências como a Academia da Saúde, no município de Imbé, e do Salão da Paróquia Santa Rita de Cássia, do Morro de Osório (zona rural deste município). Além de escolas Estaduais nos municípios de

71 Esse movimento é contínuo, continuamos, portanto, a buscar os diferentes espaços para a realização das Tertúlias e o fortalecimento dos espaços de encontros no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Maquiné e Osório, bem como o Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Osório.

Sempre houve alta receptividade em relação às Tertúlias, tanto por parte dos locais de sua realização, quanto do público, (tanto que os todos os locais, sem exceção, solicitavam que se repetisse a atividade e, em relação aos participantes, já que se tinha um público efetivo e sempre presente); todas as atividades sempre foram realizadas de forma gratuita, assim como o uso dos espaços, bem como as palestras, oficinas e demais atividades, sempre se ocorreram de forma voluntária.

A continuidade do projeto foi promovendo o seu amadurecimento, o que permitiu uma ampliação a espaços públicos e apropriação dos mesmos na região do Litoral Norte, pois compreende-se que é fundamental hoje democratizar os debates e alcançar os espaços reconhecidamente coletivos pelas comunidades.

Assim, a tomada de espaços dentro e fora da universidade (cafés, escolas públicas, salões de comunidades, bibliotecas, e outros espaços públicos), em diferentes municípios (Tramandaí, Imbé, Osório, Maquiné e Capão da Canoa), pelas Tertúlias permitiu outro encontro - o dos profundos conhecedores da realidade que vivenciam, a saber, educadores, lideranças comunitárias, comunidades indígenas, servidores públicos, ambientalistas, artistas, militantes de movimentos sociais, pesquisadores, pequenos comerciantes, entre outros sujeitos sociais.

Neste sentido, a equipe de trabalho do projeto passou a articular as Tertúlias às demandas da comunidade, assim como provocar a sugestão de espaços e temáticas, mas é preciso ressaltar que ainda há muito que trabalhar na direção de aproximação dessas necessidades. Uma das contribuições nesse sentido ocorreu em Março de 2019, em que foi demandada uma Tertúlia pela escola Estadual de Educação Básica Lorenzo Leon Von Langendonck, em Maquiné. A comunidade escolar indicou a questão *Agrotóxicos: Nosso Futuro Roubado*, uma vez que os estudantes do turno noturno do Ensino Médio são em grande parte camponeses da região e trabalham em grande parte

com a agricultura *convencional*, ou seja, com largo uso de agrotóxicos no cotidiano de trabalho. A Tertúlia abrangeu todos os estudantes do turno noturno presentes naquela noite, atingindo 80 alunos da escola pública, mais 20 professores, além de 10 representantes de outras instituições de pesquisa, ensino e ONGs ligadas a questão ambiental provenientes de outros municípios do Litoral.

Uma outra Tertúlia que merece referência, em primeiro lugar por ter sido um dos eventos comemorativos ao aniversário dos cinco anos do Campus Litoral Norte da UFRGS mas também pelo número de participantes – mais de 100 pessoas, pois foi realizada num espaço amplo – e bastante significativo para a comunidade de Osório, e que é o Largo dos Estudantes. Foi intitulada *Ecologia e Cultura de Paz*, com o Lama Padma Santem e, apesar de ter sido realizada numa noite muito fria e o espaço ser aberto, contou com a participação expressiva da comunidade – que lotou o espaço, tornando-se, assim, um dos eventos mais importante da referida comemoração.

No ano de 2020, iniciou-se um trabalho de articulação com outras Instituições Públicas de Ensino Superior e Técnico no Litoral Norte, para a consolidação da extensão, a pesquisa e formação em nível médio e superior. Essa possibilidade materializou-se, como já referimos *an passant*, na parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Osório, com o projeto de extensão *Espaço Cultura*, do IFRS/Campus Osório, coordenado pela professora Agnes Schmeling, junto aos estudantes do Ensino Médio e Técnico.

Assim, agora, antes do início propriamente das Tertúlias, tem-se os momentos "pré-Tertúlias", os quais envolvem os participantes com arte, música e poesia por meio da expressão artística e cultural da juventude, a alegria, por vezes a melancolia e a rebeldia, fortalecendo o coletivo e o compromisso com as questões discutidas, a expressão cultural e a fruição estética.

Outro ponto importante a ser destacado é a entrada, na UFRGS Litoral, de cursos da modalidade de educação a distância, o que demandava a realização de Tertúlias nos polos em que ocorrem esses cursos

- cursos esses que são de áreas afins aos debates das Tertúlias e que as Tertúlias realizadas no Litoral pudessem ser transmitidas ao vivo, para propiciar a participação daqueles estudantes. Quando estávamos começando a estruturar as condições, tanto para realizar as Tertúlias nos polos, quanto para transmitir ao vivo as que seriam realizadas aqui, veio a pandemia, ocasionada pela propagação do novo coronavírus, o COVID-19, nos impelindo a assumir a realização de Tertúlias virtuais, ou seja, a realização e transmissão *online* das mesmas, as hoje tão difundidas *lives*.

No atual contexto, de pandemia produzida pela expansão da contaminação do novo coronavírus COVID-19, antigas questões foram recolocadas de forma evidente e urgente! E, assim, as Tertúlias, em formato *live*, se seguiram com temas relacionados à pandemia e seus efeitos na sociedade, centradas em dois principais eixos temáticos, a pandemia e as lutas sociais e agroecologia e utopia.

Assim, os debates promovidos pelas Tertúlias se debruçaram sobre questões emergentes das lutas sociais com outros conteúdos e estratégias que este momento exige, a saber, a desigualdade e a perversidade do aprofundamento da pobreza no Brasil; a apresentação de falsos dilemas politicos, que polarizam a economia e a vida como opostos da realidade social; a negação do conhecimento socialmente construído e partilhado; a necessidade da resistência à normalidade distópica, que vivemos sem questionar, e da criação de novos horizontes, utópicos, porém, possíveis!

Com esse novo formato, tem-se como resultado a expansão do alcance geográfico do projeto, visto que foram registradas visualizações de outros estados brasileiros e, inclusive, fora do país. Houve uma ampliação da visibilidade do projeto para além do Litoral Norte Gaúcho, alcançamos a participação de pessoas dos Estados de São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Amazonas e até mesmo na fronteira entre Brasil e Paraguai, em mais de 20 cidades.

Observa-se no quadro abaixo a ampliação do alcance das Tertúlias, no entanto, durante o debate a participação permanence

com um público próximo aos debates presenciais, entre 15 e 30 pessoas, ocorrendo pontualmente acima de 50 participantes ao vivo.

Quadro 01: Dados das Tertúlias *live*

Tertúlia	Ano	Acompanhamentos	Visualizações	Alcance	Compartilhamentos	Engajamentos	Comentários	Curtidas
Peste e Mudança Social	2020	53	2,4 mil	6.712	50	323	68	62
Se eu não puder dançar, não é minha a revolução!	2020	81	1,3 mil	2216	16	383	180	92
Natureza da Ciência em tempos de Pandemia e Negacionismo	2020	45	790	1466	15	254	103	63
Morrer de vírus ou morrer de fome?	2020	62	1,6 mil	2079	15	526	133	68
A tomada das ruas: Levantes contra o Fascismo no Brasil	2020	54	2,1 mil	5747	44	455	96	50
Agroecologia: uma alternativa de vida no campo	2020	73	1,3 mil	3187	16	204	218	82
Distopia e Utopia em tempos de pandemia	2020	34	904	2027	11	190	84	52
Estratégias e Sobrevivências no território	2020	35	1 mil	3255	19	213	78	45
A escola da vida: vivência agroecológica em Mato Grosso	2020	28	539	1800	15	202	73	79
Comunicação Empática	2020	21	468	1300	6	159	49	42
O trabalho do professor em tempos de pandemia	2020	26	281	520	2	133	71	34
A questão indígena	2020	16	358	760	11	112	41	39
Racismo Estrutural	2020	24	124	876	6	-	82	25
A condição do estudante em tempo de pandemia	2020	18	105	666	6	-	57	14
Cartografia e a Pandemia	2021	25	431	778	4	142	52	65
Organização das mulheres no território periférico	2021	18	359	760	11	112	41	39
Relação entre filosofia e poesia	2021	16	231	444	6	82	30	27
Jornadas sobre Educação Ambiental e Ensino de Geografia I	2021	15	277	531	1	108	40	19
Os desafios em tempos de pandemia	2021	15	345	820	7	119	42	20
Jornadas sobre Educação Ambiental e Ensino de Geografia II	2021	17	195	389	3	79	37	13
Jornadas sobre Educação Ambiental e Ensino de Geografia III	2021	12	137	248	4	88	58	13
As relações sociais de sexo, raça e classe	2021	25	174	378	6	76	27	24
Já não é mais verão	2021	8	180	322	3	52	27	11

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em síntese, foram desenvolvidas até julho de 2021, 50 Tertúlias e 07 Tertuliandos, atingindo aproximadamente 570 participantes, sem repetições de participação, dentre eles estudantes e professores da rede pública de Ensino Municipal, Estadual e Federal. No total de participações, como apresenta-se na tabela a seguir, atingimos aproximadamente 1.500, sendo que a mesma pessoa pode ter participado mais de uma vez – o que é bastante usual pois, como já referimos, a Tertúlia possuía um público assíduo, quando de sua realização presencial, e possui também, atualmente, um público cativo nas *lives*.

Nos momentos presenciais, a participação do público em cada Tertúlias variava entre 25, em bares, cafés e outros espaços menores, chegando até 100 participantes em espaços maiores, em cada edição, como já mencionamos anteriormente. Estamos a verificar ainda, com base na organização e estruturação de nosso banco de dados, quantas pessoas o projeto "trouxe para a UFRGS", ousamos fazer um chute modesto de que aproximadamente metade desse público contabilizado se tornaram frequentadores não apenas das Tertúlias, mas de outros projetos do CLN e vice-versa.

Quadro 02: Abrangência das Tertúlias

TERTÚLIAS	ANO	MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS	PARTICIPANTES CADASTRADOS
11	2016/ 2017	Capão da Canoa (01); Imbé (01); Osório (05); Tramandaí (04).	178
02	2018	Osório (01); Tramandaí (01).	222
11	2019	Cidreira (01); Imbé (02); Maquiné (01); Osório (05); Tramandaí (02).	419
18	2020	Imbé (01); Osório (01); Lives (16).	500
07	2021	Lives (até Julho de 2021)	578

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Além das Tertúlias propriamente ditas, o projeto também realizou diversos minicursos, como já referido. Nos anos de 2017 e 2018, ocorreram dois em cada ano, no ano de 2019, foram realizados seis e,

no ano de 2020, quatro. Sendo que até 2019 ocorreram no Campus Litoral Norte, de modo presencial, e em 2020 realizamos presencialmente junto ao IFRS/Campus Osório, a última atividade presencial do projeto: o mini-curso Mulheres filósofas? Existem? Existem sim, senhor! Dando continuidade ao projeto mas em consonância com as normas de segurança sanitária, durante o período pandêmico, foram realizados 03 minicursos pelo ambiente virtual da UFRGS, a sala MConf, em 2020.

Em relação a uma outra atividade – já mencionada também, que o projeto promove, os Tertuliandos, foram realizados 07, sendo que cinco deles ocorreram no Campus Litoral Norte – um deles em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Tramandaí e intitulado *Tertuliando com a Educação*, o qual se constituiu como evento de abertura do ano letivo das equipes diretivas das escolas dessa rede municipal de ensino, o que vem a comprovar, mais uma vez, a abertura, a flexibilidade, a sensibilidade do projeto em relação às demandas da comunidade, das instituições governamentais, da sociedade em geral da região e o entendimento da construção coletiva de espaços de diálogo, de fruição estética/cultural etc.

Outro *Tertuliando* foi realizado na Academia da Saúde, em Imbé, também em parceria com uma instituição governamental, a Prefeitura Municipal desse Município, e também a partir de uma demanda da mesma, construído a partir de um diálogo entre aquela e a UFRGS, representada pelo projeto *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia*.

O último *Tertuliando* realizado ocorreu no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, o CECLIMAR, também vinculado a UFRGS, também sediado no Município de Imbé, em janeiro de 2020. Foi o último pois este evento se caracteriza pela promoção de diversas atividades – as quais já foram referidas anteriormente, que, de preferência, devem ocorrer de forma presencial, o que dificultou a sua *transposição* para o formato virtual, tendo ficado, por enquanto, em modo *stand by*.

Neste ano, ou seja, em 2021, além de várias Tertúlias já realizadas, as quais constam nos quadros acima mostrados, já foram promovidas duas *Aulas Públicas*, uma intitulada Ética Discursiva e, outra, *Uma Crítica sobre a Mudança de Educação Ambiental para Educação para o Desenvolvimento Sustentável* e, também, realizamos as *Jornadas sobre Educação Ambiental e Ensino de Geografia*, para as quais trouxemos como ministrantes professores de geografia – egressos do Curso de Licenciatura em Geografia (presencial) do Campus, além de mestrandas de outra universidade pública da região, a UERGS, cujos projetos de dissertação versam sobre educação ambiental, demonstrando, mais uma vez, entre outras coisas, a abertura ao diálogo e a aproximação com a sociedade, que sempre caracterizaram o projeto e o objetivo de promover cursos voltados à formação continuada de professores.

Desse modo, a UFRGS tem sido demandada para estar nos diferentes espaços da região e o fato de *estarmos* nesses espaços nos provocam o envolvimento com as questões que são colocadas pelas comunidades que vivem e produzem esses espaços, ou seja, provocam o envolvimento da universidade com as questões cotidianas e urgentes da comunidade – local e global, tanto para o seu diálogo e reflexão quanto para o seu enfrentamento, e este de forma coletiva, plural, solidária.

Alguns desdobramentos disso merecem destaque como a demanda por cursos de formação continuada de professores; a proposição de outro projeto de extensão Agricultura Urbana e Periurbana, Alimentação, Educação e Saúde, o AGRIURB, que envolve o debate, a promoção de cursos de formação e outras atividades voltadas à produção agroecológica e a necessidades das comunidades no urbano e o convite para a construção de um projeto de extensão para a criação de um curso pré-vestibular popular.

Considerações

Por tudo o que foi apresentado, queremos destacar, com Martins (2008), que "a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia", na Modernidade atual. Pois:

> o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e decifrada no cotidiano. E a idéia é trabalhar essas duas dimensões do processo social e histórico, que é reconhecer o cotidiano na História e a História no cotidiano, conjuntamente, simultaneamente. Quando falamos *na história* não estamos falando da disciplina acadêmica, mas dos processos históricos, da historicidade do ser humano (MARTINS, 2008, p. 136).

A continuidade de um espaço de debate e reflexão, como se tornou o projeto *Tertúlias: Integrando UFRGS e comunidade do Litoral Norte/RS através de arte, cultura, ecologia, educação e filosofia*, demonstra o fomento da vida cultural, filosófica e política da região, uma vez que os encontros ocorriam em espaços alternados, com problemáticas diferenciadas e são promovidos gratuitamente. Atividades estas que, quando realizadas presencialmente, tornam possível atingir um público indireto, apenas por estarem no espaço onde a Tertúlia ocorria, seja público ou privado. O trabalho que vem sendo desenvolvido permite divulgar a UFRGS Litoral na Região Litoral Norte/RS e contribuir para que a UFRGS Litoral se constitua como um espaço de debates e de formação continuada de professores.

O presente projeto de Extensão envolveu, ao longo desses cinco anos, aproximadamente 20 professoras e professores do Campus Litoral Norte, seja nas Tertúlias ou em minicursos ou em Tertuliandos, especialmente 06 professores do curso de Licenciatura em Geografia, sendo as duas coordenadoras e os demais em oficinas cursos e Tertúlias; três servidores técnicos administrativos e 15 estudantes de graduação, tanto do Bacharelado Interdisciplinar, quanto da Licenciatura em Geografia Presencial e a Licenciatura em Geografia na modalidade a distância, sendo 04 como bolsistas remunerados e 11 como voluntários (ou bolsas de fomento por 30 dias – uma modalidade de bolsa de extensão/UFRGS), além de estudantes com participações voluntárias pontuais, isto é, como monitores das atividades.

O projeto Tertúlias fortalece o trabalho que vem sendo realizado por docentes e discentes do curso de Licenciatura em Geografia no que diz respeito à articulação com as redes públicas de ensino do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com movimentos sociais e com profissionais ligados à questão ambiental e da gestão pública, à cultura permitindo problematizar a realidade vivida da região a partir de projetos de extensão e pesquisa. Estas ações estão documentadas e registradas no site do curso de Geografia, além de apresentadas em eventos e congressos da área da Geografia e da Educação.

É possível dizer que o Projeto Tertúlias se consolidou nos municípios próximos ao Campus do Litoral Norte da UFRGS e que vem se ampliando e se constituindo como um espaço de debate no Litoral Norte do RS. Paulatinamente, sua divulgação alcança diferentes públicos e discussões. O público o reconhece como uma referência em extensão universitária e como um elo de ligação e integração da comunidade com a Universidade.

Referências

KALSING, R. Tertúlia eco-dialogando no Litoral Norte do RS - uma proposta de educação ambiental a partir da universidade. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e SociedadeRevista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 04, edição especial, nov., 2018, artigo nº 997. e-ISSN: 2525-7870.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAIS, A. **Projeto III Café Filosófico Comunidade**. Projeto de Extensão. IFPA/Campus Santarém, 2014.

PAULA, E. O café filosófico como possibilidade de refletir a sociedade. Μετάνοια, São João del-Rei/MG, n.13, 2011. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/revistalable.

PECHULA, M. A. A **filosofia e seus usos: crítica e acomodação**. Campinas: Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, 2007. (Tese de Doutorado). Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252644>. Acesso em: 14 julho. 2021.

PÉREZ, MARÍA DE LOS ÁNGELES SAMPER. Luces, tertulias, cortejos y refrescos. **Cuadernos de Estudios del Siglo XVIII**, núms. 10-11. Oviedo, Instituto Feijoo de Estudios del Siglo XVIII, Universidad de Oviedo, 2002. págs. 107-153. Universidad de Barcelona. Disponível em: https://reunido.uniovi.es/index.php/CESXVIII/article/download/12113/11136/23365 Último acesso: 23/07/2021.

ROCHA, P. P. C. A. e SANTOS, R. dos. **Café filosófico**. Uma metodologia do ensino de filosofia do PIBID - PUC Goiás.

SAUTET, Marc. **Um café para Sócrates**. São Paulo: José Olympio, 8ª edição, 1997.

SILVA, S. Projeto café filosófico - algumas contribuições para o ensino de filosofia na educação básica. **ANAIS DO 10º CONGRESSO REGIONAL DE EDUCAÇÃO – IX SEMANA DA EDUCAÇÃO**. Inclusão como Projeto Cultural e Educativo – Campus de Pirapora – Pirapora/MG - novembro/2010.

Rejane possui formação *vertical* em filosofia e se considera uma estudiosa de filosofia, atuando, no ensino, na pesquisa e na extensão, na área da Filosofia da Educação, Educação Ambiental, Filosofia da Alimentação, Agricultura Urbana e Periurbana, Agroecologia.

Sinthia é geógrafa, professora nos cursos de Licenciatura em Geografia; do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. Trabalha na pesquisa e extensão com a educação, a geografia e a cartografia no que diz respeito aos debates teórico-metodológicos e das lutas sociais articuladas à Questão Agrária no Brasil.

Incubadora social on line: aplicação do marketing digital em um projeto de extensão da Uergs em Cachoeira do Sul – RS

Chaiane Leal Agne[72]
Estéfani Sandmann de Deus[73]

Resumo

A pandemia do novo coronavírus impôs ao mundo uma série de desafios, afetando, inclusive, o funcionamento da economia. As medidas de mitigação à propagação de Covid-19 interferiram no desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais, que precisaram realizar adaptações frente ao novo contexto. Considerando tal problemática, o presente artigo tem como objetivo descrever o projeto de extensão "Incubadora Social *on line*", realizado pela Uergs em Cachoeira do Sul – RS. Utilizando ferramentas e técnicas do marketing digital o projeto auxiliou que pequenos e médios negócios se mantivessem no mercado apesar das restrições impostas.

Palavras-chaves: Extensão Universitária. Pandemia. Incubadora Social. Redes Sociais.

72 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Cachoeira do Sul – RS, Brasil.

73 Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Cachoeira do Sul – RS, Brasil.

Introdução

A pandemia do novo coronavírus impôs ao mundo uma série de desafios, afetando a economia e a saúde pública. Para mitigar o contágio de Covid-19, várias restrições foram impostas à sociedade, tais como o isolamento, distanciamento social, além do fechamento e limitações para o funcionamento dos estabelecimentos comerciais. No que diz respeito a tais empreendimentos, as medidas interferiram nos horários de funcionamento, nas formas de atendimento ao público, número de colaboradores e consumidores permitidos, controle de temperatura, uso de álcool 70° e/ou álcool em gel, além da previsão de multas para os casos que não atendam às determinações legais.

Nesse sentido, o novo contexto exigiu dos negócios a realização de adequações, tendo em vista a manutenção das suas atividades produtivas, bem como dos seus empregos e rendas. As medidas restritivas também interferiram no funcionamento das escolas e universidades, as quais tiveram as suas atividades limitadas desde o início do ano letivo de 2020. Uma das atividades que sofreu restrições foi a extensão universitária, cujas ações tiveram que ser adaptadas ao novo cenário.

Com base no exposto, um projeto de extensão foi desenvolvido na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Cachoeira do Sul. A ação, que teve início no mês de abril de 2020, emergiu a partir da problemática da crise econômica dos pequenos empreendimentos e empreendedores informais no contexto do Covid-19, especialmente na expectativa de minimizar os efeitos neste público de baixa renda.

Devido à expectativa do alto número de famílias em isolamento social, a estratégia de oferecer produtos e serviços de forma *on line* têm se mostrado eficiente. Além disso, as ferramentas do *marketing* digital consideradas simples, teoricamente falando, se tornam complexas e de difícil acesso à microempreendedores individuais e pequenas empresas. Nesse sentido, o projeto de extensão teve como finalidade desenvolver artes, logomarcas, vídeos, *fanpages* e *flyers* digitais, tendo

em vista oportunizar qualificação e a inserção dos pequenos negócios nas redes sociais.

Considerando o exposto, o presente artigo tem como objetivo descrever sobre o projeto de extensão supracitado, abordando desde os referenciais teóricos e metodológicos utilizados até os resultados obtidos e as considerações finais.

Referencial teórico

Na década de 1950, as incubadoras eram caracterizadas como ações de empreendedorismo unicamente voltadas à área empresarial e econômica, cuja inovação era restrita à difusão da tecnologia. Tal concepção tinha como foco a produção de bens e serviços para atender a demanda do mercado, utilizando o lucro como uma das principais medidas de desempenho (OLIVEIRA, 2004). Nesse sentido, as ideias e/ou novos negócios eram incubados em instituições ou organizações apoiadoras, que ofereciam assessoria técnica especializada para que os mesmos fossem inseridos nos mercados com êxito (MAGALHÃES et al., 2015).

A partir da década de 1990, com a emergência do tema do empreendedorismo social, as incubadoras passaram a adquirir outras funções, especialmente com o intuito de responder as demandas coletivas. Assim, surgiram as chamadas "Incubadoras Sociais", com o foco direcionado nas dinâmicas de inovações e inclusões sociais. A finalidade dessas estratégias, conforme Vieira (2011, p.34) é "a resolução de problemas sociais por meio de soluções inovadoras, além da promoção e capacitação das pessoas para a criação de capital social, inclusão e emancipação". É pertinente ressaltar que as possibilidades de incubação incluem desde ideias de novos negócios, até pequenas empresas e organizações sociais, tais como as associações e cooperativas.

Do ponto de vista teórico-conceitual, as incubadoras sociais receberam influências das abordagens da inovação social e da economia solidária. Ambas as abordagens estão relacionadas com o

Desenvolvimento Regional, na medida em que favorecem a geração de ações que possibilitam a criação do capital humano, trabalho e distribuição de renda (MEDEIROS et al., 2017).

Os desafios em um mundo globalizado são enormes e as mudanças e adoções de ações rápidas fazem parte do cotidiano das empresas. No contexto da pandemia, as mudanças foram aceleradas e se percebeu como nunca que o marketing está por toda parte (KELLER e KOTLER, 2013). Nesse âmbito, os empreendedores precisam interpretar de forma eficiente os desejos e as necessidades dos consumidores, com o intuito de criar valor aos bens e serviços oferecidos no mercado (LAS CASAS, 2017). Para Las Casas (2017, p. 44) "a internet foi um dos principais responsáveis pela evolução da criação de valor", tornando o consumidor mais "conscientes e preparados" e "o mercado se tornou muito mais ágil com ofertas abundantes e clientes participativos".

A "evolução das conexões foi muito forte na última década" a disponibilidade de aplicativos e recursos são grandes, "mudando a postura do consumidor" e fazendo com que as empresas se adequem e conheçam o seu "público-alvo". As novas gerações já "estão sendo criadas com acesso fácil para essas mídias" e os mais velhos vem se "interessando pela internet", conforme descreve Las Casas (2010, p.45).

"A globalização cria um campo de jogo nivelado" e traz oportunidades para pequenas empresas possam estar conectadas com seu público-alvo, assim sendo mais competitivas". Empresas menores, mais jovens e localmente estabelecidas terão chance de competir com empresa maiores, mais antigas e globais". A inovação e criatividade serão imprescindíveis para o relacionamento com o cliente, "[..] uma empresa pode ser mais competitiva se conseguir se conectar com comunidades de consumidores e parceiros para co-criação, e com concorrentes para competição". (KOTLER et al., 2017, p. 25).

O marketing digital ou 4.0 pode ser caracterizado pelo uso intenso da internet e das redes sociais como ferramenta para divulgação, criação de conteúdo, comercialização e fidelização (KOTLER et al., 2017). No entanto, na atualidade, com o consumidor cada vez mais conectado nas redes sociais e exigente, as organizações mudaram

a forma de lançar um novo produto ou serviço e gestão da marca. Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p.65) descrevem a marca como sendo "um conjunto de imagens, em geral um nome, logotipo ou slogan que distingue a oferta do produto e/ou serviço de uma empresa de seus concorrentes". Portanto, uma logomarca adequada é aquela que o público-alvo possa associar ao negócio, memorizar, facilmente identificar o seu propósito e auxiliar no processo de fidelização. Ademais, uma marca precisa agregar diversas dimensões, com o objetivo de satisfazer uma demanda e criar diferenciação (KOTLER e KELLER, 2013).

Para Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017), as inovações digitais provocam impactos econômicos e sociais significativos na medida em que oportunizam o desenvolvimento de vários negócios. Ao se falar sobre inovação, tem se de valorizar o *locus* da inovação social que está nos problemas sociais, nas necessidades e nos desafios apontados pela comunidade, uma demanda local (BIGNETTI, 2011). A inovação social é construída de forma colaborativa, e a difusão ocorre através do compartilhamento do conhecimento (MALEK; COSTA, 2015; SANZO et al., 2015). Nicolopoulou et al. (2015) destaca que a inovação social ocorre através da perspectiva de redes de relacionamento, onde atores trocam informações, mensagens, documentos e efetuam negócios, criando laços formais e informais (MALEK; COSTA, 2015; KOLK; LENFANT, 2015). Por fim, na inovação social, existe uma disseminação do conhecimento e dos processos adotados. Deve ser viável, aceitável e replicável (MULGAN, 2006). A necessidade de inserção dos negócios nas redes sociais - a qual emergiu no contexto da pandemia - está relacionada às premissas de inovação social, na medida em que criam oportunidades coletivas.

Nesse sentido, as ações de extensão universitária destacam-se como oportunidades para a geração de projetos compatíveis com as demandas coletivas e emergentes. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma das características das universidades conforme o Artigo 207 da Constituição Federal, onde a aproximação com a comunidade local pode gerar resultados significativos para o desenvolvimento social e econômico.

Segundo Rezende (2009) a extensão pode ser entendida como como uma via de mão dupla, onde a Universidade encaminha conhecimentos e recebe como retorno informações reais. É neste sentido que a incubadora social funciona, e dessa forma que ela une os pressupostos teóricos de marketing digital e inovação social para auxiliar os pequenos negócios no município de Cachoeira do Sul.

Metodologia

Considerando o contexto da pandemia de Covid-19, a qual interferiu no funcionamento das atividades econômicas, observou-se a necessidade de elaborar um projeto de extensão com a finalidade de auxiliar os empreendimentos e empreendedores informais. Tal auxílio consistiu na elaboração de logomarcas, *flyers* e vídeos para a divulgação dos negócios, com o objetivo de inseri-los nas plataformas digitais. As ações foram organizadas considerando os referenciais metodológicos de Kotler et al. (2017) e Kotler e Keller (2013), especialmente sobre o processo de elaboração da logomarca, posicionamento no mercado digital, uso das ferramentas *on line* para a venda de produtos e serviços, além da fidelização do consumidor.

Como uma das etapas iniciais, foi elaborado um formulário na plataforma *google forms*, visando receber as inscrições dos empreendedores ou empresas interessadas em participar do projeto. Dentre as questões constantes no formulário, os itens incluíram desde os dados pessoais (e-mail, nome da empresa ou empreendedor, telefone) até a identificação do ramo de atuação, tempo de existência no mercado, produtos e/ou serviços comercializados, experiências prévias com as plataformas digitais e justificativa para a necessidade de assessoria de *marketing* digital.

Para a divulgação, foram utilizados os veículos de comunicação locais (jornais, rádio e TV), além das plataformas digitais (da Universidade e da Incubadora Social *on line*). Como critérios de seleção, foram priorizados os pequenos negócios e empreendimentos com menor tempo de atuação no mercado, que justificaram a necessidade de

urgência da assessoria de *marketing* digital, especialmente no contexto do Covid-19. O período para a realização das inscrições foi compreendido entre 2 a 15 de abril do ano de 2020. Ao todo, foram recebidas quase 100 inscrições, incluindo os setores rural e urbano. Foram selecionadas 15 empresas e empreendedores, cujos atendimentos foram realizados entre os meses de abril a junho de 2020.

Após a seleção, a equipe do projeto entrou em contato com os empreendedores, o objetivo era de explicar sobre o cronograma previsto para a execução das ações. Como etapa inicial, foi organizado um roteiro para a coleta de informações com os empreendedores, tendo em vista compreender sobre a história dos seus negócios, mudanças, dificuldades, missão, visão, e, especialmente sobre a imagem que eles objetivavam passar para os seus consumidores (Quadro 1). Tais questionamentos foram pertinentes para a elaboração da logomarca e a criação de um posicionamento de mercado nas plataformas digitais, conforme os pressupostos do marketing digital.

Quadro 1 – Questões utilizadas para a obtenção das informações com os empreendedores

Questões
1) Nome da empresa ou empreendedor
2) Produtos/serviços comercializados
3) Possui logomarca? Em caso positivo, você deseja manter ou modificar?
4) Descreva a história do empreendimento ou negócio, destacando as mudanças, dificuldades e potencialidades.
5) Quais são os seus objetivos futuros para o negócio?
6) A empresa, negócio possui missão e visão?
7) Descreva sobre o foco do seu negócio.
8) Qual é a imagem que você deseja passar aos consumidores?
9) Você tem experiência com marketing digital? Se sim, descreva-as.
10) O seu negócio dispõe de site, fanpage, conta no Instagram?
11) Outras observações

Fonte: Projeto de Extensão – Incubadora Social On line (Uergs, Cachoeira do Sul, 2020)

Após a coleta das informações, a equipe do projeto realizou reuniões com a finalidade de discutir sobre os dados e iniciar as atividades de confecção das logomarcas, *flyers* e vídeos. O processo de desenvolvimento considerou a participação do empreendedor em todas as etapas, que incluiu desde a escolha dos protótipos e ideias de imagens, até o uso de frases e cores que compuseram as artes desenvolvidas. Todos os contatos foram realizados de forma remota, considerando as restrições impostas pela pandemia de Covid-19.

Foram utilizados alguns depoimentos tendo em vista compreender as justificativas dos empreendedores sobre as necessidades de obter assessoria de marketing digital oferecida pela Universidade. Para tanto, foi utilizada a técnica "análise de conteúdo", que é caracterizada, segundo Rey (2002, p.143), como "uma técnica que se apoia na codificação da informação em categorias para dar sentido ao material estudado". A abordagem qualitativa (utilizada neste artigo) busca realizar uma inferência, por meio do suporte da definição de uma unidade (que pode ser um tema, uma palavra ou um personagem) (GOURLART, 2006). Neste caso, foram considerados os depoimentos dos selecionados, partindo da unidade de análise sobre as justificativas para a participação no projeto de extensão. Considerando que esta ação partiu de um problema social, ocasionado pela pandemia do coronavírus, e que a partir deste, houve intrínseco relacionamento entre os empreendedores e extensionistas. Em concordância com Melo et al. (2016) afirma que um estudo pode ser considerado diferenciado quando ocorre uma análise cíclica dos fatos, tal questão se conduzida de forma a solucionar problemas considerados de relevância para a população onde a pesquisa ocorre.

Resultados e discussão

Inicialmente, a equipe de trabalho foi construída, tendo em vista reunir estudantes e professores dos cursos de Administração e Agronomia. Para tanto, foram realizadas reuniões *on line*. A equipe foi

dividida em dois grupos de trabalho (com 13 componentes cada um), cujas atividades eram distintas. O primeiro grupo era responsável pela criação de vídeos de divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelos empreendedores. Já o segundo grupo tinha a responsabilidade de criar artes, logomarcas e *flyers*.

Para a divulgação das oportunidades para as empresas locais, foram construídas a logomarca, *fanpage* e *instagram* do projeto (Figura 1).

Figura 1 – Logomarca e fanpage do projeto de extensão

Fonte: Incubadora Social on line. Criação do logo: Créditos – Alan Kegler

Ao total, foram atendidos 15 empreendedores locais, dos setores rural e urbano. Considerando as principais justificativas abordadas pelos empreendedores sobre a necessidade de receber assessoria técnica, destacam-se a queda no faturamento e das vendas, além das dificuldades para o uso e criação de conteúdos nas plataformas digitais. O depoimento do empreendedor C destaca a limitação para a inserção do seu negócio nas redes sociais, na medida em que a estratégia de venda ainda estava ancorada sob a forma tradicional, conhecida como "boca a boca":

> [...] estamos com dificuldades em divulgação, já que nossas vendas sempre aconteceram pela forma mais conhecida, que é o boca-boca. Hoje trabalhamos com uma quantidade de 6 funcionários, mas

> devido ao coronavírus nosso faturamento está sendo muito baixo e estamos conseguindo apenas o valor mínimo da folha semanal (Empreendedor C).

Nesse sentido, a ação de extensão universitária atinge o seu propósito de inovação social, oferecendo atualização aos negócios locais (KOTLER, KARTAJAYA E SETIAWAN, 2017). Considerado que o local de atuação das inovações sociais está em resolver problemas locais, vindos de demais populares (BIGNETTI, 2011), considera-se que este propósito foi cumprido pelo projeto de extensão no momento que fez emergir as dúvidas dos participes da extensão, além de utilizar conhecimento e capacidades para resolver tais questões elaborando materiais necessários à efetivação de marketing digital dentro das empresas selecionadas.

Embora as tendências apontem para o uso cada vez mais intenso da internet como um mecanismo de comercialização e criação de valor, como descrevem Kotler e Keller (2013), percebe-se que esse conhecimento ainda não é amplamente acessível. Em outras situações, também pode haver uma falsa interpretação de que a localização do negócio é suficiente para a comercialização e divulgação dos produtos e serviços, tal como descreve o empreendedor A:

> [...] Até o presente momento, não senti necessidade de utilizar as plataformas digitais pelo motivo de meu estabelecimento estar localizado numa região estratégica, onde há grande circulação de pessoas durante todo o dia. Mas neste momento considero viável uma reformulação até que a situação normalize e quem sabe partir para novo trabalho encima da venda de marmitex através de delivery.

Por outro lado, em outras situações percebeu-se que há um reconhecimento da importância do uso das redes sociais, mas não da forma como um planejamento de marketing preconiza, tal como

Las Casas (2010). Conforme o depoimento da empreendedora H é possível evidenciar que a frequência e programação das postagens nas redes sociais, bem como a criação de conteúdos não seguem um planejamento sistemático, indicando limitações quanto ao uso no marketing digital:

> [...] Mesmo anterior ao vírus a necessidade de ter um serviço de marketing já fazia muita falta sentimos fortemente a diferença de demanda nos meses em que "relaxamos" na divulgação via redes sociais. Isso é consequência do acúmulo de tarefas da gestora que se tornou um círculo vicioso aonde um mês divulgo bem, no próximo enchemos a agenda como consequência da divulgação anterior nesse mês que a agenda encheu esquecemos da divulgação por estarmos trabalhando a mais no próximo o movimento cai expressivamente. Seria legal aprender mais sobre e ter uma rotina de marketing na empresa.

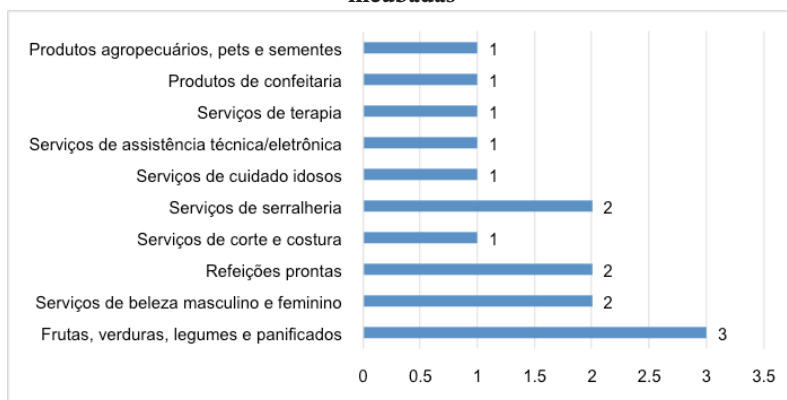
Com base no depoimento anterior também é possível evidenciar que o acúmulo de tarefas e funções limita a dedicação para a criação de conteúdos, promoções e divulgações nas redes sociais. Acumular tarefas e responsabilidades é uma das características das pequenas empresas, onde embora se reconheça que as práticas gerenciais sejam importantes para o negócio, os fatores como falta de recursos e capacitação interferem no resultado (VOGEL e WOOD Jr, 2012).

Outro fator inerente ao contexto da pandemia se refere à própria incerteza dos cenários futuros da crise imposta pela Covid-19. Tais incertezas estavam relacionadas às formas como o público deveria ser atendido, respeitando os protocolos recomendados. Por outro lado, a crise também gerou oportunidades para alguns setores, é o caso da pequena empresa de corte e costura selecionada que passou a confeccionar máscaras para os públicos adulto e infantil. O depoimento da empreendedora P retrata a importância de utilizar as redes sociais para

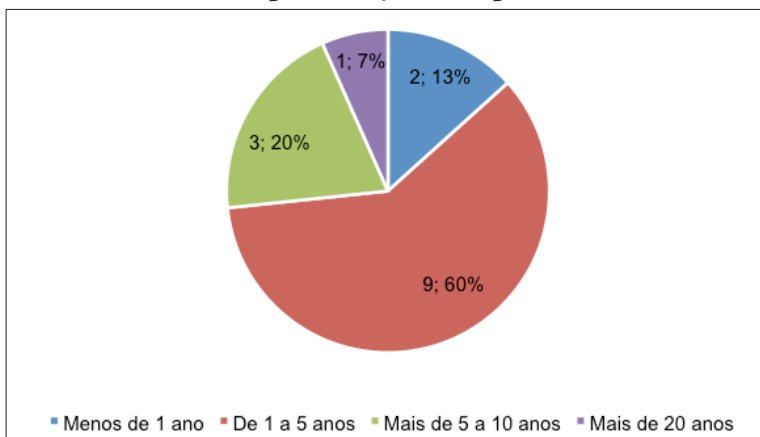
divulgar os produtos, além da criação de uma logomarca para fortalecer a imagem do negócio:

> [...] em frente à crise acho fundamental a divulgação nas redes sociais para que o negócio apareça, tenho pouco conhecimento de marketing digital minha filha é que me ajuda um pouco, e também a falta de tempo. Para mim é importante a logomarca e inserção pois ofereço vários serviços que as pessoas precisam e posso atender com os devidos cuidados e proteção contra o vírus (Empreendedora P).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta os produtos e serviços disponibilizados no mercado pelas empresas selecionadas. Foram atendidos negócios vinculados à agropecuária, agricultura familiar, setor da alimentação e refeições prontas, produtos de confeitaria, além do setor de serviços diversos (terapia, assistência técnica, cuidado com idosos, serralheria, corte e costura, beleza masculina e feminina).

Gráfico 1 – Produtos e serviços ofertados no mercado pelas empresas incubadas

Fonte: Projeto de Extensão – Incubadora Social On line (Uergs, Cachoeira do Sul, 2020)

Considerando o tempo de atuação das empresas selecionadas, a maioria está no mercado até 5 anos, correspondendo a 9, 60% do total. Com o tempo de atuação com mais de 5 anos até 10 anos representa a realidade de 3 empresas selecionadas. Duas empresas estão no mercado há menos de 1 ano e apenas 1 atua há mais de 20 anos. É importante considerar que a maioria do público participante do projeto corresponde ao tempo de atuação preocupante sobre a taxa de sobrevivência das empresas no Brasil. Segundo os dados do IBGE (2019), 6 em cada 10 empresas encerram as suas atividades em até 5 anos. Nesse sentido, destaca-se o papel da Universidade no que diz respeito ao processo de incubação de empresas e organizações, podendo ser uma forma de melhorar os índices de existência no mercado.

Gráfico 2 – Tempo de atuação das empresas Incubadas

Fonte: Projeto de Extensão – Incubadora Social On line (Uergs, Cachoeira do Sul, 2020)

Para os negócios que ainda não tinham logomarca ou tinham a finalidade de modificar, foram desenvolvidas novas, considerando a criação de uma mensagem objetiva e clara sobre a necessidade que o negócio estava disposto a atender, além da diferenciação frente aos

concorrentes. 7 das 15 empresas foram atendidas com relação à essa atividade, cujo principal recurso utilizado foi a Plataforma *on line* *"Canva"*, a qual permite a geração de artes e logos de forma gratuita (Figura 2).

Figura 2 – Alguns *Flyers* e logomarcas desenvolvidos no projeto

Fonte: Incubadora Social on line

Também foram desenvolvidos 8 vídeos, utilizando o programa *Lumen5*. A criação dos vídeos buscou descrever o negócio de uma forma simples, demonstrando o seu potencial e a qualidade de atuação no mercado. Além de mostrar o foco do negócio, produtos e/ou serviços disponibilizados no mercado, os vídeos contaram com imagens que foram escolhidas pelos próprios empreendedores. Outro aspecto importante correspondeu ao tempo dos vídeos, que não ultrapassou 1 minuto, sendo um atributo facilitador para a geração de engajamento. Para as demais empresas foram criadas as *fanpages* e conta no *instagram*, sendo que os empreendedores receberam qualificação para realizar publicações, saber optar pelos horários para gerar mais engajamentos, além de obter conhecimentos para a realização de ações de marketing digital. Um dos empreendedores ainda obteve informações para inserir o seu negócio em um aplicativo local do setor de alimentação, mantendo a logomarca como uma estratégia para alavancar as vendas.

Uma das características da inovação social é que ela seja construída de forma colaborativa e que o conhecimento seja compartilhado (MALEK; COSTA, 2015; SANZO et al., 2015), nesta ação de extensão foram consolidadas práticas que foram mantidas pelos empreendedores, uma vez que os mesmos reconheceram que o uso do marketing digital é uma realidade, mesmo após a pandemia de Covid-19: [...] acredito que com a crise do COVID 19 o principal veículo de venda, que talvez acabe até se tornando único, acabe sendo a venda on-line (Empreendedor B). [...] meus negócios estão nas redes sociais, a rede social é o caminho para os meus negócios andar (Empreendedor F). Sendo assim, foi criada uma rede de relacionamentos (NICOLOPOULOU et al., 2015), e ainda criação de laços formais e informais dentro da comunidade (MALEK; COSTA, 2015; KOLK; LENFANT, 2015). Por fim, a disseminação do conhecimento além de aceitável pelos participantes da extensão, foi replicada por estes, caracterizando, assim como um processo de inovação social (MULGAN, 2006).

Dentre os principais resultados, destacam-se: a capacitação dos empreendedores locais quanto ao uso das ferramentas digitais; o aprendizado gerado para os profissionais sobre a inserção dos seus negócios nas redes sociais; o estímulo aos empreendimentos quanto ao uso das redes sociais como mecanismo de divulgação e ampliação dos seus negócios e aumento do número de consumidores e vendas realizadas. Ademais, destacam-se os aprendizados para a equipe proponente, especialmente no que diz respeito à experiência dos discentes quanto ao marketing digital. Após o encerramento do projeto de extensão, algumas propostas de trabalho surgiram para os discentes envolvidos. Destaca-se, ainda, a emergência de atitudes empreendedoras, que despertaram outros projetos de autoria dos próprios alunos participantes.

Considerações finais

A pandemia de Covid-19 impôs restrições às atividades produtivas, interferindo no funcionamento dos negócios. Este artigo teve

como objetivo descrever sobre o projeto de extensão "Incubadora Social on line", desenvolvido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), em Cachoeira do Sul. O uso das ferramentas de marketing digital oportunizou a criação de logomarca, flyers e vídeos para a divulgação dos pequenos empreendedores formais e informais, inserindo os seus negócios nas redes sociais. A utilização de tais ferramentas caracterizou-se como ações de inovação social, na medida em que oportunizaram aos participantes pudessem alavancar as suas vendas e enfrentar o período de isolamento social imposto pela pandemia do novo Coronavírus.

Os cenários e as perspectivas indicam que a pandemia de Covid-19 refletiu na forma como os negócios foram desenvolvidos, exigindo adaptações frente ao contexto. As mudanças são mais sentidas nas pequenas empresas e empreendedores informais, os quais não dominam as plataformas digitais como estratégias de comercialização e divulgação para os seus negócios. Além disso, alguns setores foram amplamente impactados, especialmente os relacionados aos bens e serviços não essenciais.

O projeto de extensão oportunizou às empresas conhecimento e capacitação para o uso das redes sociais. As entregas de produtos em formato *delivery*, assim como o atendimento de serviços a domicílio são estratégias cada vez mais demandadas pelos consumidores. O uso das ferramentas de marketing digital é uma tendência, que mostrou ser adequada para responder às expectativas sociais, aproximando consumidores e oportunidades de negócios.

Referências

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. Ciências Sociais Unisinos**, v.47, n.1, p. 3-14, 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

GOURLART, I. B. **Temas de psicologia e administração. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **SIDRA: Estatísticas.** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 jun. 2021.

KOLK, A.; LENFANT, F. Cross-sector collaboration, institutional gaps, and fragility: The role of social innovation partnerships in a conflictaffected region. **Journal of Public Policy & Marketing** VOL. 34(2). PP 287-303. 2015.

KOTLER, P.; KELLER, K. L**. Marketing essencial**: conceitos, estratégias e casos 12ª Ed. São Paulo: Pearson Education, 2013.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital.** Rio de Janeiro: Sextante, 2017. 208 p.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi**. Marketing Conceitos, Exercícios, Casos. 9. ed. São Paulo: Atlas 2017.**

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Plano de Marketing para micro e pequenas empresas**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2017.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi**. Marketing de Varejo**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2013.

MALEK, A.; COSTA, C. Integrating Communities into Tourism Planning Through Social Innovation. **Tourism Planning & Development**, vol. 12:3, pp 281-299. 2015.

MEDEIROS, et al. Inovação Social e Empreendedorismo Social: Uma Análise Sob a Perspectiva da Economia Solidária. **Revista Gestão Organizacional**. v. 15, n. 1, 2017. p. 61-72, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7336162> Acesso em 15 jun. 2021

MELO, S., et al. Lewin e a pesquisa ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan.-abr. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/MM3jfxNVLZG9JP3bcmXpf8H/?lang=pt&format=pdf Acesso em 17 de jun. 2021

MAGALHÃES, A.M.; et al. Incubadora social como espaço de aprendizagem e promoção do desenvolvimento local: o caso do restaurante escola Bistrô Eco Sol. **Revista Desenvolvimento Social.** N.15, v.01, 2015.Universidade Estadual de Montes Claros. Disponível em: < https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/download/1977/2095>

MULGAN, G.; The Process of Social Innovation**. Innovations – technology, governance, globalization**, v. 1, n. 2, spring 2006.

NICOLOPOULOU K, et al. An incubation perspective on social innovation: the London Hub – a social incubator. **R&D Management**, 2015.

OLIVEIRA, E.M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. **Revista da FAE.** V.7, n.2, 2004. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/416>

REY, F.L.G. **Pesquisa qualitativa em psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira, 2002.

REZENDE, Laura Vilela Rodrigues. Incubadoras sociais: gestão da informação e do conhecimento na construção de tecnologia social. **Tese.** tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília. Brasilia, 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6976/1/2009_LauraVilelaRodriguesRezende.pdf

SANZO, M. J. et al. Business–nonprofit partnerships: a new form of collaboration in a corporate responsibility and social innovation context. **Service Business**, p. 1–26, 2015.

VIEIRA, J.de J. N. **Empreendedorismo e Inovação como forma de mudança e inclusão social: criação de uma Incubadora Social no município de Ílhavo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra: Portugal, 2011. 73p.

VOGEL, J.; WOOD JUNIOR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas,** v. 1, n.2, 2012. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/34/21> Acesso em 16 jun. 2021.

Biografia

Chaiane Leal Agne
Bacharel em Administração (UERGS), Mestra e Doutora em Desenvolvimento Rural – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – PGDR (UFRGS). Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade Cachoeira do Sul. Atua nos temas da agricultura familiar e Desenvolvimento Rural e Administração.

Estéfani Sandmann de Deus
Bacharel em Administração (UERGS), Contadora (UFRGS), Mestra em Ciências Sociais (PUCRS) e Doutora em Administração – Gestão de Pessoas (UFRGS). Professora Adjunta dos cursos de Administração e Agronomia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Cachoeira do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública (GEDAP – UFRGS). Pesquisador na área de Administração Pública e Gestão de Pessoas.

Sobre o livro

Design da Capa, Projeto Gráfico e Editoração | Jéfferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Tipologias Utilizadas | Roboto 16/18pt
Arno Pro 12/14 pt

Pensar e refletir sobre o desenvolvimento regional é tão instigante quanto desafiante. Quando tentamos circunscrevê-lo diante de uma miríade de abordagens, deparamo-nos com algo que perpassa a construção de trajetórias que levem a formas sociais capazes de estimular a criatividade humana e assim, responder às aspirações de um coletivo, num processo de ampliação do horizonte de possibilidades da sociedade, como explicita Celso Furtado. Sociedades tão diversas como a brasileira e a latino-americana escancaram o quão mister é reconhecer, compreender e interagir com a diversidade e com as desigualdades regionais. O desenvolvimento regional, enquanto ciência em construção, organicamente, demanda um olhar e um agir para o além-muros da Universidade, pois dar conta das aspirações das coletividades – tão diversas – é algo que não se completa dentro dos muros universitários. Requer, portanto, ações de extensão e de inserção social. As observações feitas, correm paralelas à luz lançada pela Capes sobre a extensão universitária, que completa o tripé ensino e pesquisa, demandando a publicização das ações realizadas pelos Programas de Pós-Graduação do país. Esta obra nos brinda com um rico conjunto de reflexões sobre ações de extensão, intervenção, mediação e inserção social, apresentado em dezesseis capítulos por pesquisadores brasileiros e latino-americanos. O livro expressa a diversidade dos tipos de extensão praticados – universitária, rural, regional – que se desenvolve em diálogo entre pesquisadores, extensionistas, docentes, discentes, gestores públicos ou privados, dentre outros. O leitor poderá conhecer e refletir sobre ações que promovem a aproximação da Universidade com os problemas reais e concretos das coletividades, ações essas que tem em comum, o fato de realizar reflexões por meio da experiência e criticar processos desde cada realidades.

Anelise Graciele Rambo
Doutora em Desenvolvimento Rural PGDR/UFRGS
Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento PPGDREDES/UFRGS Litoral Norte